

## Coletânea de artigos Prof. Dr. Adriano Benayon

Pág. 4	2011-01-09 – O papel dos bancos predadores
Pág. 7	2011-03-01 – Nióbio, metal estratégico
Pág. 9	2011-03-30 – Cortando o povo
Pág. 10	2011-04-13 – Submissão ao império latrogenocida
Pág. 12	2011-05-16 – Desnacionalização e defesa nacional
Pág. 15	2011-06-09 – Os lucros dos bancos crescem sem parar
Pág. 16	2011-08-10 – Tirania mundial
Pág. 19	2011-08-25 – Massacres imperiais
Pág. 21	2011-09-05 – Fim do Império?
Pág. 23	2011-09-11 – Dez anos do golpe nos EUA
Pág. 26	2011-09-29 – O Golpe de Estado de 11 de setembro de 2001
Pág. 29	2011-10-21 – Dar direção aos movimentos
Pág. 32	2011-12-01 – A crise acaba com o capitalismo?
Pág. 35	2011-12-13 – Bancos apossam-se da Europa
Pág. 39	2012-01-26 – Brasil: 6º PIB. 1ª pior política econômica
Pág. 43	2012-03-06 – Brasil privatizado e desnacionalizado
Pág. 47	2012-04-04 – O cartório dos bancos
Pág. 49	2012-05-11 – Tecnologia, Desenvolvimento e Ilusões
Pág. 53	2012-06-16 – Juros e economia desestruturada
Pág. 55	2012-07-31 – Por que o Brasil se atrasa
Pág. 58	2012-09-03 – Que futuro, com este passado?
Pág. 63	2012-10-25 – Sair da "Crise"
Pág. 65	2012-11-29 – Sobre as eleições nos EUA
Pág. 68	2012-12-18 – No limiar de 2013
Pág. 70	2013-02-05 – Finança mundial
Pág. 73	2013-03-26 – O modelo dependente é incurável
Pág. 75	2013-04-16 – Desnacionalização galopante
Pág. 80	2013-05-01 – Leilões
Pág. 83	2013-05-17 – Brasil leiloado
Pág. 86	2013-06-06 – Modelo petucano
Pág. 90	2013-07-03 – Para onde?
Pág. 92	2013-07-25 – Soberania e sobrevivência
Pág. 96	2013-08-19 – Desgoverno mundial totalitário
Pág. 99	2013-08-28 – Mais uma crise
Pág. 101	2013-09-16 – Reverter a entrega
Pág. 104	2013-09-27 – Reverter a entrega de Libra
Pág. 107	2013-09-30 – A realidade é outra
Pág. 111	2013-11-11 – O estratégico nióbio
Pág. 114	2013-12-13 – As fontes da dívida pública
Pág. 120	2014-01-30 – É a estrutura, enroladores!
Pág. 122	2014-02-18 – A oligarquia deseja a depressão
Pág. 126	2014-04-01 – “Eleições” no modelo dependente
Pág. 130	2014-04-23 – Finanças e (sub)desenvolvimento

Pág. 133	2014-05-06 – Juros - taxa efetiva e taxa SELIC
Pág. 136	2014-06-03 – Para sobreviver, sair do dólar
Pág. 139	2014-06-24 – Liberalismo ou imperialismo?
Pág. 142	2014-07-22 – O sistema pró-oligarquia
Pág. 146	2014-08-05 – A tirania financeira
Pág. 148	2014-08-18 – Getúlio Vargas e a independência
Pág. 151	2014-09-02 – Brasil – Como sobreviver?
Pág. 154	2014-09-22 – Eleições e coisas sérias
Pág. 157	2014-10-09 – FHC: um intelectual?
Pág. 159	2014-10-21 – Posso saber em quem votei?
Pág. 163	2014-12-18 – O Brasil e a Petrobrás
Pág. 166	2015-01-02 – Crise interna e mundial
Pág. 169	2015-01-22 – Golpe final na soberania do País
Pág. 173	2015-02-13 – Momento decisivo
Pág. 176	2015-03-14 – É vital defender a Petrobrás e a engenharia nacional
Pág. 179	2015-03-31 – A estrutura do caos
Pág. 182	2015-04-26 – Quem manda no país?
Pág. 185	2015-05-19 – Destruição econômica e social
Pág. 188	2015-06-25 – Crescimento do subdesenvolvimento
Pág. 192	2015-07-21 – Prosperar ou sucumbir
Pág. 195	2015-08-03 – Há que reverter o rumo da guerra
Pág. 198	2015-08-20 – O jogo da oligarquia imperial
Pág. 201	2015-09-01 – Getúlio Vargas – Aprendendo com os erros
Pág. 204	2015-09-29 – O poder mundial e nós
Pág. 208	2015-10-06 – Cair na real – LRF e juros
Pág. 211	2015-10-19 – O que é estratégico?
Pág. 214	2015-11-20 – A desnacionalização e a concentração anulam a democracia
Pág. 215	2015-11-29 – O Brasil precisa reviver como Nação
Pág. 217	2015-12-08 – O Brasil precisa reviver como Nação - Parte II
Pág. 218	2015-12-11 – O Brasil precisa reviver como Nação – Parte III
Pág. 220	2016-01-19 – Perspectivas da economia para 2016
Pág. 222	2016-01-22 – As diferentes armas do Império
Pág. 224	2016-01-26 – Finanças públicas – Expansão vs. Contração
Pág. 225	2016-02-01 – Há como evitar o caos?
Pág. 228	2016-02-10 – Jogo pesado no poder mundial
Pág. 230	2016-02-15 – Sair do caos
Pág. 233	2016-03-08 – O golpe permanente
Pág. 235	2016-03-11 – Dívida pública externa e interna
Pág. 237	2016-03-22 – Hora de decisão
Pág. 239	2016-03-29 – Tirar os antolhos
Pág. 241	2016-04-06 – O Poder
Pág. 242	2016-04-09 – A presente crise
Pág. 245	2016-04-12 – Continuidade deletéria

---

---

## Coletânea de Artigos Prof. Dr. Adriano Benayon



**Biografia:** Consultor em finanças e em biomassa. Doutor em Economia, pela Universidade de Hamburgo, Bacharel em Direito, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Diplomado no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, Itamaraty. Diplomata de carreira, postos na Holanda, Paraguai, Bulgária, Alemanha, Estados Unidos e México. Delegado do Brasil em reuniões multilaterais nas áreas econômica tecnológica. Depois, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados e do Senado Federal na área de economia. Professor da Universidade de Brasília (Empresas Multinacionais; Sistema Financeiro Internacional; Estado e Desenvolvimento no Brasil). Autor de Globalização versus Desenvolvimento, 2ª ed. Editora Escrituras, São Paulo.

## O papel dos bancos predadores

*Adriano Benayon - Publicado em Domingo, 09 Janeiro 2011 01:00*

A grande mídia é extremamente aberta às versões idílicas e fantasiosas da realidade, veiculadas por gente ligada aos concentradores da finança, os quais acionam os cordéis das marionetes aboletadas no Banco Central e demais órgãos com poder sobre a moeda e o crédito.

---

Não é para menos, haja vista, por exemplo, as matérias pagas, com dezenas de páginas inteiras, dos balanços dos grandes bancos, a cada trimestre.

2. Exemplificativo da associação entre eles e a grande mídia é a publicação mensal, pela Folha SP, de artigos do presidente do notório banco estrangeiro Santander, patrocinador das palestras de FHC. O Santander recebeu deste, em 2000, a doação do BANESPA, o maior banco estadual do mundo, com extensa rede de agências por São Paulo e todo o Brasil. Essa doação fez parte do maior festival do Mundo de benesses escandalosas para o capital estrangeiro, as "privatizações".

3. Comparados a essas operações, os casos de corrupção a que a mídia costuma dar ênfase, assemelham-se a meras travessuras de crianças. Nas privatizações, o Estado (União, Estados e municípios) alienou patrimônios inestimáveis e, ainda, gastou, para isso, centenas de bilhões de reais em subsídios e outras vantagens. Os preços dos leilões da privatização, além de ridículos em relação aos patrimônios alienados, não foram senão uma cortina de fumaça para ocultar a realidade de que os preços foram negativos.

4. Vejamos o que diz o presidente do Santander em artigo na Folha SP, de 05.12.2010, intitulado o "O Papel dos Bancos":

"De forma simplificada, cabem aos bancos três importantes papéis na sociedade: 1) proteger e rentabilizar a poupança dos indivíduos e das empresas; 2) financiar o consumo e o investimento; 3) prover serviços de pagamento e de recebimento."

5. Na realidade, os bancos fazem estas coisas com o dinheiro dos outros: a primeira é receber dos clientes depósitos à vista, sobre os quais não pagam juros, e ganhar juros do Banco Central, sobre o percentual dos depósitos recolhidos a essa instituição.

6. A segunda é aplicar em títulos do Tesouro e fazer empréstimos a empresas ou a pessoas físicas com a parte dos depósitos não recolhida ao BACEN. Nos empréstimos e financiamentos às empresas cevam-se com juros a taxas equivalentes, em média, a pelo menos três vezes o valor decorrente da taxa SELIC, de 13% aa., que auferem nos títulos do Tesouro.

7. Essa, cerca de 7% aa., descontada a inflação, é de longe a mais alta praticada em todo o Planeta, sem que haja razão válida alguma que o justifique. Nos empréstimos e financiamentos a pessoas físicas as taxas vão de quatro a doze vezes os 13 pontos percentuais da SELIC (52% a 156%), e até mais que isso nos cartões de crédito.

8. As vítimas com renda regular, como salários, são saqueadas através de taxas de juros não tão altas, embora ainda de usura, na modalidade que teve enorme expansão nos últimos anos, o crédito consignado, que propicia aos agiotas não ter qualquer risco, recebendo as prestações descontadas em folha. Chamam isso de democratização do crédito, um modo de extorquir dinheiro de forma massificada.

9. A terceira atividade destina-se aos clientes de maior renda, a quem são oferecidas aplicações em títulos e em fundos de investimentos, que remuneram as poupanças, mas evidentemente proporcionado aos bancos taxas e comissões nada desprezíveis.

10. Outro papel dos bancos, segundo o presidente do Santander, seria "financiar o consumo e o investimento". Nessa "tarefa" obtêm lucros desmedidos, porque, como explicado nos itens anteriores, os bancos "trabalham" com dinheiro que não lhes pertence, em geral nada pagando para dispor dele, e obtêm lucros fabulosos através dos juros.

11. Não admira que os lucros dos bancos no Brasil cresçam a taxas vertiginosas desde o início dos oito anos do governo radicalmente entreguista de FHC e, ainda mais, nos oito anos de Lula. Em 2009, os três maiores bancos (BB, Itaú e Bradesco) somaram lucros oficiais de quase R\$ 30 bilhões, cifra que será superada em 2010.

12. Com o dinheiro dos depositantes, do qual os bancos podem emprestar e aplicar um múltiplo, os bancos criam moeda e crédito. Que privilégio, que concessão! Eles têm uma patente que permite fabricar dinheiro, simplesmente lançando em seus livros (computadores) depósitos nas contas dos mutuários dos empréstimos. Esses mutuários, ao contrário, têm que ralar, têm que produzir para pagar ao banco as amortizações e os juros, e esse dinheiro se torna dinheiro do banco.

13. Não bastasse isso, praticam também o "dollar carry-trade", que consiste em converter em reais os dólares captados a juros negativos i.e., a taxas inferiores à depreciação dessa moeda fajuta, a fim de mamar com as altíssimas taxas de juros praticadas no Brasil. Os dólares estão sendo emitidos, sem limite algum, aos trilhões, pelo FED, para ser dados aos grandes bancos e para adquirir destes os títulos podres (derivativos mal lastreados), salvando-os das consequências de suas jogadas fracassadas.

14. No caso específico do Santander, este chegou a remeter a paraísos fiscais, em 2009, lucros obtidos no Brasil de US\$ 2 bilhões, para cobrir rombos de operações especulativas em mercados financeiros do exterior. Em 2009, 20% dos lucros mundiais do Santander, de quase 9 bilhões de euros, vieram do Brasil, graças à privatização, que lhe faz até hoje faturar alto com a rede do BANESPA, herdada mais do que de graça.

15. Como partícipe destacado dos bancos fraudadores que geraram o colapso financeiro mundial, cuja primeira grande crise se deu em 2007/2008, o Santander é um dos mais enalacrados, por exemplo, com as bolhas imobiliárias da Espanha, do Reino Unido e outras. Assim, muitos estão rejeitando seus títulos.

16. Milhares de clientes do Chile queixam-se de dinheiro sumido em suas contas. Milhares na Espanha sofrem devido a práticas fraudulentas nas hipotecas. No Brasil, são também vultosas as reclamações sobre os serviços do Santander, mas a mídia o omite. Intencionalmente, o

banco sobrecarrega o Judiciário, onde as demandas se arrastam por 10 a 20 anos. Enquanto a Justiça brasileira determina 1% a.m. de multa, mais correção, os bancos emprestam a 10% ao mês, no cheque especial, o que teriam de indenizar. No Santander, um dos que abusam dessa prática, seu sucessor herdará montanhas de indenizações a pagar.

17. O presidente desse banco diz que empresta para consumo e investimentos, mas quais são esses investimentos? - Operações financeiras alavancadas em: derivativos, como credit default swaps (CDS) e mortgage-backed securities (MBS); manipulações nos mercados de commodities, opções, títulos e ações; apostas em índices de juros, taxas de câmbio etc.

18. No Brasil, emprestaram a consumidores, financiaram a aquisição de bens de consumo durável, criando uma bolha que tende a estourar, porquanto a combinação de taxas de juros abusivas e de superexposição (excesso de despesas financiadas em relação à capacidade de pagamento dos devedores) gerou altíssimos níveis de inadimplência.

19. Com a recessão econômica os tomadores dos empréstimos sofrem decréscimo de renda ou, no melhor dos casos, não têm crescimento de renda suficiente para fazer face às despesas com juros e amortizações. Quando isso ganha vulto, dá-se o estouro das bolhas.

20. Quanto ao financiamento a atividades produtivas, houve algum, mas foi marginal em relação ao realizado por bancos públicos: BNDES, Caixa Econômica, Banco do Brasil e Nossa Caixa.

21. Mundialmente, onde está a eficiência dos grandes bancos privados, se não para faturar somas inconcebíveis em operações especulativas e até fraudulentas, que depois geraram rombos imensos? Os rombos levaram os bancos centrais e os governos dos EUA e de países europeus e ao Banco Central Europeu, submetidos àqueles bancos, a emitir dezenas de trilhões de dólares para evitar que eles afundassem com seus ativos podres.

22. O Santander é um braço do grupo britânico Inter-Alpha, cujos ganhos dependem cada vez mais das taxas de juros usurárias com que o Banco Central do Brasil favorece os bancos, e a sangria sofrida pelos brasileiros pode atingir dimensões ilimitadas, por estar esse banco, além de outros, em vários países, com ativos podres em montante muito superior ao seu capital.

23. Além disso, deve haver um limite para a emissão de trilhões de euros, para socorrer bancos nessa situação, criada pela irresponsabilidade, desonestidade e incompetência dele, após terem causado prejuízos incomensuráveis à maioria da população dos países em que operam, os quais só tendem a aumentar.

24. Com efeito, tanto na Europa como nos EUA os orçamentos públicos já estão com déficits de tal monta, e as emissões já foram de tal ordem, que os títulos públicos já se encontram desacreditados, e não há mais como realizar novas operações de socorro (bail-out) em favor dos bancos privados sem causar a desordem e a desestruturação total das economias nacionais.

25. Finalmente, o terceiro dos papéis salientados pelo presidente do Santander: prestar serviços aos clientes. Ora, no Brasil, com o beneplácito do Banco Central, que trabalha em favor deles e contra a sociedade brasileira, os bancos cobram taxas e tarifas de tal monta por

tais "serviços", que todas as suas despesas para funcionar são cobertas pela receita dessas taxas e tarifas, e ainda sobra muito dinheiro. Assim, os ganhos monumentais das operações financeiras não sofrem qualquer diminuição decorrente do custeio da máquina administrativa, mas, ao contrário, são aumentados com a diferença entre a receita das tarifas e as despesas operacionais.

## Nióbio, metal estratégico

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 01 Março 2011 00:56*

(esta é uma versão modificada e atualizada do artigo "Nióbio a Preço de Banana", publicado em A Nova Democracia, nº 74, Ano 9, fevereiro de 2011.)

---

1. Está em nosso País a quase totalidade das jazidas conhecidas no Planeta do nióbio, minério essencial para as indústrias aeronáutica e aeroespacial, para a indústria nuclear, inclusive armas e seus mísseis. A atual tecnologia faz o nióbio, graças à sua superioridade substituir metais, como molibdênio, vanádio, níquel, cromo, cobre e titânio, em diversas outros setores industriais.

2. Embora a maioria das pessoas nem saiba o que é nióbio ou para que serve, esse mineral mostra emblematicamente, como o País, extremamente rico em recursos naturais, permanece pobre, além de perder, sem volta, esses recursos, e de se estar desindustrializando, sobre tudo nos setores de maior conteúdo tecnológico.

3. A primarização da economia brasileira é fato confirmado até nas estatísticas oficiais. O Brasil está cada vez mais importando produtos de elevado valor agregado e exportando, com pouco ou nenhum valor agregado, seus valiosos recursos naturais.

4. Isso acarreta baixos níveis salariais no País e também a gestação de crises nas contas externas, cujo equilíbrio sempre dependeu de grandes saldos (que agora estão definhando) no balanço das mercadorias, para compensar o déficit crônico nas contas de "serviços" e de "rendas" do Balanço de Pagamento.

5. O que está por acontecer de novo já ocorreu antes, quando a oligarquia financeira mundial atirou o Brasil na crise da dívida externa de 1982/1987. Os prejuízos decorrentes dessa crise foram grandemente acrescidos com o privilegiamento do "serviço da dívida" no Orçamento Federal, instituído por meio de fraude, no texto da Constituição de 1988. Esse "serviço" já acarretou despesa, desde então, de 6 trilhões (sim, trilhões) de reais, com a dívida pública externa e interna, esta derivada daquela.

6. Tudo isso concorreu para agravamento da situação gerada pelo defeito original do modelo: ter, desde 1954, favorecido os investimentos diretos estrangeiros com subsídios e vantagens maiores que os utilizáveis por empresas de capital nacional. Estas foram sendo eliminadas em função da política econômica governamental. As que restaram tornaram-se caudatárias das

transnacionais e de interesses situados no exterior. Vê-se, pois, a conexão entre os grandes vetores de empobrecimento e de primarização da economia nacional

7. O nióbio é tão indispensável quanto o petróleo para as economias avançadas e provavelmente ainda mais do que ele. Além disso, do lado da oferta, é como se o Brasil pesasse mais do que todos os países da OPEP juntos, pois alguns importantes produtores não fazem parte dela.

## **Números**

8. Cerca de 98% das reservas da Terra estão no Brasil. Delas, pois, depende o consumo mundial do nióbio. A produção, cresceu de 25,8 mil tons. em 1997 para 44,5 mil tons., em 2006. Chegou a quase 82 mil tons. em 2007, caindo para 60,7 mil tons., em 2008, com a depressão econômica (dados do Departamento Nacional de Produção Mineral). Estima-se atualmente **70 mil toneladas/ano**. Mas a estatística oficial das exportações brasileiras aponta apenas 515 toneladas do minério bruto, incluindo "nióbio, tântalo ou vanádio e seus concentrados"!

9. Fontes dignas de atenção indicam que **o minério de nióbio bruto era comprado no garimpo a 400 reais/quilo, cerca de U\$ 255,00/quilo** (à taxa de câmbio atual e atualizada a inflação do dólar).

10. Ora, se o Brasil exportasse o minério de nióbio a esse preço, o valor anual seria US\$ 15.300.000 (quinze bilhões e trezentos milhões de dólares). Se confrontarmos essa cifra com a estatística oficial, ficaremos abismados ao ver que nela consta o total de US\$ 16,3 milhões (0,1% daquele valor), e o peso de 515 toneladas (menos de 1% do consumo mundial). Observadores respeitáveis consideram que o prejuízo pode chegar a US\$ 100 bilhões anuais.

11. Mesmo que o nióbio puro seja cotado a somente US\$ 180 por quilo, como indica o site [chemicool.com](http://chemicool.com), ainda assim, o valor nas exportações brasileiras do minério bruto correspondia a apenas 1/10 disso. O nióbio não é comercializado nem cotado através das bolsas de mercadorias, como a London Metal Exchange, mas, sim, por transações intra-companias.

12. Há, ademais, um item, ligas de ferro-nióbio, em que o total oficial das exportações alcança US\$ 1,6 bilhão, valor mais de 100 vezes superior à da exportação do nióbio e de minérios a ele associados, em bruto. O mais notável é que o nióbio entra com somente 0,1% na composição das ligas de ferro-nióbio. Vê-se, assim, o enorme valor que o nióbio agrega num mero insumo industrial, de valor ínfimo em relação aos produtos finais das indústrias altamente tecnológicas que o usam como matéria-prima.

13. Note-se também que a quantidade oficialmente exportada do ferro-nióbio em 2010 foi 66.947 toneladas. O nióbio entrando com 0,1% implicaria terem saído apenas 67 toneladas de nióbio, fração ínfima da produção mundial quase toda no Brasil e do consumo mundial realizado nas principais potências industriais e militares.

## **Campanha nacional**

14. As discrepâncias e absurdos são enormes e têm de ser elucidados e corrigidos. Para isso, há que expô-los em grande campanha nacional, que leve a acabar não só com o saqueio do nióbio, mas também com a extração descontrolada de metais estratégicos e preciosos, sem qualquer proveito para o País, o qual, ainda por cima, fica com as dívidas aumentadas.

15. O desenvolvimento dessa campanha deverá também fazer o povo entender que a roubalheira dos recursos minerais só poderá cessar se forem substituídas as atuais estruturas de poder.

## Cortando o povo

*Adriano Benayon - Publicado em Quarta, 30 Março 2011 01:31*

Agora uma presidente. Muda alguma coisa importante no Brasil? Nada. A Sra. Dilma já mostrou a que veio. Fez elevar as taxas de juros e sinaliza mais privatizações. Determina cortes no orçamento federal, para pagar mais juros da dívida pública, cujo "serviço" (juros e amortizações) é privilegiado no Orçamento através de dispositivo inserido, fraudulentamente, na Constituição de 1988.

---

2. Assim, de 1989 a 2010, o País já atirou pelo ralo 6 trilhões de reais (em valores monetários atualizados). Alguém já imaginou o que é isso? São doze zeros antes da vírgula: R\$ 6.000.000.000.000,00.

3. Como sempre, difunde-se aos quatro ventos a mentira surrada, de que os juros são mantidos altos e, ainda por cima, aumentados, porque isso faria conter a inflação.

4. Já expliquei, em muitos artigos, por que a elevação dos juros resulta em maior, e não, menor inflação. Além disso, os juros altos agravam os defeitos estruturais da economia. Para mostrar isso mais uma vez, está sendo republicado um artigo de 2008.

5. Quando é que se vai deixar de tentar fugir à realidade? Fugir mesmo é impossível, e quem tenta só faz se alienar. Aí vão juntas a alienação política e a alienação mental, característica da demência. Justamente por isso todo o sistema de formação de opinião no Brasil, operado pela grande mídia (TV, jornais, revistas de todo tipo etc.), funciona, sem parar, a fim de tornar dementes os brasileiros.

6. Desse modo, os concentradores do poder financeiro mundial garantem seus objetivos: fazer do Brasil cada vez mais uma estupenda zona livre de extração de recursos naturais, dependente de tecnologias controladas por empresas estrangeiras. E cada vez mais indefeso, sob todos os aspectos: cultural, econômico, político e militar.

7. Leonel Brizola dizia, à época dos governos militares, que a função destes era segurar a vaca (figuradamente o Brasil), para as empresas multinacionais extraírem o leite dela.

8. Após a grande ilusão das "diretas-já", o poder econômico concentrador, que tem regido as instituições políticas no Brasil, aperfeiçoou o mecanismo: em vez de controlar a vaca à força, passou a hipnotizá-la, especialmente com a desinformação.

9. Com isso e com a corrupção de atacado, e as eleições movidas a grana, além de pela mídia, a oligarquia imperial pôs a seu serviço os presidentes eleitos "democraticamente". Collor e FHC superaram os recordes brasileiro e mundial de entrega do patrimônio nacional, fazendo ademais o País pagar – e pagar muitíssimo – para entregá-lo.

10. Os últimos oito anos e o início de 2011 confirmam, mais uma vez, a continuidade do processo de destruição do Brasil e que esse processo é planejado. FHC foi recrutado aí por 1969/1970, com vultosa doação de fundação norte-americana ao "centro de estudos" dele. Lula e o PT surgiram de maquinações durante a "transição" no início dos anos 80, dirigidas por serviços secretos estrangeiros.

11. Ora, o desenvolvimento dos desequilíbrios está assegurado não só pela estrutura econômica, praticamente toda nas mãos de transnacionais, como pela dinâmica da dívida. Aquela estrutura leva inexoravelmente a déficits nas transações correntes com o exterior, cujo financiamento acumulado é a fonte da dívida externa.

12. Quando esta não cresce, é a dívida interna que vai para as nuvens, realimentada pelos juros mais altos do mundo pagos pelos títulos públicos brasileiros, sem qualquer razão que o justifique. Daí resultou a cifra apontada no início deste artigo, superior a 6 trilhões de reais.

13. Outra fonte de atraso para o País decorre do baixíssimo nível quantitativo e qualitativo do investimento público. Fala-se muito do crescimento da economia chinesa, mas poucas vezes lembra-se que o governo chinês investe anualmente o equivalente a quase 20% do PIB, enquanto, no Brasil, o governo federal não investe mais que 1% do PIB.

14. Se o investimento público já tem sido miserável, e isso há mais de trinta anos, que faz o governo que se diz dos trabalhadores? Corta inclusive o já pífio investimento, além de outros gastos. A tesourada noticiada, da ordem de R\$ 50 bilhões, seria para "reverter a aceleração da inflação este ano", segundo os enganadores ministeriais, repetidos pelos jornalões.

15. Radicalizando também a perda qualitativa, os cortes atingem a educação básica, a reestruturação das redes de ensino profissional e as pesquisas em ciência e tecnologia, ademais de unidades especializadas em saúde.

16. Também, como se o Brasil já não estivesse à mercê da IV Frota dos EUA, trafegando à vontade diante de nossas costas, e das bases militares dos EUA disseminadas por toda a América do Sul, a proposta orçamentária retira recursos de programas de defesa, inclusive os de positivo impacto tecnológico para a indústria, como a construção do submarino de propulsão nuclear. Essa construção já teria sido concluída há mais de vinte anos, não fosse a continuidade da política entreguista.

## **Submissão ao império latrogenocida**

Em reuniões nas quais se canta o Hino Nacional, vemos comoventes sentimentos de solidariedade nacional, embora as pessoas ignorem que o Brasil está perdendo as últimas expressões de independência.

---

2. A parte mais consciente do povo desaprova a submissão dos poderes da República ao império mundial, mas predomina a passividade no grosso da população, anestesiada pelas redes de televisão e demais fontes da alienação. Pior: muitos percebem a submissão e a aceitam como natural.

3. A Nação acaba de assistir, com grande cobertura dos meios de comunicação de massa, ao espetáculo deprimente da visita de Obama ao Brasil.

4. Com medo de incidentes e demonstrações contrárias, ele desistiu de falar na Cinelândia diante do povo, não obstante os serviços de segurança norte-americana terem tido carta branca, em todos os lugares do Brasil por onde passou o relações-públicas do império, para ocupar e controlar esses lugares durante o tempo que quisessem.

5. Entre os copiosos vexames e pisoteios à dignidade nacional, ministros e outras autoridades “brasileiras” foram revistados por policiais dos EUA.

6. Passando para os assuntos substantivos, o “governo brasileiro” firmou uma dezena de acordos com o governo norte-americano, como se o Brasil já não estivesse amarrado a acordos bilaterais e multilaterais grandemente lesivos aos seus interesses.

7. Apressou-se, ainda, com a colaboração não menos subserviente do Congresso, em fazer com que este ratificasse acordos assinados há mais tempo, como o de transporte marítimo entre o Brasil e os Estados Unidos, assinado em Washington em setembro de 2005.

8. Esse tratado permite que navios norte-americanos transportem cargas reservadas brasileiras, ao excluir da reserva as cargas a granel e as transportadas entre portos ou pontos do território de um dos dois países. Ele fora aprovado na Câmara dos Deputados e estava pendente na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

9. Ali a relatora, Gleisi Hoffmann (PT-PR), recomendou a aprovação, louvando-se na contraditória opinião da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ - (mais uma agência criada sob o modelo Washington-FHC), segundo a qual o pacto não acarretará perdas de fretes para as empresas brasileiras de navegação.

10. Em suma, uma visita oficial em que o Estado-cliente, saqueado em seus recursos naturais, humanos e financeiros, presta vassalagens ao Estado imperial. Por toda parte, tapetes vermelhos em homenagem ao estafeta dos banqueiros de Wall Street e do complexo industrial-militar.

11. No caso, pode-se dizer que os tapetes vermelhos simbolizam o sangue de milhões de seres humanos massacrados, mundo afora, pelo império e seus coadjuvantes.

12. No mesmo instante vítimas de mais um latrogenocídio estavam sendo atingidas na Líbia pelos mísseis das FFAA do império formado pelos EUA e Reino Unido, com a ajuda de um satélite, a França, como foram antes as vítimas imoladas com as bombas de urânio e outras armas de destruição em massa na Sérvia, no Iraque, no Afeganistão e em n outros países.

13. Por aqui, por enquanto, trata-se do sangue de martirizados sem agressão militar, mas por meio da política econômica do governo e do Banco Central, que outra coisa não faz senão desnacionalizar, desindustrializar a economia e favorecer os bancos e empresas oligopolistas e monopolistas.

14. Essa política, entre os danos que causa ao País no interesse das transnacionais financeiras e industriais estrangeiras, não controla nem preços nem quantidades dos minérios e outros recursos naturais estratégicos e preciosos que saem do País.

15. Através desse esquema, o Brasil acumula saldos negativos nas transações correntes com o exterior e paga conta anual de juros cada vez mais pesada na dívida externa, bem como a dos juros mais altos do Mundo na dívida interna.

16. É insensatez justificar os rapapés aos agentes imperiais em nome de acenos destes, ao dizer que veem com bons olhos a pretensão de o Brasil tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

17. Primeiro, são meros acenos. Segundo, de nada vale o suposto prêmio à maior subserviência. Seria só pretensão prestígio para um governo que tributa seu povo em favor do estrangeiro. Seria honra vazia, enquanto o País se desindustrializa e está destituído de poder militar num mundo em que só a força assegura direitos.

**Adriano Benayon**, doutor em economia, autor de *Globalização versus Desenvolvimento*

## Desnacionalização e defesa nacional

*Adriano Benayon - Publicado em Segunda, 16 Maio 2011 02:00*

Intervenções estrangeiras: o Brasil sofreu ameaça de invasão durante a 2ª Guerra Mundial. Se não tivessem sido concedidas bases às Forças Armadas dos EUA, estas teriam ocupado áreas, como Natal e outras, usadas para reabastecer os aviões dos EUA com destino à África.

---

2. Em 1945 e em 1954, embora moderado e conciliador, o presidente Vargas foi derrubado, por defender interesses nacionais. Os EUA usaram a influência que conquistaram junto aos oficiais da FEB sob seu comando na Itália, doutrinaram-nos ideologicamente, além de explorar o deslumbramento deles com os avanços tecnológicos e o poderio bélico estadunidense.

3. Em ambas feitas, os serviços secretos anglo-americanos organizaram conspirações com intensas campanhas nos bastidores e de mídia. Em 1945, o pretexto foi que Getúlio Vargas era

ditador e queria continuar, não obstante ter ele decretado a realização de eleições, nas quais não concorreu à presidência.

4. Em 1954, montaram operação para implicar a guarda do presidente no assassinato do Major da Aeronáutica, Rubens Vaz, que prestava segurança a Carlos Lacerda, ferrenho opositor de Vargas. O complô foi armado para matar o Major, como ocorreu, simulando, porém, que o alvo era Lacerda.

5. Houve também acusações a Vargas de corrupção, mentirosas, como comprova ter ele adquirido, durante toda a vida, só um simples apartamento, financiado. Getúlio não viajava ao exterior e nunca teve conta no exterior. De quantos políticos pode-se afirmar o mesmo?

6. A fórmula é sempre esta: exploram-se factóides e os sentimentos moralistas da classe média. Esta é enganada, crendo ser prejudicada com a reposição de perdas salariais dos trabalhadores, e distorce-se o conceito de democracia.

7. O golpe de 1954 foi chave na virada da política econômica que implantou a dependência financeira e tecnológica do País. O governo foi assumido pela UDN e militares americanófilos, na maioria, sendo Café Filho presidente só pró-forma. Passou-se a subsidiar os investimentos diretos estrangeiros (IDEs), e as empresas transnacionais sediadas no exterior foram ocupando os espaços econômicos do País. Abortou-se, assim, a verdadeira indústria nacional, que surgira ao longo da 1ª metade do Século XX.

8. A desnacionalização acentuou-se sob JK, que não modificou a política de subsidiar os IDEs e ainda lhes ofereceu favores adicionais. Inviabilizou a indústria automobilística nacional, ao entregar o mercado à Volkswagen e a outras transnacionais, donas de maquinaria e tecnologia amortizadas no exterior.

9. Em 1964 as Forças Armadas dos EUA envolveram-se diretamente no golpe, pondo navios de guerra com tropas diante das costas brasileiras. João Goulart só teve um ano de governo sob regime presidencialista e provavelmente não tinha em mente reverter de modo cabal o processo de desnacionalização.

10. Pelo sim, pelo não, os serviços secretos estrangeiros armaram o golpe. Ademais, Goulart fez aprovar a Lei 4.131, de 03.09.1962, que limitou a remessa de lucros do capital estrangeiro, não revogada até hoje.

11. Ela não coíbe as remessas de lucros disfarçados através de quinze mecanismos<sup>1</sup>, como subfaturar exportações e superfaturar importações, e pagar às matrizes serviços superfaturados e até fictícios.

12. Apesar de alguns chefes militares, de 1964 a 1982, não terem sido pró-capital estrangeiro e terem fortalecido empresas estatais, a linha mestra da política econômica e financeira continuou ajudando a concentração e a desnacionalização. Isso resultou na crise da dívida e na inadimplência. Desde 1977/1978, a maioria dos empréstimos e financiamentos externos destinava-se a rolar dívidas.

13. Na ausência de elite nacional capaz de influir positivamente nos destinos do País, deu-se a capitulação diante dos bancos estrangeiros, aceitando os extorsivos planos Baker e Brady. Esse processo, iniciado sob Figueiredo, último presidente militar, culminou com a fraude na Constituição de 1988, que privilegiou o pagamento do “serviço da dívida”<sup>2</sup>. Paralelamente, deu-se a transição para a “democracia”, regida pelos serviços secretos estrangeiros que haviam orientado os golpes militares.

14. A desnacionalização deu passos gigantescos com Collor, só suplantados pelos desastres causados por FHC. Lula e Dilma nada consertaram e agravaram as coisas, inclusive com reformas tributária e previdenciária favoráveis aos concentradores.

15. Em suma, as potências hegemônicas usaram as Forças Armadas brasileiras e depois as enfraqueceram. Hoje, o País está sem defesa diante das ameaças presentes. O regime “democrático” acelerou ainda mais a desindustrialização, prejudicando a base industrial e tecnológica sem a qual não há segurança nacional.

16. Esta não depende só de armamento, que pode ser importado, mas de nada serve num conflito que envolva as potências hegemônicas, não apenas porque elas dispõem de armas muitíssimo mais poderosas, como mísseis e arsenais nucleares, mas porque são essas potências que possuem os códigos dos chips das armas que vendem.

17. Veja-se a Guerra das Malvinas, em 1982. Com a heroica atuação de seus oficiais e soldados, a Argentina obteve êxitos, e encouraçados britânicos foram afundados por mísseis Exocet, adquiridos da França. Então, os britânicos e norte-americanos “convenceram” o governo francês a informar-lhes os códigos desses mísseis, tornando inevitável a derrota dos argentinos.

18. O Brasil já sofreu na própria pele, com a explosão do dispositivo que acionaria o míssil de sua missão espacial, em frente a cuja base se encontrava um navio norte-americano tipo Pueblo.

19. Até para negociar a aquisição de tecnologia estrangeira é indispensável estar apto a desenvolver tecnologias próprias de produtos e processos. Ora, em vez de iludir-se com bobagens, como tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, sem ter poder militar algum, o País tem por primeira tarefa reindustrializar-se com o máximo possível de tecnologias controladas por si.

Notas:

\* 1: Esses mecanismos são descritos no capítulo 7 de meu livro “Globalização versus Desenvolvimento”.

\* 2: De 1988 a 2010, a dívida pública já consumiu mais de R\$ 6 trilhões dos cofres da União Federal.

## Os lucros dos bancos crescem sem parar

*Adriano Benayon - Publicado em Quinta, 09 Junho 2011 02:00*

Nos oito anos de FHC, a média anual de crescimento real dos lucros dos bancos foi 11%, acumulando 230% em oito anos. De 2003 a 2007, ela foi 12%, acumulando 176% em 5 anos.

---

2. De 2003 a 2010 os lucros dos cinco maiores bancos - Itaú, Banco do Brasil, Bradesco, Santander e Caixa Econômica Federal - elevaram-se de R\$ 11,1 bilhões para R\$ 46,2 bilhões. Ou seja, em sete anos, elevação sustentada, à média de 17,7% ao ano, ou seja, 313%. Em termos reais (correção pelo IPCA): 12,1 % aa., acumulando 222%.

3. Quem consegue ascensão tão rápida em sua renda real? E a que os bancos devem esse maná? A se crer na grande mídia e na academia, o mercado estabeleceria as taxas de juros dos títulos públicos. Na verdade, quem as decide é o Banco Central - BACEN (formalmente, o COPOM – Comitê de Política Monetária). Estranho “mercado” formado só por um lado, o dos banqueiros.

4. Embora o BACEN seja oficialmente subordinado ao governo, as decisões dele e as demais da política econômica emanam dos concentradores financeiros.

5. Assim, as taxas reais de juros dos títulos do Tesouro são, no Brasil, as mais altas do mundo, e as taxas dos juros pagos por empresas ou por pessoas físicas correspondem a múltiplos daquelas.

6. Apesar da política econômica, a abundância de recursos naturais e o aumento da população têm feito crescer a economia, apoiada por crédito público. A demanda assim gerada suscita investimentos e a expansão do crédito privado.

7. O crédito tem crescido muito. Elevou-se em 20%, de 2009 para 2010, atingindo R\$ 1,7 trilhão, o equivalente a 46,6% do Produto Interno Bruto. Essa expansão e as altíssimas taxas dos juros explicam o grande e ininterrupto aumento dos lucros dos bancos.

8. Mas não é só isso: o BACEN propicia aos bancos cobrar taxas elevadas e excessivas por serviços bancários, em grande parte, processados pelos próprios clientes, dada a automação desses serviços.

9. Há três anos, quando o Banco Central baixou normas para padronizar as tarifas, a receita destas já custeava as despesas dos bancos com administração e funcionários. Desde então, conforme dados do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), o pacote dos principais serviços passou a custar até 124% mais. As receitas com as tarifas subiram, em média, 30% acima da inflação.

10. Os interessados nos juros elevados põem a grande mídia e demais veículos de comunicação a repetir, sem cessar, que os juros elevados servem para conter a inflação. Já mostrei, em muitos artigos, que esse não é um modo correto de reduzi-la.

11. A verdadeira “razão” da política financeira é proporcionar lucros excessivos aos bancos e aos demais aplicadores de capital financeiro.

12. O primeiro e colossal prejuízo disso para o País são as despesas do “serviço da dívida pública”, que somaram, desde 1988, mais de 6 trilhões de reais. A maior parte dessa brutal sangria resultou dos próprios juros capitalizados. Há outros imensos danos decorrentes das taxas de juros. O espaço só permite falar de alguns.

13. Assim como aquelas despesas retiram recursos do Estado que deveriam ser investidos nas infraestruturas econômicas (transportes, energia, telecomunicações, progresso tecnológico) e social (educação, saúde, previdência), também as pessoas físicas e jurídicas – que pagam juros a taxas ainda mais elevadas que o Estado - deixam de produzir e consumir, e de gerar mercado para mais investimentos.

14. Outro efeito desastroso é a valorização excessiva do real em função de as altas taxas de juros atraírem dólares captados no exterior a juros reais negativos. A continuação do processo faz que, além de os especuladores ganharem com a diferença entre as taxas de juros, eles obtenham, às nossas custas, lucros adicionais com a diferença entre as taxas de câmbio na entrada e as na saída dos dólares.

15. Ao mesmo tempo, o Banco Central aplica a taxas muito baixas os dólares das reservas cambiais, ademais em constante desvalorização. Para isso, a União paga juros a taxas altíssimas nos títulos públicos.

16. A sobrevalorização do real, cada vez maior, reduz ainda mais a competitividade dos bens e serviços produzidos no Brasil: no mercado interno, nas exportações e nas importações, o que acelera a desindustrialização do País. Ademais, os juros altos pesam nos custos de produção.

## **Tirania mundial**

*Adriano Benayon - Publicado em Quarta, 10 Agosto 2011 02:00*

---

Tirania é o nome adequado para designar o “governo mundial”, na direção do qual avança o império. No campo da informação e da comunicação, para alcançar seus objetivos, a oligarquia tirânica:

- 1) põe a mídia e formadores de opinião a distorcer os fatos ou a simplesmente mentir;
- 2) arrasa as culturas nacionais, bases da cultura universal, e destrói os valores que sustentam as civilizações; cria idéias falsas e injeta-as em massa nas mentes das pessoas.

2. Dessas idéias fazem parte ideologias, como:

- 1) a de que os mercados livres resultam em uso eficiente dos recursos disponíveis e favorecem as economias locais e a economia internacional (liberalismo, monetarismo e outras);

2) a idéia de que os bancos podem ser controlados por donos e acionistas privados sem que os governos dos países não fiquem subordinados a eles;

3) a idéia de que a **concentração financeira e econômica**, uma vez constituída, pode ser controlada pelo Estado e não implica necessariamente:

a) a destruição da concorrência nos mercados;

b) o não-desenvolvimento de formas de energia, modos de transporte, tecnologias e produtos necessários ao bem-estar da sociedade, inclusive nos alimentos e no setor da saúde;

c) a supressão total de qualquer forma de democracia e de governo favorável à sociedade.

4) a idéia de que existe uma comunidade internacional.

3. Esta só teria como existir se as nações se autoderminassem e se interagissem em cooperação profícua para todas as partes envolvidas. Na realidade, não há nação alguma autodeterminada: as próprias sedes do império - Estados Unidos e Reino Unido (Inglaterra) - são dominadas pela oligarquia mundial, e as organizações "internacionais", a começar pelas "Nações Unidas", não passam de instrumentos a serviço da tirania globalista.

4. Desde o fim da 2ª Guerra Mundial, além da contínua e sempre intensificada intervenção da mídia e dos formadores de opinião, pré-pagos e pós-pagos, os países da periferia do império - notadamente o Brasil, em função de seus recursos naturais sem par - sofreram pressões político-militares, inclusive golpes de Estado, para enfraquecer e desarticular o nacionalismo e o papel diretor do Estado na economia.

5. As campanhas ideológicas regidas pelo império associaram o nacionalismo ao fascismo, ideologia que se apresentou como nacionalista, mas nunca foi senão instrumento dos concentradores financeiros mundiais.

6. Nas periferias também predominaram as ditaduras subordinadas ao império anglo-americano, mais submissas a este do que as fascistas européias, que fizeram o jogo do império, embora, na aparência, a ele hostis.

7. Atualmente, o Brasil precisa preservar-se como nação, pois esta está a ponto de se desintegrar, e isso seria desastroso para os que vivem no território nacional. Não importa se o nome disso (preservar a Nação) é nacionalismo ou não: é o que tem que ser feito.

8. Deixo para artigos subseqüentes a exposição do que entendo deva ser feito. De pronto, interessa encarar o cenário mundial que se apresenta com brutalidade nunca antes verificada, tanto no campo econômico-financeiro como no das armas, cada vez mais letais e criminosamente empregadas pelas forças a serviço da tirania.

9. Povos vitimados: praticamente todos. Mais especialmente, por meio da destruição massiva das finanças: o grego e quase todos os outros. Através do genocídio por meios ditos militares: Líbia, Iraque, Afeganistão, Paquistão, Somália, sem falar em muitos outros hostilizados por terroristas agentes do império, afora a subversão por ele financiada e armada.

10. A finança (bancos, fundos etc.) e a indústria de armamentos, ambas controladas pela tirania global, estão intimamente entrelaçadas. A primeira investe na segunda, que garante em favor daquela, o controle de vários países e a sobrevivência do dólar: é a pressão militar que faz que o grosso do comércio mundial seja realizado através dessa moeda hiperinflacionada.

11. Parte substancial dos déficits acumulados pelo Tesouro dos EUA decorre das crescentes despesas com a máquina de guerra. São cerca de US\$ 800 bilhões anuais, ou seja, quase metade do déficit, previsto este ano em 1,7 trilhão. Só o massacre do Iraque já fez os EUA gastarem US\$ 4 trilhões no interesse dos bancos, das transnacionais anglo-americanas do petróleo e de empreiteiras do império e de seus satélites europeus.

12. Do lado das receitas, se as pequenas e médias empresas não estivessem sufocadas pela falta de crédito e por juros altos, a produção teria crescido e a arrecadação tributária, muito maior, faria reduzir em muito esse déficit.

13. Por que falta de crédito e juros altos para atividades produtivas e geradoras de emprego, se os grandes bancos dos EUA podem captar dinheiro emitido pelo FED a juros de 0,25% e se, nem precisam disso, pois o FED e o Tesouro os encheram de dinheiro criado em computadores?

14. Por que isso, se esses bancos dispõem de reservas em excesso, de US\$ 1,6 trilhão? Por que isso, se o Tesouro lhes deu trilhões de dólares, ao comprar, pelo valor de face, derivativos podres, i.e; títulos superpostos sobre outros que, na base da pilha, não podiam ser pagos pelos devedores e deveriam levar os bancos à falência.

15. O “governo” salvou-os desse modo, embora a crise, que ele dizia querer evitar com isso, proveio da criação irresponsável dos derivativos, com os quais os bancos obtiveram polpudos ganhos.

16. Entre as incríveis benesses em favor dos bancos e à custa da economia, há mais uma, especialmente relevante: o FED está pagando juros aos bancos pelas reservas em excesso que eles ali depositam, as quais provêm de dinheiro emitido pelo próprio FED e do socorro provido pelo Tesouro.

17. Essas reservas passam de US\$ 1,6 trilhão, das quais US\$ 600 bilhões de agências de bancos não-americanos nos EUA: entre os maiores, dois britânicos, dois suíços, um francês e um alemão. O que não fica nessas reservas é aplicado em especulações, por exemplo, com commodities.

18. Prosseguem, assim, os efeitos do colapso financeiro, que despontou em 2007, já que o modo como os oligarcas determinaram os “governos” (inclusive europeus) a agir não eliminou as causas da crise de 2007/2008 e ainda produziu novos fatores de crise. É por isso que os analistas não-teleguiados pela tirania prevêm, para breve, uma crise ainda mais aguda do que aquela.

19. De um lado, ainda ficaram com os bancos enormes somas de derivativos, cada vez mais insolváveis, porquanto a economia real não foi recuperada (ao contrário, predomina a depressão em muitos países).

20. De outro lado, o colossal socorro aos bancos, com dinheiro público e com emissões desbragadas de mais dinheiro, produziu mais uma crise: a dos déficits e a da dívida pública, como a dos EUA.

21. Além disso, foram geradas crises na periferia europeia com a depressão econômica nos EUA, no Japão e na maior parte dos países europeus, e também em função de jogadas de bancos, como o Goldman Sachs, que causaram aumentos nos juros das dívidas desses países, com a ajuda das agências de risco e fazendo hedge com essas dívidas.

22. Nos EUA o “governo” está tentando fazer duas coisas contraditórias: 1) evitar que o dólar deixe de ser a moeda das transações mundiais; 2) continuar inflacionando essa moeda. Ambas refletem o mesmo desejo: prosseguir valendo-se da mordomia que lhes proporciona cobrir os astronômicos gastos militares do império, além das loucuras em favor dos bancos e demais concentradores econômicos, simplesmente emitindo aquela moeda.

23. Nesse contexto está inserida a batalha político-demagógica entre “democratas” e “republicanos” sobre a elevação do teto de endividamento dos EUA. Se o Congresso não a autorizar, os EUA teriam de cessar os pagamentos da dívida federal (US\$ 17 trilhões, sendo US\$ 3 trilhões de títulos com o FED).

24. Isso detonaria o colapso do dólar. Para conseguir aquela autorização, o presidente “democrata” dos EUA propôs diminuir as despesas federais mediante brutais cortes nos gastos sociais, o que fará agravar ainda mais a depressão, a crise imobiliária, o desemprego e tudo mais. Ele parece pretender superar, em zelo castrador da economia, o “republicano” Hoover, que fez aprofundar a depressão após a crise financeira de 1929.

25. Os Estados, as cidades e os condados naquele país já se encontram em situação insustentável, proibidos que são de ter déficits orçamentários. Cerca de 100 cidades importantes estão prestes a entrar em posição falimentar, o que acontece também em estados importantes.

26. A nova fase do colapso financeiro mundial repercutirá no Brasil, cuja situação já é desfavorável, como demonstrei em artigo recente.

· - **Adriano Benayon, doutor em economia pela Universidade de Hamburgo, Alemanha, é autor de *Globalização versus Desenvolvimento*.**

## Massacres imperiais

*Adriano Benayon - Publicado em Quinta, 25 Agosto 2011 02:00*

---

Em outro artigo em que trato do colapso financeiro, ponho em dúvida que o império esteja no fim, inclusive porque ainda é o poder militar que sustenta o dólar. Nessa linha, a oligarquia financeira perpetrou mais um latrogenocídio, para alijar da Líbia um regime cujo crime, aos olhos imperiais, foi melhorar muito as condições de vida de seu povo.

2. Em 24.08.2011, a NATO (organização composta pelas potências imperiais e satélites), relatou ter, nos últimos cinco meses, realizado 20.121 missões aéreas, incluindo 7.597 bombardeios. Não mencionou quantos mísseis destruidores lançou dos navios sobre alvos na Líbia, nem o número de mortes de civis, inclusive crianças, nem ter destruído a infra-estrutura, escolas, hospitais etc.

3. Essa é a “ação humanitária” alegada pelos sucessores de Goebbels. O atual período faz lembrar os anos 30, e as agressões hitleristas contra uma sucessão de países vitimados. Estavam os países centrais em depressão, ganhavam espaço o fascismo e novas empreitadas colonialistas.

4. Uma diferença é que a Alemanha nazista afetava estar de lado contrário ao dos controladores da City de Londres. Isso não era verdade. Hitler adorava a oligarquia britânica, a qual, de resto, patrocinou a ascensão dele ao poder. Banqueiros ligados à finança mundial complotaram para derrubar o chefe do governo, de menos de dois meses, de Kurt von Schleicher, ex-chefe do Estado-maior, apoiado por setores sociais com excelente plano de recuperação econômica, muito superior às idéias de Keynes.

5. A oligarquia jogou a carta de Hitler, que prometera, e cumpriu, atacar a União Soviética. Hoje, os continuadores do nazismo estão todos do mesmo lado, reunidos na OTAN.

6. Estas são algumas das razões pelas quais a Líbia foi covardemente violentada:

1) ter Gaddafi convertido em ouro dólares das reservas líbias e posto esse ouro a salvo de banqueiros estadunidenses; ademais, propôs que os países africanos passassem a realizar transações internacionais através de moeda própria a ser criada regionalmente;

2) ter a Líbia sido considerada, principalmente antes da agressão, presa fácil do ponto de vista militar. Ademais, as divisões tribais deveriam facilitar o êxito da subversão financiada, superarmada pelas potências hegemônicas e executada por tropas especiais da OTAN e do Catar. Não contaram com a resistência popular, favorável ao regime de Gadafi, incomparavelmente mais democrático que as “democracias” ocidentais. Nestas, o sistema representativo não representa os eleitores, mas, sim, quem os controla. Eleições e o pluripartidarismo não passam de engodos.

3) ter Gaddafi facilitado a tarefa criminosa da OTAN, ao fazer, desde há alguns anos, concessões às potências hegemônicas pensando em aliviar pressões. Isso acentuou a fraqueza da vítima, como aconteceu também no caso do Iraque, país militarmente mais poderoso que a Líbia (antes de ser massacrado). Ainda por cima, os sistemas anti-mísseis do Iraque eram britânicos e foram desativados pelos detentores dos códigos dos chips.

4) o objetivo de praticar o genocídio contra a Líbia, como ponto de partida para guerra mais ampla, estendendo-a à Síria e ao Irã. Setores da oligarquia anglo-americana influenciam o Pentágono no sentido de desencadear guerra de maior porte, até como válvula de escape face a movimentos de cidadãos norte-americanos e britânicos (entre outros) revoltados por estar sendo sugados e enganados pela oligarquia.

5) em conexão com o projeto de guerra, testar a China e a Rússia, passivas desde a capitulação de não ter vetado a resolução do Conselho de Segurança da ONU. Se essas duas potências (?) não assumirem posição mais firme, a escalada colonialista prosseguirá.

6) privilegiar as companhias do cartel anglo-americano e afastar as chinesas, russas e indianas do petróleo líbio; além disso, os predadores ocidentais querem saqueio livre e, não um governo, como o de Gaddafi, que cobrava impostos para investir em seu país e menos suaves que os dos protetorados tipo Arábia Saudita, Coveite, Catar, Emirados etc.

7. Dir-se-á: “por que a França participou tão ativamente, tendo suas FFAA, junto com as britânicas, feito a maior parte do trabalho sujo?” Bem, desde Napoleão, à exceção da era De Gaulle, a França sempre foi manipulada pela oligarquia britânica e depois anglo-americana. Ademais, há as águas do Grande Rio, projeto vitorioso de Gaddafi, que as companhias francesas Suez e outras querem fazer privatizar, como têm feito mundo afora.

8. Sarkozy deve sua carreira política à oligarquia anglo-americana. Esta o ajudou de novo, massacrando Dominique Strauss-Kahn, que seria candidato à presidência da França, embora o objetivo principal fosse forçá-lo a deixar a direção do FMI, pois DSK, entre outras coisas, apontou que não existem as alegadas reservas de ouro dos EUA.

9, De fato, O Estado policial dos EUA e serviços secretos foram acionados para prender DSK, em Nova York, de forma humilhante e injusta. Depois, ele ficou em prisão domiciliar, foi substituído no FMI por uma apaniguada de Sarkozy e, só após mais de três meses, acaba de ser liberado para retornar à França, por não haver provas das infames acusações que determinaram sua prisão, efetuada com arbitrariedade nunca antes vista.

10. É sob o impacto de tantas e tão contundentes demonstrações de indecência, que se aproxima o décimo aniversário, em 11 de setembro, de outra conspiração criminosa: a implosão, planejada pelos oligarcas, das torres gêmeas de Nova York, para, junto com outras mentiras, aterrorizar as pessoas e condicioná-las a ver os “islâmicos” como inimigos e causadores do terror.

## **Fim do Império?**

*Adriano Benayon - Publicado em Segunda, 05 Setembro 2011 02:00*

O colapso financeiro recente, cuja primeira grande crise ocorreu em 2007, vai continuar produzindo incalculáveis danos para a humanidade.

---

De fato, apesar de o colapso ser flagrante, os segmentos sociais revoltados por causa das consequências dele, não lograram organizar-se, nem arrebataram o poder dos que o tem causado.

2. No 2º semestre de 2011 estão presentes novamente os fatores explosivos que fizeram detonar a crise de 2007/2008, como derivativos em montante acima de US\$ 600 trilhões,

contando só os negociados diretamente entre as partes, sem incluir, portanto, os transacionados em Bolsas. A isso se soma agora a perspectiva de inadimplência dos Estados Unidos e de países da União Europeia em suas dívidas públicas.

3. Seis grandes bancos de Wall Street estão expostos em US\$ 1,5 trilhão, só nas dívidas da Espanha e da Itália. Outro tanto, ou quase, de créditos a esses dois países está na carteira de bancos alemães e franceses.

4. As economias e as sociedades desses países afundam cada vez mais na depressão, enquanto o FED nos EUA e o Banco Central Europeu emitem moeda e dão créditos de graça aos banqueiros criadores e detentores de títulos podres privados e públicos, além de comprar esses títulos por muitíssimo mais do que valem.

5. O Escritório de Responsabilização (Accountability) do Governo - GAO, vinculado ao Congresso dos EUA, fez auditoria na Reserva Federal (FED) a pedido do senador dissidente Bernie Sanders. O relatório revelou que, de 01/12/2007 a 21.07.2010, o FED concedeu empréstimos secretos a bancos e corporações financeiras, no montante de 16,1 trilhões de dólares, quantia maior que o PIB dos EUA (US\$14,5 trilhões).

6. Esse dinheiro não flui para a economia, vai para a especulação, e a perspectiva é de que a depressão se torne ainda mais trágica, por causa dos cortes nas despesas públicas e dos aumentos de impostos “para reduzir os déficits orçamentários”.

7. Observadores apressados animam-se com o fim do império, ao verem a continuada queda de valor do dólar e ao rebaixamento da cotação dos EUA, por parte de uma agência de risco de crédito.

8. Não avaliam que a oligarquia financeira se têm aproveitado do colapso que gerou, para dar imenso salto qualitativo na concentração, demonstrando, ademais, controle total sobre os governos das “democracias representativas”, as quais nada têm de democráticas.

9. Mesmo nos países centrais, os donos das finanças – e do poder – já haviam, desde os anos 80, feito crescer muitíssimo a concentração de riqueza real e financeira, determinando políticas públicas, como a fiscal, as quais os favoreceram cada vez mais. Após a virada do século, acumularam quantidades imensas de lucros mediante a fraudulenta explosão dos derivativos, um dos fatores que levou ao colapso.

10. Como o grosso desses derivativos não tem sustentação real, o prejuízo decorrente foi maior do que aqueles lucros. Entretanto, foi pago pelos Tesouros e bancos centrais.

11. A consequência disso é que, além de grandes bancos estarem de novo perto da falência por terem reincidido na bandalheira dos derivativos, agora também ficaram em situação de pré-inadimplência os Estados “soberanos”, que salvaram os bancos após a crise de 2007-2008.

12. Os Estados imperiais ainda pagam juros muito baixos em suas dívidas públicas demasiado altas (120% do PIB nos EUA), mas esse não é o caso, da periferia europeia, na qual as taxas vêm subindo e agravando muito as coisas.

13. No Brasil a dívida pública ainda representa percentual tolerável do PIB, mas o “governo” e o BACEN parecem fazer questão de que o Brasil entre no rol dos falidos, pela composição dos juros às taxas absurdamente altas que decretam em prejuízo do País.

14. Voltando à questão nos EUA e Europa, passada a primeira crise do colapso financeiro, graças à incrível e imoral ajuda pública, a oligarquia fez elevar exponencialmente, através da depressão, o grau de concentração. Durante as depressões, o poder relativo dos concentradores cresce muito, com as perdas das empresas menores e dos assalariados, e aqueles se aproveitam para adquirir ativos a preços de liquidação, sem falar nos ganhos com novas especulações financeiras.

15. Com efeito, eles dominam as economias centrais e ainda mais as periféricas, de cujos recursos naturais se apossam celeremente, colocando a humanidade na rota da escravização total, para não dizer do extermínio.

16. Por enquanto, não é o império nem o capitalismo que está acabando. Quem está com a sobrevivência em perigo são as vítimas do capitalismo. Mais importante: às centenas de milhões de pessoas que já se danaram no processo, outro tanto vai sendo acrescentado ao rol dos destituídos e massacrados.

17. O sistema de concentração financeira e econômica nas mãos de poucos grupos e famílias oligárquicas (essa é a definição de capitalismo) prossegue causando estragos em escala crescente: desemprego, miséria, rebeliões de seu interesse, guerras de grande vulto planejadas pelos diretores do capitalismo, conscientes da desconstrução diabólica que estão realizando, a fim de tornar sua tirania cada vez mais absoluta.

18. Não se pode prever quando isso vai parar. Mas se poderia inferir a única maneira possível de conseguir: retirando das mãos dos donos da concentração e da tirania mundial o poder que eles detêm sobre os governos, os aparatos militares e os serviços secretos que comandam.

19. Embora cada vez mais horrores sociais e econômicos estejam acontecendo e gerando revolta, também cresce a repressão policial e o totalitarismo na desinformação. Esses horrores só acabarão, se as sociedades encontrarem um modo de conquistar o Estado e organizá-lo sob princípios do bem comum, somente viável sem bancos privados com direito a criar dinheiro e se forem quebrados os oligopólios e os cartéis.

## **Dez anos do golpe nos EUA**

*Adriano Benayon - Publicado em Domingo, 11 Setembro 2011 02:00*

---

Há dez anos foi perpetrada a implosão das Torres Gêmeas em Nova York. No mesmo dia foi lançado míssil sobre uma ala do Pentágono, em Washington.

2. Está comprovado – exceto oficialmente, é claro - que esses crimes só podem ter sido mandados cometer por gente com poderes sobre as forças de defesa e segurança dos EUA,

com autoridade sobre o território dos EUA, tendo à disposição recursos materiais e tecnológicos dos mais avançados.

3. Que isso surpreenda a maioria das pessoas ilustra o poder tirânico da oligarquia financeira anglo-americana, que controla a grande mídia e os formadores de opinião que a esta têm acesso. Demonstra, ademais, que essa oligarquia está obtendo os resultados da desinformação massiva e os do abaixamento do nível cultural, dos valores éticos e da capacidade de discernimento dos povos, que promove, desde há mais de um século, em escala crescente, para submeter a humanidade á sua tirania.

4. Atentemos para os esclarecimentos da Associação Arquitetos e Engenheiros pela Verdade, formada nos EUA por 1.500 engenheiros e arquitetos, acessíveis em <http://www.truthout.org>.

5. Em vídeo, mais de 20 engenheiros e arquitetos, altamente qualificados, expõem, com clareza, que as torres gêmeas - e o prédio ao lado, o WTC - ruíram verticalmente, em 7 segundos, por meio de implosão perfeita. O engenheiro brasileiro Thomas Fendel assinala que implosões convencionais não conseguem isso, nem em sonho.

6. A implosão realizada só podia ser feita por pessoal especializado e preparada durante meses. Têm de ser calculados os locais onde os explosivos de extraordinário poder calorífero (nanothermite) são colocados. Essa técnica fez derreter as vigas de aços especiais, sem o que as torres não cairiam como caíram. Foram literalmente pulverizadas, algo impossível sem essa técnica, à luz das leis da física elementar, como lembra Fendel.

7. Em 14.09.2009, o Prof. David Ray Griffin publicou artigo "The Mysterious Collapse of WTC Seven - Why NIST's Final 9/11 Report is Unscientific and False" (Porque o Relatório Final do Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia sobre o 11/9 é falso e não-científico). Cito: "Um relatório de cientistas, inclusive o químico Niels Harrit da Universidade de Copenhague, mostrou que a poeira do WTC continha nanothermite, explosivo de alto poder – diferente da thermite ordinária, que é só incendiária. O relatório, assinado, entre outros, por Steven Jones e Kevin Ryan, só foi publicado em 2009."

8. Como consta do site dos engenheiros pela verdade, o coronel-aviador Razer, da Força Aérea dos EUA, está 100% convencido de que as três torres do WTC foram destruídas por demolição controlada, implodidas com explosivos. Ele é um dos pilotos de maior experiência, no mundo, em todo o tipo de aviões, e em matéria de destruição de edifícios de aço e concreto. Para Razer está claro que a implosão não foi orquestrada por um bando de amadores muçulmanos liderados por um sujeito metido numa caverna no Afeganistão (Bin Laden).

9. Ademais, só pessoas autorizadas podiam ter acesso às Torres, para realizar o serviço, o que, claro, não inclui islâmicos desempregados, que mal falam inglês e não têm como obter visto de entrada nos EUA (os brasileiros que fazem fila nos Consulados norte-americanos conhecem as exigências).

10. Os islâmicos acusados pelo atentado, presos e torturados, jamais teriam: 1) formação, especialização e experiência para montar e realizar a implosão; 2) acesso aos edifícios conduzindo explosivos (nem eles, nem qualquer pessoa sem o respaldo dos serviços inteligência do governo dos EUA); 3) sequer a possibilidade de ingressar nos EUA sem o

patrocínio desses serviços; 4) a menor condição de pilotar os aviões nas manobras para atingir as Torres, com cursinhos de piloto na Flórida no esquema montado pela CIA de recrutar os bodes expiatórios.

11. Pilotos profissionais e experimentados, de jatos como os Boeing 754, afirmaram que nem eles conseguiriam fazê-lo. Como os aviões bateram nas torres é pergunta que fica no ar. Telecomando? Não sei.

12 Conforme peritos, o calor gerado por queima do carburante de aviões não é, nem de longe, capaz de fazer derreter as estruturas dos andares atingidos, para nem falar dos demais, e tudo ruiu em bloco. Além disso, ruiu também o WTC 7, sem ter sido tocado por qualquer aeronave.

13. Outro ponto é o sequestro dos aviões: como tudo foi facilitado desde ao aeroporto etc. Mais notável: os radares da Força Aérea dos EUA detectam o desvio de rota de qualquer avião e têm procedimento padrão para fazer imediatamente decolar seus caças supersônicos. Não corrigida a rota, depois do aviso, os pilotos dos caças o abatem.

14. Por que o desvio durou quase uma hora, até que os aviões se chocassem com as Torres Norte e Sul? Claro que os pilotos da Força Aérea receberam ordens para não sair do chão.

15. Isso se relaciona com a única das nove questões básicas da Comissão de Cidadãos dos EUA, respondida pelo governo estadunidense: *"Everyone 'goofed' that day, according to the Bush administration and the 9/11 Commission"* (todos bobearam, segundo a administração Bush e a comissão oficial).

16. Por essa resposta pode-se, sem muita ironia, dizer que o governo dos EUA nem precisa responder as demais. Se ele tivesse alguma seriedade e dissesse a verdade, os militares e civis responsáveis, no melhor dos casos, pela injustificável negligência teriam de ser submetidos a corte marcial e exemplarmente punidos.

17. Mas que aconteceu? Eles foram promovidos. Como não supor que foram recompensados? Por que? Por terem sido cúmplices, cumprindo ordens contrárias aos regulamentos, às Leis e à Constituição de seu país. Pior que isso: ordens de traição a seu país, a não ser que se confundam os EUA com a oligarquia financeira que ali exerce sua tirania.

18. Eis, a seguir, algumas das perguntas da Comissão de Cidadãos dos EUA:

1. Como poderiam ser sequestrados quatro aviões comerciais, que voaram no espaço aéreo dos EUA durante até 46 minutos sem envolvimento militar?

2. Como dois aviões comerciais poderiam causar implosão semelhante à das demolições planejadas nos dois edifícios mais altos do mundo, dotados de estruturas de aço?

3. Como o FBI identificou os 19 "sequestradores árabes", se nenhum nome árabe aparece na lista de passageiros nem da de tripulantes em qualquer das aeronaves?

4. O trabalho rápido do FBI em identificar os 19 "sequestradores" e a rede Al Qaeda de Bin Laden (sem provas) não sugere que o governo tinha conhecimento prévio de um ataque?

5. Por que empreiteiros começaram a retirar destroços antes de os investigadores estudarem a cena do crime?
6. Por que não foram achadas partes do Boeing 757 - asas, fuselagem, trem de aterrissagem, motores? Por que não havia restos de passageiros nem de suas bagagens?
7. Dúzias de câmeras de vigilância dentro e fora do Pentágono teriam gravado imagens de alta qualidade do que aconteceu. Por que nenhuma foi usada como prova para sustentar a teoria governamental do Boeing 757?
19. Em razão do que precede e à luz do que o governo dos EUA fez após os fatos de 11 de setembro de 2001, é lícito concluir que eles foram um golpe de Estado de terríveis consequências para quem mora nos EUA ou ali vai, e ainda piores no exterior. Isso será objeto de outro artigo.
20. Desde já, diga-se que o povo dos EUA vem sendo aterrorizado e ludibriado. Com a aprovação da Lei Patriot II (a Patriot I o fora na época de Clinton, após outro atentado), foi ainda mais radicalizado o estado policial, podendo ser presa qualquer pessoa sem ordem judicial, em função de simples suspeita por parte dos órgãos de segurança.
21. Que dizer dos países vitimados pelas bombas de urânio que mísseis e aviões dos EUA e de seus satélites lançaram, em seguida, no Afeganistão e logo no Iraque, depois em outros países e recentemente na Líbia, destruindo infraestruturas e matando mais de um milhão de pessoas?

## O Golpe de Estado de 11 de setembro de 2001

*Adriano Benayon - Publicado em Quinta, 29 Setembro 2011 02:00*

Antes de expor para que a oligarquia financeira mandou destruir as Torres Gêmeas (WTC), em Nova York, e avariar o Pentágono, em Washington, vamos adicionar detalhes às demonstrações de que os autores desses crimes só podiam ser dos aparelhos de segurança e militar do governo dos EUA.

- 
2. Isso emerge de dezenas de documentos. Em um filme de 49', produzido na Itália, de que participa o prêmio Nobel Dario Fo, falam peritos, na maioria estadunidenses, em engenharia, física, materiais, aeronáutica e segurança.
3. Um sobrevivente, que trabalhava no 84º andar da Torre Sul, quando do impacto de um avião poucos andares abaixo, conseguiu descer ao térreo, passando pelos andares com fumaça, e diz que tudo parecia normal, até com luzes e sistema de ar.
4. Muitas testemunhas, como o heroico porteiro William Rodriguez, ouviram as explosões da implosão, 55 minutos após o choque do avião. O Prof. Ray Griffin refere pessoas que ouviram "bangs" das explosões e foram atiradas ao solo.

5. Quando do choque, a Torre sacudiu, mas voltou ao lugar. Foi desenhada e edificada para suportar impactos, como confirma o construtor dela, Frank de Martin.
6. Ademais, o filme mostra a Torre Windsor, em Madrid, que, em 2005, ardeu, durante 30 horas, tendo as estruturas metálicas ficado de pé após o incêndio.
7. Tudo isso evidencia o ridículo da versão oficial, o relatório do NIST, segundo o qual as Torres desabaram em função do calor do incêndio causado pelo avião.
8. Não bastasse, o professor emérito de física, Steven Jones, e outros experts esclarecem que só a 1.000 graus de calor se derretem estruturas metálicas, enquanto a queima do combustível de avião não gera sequer 300 graus.
9. Kevin Ryan, ex-diretor do Underwriters Labs, foi demitido por ter provado que as amostras salvas de andar atingido pelo incêndio tinham temperaturas muito baixas, e que o NIST fraudou os parâmetros da análise, dobrando o tempo de exposição ao fogo.
10. O perito em metalurgia Paolo Marin atesta que a Torre caiu *“como se não houvesse sequer resistenciado ar”*: se ela não tivesse sido pulverizada, não poderia desabar na vertical e em 7 segundos. Isso ocorreu devido a explosivos de uso militar, a ponto de não terem sobrado nem pedaços de móveis, computadores e corpos das vítimas.
11. O governo fez retirar os destroços antes de qualquer investigação, e pedacinhos do aço das estruturas derretidas foram exportados à China. Mas, três semanas depois, foi retirado do local material com thermite, explosivo composto por alumínio, óxido de ferro e enxofre, capaz de causar a fusão de colunas de aço, comprovando a implosão controlada e acionada por rádio, como confirma William Cristison, ex-CIA.
12. Como a Torre foi atingida por um avião, e a manobra é impossível com Boeings 757, não se sabia o que a tocou. O filme mostra um avião da Força Aérea, certamente teleguiado.
13. Em 12.07.2006, o general Albert Stubblebine, ex-Comandante-Geral do Comando de Inteligência e Segurança do Exército dos EUA (INSCOM) definiu o 09.11 como farsa: *“o buraco no Pentágono teve 5 metros de largura, e a envergadura de um Boeing tem 38 metros : simplesmente não encaixa!” “Nem sequer restos de motores foram encontrados”*.

### **Para quê**

14. Demonstrado como e quem, falta para que. A oligarquia financeira tem um só objetivo: concentrar poder, e a guerra é um dos meios para isso. Assim, inventou a estória do sequestro dos Boeings para inculpar “terroristas islâmicos” e justificar as agressões ao Afeganistão e ao Iraque.
15. Havia planos para controlar o Afeganistão, rota de hidrocarburentes da Ásia Central, e o Iraque, dono de enormes reservas de petróleo, além de estender as intervenções militares a mais países islâmicos.

16. As potências anglo-americanas, a França, a Rússia etc. haviam, anos antes, fornecido ao Iraque todo tipo de armamentos, inclusive armas químicas, para a guerra contra o Irã, que, mesmo assim, não foi vencido.

17. Depois, os anglo-americanos fizeram a intervenção genocida sobre o Iraque, em 1990-91, usando quantidade incrível de bombas com pontas de urânio.

18. Apesar da terrível destruição sofrida, Saddam Hussein não perdeu o controle do Iraque e adotou políticas favoráveis a seu país, inclusive deixando de vender petróleo por dólares.

19. Em seguida ao 11.09.2001, os EUA e seus aliados realizaram agressões imperiais ao Afeganistão e ao Iraque, abusando de mais mentiras, como acusar esse país de ter “armas de destruição de massa” (que as potências imperiais têm em doses inimagináveis). Tal falsidade prevaleceu até contra as verificações de inspetores das Nações Unidas.

20. O golpe das Torres Gêmeas serviu para anular a resistência dentro dos EUA - e reações em outros países - àquelas agressões, que completaram a destruição das instituições, inclusive culturais e milenares do Iraque, além de causar vítimas na casa dos milhões.

21. Rememorados a cada ano com enorme dramatização pela mídia, os “ataques” de 11.09 permitiram, ainda, radicalizar o Estado policial nos EUA e continuam servindo de pretexto para mais intervenções: na Somália, no Iêmen e em outros países. Faz também que desinformados aplaudam o latrogenocídio cometido contra a Líbia.

22. Ao final dos mandatos de Bush, os EUA mantinham tropas especiais em 60 países, como planejado antes de 2001. Com Obama, esse número chega a 75. O desastre na economia é acompanhado por crescente belicismo.

23. A oligarquia não lança guerras para dinamizar a economia - o que aconteceu, provavelmente por acaso - na época da 2ª Guerra Mundial. Ademais, hoje, a guerra emprega muito mais equipamento que gente.

24. O objetivo da oligarquia é implantar sua tirania em âmbito mundial. Para isso tem concentrado poder financeiro em grau inimaginável, o que acarreta a depressão da economia produtiva e acentua as dificuldades e a impotência dos dominados. Calcula que quanto maior essa impotência, mais poderá avançar na escravização da humanidade.

25. Nesse processo, a oligarquia tirânica assenhoreia-se, com exclusividade, também dos recursos reais: **minérios preciosos e estratégicos, energia, água e terras agricultáveis.**

26. A busca do controle sobre a energia explica a escolha dos “terroristas” islâmicos como objeto da demonização, já que o petróleo abunda sob terras muçulmanas.

27. As monarquias totalitárias inventadas pelos britânicos (Arábia Saudita, Kuwait, Catar, EAU, Bahrein etc.) não são problema para a oligarquia anglo-americana, uma vez que entregam petróleo em troca de dólares e os aplicam principalmente no exterior. Não são sequer países: não têm população assentada em terras, mas só cidades entre o deserto e o mar, urbanizadas com dinheiro do petróleo, técnicos e trabalhadores importados.

28. Nesses lugares a CIA, o M-16 e outros serviços secretos não fomentam, nem financiam nem armam “rebeldes”, cuja proteção “humanitária” serve de pretexto para intervenções, como sucedeu com a Líbia.

29. O Irã é um país de verdade, e por isso os imperiais o consideram do “Eixo do Mal”. Saddam Hussein, no Iraque, e Muamar Gaddafi, na Líbia, investiram internamente recursos do petróleo, além de pretender vendê-lo em moedas que não o dólar.

30. A guerra, no caso, serve aos objetivos de assegurar acesso ao petróleo, em condições coloniais, e de assegurar sobrevida ao dólar, moeda que, de outro modo, já estaria fora de uso como divisa internacional, devido ao caos financeiro e orçamentário dos EUA.

31. Visa também a fomentar a indústria de armamentos e investir nesta como instrumento de poder e gerador de divisas, o único setor com balança comercial positiva, outra ajuda ao dólar em vias de colapso.

32. O Brasil é o país mais bem dotado em **minérios preciosos e estratégicos, energia, água e terras agricultáveis. Econômica e politicamente controlado, de modo cada vez mais intenso, desde 1954**, seus inestimáveis recursos vão sendo saqueados sob os olhares negligentes ou benignos dos três Poderes da República.

33. Por isso, a intervenção permanente que sofre dos serviços secretos das potências imperiais prescinde, desde 1964, da participação direta de forças militares norte-americanas.

34. Fica o Brasil sem perspectiva de independência real, enquanto não se liberar do subdesenvolvimento programado que lhe é imposto através do domínio de empresas transnacionais sobre sua economia. Está, assim, destituído do controle sobre tecnologias estratégicas, como os chips da eletrônica.

35. Sem indústria nacional, manietada e dizimada desde a instituição de subsídios às transnacionais, desde 1954, o Brasil carece de armamentos essenciais à sua defesa. Apesar de seu tamanho territorial e populacional, está tão sujeito a intervenções militares imperiais, como o Afeganistão ou a Líbia. Se isso não está em pauta é porque não há resistência ao saqueio dos recursos do País.

**Adriano Benayon é Doutor em Economia e autor de “Globalização versus Desenvolvimento”**[abenayon.df@gmail.com](mailto:abenayon.df@gmail.com)

## **Dar direção aos movimentos**

Adriano Benayon - Publicado em Sexta, 21 Outubro 2011 02:00

Crescem os protestos contra as intoleráveis injustiças sofridas pelos povos em grande parte deste mundo. Na Espanha, na Itália, na Grécia e em Portugal surgem grandes manifestações, desencadeadas pelo brutal aumento dos sacrifícios exigidos dos já sacrificados, pelo Fundo

Monetário Internacional e pelo Banco Central Europeu, a fim de beneficiar bancos europeus e estadunidenses. <sup>1</sup>

---

2. Experiência semelhante foi suportada, muitas vezes, por países latino-americanos. Entre eles o Brasil, que está menos distante do que imagina de mais uma crise nas contas externas, acompanhada de agravamento das já degradadas condições de vida da maioria de sua população.

3. Merecem atenção também as manifestações de resistência civil nos EUA e Reino Unido (Inglaterra), sedes da oligarquia financeira que comanda a tirania mundial. Especialmente, o “Ocupemos Wall Street” aponta para o alvo correto: os grandes bancos internacionais, cujos controladores e associados dominam não só as finanças, mas também o petróleo, os armamentos, a grande mídia, a indústria químico-farmacêutica etc.

4. Em suma: os concentradores do poder econômico-financeiro exercem absolutismo político cada vez maior, mandando nos governos “democráticos” eleitos pelo dinheiro e pela mídia. Esses não passam de gerentes da “democracia” e do cinismo que dá esse nome à tirania e que chama de liberdade a opressão, e de defesa de direitos humanos o genocídio cometido contra nações com armas de destruição de massa.

5. Se, em muitos países há alguma consciência da fonte do problema, no Brasil o povo parece anestesiado pelo ópio da TV enganadora. Os governistas pintam tudo de cor de rosa, como se não houvesse razão para manifestações contrárias ao status quo, enquanto opositores, ainda mais submissos ao império, tentam capitalizar o élan dos indignados com a corrupção.

6. Os promotores das marchas “contra a corrupção” não entendem ou fingem não entender que - embora ela seja praticada por políticos e por muitos do serviço público - a mega-corrupção começa no setor privado, especialmente nas transnacionais sediadas no exterior, grandes beneficiárias das políticas públicas implantadas no País desde 1954.

7. A partir de então e crescentemente, tornou-se legal. e não identificada como corrupção, a mega-corrupção que entrega o mercado brasileiro à exploração de cartéis e oligopólios e que desnacionalizou o setor produtivo privado, além de privatizar a quase totalidade das empresas e bancos estatais e de pôr o que restou do setor público ao inteiro serviço das grandes empresas, principalmente estrangeiras.

8. O Brasil só faz figura de potência emergente para quem gosta de se iludir. A pobreza da grande maioria e também o atraso relativo do País resultam do modelo de dependência financeira e tecnológica. Ele não foi implantado por equívoco, mas de caso pensado: foi desenhado para isso, sob a influência e a pressão das potências imperiais que intervieram em 1954, 1961, 1964 e organizaram, entre 1982 e 1988, a pretensa volta ao “regime democrático”

9. A concentração da economia nas mãos das transnacionais só poderia dar no que deu: recorrentes crises nas contas externas, que geraram a dívida externa. Quando esta e seus juros se avolumaram, a ponto de levar à inadimplência forçada e ao consequente freiamento de

sua expansão (final dos anos 70, início dos 80), despontou, em perene crescimento, a dívida pública interna.

10. Esta constitui enorme fardo, que inviabiliza o desenvolvimento do País, reduzindo a níveis ridículos os investimentos da União Federal e dos Estados. Aquela assumiu as dívidas destes e lhes exige juros tão absurdos como os que ela própria paga ao sistema financeiro.

11. Formou-se assim o esquema de quádrupla sugação dos brasileiros: a primeira, pagar impostos altíssimos e mal distribuídos: os pobres (mais de 83% da população) entregam mais de 30% do que ganham; os de renda média (menos de 15% da população) têm carga tributária acima de 50%, e as grandes empresas, bancos e outros investidores, além de poder evadir impostos, só são tributados nos ganhos financeiros em, no máximo, 15%.

12. A segunda sangria é as pessoas gastarem elevadas quantias com serviços que deveriam ser públicos, gratuitos ou módicos, nas áreas de saúde, educação etc., além de sofrerem prejuízos com saneamento e transportes inadequados e com energia injustificadamente cara, devido às privatizações e à falta de investimentos públicos na infra-estrutura que ainda lhe cabe prover.

13. Os pobres e a classe média são mal atendidas ou nem o são, porque não têm como pagar clínicas, hospitais e escolas privadas, de qualidade, de resto, questionável e favorecidas pelo mercado com que o Estado lhes presenteia ao não proporcionar esses serviços à sociedade.

14. A terceira sugação são os juros escorchantes, múltiplos da taxa SELIC dos títulos públicos, de longe a mais alta do mundo, com 5,5% aa., corrigida a inflação. Chegam a cerca de 240% aa. no cartão de crédito, 180% no cheque especial e a 90% em empréstimos a pequenas empresas.

15. A quarta é adquirir bens e serviços a preços muitíssimo mais altos que os praticados em países mais dotados de indústrias intensivas de tecnologia, e mesmo que na Argentina, México e outros latino-americanos.

16. Exemplo gritante é a indústria automobilística transnacional favorecida com subsídios escandalosos desde o golpe de 1964, aumentados por JK. Isso prossegue, até hoje, com empréstimos do BNDES a juros baixos e n outras benesses prestadas às transnacionais em geral.

17. De fato, elas se cevam também com incríveis subsídios à exportação, desde o final dos anos 60 (Delfim Neto), - isentadas de gravames em suas superfaturadas importações – bem como com a isenção do ICMS na exportação, presenteada pela Lei Kandir/Collor. Cresceram no Brasil com capital formado no próprio mercado brasileiro e com dinheiro público.

18. Este ano, em oito meses, só as montadoras de veículos transferiram ao exterior mais de US\$ 4 bilhões em lucros registrados, o que não inclui os ganhos com o subfaturamento de exportações e o superfaturamento de importações, nem os serviços superfaturados ou fictícios pagos às matrizes.

19. Agora, e mais uma vez, as montadoras estrangeiras foram agraciadas com proteção à “indústria nacional”, mediante elevações do IPI para veículos importados, alegadamente para evitar a “invasão” de carros chineses e coreanos. As montadoras aqui instaladas estão livres do IPI majorado, utilizando 65% de componentes produzidos no MERCOSUL. A reserva de mercado, que não existe para a indústria nacional, mesmo porque acabaram com ela, tornou-se política governamental para favorecer os “investimentos diretos estrangeiros - IDEs”.

20. Os IDEs estão na raiz dos problemas, inclusive o da dívida interna, cujos juros são a expressão maior da submissão do País à escravização financeira, em nível injustificável conforme os parâmetros que balizam as taxas em todo o mundo. Por isso, a dívida adveio da capitalização de juros, estando os bancos e os aplicadores financeiros entre os grandes beneficiários do modelo econômico e político que inviabiliza o Brasil como nação.

21. Para concluir: sem liderança capaz de compreender as grandes sugações e de identificar os causadores delas, não há como fazer que qualquer movimento popular leve às transformações que se impõem, por mais que ganhe ímpeto em função das insuportáveis condições de vida do povo.

\* Adriano Benayon é Doutor em Economia e autor de “Globalização versus Desenvolvimento”[abenayon.df@gmail.com](mailto:abenayon.df@gmail.com)

1 Em Barcelona, 15.10.2011, 250 mil pessoas, segundo os organizadores, participaram de marcha encabeçada por cartaz onde se lia “Da indignação à ação. As nossas vidas ou os lucros deles.” Em Sevilha: 50 mil pessoas, com gritos de “Chamam-lhe democracia, mas não é”; “A solução: banqueiros na prisão”.

## **A crise acaba com o capitalismo?**

*Adriano Benayon - Publicado em Quinta, 01 Dezembro 2011 01:00*

Ninguém que tenha apreço pelo bem comum suporta o capitalismo, sistema cuja característica é não estabelecer limite algum à concentração da economia por grupos privados.

---

2. Eliminá-lo não implica, porém, excluir a propriedade privada dos meios de produção. Esta pode existir em sistema não-capitalista, se não estiver cartelizando os mercados e não ocupar setores de grande porte, como a infraestrutura e as indústrias de base, nem atividades estratégicas, como bancos, inteligência e defesa.

3. O que não é realista é falar em acabar com o domínio capitalista, que envolve seu corolário imperialista, sem desmontar as bases de seu poder. Para afastar ressurgimento daquele domínio, a sociedade, através do Estado, tem que manter a vontade de impedir a concentração do capital e dispor dos meios para isso.

4. Do contrário, não se extingue a opressão concentradora e saqueadora, nem o controle total do processo político pela oligarquia, como ocorre nas principais sedes imperiais (anglo-americanas), nos satélites europeus e asiáticos, e em áreas de dominação colonial, entre as quais o Brasil.

5. A essa tirania global, a oligarquia dá nomes enganosos, como “nova ordem mundial”, “governança global”. Totalitária, fala em democracia, enquanto manipula e compra eleições, além de organizar golpes de Estado. Faz intervenções genocidas, dizendo defender direitos humanos.

6. O capitalismo tem menos virtudes do que lhe atribuem, inclusive Marx e seguidores. Como exponho em “*Globalização versus Desenvolvimento*”, o desenvolvimento econômico e tecnológico dos países que o alcançaram, se deveu à direção do Estado, a investimentos deste e à proteção a empresas privadas nacionais, formadoras da economia de mercado.

7. Esta não deve ser confundida com a superestrutura concentradora, i.e., o capitalismo. Este a explora e suga, até destruí-la, ao longo do processo de concentração, que acaba com o desenvolvimento, viável quando e onde a economia de mercado é combinada com a direção do Estado e empresas estatais nos setores em que a concorrência dificilmente pode estar presente.

8. Em suma, os que têm vontade e descortino para trabalhar pelo bem comum, devem ter consciência que o problema reside na concentração econômica, e que esta tem de ser evitada. Se todos os meios de produção são estatizados também há concentração.

9. Esta, nas mãos do Estado, teve, entretanto, papel positivo, ao habilitar países grandes, populosos e dotados de recursos naturais, como a Rússia e a China, a liberar-se da espoliação pelo capital estrangeiro e a defender-se de agressões imperiais. Depois, desenvolveu indispensáveis capacidades nucleares e balísticas, e o equilíbrio no poder mundial estabelecido pela União Soviética viabilizou a independência de muitos países, entre os quais a Índia, a Argélia, e a própria China.

10. Que a União Soviética tenha sido desmembrada e que a China tenha mudado de curso, não altera o fato crucial de esta e a Rússia serem, hoje, as únicas potências em condições de dissuadir a oligarquia anglo-americana de novas guerras imperiais e genocidas.

11. A crise provocada pelo capitalismo (o que não é o mesmo que crise capitalista), é imensa e cada vez mais profunda, como ilustra o estoque de US\$ 600 trilhões em derivativos, títulos, na maioria, podres. Além disso, gerou dívidas nacionais imensas, como a dos EUA, bem maior em proporção ao PIB, que a da Grécia após a recente redução da dívida desta.

12. A dívida somente dos EUA, Japão, Reino Unido e União Europeia soma US\$ 45 trilhões. Os bancos centrais começam a livrar-se dos títulos do Tesouro dos EUA, e o dólar está desacreditado, por mais que a oligarquia manipule os mercados. Pior, a depressão segue, com crescente desemprego e perda de proteção social, trazendo miséria e sofrimentos indizíveis a centenas de milhões de pessoas.

13. Vários analistas estão escrevendo sobre a crise “do capitalismo”. Sobre esse ponto, as coisas precisam ficar claras. Muitos crêm que a crise possa, por si só, implicar o fim do capitalismo, com a ideia subjacente de que, quando a acumulação capitalista se torna extrema, abrem-se as portas para a revolução que o suprimirá.

14. Não se trata de consequência inexorável, mas só de oportunidade, não tão fácil de ser aproveitada, tanto mais que a oligarquia tirânica vale-se, de modo crescente, há mais de um século, de técnicas da psicologia aplicada e de fantásticos meios da tecnologia da (des)informação e da comunicação social, para perverter, desmoralizar e anular a maior parte da humanidade, arrasando, inclusive, culturas nacionais, através desses meios.

15. Assim, por mais desastrosos que sejam os efeitos da concentração econômica e do aviltamento das condições de vida dos povos, estes encontram hoje grandes dificuldades para liberar-se, não só devido à incorporação de tecnologia às armas da repressão e das agressões imperiais, mas também devido ao desgaste psicológico e cultural.

16. Os colapsos financeiros e econômicos criados pelo capitalismo têm sido terríveis para a humanidade, mas não para ele, já que a oligarquia se serve deles para aumentar ainda mais seu poder relativo.

17. Mais: a História, desde o Século XX, mostra que os casos em que o comando político escapou das mãos da oligarquia imperial, se deram em países onde não havia grande concentração capitalista, mas, sim, contextos de guerra e invasões sofridas por esses países. Parece também demonstrado não haver casos em que a estrutura econômica tenha sido substituída na vigência do regime político preexistente.

18. Voltando à definição do capitalismo, o afastamento dele não implica que o Estado controle todos os meios de produção. Lênin, com a Nova Política Econômica, em 1921, procurou favorecer a economia de mercado, com empresas privadas, sem que o Estado perdesse seu poder político nem o comando da produção (economia).

19. Alguns julgam que a China encetou, após 1977, o caminho do capitalismo, de Estado, ou controlado por grupos privados, formados por quadros políticos. Como quer que seja, obteve notáveis progressos econômicos e tecnológicos, e surgiu como superpotência.

20. Conseguiu-o por não ter chegado à extrema concentração que caracteriza o capitalismo, inclusive mantendo os bancos sob controle estatal, e por ter assegurado que, apesar da abertura a investimentos diretos estrangeiros (IDEs), a economia não passasse ao comando das transnacionais.

21. Estabeleceu e fez cumprir regras estritas para absorver capital e tecnologia. Esse feito, sem precedentes, deveu-se ao sistema político com direção centralizada, a salvo de eleições manipuladas pelo dinheiro.

22. Os outros únicos países que haviam logrado incorporar significativamente tecnologia estrangeira em suas empresas foram Japão, Coréia do Sul e Taiwan, para o que desestimularam os IDEs e assim evitaram entrada expressiva deles em seus mercados, impondo, ao contrário, contratos de transferência de tecnologia.

23. A China conta com empresas nacionais de ponta em todos os setores, enquanto o Brasil quase já não tem marcas nacionais, pois entregou seus mercados às transnacionais, dando-lhes capital, e pagando por tecnologia jamais adquirida. Aqui prevalece o fetiche da falsa democracia, importada das potências imperiais, que promoveram os golpes de 1945, 1954 e 1964, com o apoio da mídia e da “União **Democrática** Nacional” - UDN, através de militares doutrinados com o “espectro do comunismo”.

24. Após esses golpes, foram instituídos subsídios e retirados óbices ao capital estrangeiro. JK ampliou esses favores. Sob o primeiro governo militar, Roberto Campos fez destroçar o grosso das empresas de capital nacional. Depois, novos subsídios à exportação em benefício das transnacionais (Delfim Netto).

25. Por meio de fraude em seu texto, a Constituição de 1988 favorece pagamentos da dívida pública inflada por juros e taxas. A seguir, mais crimes contra o País, com os desastrosos Collor (leis de desestatização e Lei Kandir) e FHC. Este fez a União gastar centenas de bilhões de reais para entregar, de graça, fabulosos patrimônios do Estado e das estatais ao capital estrangeiro. Nenhum desses fatores de destruição da economia foi removido por Lula nem pelo atual governo.

**Adriano Benayon** é economista.

## **Bancos apossam-se da Europa**

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 13 Dezembro 2011 01:00*

A oligarquia financeira está empurrando, goela abaixo da União Européia (UE), um “acordo” que estabelece regras rígidas para que a Europa seja governada (ou desgovernada), de forma absoluta, por bancos, liderados pelo Goldman Sachs, de Nova York.

---

2. Embora as modificações desse acordo aos Tratados da UE dependam de aprovação legal em cada país membro - processo que poderia durar anos - os manipuladores financeiros assumiram o poder na marra e irão em frente, a menos que o impeça a resistência dos povos, ainda sem organização.

3. Com a experiência da pequena Islândia, em duas consultas ao povo, a última em abril de 2011, os predadores perceberam que qualquer outra, em qualquer país, implica a derrota de suas proposições. Bastou o ex-primeiro-ministro da Grécia falar em referendo para ser demitido.

4. Mesmo antes de 09.12.2011 - quando foi encenada “reunião de cúpula”, e Sarkozy (França) e Angela Merkel (Alemanha) anunciaram o tal “acordo” - o Goldman Sachs (GS) já havia posto três de seus prepostos em posições-chave: Mario Draghi, presidente do Banco Central Europeu; Mario Monti, primeiro-ministro da Itália; Lucas Papademos, primeiro-ministro da

Grécia, envolvido em operações do Goldman Sachs com a dívida grega resultantes em sua elevação.

5. Os países da Zona Euro (os 17 membros da UE cuja moeda é o euro) serão obrigados a aceitar o “acordo”. Sarkozy e Merkel dizem que os dirigentes dos outros 15 países foram consultados, mera formalidade. Nove outros Estados participam da União Europeia, mas não adotam o euro: Reino Unido e Dinamarca (isentos), e mais sete que poderiam ainda aderir à Zona.

6. Aqueles portavozes apresentaram o pacote envolto neste rótulo: “salvar o euro”; “reforçar e harmonizar” a integração fiscal e orçamentária da Europa. Na realidade, trata-se de destruir a Europa econômica e politicamente, sem garantir a sobrevivência do euro, além de aprofundar a depressão, com o arrasamento das políticas de bem-estar social, instituindo uma espécie de “lei de responsabilidade fiscal”, como a que manietou o Brasil.

7. O “acordo” impõe duras sanções aos países que não o cumpram, ademais de serem fiscalizados pelo Tribunal Europeu de Justiça. Os Chefes de Estado e de governo passam a reunir-se mensalmente durante a crise. Com isso, reduz-se o poder dos burocratas da Comissão Europeia, mas essa mudança nada altera, dado que estes também executam fielmente os desejos da oligarquia anglo-americana.

8. Sarkozy é cópia piorada de Mussolini, pois este pôs os bancos sob controle do Estado – e não o contrário, como se faz agora com a Europa, EUA etc. Submisso às diretivas da oligarquia financeira, o presidente da França declara que os benefícios sociais não são sustentáveis, na hora em que eles são mais necessários que nunca, dado o desemprego grassante.

9. O pacote quer obrigar, punindo os que não o cumpram, que os países da Zona Euro reduzam seus déficits orçamentários para 0,5% do PIB, ou seja, seis vezes menos que o limite de 3%, prescrito no Tratado de Maastricht.

10. Isso significa que Grécia, Itália, Espanha, Portugal e outros terão de cortar ainda mais despesas, depois de já as terem cortado, fazendo, assim, a depressão aprofundar-se. A depressão já causou queda nas receitas fiscais. Combinada a queda das receitas fiscais com o crescimento do serviço da dívida pública, decorrente da alta das taxas de juros, temos, juntos, dois fatores de elevação do déficit orçamentário.

11. Que fazer? Cortar toda despesa que não as da dívida, desmantelando as políticas sociais e deixando de investir na infra-estrutura econômica e na social. Isso trará, entre outros danos irreparáveis, o aumento da disparidade entre membros mais e menos desenvolvidos, inviabilizando a permanência destes na Zona Euro, o que implica sua desintegração.

12. A periferia europeia está, pois, ingressando no Terceiro Mundo, caminho aberto também ao restante da Europa, já que acaba de lhe ser prescrita a receita usual do FMI, a qual ajudou a manter o Brasil e outros no subdesenvolvimento.

13. A dupla franco-alemã infla seus egos brincando de diretório europeu, mas Merkel, obedecendo aos bancos alemães, rejeitou a possibilidade de o Banco Central Europeu (BCE)

emitir títulos para substituir os dos países devedores. Os bancos querem continuar emprestando aos governos, para faturar os juros.

14. Essa rejeição deve levar ao fim do euro, se este já não está perto do fim mesmo sem ela. Traz consequências danosas para a própria Alemanha e para a França, pois obriga os devedores mais problemáticos a continuar pagando taxas de juros demasiado elevadas nos seus títulos.

15. Isso promove crise ainda maior de suas dívidas, com o que credores - bancos alemães, franceses e norte-americanos - chegarão mais rápido ao colapso. Mostra-se, portanto, quimérica outra pretensão do “acordo”: a de enquadrar os países no limite de 60% do PIB para suas dívidas.

16. Não é para a União Europeia que os países europeus estão perdendo a soberania. É em favor da oligarquia financeira que renunciam formalmente, através de atos irresponsáveis de seus chefes de governo.

17. A perda de soberania não se restringe às regras draconianas citadas, por si só conducentes à ruína financeira e econômica. Inclui também que os países devedores liquidem – a preço de salvados do incêndio – inalienáveis patrimônios do Estado, como já foi determinado à Grécia e a outros. É a privatização, objeto das mais colossais corrupções vistas na história do Brasil.

18. Os analistas ligados ao sistema de poder atribuem a crise dos países europeus mais pobres a terem estes gastado acima de suas possibilidades, e mesmo economistas mais sérios oferecem explicações para a *débâcle* europeia que omitem sua causa principal.

19. Essa causa é a depressão econômica mundial, resultante do colapso financeiro armado pela finança oligárquica centrada em Nova York e Londres. Ele eclodiu em 2007, iniciando a depressão que se desenha como a mais profunda e longa da História, se não for interrompida pela terceira guerra mundial, planejada pelo complexo financeiro-militar dos EUA.

20. Martin Feldstein, professor de Harvard, aponta diferenças institucionais e nas políticas monetária e fiscal entre os EUA e a UE. Ele e muitos, como Delfim Neto, atribuem grande importância à taxa de câmbio. Argumentam que os europeus em crise não têm como desvalorizar a moeda para se tornarem mais competitivos, uma vez que adotaram o euro.

21. Robert Solow, prêmio Nobel, salienta que a UE transfere recursos de pequena monta aos membros menos avançados, pois o orçamento unificado da UE equivale a só 1% de seu PIB. Já nos **EUA** o governo federal fez vultosas transferências de recursos aos Estados e para regiões críticas.

22. Ainda assim, Itália, Espanha, Grécia, Portugal suportaram a situação até surgir a depressão mundial. Tendo exportações de menor conteúdo tecnológico que Alemanha, Holanda, França, e dependendo do turismo, foram duramente atingidos até pela queda da produção e do emprego nos países ditos ricos, inclusive extra-continentais, como EUA e Japão.

23. A depressão, por sua vez, adveio das bandalheiras financeiras geradas a partir de Wall Street e bases off-shore, sem regulamentação, atuantes no esquema da City de Londres, desembocando no colapso financeiro que eclodiu em 2007 e se direciona para novo estágio, mais destrutivo.

24. Os europeus envolveram-se na onda dos derivativos, quando bancos suíços e alemães adquiriram alguns bancos de investimento de Wall Street. Mesmo assim, os bancos dos EUA estão tão ou mais encalacrados que os europeus nos títulos podres resultantes da abusiva criação dos derivativos.

25. Ademais, Grécia, Espanha, Itália e outros foram enrolados pela engenharia financeira de Wall Street, Goldman Sachs à frente, que lesou investidores, camuflando os riscos, além de proporcionar créditos àqueles países, ao mesmo tempo em que fazia hedge, jogando contra seus devedores, com o resultado de elevar os juros das dívidas.

26. O assaltante está tendo por prêmio ficar com a casa do assaltado. Mas, antes da ocupação dos governos pelos bancos, agora ostensiva, as pretensas democracias ocidentais já não tinham autonomia, mesmo com parlamentos eleitos escolhendo o primeiro-ministro.

27. Como os principais partidos políticos são controlados pela oligarquia financeira – na Europa, nos EUA etc. - e se diferenciam apenas por ideologias pró-forma, acomodáveis a qualquer prática, pode-se dizer que a escolha eleitoral se limita à marca do azeite com o qual os eleitores serão fritos.

28. O “acordo” agora imposto à Europa surge como culminação de uma guerra financeira que completa o trabalho realizado nas duas primeiras Guerras Mundiais. Estas destruíram a Alemanha e a França como grandes potências. O império anglo-americano só não conseguira retirar esse “status” da Rússia, mas o logrou, ao final da Guerra Fria (1989), conquanto a Rússia busque agora recuperá-lo.

29. Para que a Europa não afunde, terá de tomar rumo radicalmente diferente daquele em que foi colocada e no qual segue em aceleração impulsionada pelo “acordo” a ser celebrado, a pretexto de salvar a moeda única.

30. O General De Gaulle, nos anos 60, insurgiu-se contra o privilégio dos EUA, de cobrir seus enormes déficits externos, simplesmente emitindo dólares, e exigiu a conversão para o ouro das reservas da França. Profeticamente advertiu que a entrada da Inglaterra na UE seria uma operação “cavalo de Troia”.

31. Hoje o dólar continua sendo sustentado pela condição de divisa internacional, instituída em 1944 (acordos de Bretton Woods), e mais ainda pelo poder militar. Os EUA forçam, por exemplo, que seja liquidado em dólares o petróleo comercializado entre terceiros países.

32. Percebe-se o móvel de desviar para a Europa o foco da crise econômica e financeira, que deveria estar nos EUA e do Reino Unido. Ele foi posto na Eurolândia, através de jogadas dos bancos de Wall Street com suas subsidiárias baseadas no grande paraíso fiscal que é a City de Londres.

33. Os mercados financeiros parecem teatro do absurdo. Se não, como explicar que os títulos de longo prazo norte-americanos paguem juros de menos de 2% aa., enquanto os da Itália, de dois anos de prazo, subiram para 8% aa.? E como explicar que a cotação do risco de crédito da Alemanha e da França esteja sendo rebaixada, enquanto isso não se dá com os títulos norte-americanos?

34. Deveria ser o contrário, pois: 1) as emissões de dólares em moeda e em títulos públicos são muito maiores que as de euros; 2) a dívida pública dos EUA atinge 120% do PIB (muito mais que os países da Zona Euro), e seria muitíssimo maior sem as enormes compras de títulos do Tesouro dos EUA pelo FED e as emissões desbragadas do FED; 3) o déficit orçamentário dos EUA supera 10% do PIB, enquanto a média europeia é 4%. 4) o déficit nas transações com o exterior dos EUA, em 2010, correspondeu a 3,9% do PIB, enquanto a Alemanha teve superávit de 5,7% do PIB, e os déficits da França e da Itália foram 2% e 3% do PIB.

35. Não bastasse, os grandes bancos americanos têm vultosas carteiras de títulos podres (sobre tudo derivativos), mesmo depois de grande parte deles ter sido comprada pelo FED e por agências do governo dos EUA, em operações caracterizadas por grau incrível de corrupção.

36. Como aponta o Prof. Michael Hudson, um quarto dos imóveis nos EUA vale menos que suas hipotecas. Cidades e Estados estão em insolvência, grandes companhias falindo, fundos de pensão com pagamentos atrasados.

37. A economia britânica também cambaleia, mas os títulos governamentais pagam juros de só 2% aa., enquanto os membros da Zona Euro enfrentam juros acima de 7% aa, porque não têm a opção “pública” de criar dinheiro.

38. O artigo 123 do Tratado de Lisboa proíbe o BCE fazer o que os bancos centrais devem fazer: criar dinheiro para financiar déficits do orçamento público e rolar as dívidas do governo. Tampouco o pode o banco central alemão, por força da Constituição da Alemanha (país ocupado).

39. Conclui Hudson: *“se o euro quebrar será porque os governos da UE pagam juros aos banqueiros, em vez de se financiar através de seus próprios bancos centrais.”* Dois poderes caracterizam o Estado-Nação: criar dinheiro e governar a política fiscal. O primeiro já não existia para os europeus, e o segundo está sendo cassado com o presente “acordo”.

## **Brasil: 6º PIB. 1ª pior política econômica**

Adriano Benayon - Publicado em Quinta, 26 Janeiro 2012 01:00

Houve muita fanfarra com a estatística que apontou ter o Brasil a sexta maior economia do mundo pelo enganador critério do PIB (produto interno bruto). Na maioria dos países o PIB real é superestimado, para dar a impressão de que a economia está indo bem.

---

2. Para isso, usam-se vários truques, em muitos países, que subestimam a elevação dos preços: a) alterar a cesta de produtos que compõem os índices de inflação, e o respectivo peso; b) supor que toda modificação de produto significa melhora técnica; c) quando da substituição, no consumo, de bem ou serviço de maior valor por outro de menor qualidade, devido a aumento de preço daquele, considerar que não houve elevação.

3. No Brasil, além de algumas dessas modalidades de manipulação, as taxas de crescimento do PIB deram alguns saltos, desde o final dos anos 60, em função de alterações nos critérios dos cálculos, o que transmite a impressão enganosa de rápido progresso a partir dessa época.

4. Além das distorções em moedas nacionais, as variações nas taxas de câmbio afetam em muito os dados comparativos. O câmbio do real está supervalorizado. Em média, sua taxa foi, em 2010, R\$ 1,70, enquanto se estima em R\$ 2,50 a que poderia melhorar a posição competitiva dos bens industriais produzidos no País. Corrigido o câmbio nessa proporção, o PIB cairia muitas posições para abaixo da 10ª.

5. O mais importante, porém, é que o PIB registra o que é produzido no País, sem considerar, de um lado, quanto dessa produção pertence aos residentes e a empresas locais, e, de outro lado, quanto pertence a residentes no exterior e a empresas estrangeiras.

6. Portanto, há muitíssimo tempo, o PIB se tornou quase irrelevante, em razão de ter sido a produção transnacionalizada, mormente no Brasil, onde isso é patológico.

7. O PNB (produto nacional bruto) daria ideia menos distorcida das coisas, pois em seu cálculo é deduzido do PIB o que residentes no exterior e empresas estrangeiras ganham com a produção no País, e adicionado o que residentes no Brasil e empresas brasileiras auferem no exterior.

8. Entretanto, quase não se fala do PNB. Além disso, no Brasil, ele sempre foi subestimado, porquanto grande parte das empresas controladas de fora do País figura nas estatísticas com participação de capital estrangeiro inferior à real, já que é registrada em nome de laranjas.

9. A apuração oficial do PNB é ainda muito mais distante da realidade, por ter sido criminosamente suprimida a distinção entre empresas de capital nacional e de capital estrangeiro, quando da “reforma” do capítulo econômico da Constituição de 1988, encomendada pela oligarquia estrangeira a FHC e a demais assecclas.

10. Ora, o Brasil é um dos países em que é mais alta e, na realidade, predominante a parte da renda produzida no País sob o capital estrangeiro, grande parcela da qual é anualmente transferida para o exterior, não só como lucros e dividendos oficiais, mas também em outras contas das transações correntes, através de bens e serviços superfaturados na importação e subfaturados na exportação.

11. A economia brasileira já estava grandemente controlada por empresas transnacionais no início dos anos 70. Depois, o País sofreu devastação decorrente da crise das contas externas

no final dos anos 70. Ao longo dos anos 80, a elevação absurda dos juros da dívida externa com a fraude à Constituição de 1988, que fez privilegiar o “serviço da dívida externa”.

12. Esse, desde então, nos custou quantia próxima a R\$ 10 trilhões em valores atualizados. Nos anos 90, houve a avalanche das privatizações, que aceleraram a desnacionalização. Desde então, elevados ingressos acumulados de investimentos diretos estrangeiros. Estimo, pois, que o PNB não equivale a sequer 60% do PIB. Como este também é muito superestimado, não passa de 40% do sugerido pelas cifras do PIB a renda das pessoas físicas e jurídicas brasileiras.

13. Ao se comemorar que o PIB do Brasil tenha passado o da Inglaterra, a enganação é ainda maior que a acima desmascarada, porquanto esse país-sede da oligarquia financeira, há mais de trezentos anos, representa extremo oposto ao do Brasil.

14. De fato, o Reino Unido é único país cujo produto fora de suas fronteiras supera o realizado dentro delas. A produção interna segue estagnada, mas a oligarquia britânica nada em lucros, entre outros, os de manipular os mercados financeiros mundiais, além de contar com valiosos ativos em todo o mundo, inclusive minas de ouro e de outros minérios preciosos no Brasil.

15. Em última análise, as mídias local e estrangeira fazem troça do Brasil quando destacam o crescimento do PIB brasileiro, como que fazendo nosso povo rir de sua própria miséria, sem de nada saber.

16. Nem falemos do poder bélico e político do Reino Unido. Recordemos apenas que sua oligarquia, coadjuvada por outras da OTAN, tem exercido pressão, praticamente sem resistência, sobre “governos” brasileiros, para separar, de fato, do território nacional imensas e riquíssimas áreas da Amazônia, a pretexto de “proteger” indígenas (até importados para lá) e o meio ambiente.

#### Desnacionalização e desindustrialização

17. No Brasil a produção ainda cresce, mas a serviço quase que exclusivo de bancos, muitos estrangeiros, inclusive os britânicos HSBC e Santander (que passa por espanhol), e das empresas transnacionais, que controlam cada vez mais ativos no País e transferem os ganhos para o exterior, especialmente nos paraísos fiscais, quase todos em ex-colônias britânicas.

18. Beneficiário da escandalosa privatização do BANESPA, o maior banco estadual do mundo, entregue por nada pela troupe tucana encastelada em São Paulo, o Santander foi agora agraciado pelo CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, do Ministério da Fazenda – com a isenção de quatro bilhões de reais devidos à Receita Federal.

19. Em vez de se iludir com estatísticas conjunturais, o Brasil deveria atentar para as graves distorções de estrutura acumuladas desde 1954, as quais estão a pôr a casa em sério risco. Elas se manifestam na desindustrialização decorrente da desnacionalização da economia.

20. Que outra coisa poderia ter acontecido, se, desde aquela época, as políticas públicas subsidiam, incessante e crescentemente, transnacionais sediadas no exterior? Vez por outra,

empresas nacionais foram ajudadas, mas, em geral, a maioria delas foi massacrada, enquanto as transnacionais nunca ficaram sem os favores da política econômica.

21. O Brasil tem agora um dos mais altos déficits de transações correntes com o exterior. Além disso, as reservas cambiais não são bem nossas, ao contrário das da China, da Alemanha e de outros que têm competitividade tecnológica e cujas reservas resultam de saldos positivos naquelas transações. As reservas do Brasil são constituídas, em grande parte, por dólares convertidos em reais para aplicações em títulos financeiros, e elas podem deixar o Banco Central aos primeiros sinais de crise externa.

22. Conforme dados do Banco Mundial, a participação no total mundial do valor adicionado pela indústria no Brasil permanece, desde 2000, parado em 1,7%. Enquanto isso, o mesmo indicador na China elevou-se de 6,7% em 2000 para 9,8% em 2005 e para 14,5% em 2009.

23. Segundo a mesma fonte, as importações brasileiras de bens de alta tecnologia não chegam a US\$ 40 bilhões, e as exportações não atingem sequer US\$ 10 bilhões. No caso da China, as importações e as exportações somavam, cada uma, US\$ 50 bilhões em 1996, e alcançaram, em 2008, US\$ 325 bilhões e US\$ 450 bilhões, respectivamente.

24. O modelo econômico dependente, baseado em tecnologia estrangeira não-absorvida no País e em financiamentos geridos pelo Banco Mundial, a custos materiais e financeiros elevados, ademais de privilegiar os grandes produtores mundiais de equipamentos, inviabilizou o desenvolvimento de empresas médias e pequenas de capital nacional nos programas de investimentos públicos, como o elétrico e o siderúrgico.

25. As privatizações agravaram o quadro, tendo acabado com o espaço de empresas privadas locais tecnologicamente promissoras que, antes, forneciam equipamentos e componentes às estatais.

26. Até no âmbito da Petrobras – por pouco privatizada com a venda de ações a estrangeiros e os diversos atentados contra ela decorrentes da Lei 9.478 – foram revertidas políticas fomentadoras de firmas brasileiras. Conforme observou o Eng. Fernando Siqueira, da AEPET, a Petrobras, nos anos 70, sob Geisel, havia criado, através de transferência de tecnologia, um parque fornecedor com cinco mil empresas, que competiam com grandes multinacionais no estado da arte.

27. Diz ele: “Collor, na linha do Consenso de Washington, reduziu em mais de 30% as tarifas de importação, e FHC jogou a pá de cal ao criar o REPETRO, pelo decreto 3161, que isentou as empresas estrangeiras de todos os impostos: II, IPI, ICMS, PIS, Cofins, tudo. Com isto, liquidou essas 5.000 empresas. As que restaram foram adquiridas pela GE.”

28. Não há espaço aqui para resumir os variados e imensos subsídios com que a política econômica presenteia as transnacionais montadoras de veículos e outras transnacionais em todos os setores da economia, sendo as benesses federais complementadas pelas estaduais e municipais. Há poucos dias, noticiou-se que o prefeito do Rio doará à General Electric dos EUA terreno de 45.000 m<sup>2</sup>, na ilha do Fundão.

29. Os financiamentos do BNDES constituem vultoso subsídio às grandes transnacionais que, cada vez mais, controlam o mercado brasileiro e recebem do banco estatal trilhões de reais a taxas favorecidas. A Thyssen, da Alemanha, líder de cartéis mundiais, formou “joint venture” para produzir energia elétrica poluente à base de carvão, em “associação” com o multiusos Eike Batista, com 75% dos recursos providos pelo BNDES.

30. Além de subsidiar as transnacionais, o governo planeja privatizar aeroportos e “trabalha” para acentuar a dependência tecnológica do País, reduzindo para 2% o imposto de importação sobre extensa gama de bens de capital. A fabricação no País desses bens chegara, nos anos 70, a prover 60% da demanda interna, proporção que caiu a menos de 40%, sem falar na queda substancial da participação de empresas de capital nacional.

31. Cada vez mais o Brasil exporta recursos naturais com pouco ou nenhum processamento industrial, até no setor agroindustrial. Dos minérios estratégicos, como o quartzo e o nióbio, em que a quase totalidade da matéria-prima está concentrada no Brasil, exportam-se insumos a preços subfaturados e que não representam sequer 1/50 do valor unitário (por peso) dos bens finais em que utilizados.

32. As exportações dependem cada vez mais das commodities. Estas atingiram, em 2010, 70% de participação na pauta total, além estarem representadas por componente crescente de produtos básicos, inclusive nos cinco maiores grupos: minério de ferro; petróleo; soja; açúcar; café. De resto, permanece em vigor a espantosa Lei Kandir/Collor, que isenta de ICMS a exportação de bens primários.

**Adriano Benayon é doutor em economia e autor do livro Globalização versus Desenvolvimento, editora Escrituras SP.**

## **Brasil privatizado e desnacionalizado**

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 06 Março 2012 01:00*

Cada vez mais, o nosso País vai sendo enredado na trama da oligarquia financeira e belicista imperial, cujo programa, no tocante ao Brasil, é evitar seu desenvolvimento, mantendo-o fraco, alienado e desarmado para sofrer, sem reação, o saqueio de seus recursos. Apontei, em artigo recente, algumas das razões pelas quais é muitíssimo enganosa a comemoração de o Brasil ter, agora, o sexto maior PIB do mundo.

---

2. Afora o que escondem as estatísticas, mormente consideradas isoladamente, o PIB quantifica somente a produção realizada em um país, sem oferecer ideia alguma a respeito de quem ganha com essa produção, nem quanto às necessidades de quem esta serve.

3. Por exemplo, os minérios extraídos de nosso subsolo são, em sua esmagadora maioria, destinados ao exterior, onde entram na produção de bens cujo valor agregado, em termos monetários, é maior que o dessas matérias-primas, dezenas e até centenas de vezes.

4. Na agropecuária e na agroindústria, a fabulosa dotação de terras aproveitáveis, de água e de sol pouco serve à qualidade de vida da grande maioria dos brasileiros, pois, no mínimo, três quartos das terras são usadas na pecuária extensiva para proporcionar carne barata aos importadores, e em mais de 70% dos 25% das terras restantes estendem-se culturas orientadas para a exportação de alimentos e de matérias-primas. Só a soja ocupa 40% da área cultivada, para fornecer farelo destinado, quase todo, à alimentação de animais no estrangeiro.

5. Nem mesmo a minoria dos brasileiros em condições econômicas e culturais para desfrutar de alimentação saudável, o consegue, porquanto a produção agrícola utiliza, em nível de recorde mundial, defensivos altamente tóxicos, produzidos por transnacionais estrangeiras. Estas fornecem, ademais, as sementes transgênicas, que causam a degradação da agricultura, a dependência e a insegurança nessa área estratégica, e ameaçam a sobrevivência das abelhas e das espécies vegetais.

6. Entre outros efeitos do modelo, o saldo das transações correntes do balanço de pagamentos partiu de resultado positivo, no quadriênio 2004-2007, de US\$ 40,2 bilhões, para déficit US\$ 149,2 bilhões de 2008 a 2011, ou seja, houve queda de US\$ 189,4 bilhões (cifras apontadas pelo economista Flávio Tavares de Lyra).

7. Mais: o balanço das mercadorias ainda teve saldos positivos, em função da colossal quantidade exportada de bens primários, mas esses saldos são decrescentes. Como são crescentes os déficits dos balanços de rendas e de serviços (lucros, dividendos e juros remetidos oficialmente pelas transnacionais), os saldos negativos na conta corrente aumentam rapidamente.

8. Isso ilustra a preponderância das empresas com matrizes no exterior nas relações econômicas do Brasil. De 2008 a 2011, o déficit nos serviços acumulou US\$ 99,4 bilhões, e o das rendas, US\$ 256 bilhões.

9. Até há pouco, o balanço de pagamentos vinha sendo “equilibrado” pelo ingresso líquido de capitais estrangeiros, um pretense remédio, que, na realidade, aumenta a doença estrutural da economia, algo como drogados sentindo alívio ao ingerir mais tóxicos, incrementando sua dependência.

10. Se, para compensar os déficits na conta corrente, não for suficiente a soma das entradas líquidas de investimentos diretos estrangeiros, mais a compra líquida de ações de empresas locais, o balanço de pagamentos só fecha através de empréstimos e financiamentos: elevando o endividamento externo. Ou a dívida interna, com os dólares convertidos em reais pelos aplicadores do exterior para auferir os juros mais altos do mundo.

11. Tais aplicações podem tomar o rumo de volta a curto prazo, junto com seus rendimentos mais apreciação cambial, devido: 1) à iminente nova recaída do colapso financeiro dos bancos no exterior, a despeito de terem sido socorridos com dezenas de trilhões de dólares e de euros por seus governos, satélites dos banqueiros; 2) ao efeito combinado disso com a previsível crise das contas externas, acarretando intensa fuga de capitais.

12. Isso fará acabar (temporariamente, pois a maioria das pessoas não gosta de encarar verdades desagradáveis) com muita ilusão acerca dos “êxitos” da economia brasileira. Esses,

no que têm de real, deveram-se à exuberância dos recursos naturais e à capacidade de trabalho de muitos brasileiros e estrangeiros aqui radicados. Entretanto, o modelo dependente e entreguista impede o Brasil de colher os frutos dessas vantagens.

13. Na realidade, as crises, a estagnação, se não a decadência, no longo prazo, são consequências necessárias da estrutura econômica caracterizada pela desnacionalização, pela concentração e pela desindustrialização.

14. As três foram sendo implantadas segundo o modelo inculcado pelo império financeiro mundial nas mentes crédulas e/ou corrompidas de pseudo-elites e de classes médias subordinadas, resultando na deterioração estrutural, que se agrava continuamente.

15. Neste momento, em que o “governo” petista leva adiante mais privatizações, é perda de tempo dar atenção às críticas do PSDB, que, quando esteve no “comando” da União Federal, de 1995 a 2002, fez que esta desse enorme salto qualitativo para o abismo, com privatizações em massa, grandemente danosas para o Brasil.

16. Ocioso também gastar tempo com as “justificações” dos petistas, cujos “governos” de 2003 até hoje (mais de nove anos), além de jamais terem tratado de corrigir o desastre estrutural intensificado pelos tucanos, vem-lhe adicionando mais medidas prejudiciais ao interesse nacional.

17. Conforme listagem formulada por Maria Lucia Fattorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, o governo do PT acumula as seguintes privatizações: 1) previdência dos servidores públicos (projeto do Executivo, por ser transformado em Lei no Congresso); 2) jazidas de petróleo, incluso o pré-sal (cujo marco regulatório foi alterado a gosto do cartel anglo-americano); 3) aeroportos mais rentáveis do País; 4) rodovias; 5) hospitais universitários; 6) florestas; 7) saúde, educação e segurança.

18. Claro que - à exceção do 1º e do 3º itens supra -, essas áreas já vinham sendo privatizadas em “governos” anteriores. Entretanto, não há como ignorar que o Executivo Federal e sua base parlamentar têm dado prosseguimento à radicalização do modelo entreguista, cuja primeira oficialização remonta ao golpe de 1954, resultado de conspiração que resultou na derrubada do Presidente Getúlio Vargas, urdida e executada por serviços secretos estrangeiros com apoio da 5ª coluna local,

19. É verdade que, mesmo enquanto Vargas foi presidente, já eram muito fortes as pressões e a influência das potências anglo-americanas sobre o Brasil, e ele, mais cauteloso que ousado e revolucionário, fraquejou em momentos decisivos, quando a única saída, já em 1952, seria o contra-ataque, inclusive alijando do Exército os principais oficiais simpáticos àquelas potências ou por elas cooptados.

20. Naquele ano, o ministro das Relações Exteriores e o chefe do Estado-Maior das FFAA negociaram acordo militar com os EUA, sem o conhecimento do ministro da Guerra, que se demitiu, quando Vargas consentiu com esse acordo. O presidente começou, então, a perder sua base militar e ser posto na defensiva pelos artífices da conspiração.

21. Por que fazer referência ao golpe de 24 de agosto de 1954 como marco do modelo que gradualmente espatifou o que restava de independência nacional? Porque, 20 dias depois, foram baixados regulamentos, como a Instrução 113 da SUMOC (nas funções de Banco Central), os quais permitiram que as subsidiárias das transnacionais importassem máquinas e equipamentos amortizados no exterior, mais que sucata após mais de dez anos de uso, e o registrassem como investimento em moeda estrangeira, com altos valores.

22. Inaugurava-se assim a política de subsidiar as empresas estrangeiras e de tornar praticamente impossível a permanência no mercado de empresas brasileiras por muito tempo. Os subsídios foram sendo, por vezes substituídos e, em geral, acumulados.

23. JK não fez revogar quaisquer medidas do governo udeno-militar instalado com o golpe de 1954 e, ainda por cima, criou vantagens especiais para “incentivar os investimentos estrangeiros”. Em 1964/66 o czar da economia do presidente militar eleito pelo Congresso, com a colaboração de JK, após o novo golpe, Roberto Campos, deu grande impulso ao desbaratamento da indústria de capital nacional.

24. Apavorada pelo espantinho do comunismo, grande parte da classe média e dos militares deixou-se manipular pelo falso maniqueísmo da Guerra Fria, caindo nos braços do império anglo-americano. Em consequência, a desnacionalização e a concentração cresceram vertiginosamente até os dias de hoje.

25. De fato, nem sequer os dirigentes militares menos alinhados com os EUA, e menos ainda, os do regime instalado - sob a supervisão dos serviços secretos estrangeiro, durante e após a transição para a pseudo-democracia - trabalharam por conter a concentração econômica, nas mãos, cada vez mais, das transnacionais.

26. Assim, a estrutura econômica dos anos 90 em diante já era outra bem diferente da dos anos 50, quando ainda o voto popular não era totalmente teleguiado pelo dinheiro e pela grande mídia, a serviço dos concentradores, nem existiam redes de TV. Atualmente, os partidos políticos, quase todos, estão a serviço das transnacionais ou de bancos estrangeiros e locais.

27. Até 1964, o voto popular, que favorecia Vargas e seus seguidores, foi frustrado pelas intervenções a mando do estrangeiro, com a desestabilização de governos eleitos, apoiada pela grande mídia e fomentada pelas transnacionais e pelos governos dos países hegemônicos. Ou seja pelas “democracias ocidentais”, as quais, como hoje está claríssimo, nada tinham de democráticas e, agora, descambam para o estado policial internamente e para ostensivas e brutais agressões imperiais no exterior. JK foi o único que, eleito pelo voto popular, terminou seu mandato. Mas por que? O dito no parágrafo 23 o explica.

28. Ao longo dos governos militares, embora tenham sido cassados e afastados muitos nacionalistas das FFAA, não se cuidara de privatizações, e foram criadas novas estatais. Entretanto, nem mesmo após o primeiro daqueles governos, claramente pró-EUA, houve reversão das políticas favorecedoras das transnacionais e cerceadoras das empresas privadas de capital nacional.

29. Por isso, os “milagres” de JK e de alguns governos militares (altas taxas de crescimento do PIB), mostraram-se falsos e redundaram na explosão da dívida externa, no final dos anos 70, seguida da inadimplência em 1982, ficando o País à mercê dos fraudulentos credores externos.

30. Sem lideranças revolucionárias capazes de entender o desastre estrutural da economia e de lutar por revertê-lo, o Brasil submeteu-se aos famigerados planos Baker e Brady e ao Consenso de Washington. A Constituição de 1988 foi fraudada para privilegiar o serviço da dívida, o que levou a pagamentos astronômicos e, apesar deles, ao crescimento exponencial da dívida interna.

31. Seguiram-se privatizações sob o ridículo pretexto de obter recursos para o pagamento das dívidas, num processo em que o País gastou centenas de bilhões de reais para alienar patrimônios fantásticos. É isso que está sendo reativado agora, e não nos admira, pois, se FHC teve por meta destruir o que ficou da Era Vargas, o PT foi criado para dividir os trabalhadores, com mais um partido, este pretensamente de resultados, simpático às transnacionais e desprovido de consciência nacional.

**Adriano Benayon é doutor em economia e autor do livro *Globalização versus Desenvolvimento*, editora Escrituras SP.**

## O cartório dos bancos

*Adriano Benayon - Publicado em Quarta, 04 Abril 2012 02:00*

O ininterrupto crescimento dos lucros dos bancos constitui um seriado da categoria *horror*.

---

Recapitulando: em junho de 2011, publiquei o artigo “*Os lucros dos bancos crescem sem parar*”, onde se lê:

*“Nos oito anos de FHC, a média anual de crescimento real dos lucros dos bancos foi 11%, acumulando 230% em oito anos. De 2003 a 2007, ela foi 12%, acumulando 176% em 5 anos. De 2003 a 2010 os lucros dos cinco maiores bancos - Itaú, Banco do Brasil, Bradesco, Santander e Caixa Econômica Federal - elevaram-se de R\$ 11,1 bilhões para R\$ 46,2 bilhões, em sete anos. Elevação sustentada, à média de 17,7% ao ano, ou seja, 313%. Em termos reais (correção pelo IPCA): 12,1 % aa., acumulando 222%.”*

2. Em artigo de março de 2010, “*Brincando à Beira do Abismo*”, salientei a concentração no setor, já enorme em 2009:

*“Apenas cinco bancos (Itaú, Banco do Brasil, Bradesco, Santander e Caixa Econômica) somam lucro de R\$ 37,3 bilhões, superando o lucro total dos 31 bancos computados em 2007.”*

3. Em 2011, os lucros desses cinco bancos alcançaram R\$ 51 bilhões: Itaú: 14,6; Banco do Brasil 12,1; Bradesco: 11; Santander: 7,8; CEF: 5,2 bilhões.

4. Esse é só o “lucro líquido”. No cálculo deste as empresas usam técnicas contábeis para deduzirem muita coisa do lucro real, aproveitando permissões e brechas da legislação tributária. O imposto de renda só incide sobre aquele. Ademais, a alíquota do imposto é 15%, enquanto as pessoas físicas que ganham acima de R\$ 3.750 mensais, estão sujeitas à de 27,5%.

5. Há anos, assinalo que os bancos gozam de vantagens mais que cartoriais: a garantia de lucros monopolistas para seu cartel, uma vez que, juntamente com as grandes corporações transnacionais, controlam o Estado.

6. Talvez por isso, não abusaram dos derivativos, os detonadores do colapso financeiro mundial, que levou os governos dos EUA e europeus a socorrer grandes bancos com dezenas de trilhões de dólares e de euros.

7. A União Federal propicia aos bancos em operação no Brasil aplicarem em títulos da dívida pública, para si próprios, o dinheiro dos depositantes, auferindo os juros reais mais altos do mundo, há quase vinte anos. E o ganho não vem só das taxas, mas também da dimensão do mercado desses títulos, cujo crescimento se deu principalmente pela capitalização dos juros.

8. O *estoque da dívida* pública mobiliária interna atingiu, em fevereiro último, R\$ 1,760 trilhão, sem contar os títulos em poder do Banco Central, os quais já somavam R\$ 749 bilhões no final de novembro de 2011. Também notável é o curtíssimo prazo médio desses títulos (menos de quatro meses), o que implica rolagem quadrimestral da ordem de R\$ 600 bilhões.

9. Além disso, as outras aplicações rendem aos bancos taxas de juros que são múltiplos da SELIC, usada nos títulos públicos, com margens fantásticas, como em empréstimos a empresas e a indivíduos e, ainda maiores, nos cartões de crédito, tudo isso favorecido pelo Banco Central. Este, ademais, admite tarifas por serviços bancários tão elevadas, que lhes custeiam todos os custos administrativos.

10. Desse modo, o crédito à economia produtiva fica mais por conta dos bancos públicos, à frente deles o BNDES, seguido de Banco do Brasil, CEF e o Nossa Caixa, estadual, que sobreviveu à razzia das privatizações. Mas o BNDES financia sobre tudo transnacionais e outras grandes empresas, e os bancos comerciais públicos atuam, cada vez mais, de maneira semelhante à de seus congêneres privados.

11. A mais escandalosa das privatizações, a do BANESPA, assumido pelo estrangeiro SANTANDER, foi comentada extensamente no artigo “*Os lucros dos bancos crescem sem parar*”, junho de 2011. Com a eliminação do BANESPA, dotado de grande rede de agências, especialmente no interior de São Paulo, o desenvolvimento desse Estado e do País foram grandemente prejudicados.

12. Um banco comercial é uma concessão incrível, que lhe enseja criar moeda, fazendo empréstimos, só com lançamentos nos computadores, em múltiplos dos depósitos, deduzidos os compulsórios junto ao Banco Central. Ainda assim, dado que têm lucros altíssimos garantidos pelo mercado dos títulos públicos, evitam os riscos dos empréstimos ao setor privado.

13. Apesar disso, o crédito a empresas e a pessoas físicas cresceu muito desde 2003, quando equivalia a 26% do PIB. No final de 2011 foi a 49,1%, sendo 31,5% o estendido por bancos comerciais (16,3% em 2003). O BNDES responde pelo grosso dos 17,6% restantes.

14. Especialmente apreciável foi a expansão do crédito imobiliário, ajudada, a partir de 2005, por mudanças na lei que facilitaram a tomada dos imóveis pelos bancos em caso de inadimplência do mutuário. O professor de finanças da USP de Ribeirão Preto, Alberto B. Matias aponta a espantosa concentração nesse setor: *“Em 1994, tínhamos 16 grandes bancos privados de varejo. Sobraram dois.”*

15. Há também, em relação com os fatores comentados no artigo do último mês, *“Brasil Privatizado”*, o risco de bolha imobiliária, após a vertiginosa alta dos preços dos imóveis. Segundo o Banco Central, o endividamento das famílias com o sistema financeiro alcançou, em novembro, 42,51% da renda acumulada nos 12 meses anteriores.

16. Por fim, não contentes com os mercados cativos que já têm, inclusive seguros e resseguros, os concentradores financeiros fizeram a presidente da República pôr no Congresso, o fundo de previdência complementar dos servidores públicos (FUNPRESP), mais uma etapa da privatização da previdência, colocando as aposentadorias e pensões à mercê do cassino das bolsas de valores.

**Adriano Benayon é doutor em economia e autor do livro *Globalização versus Desenvolvimento*, editora Escrituras SP.**

## **Tecnologia, Desenvolvimento e Ilusões**

*Adriano Benayon - Publicado em Sexta, 11 Maio 2012 23:06*

No momento em que surgem novos avanços na nanotecnologia e na criação de materiais, como o grafeno, é fundamental compreender a interação da tecnologia com o desenvolvimento econômico e social.

---

2. Indispensável afastar ilusões, pois não há algo de que se fale tanto e de que se entenda tão pouco como essa interação. Mesmo os que trabalham em inovar com produtos e processos não têm, na maioria, a percepção de como um país se desenvolve através da tecnologia.

3. Na teoria econômica, ela é vista como progresso técnico e elemento externo à função de produção, na qual entram os fatores: recursos naturais, trabalho e capital (conjunto de máquinas, instrumentos e materiais utilizados na produção).

4. Alguns autores assinalam o papel da tecnologia como fator organizativo, que determina a composição e a proporção dos fatores de produção.

5. Os que exercem poder sobre o capital, privado ou público, escolhem a tecnologia a ser adotada. Para isso, baseiam-se, de um lado, no que os técnicos criam e, de outro, nas estratégias de mercado e/ou nos objetivos da política econômica. Os criadores de tecnologias as desenvolvem em função de suas ideias e do que lhes é demandado por parte dos que comandam o capital.
6. Fator invisível, mas concreto, da produção, a tecnologia decorre do trabalho, pois é gente que a produz: engenheiros, técnicos, artesãos (como nos primeiros séculos da industrialização) ou operários.
7. Por outro lado, tendo valor - e muito, do ponto de vista do mercado e em termos monetários - a tecnologia é quase sempre apropriada pelos detentores do capital, podendo a mais-valia ser especialmente elevada.
8. De resto, o ordenamento jurídico da propriedade industrial está no Acordo TRIPS (Trade Related Intellectual Property Rights) da Organização Mundial do Comércio (OMC), aprovado no Brasil, no final de 1994.
9. Esse acordo protege, muito mais que os direitos dos inventores, as corporações transnacionais. É instrumento da oligarquia para aprofundar o apartheid tecnológico, impedindo a absorção de tecnologia por países e empresas de menor desenvolvimento.
10. A lesão ao desenvolvimento tecnológico do País foi reforçada com a Lei de Propriedade Industrial, 9.279/1996, enviesada em favor das empresas transnacionais, que controlam os mercados no Brasil.
11. Essas legislações inserem-se no salto qualitativo do crescimento da concentração do poder sob o império anglo-americano, em seguida ao desmantelamento da União Soviética. Foi assim radicalizada a apropriação da tecnologia pelos concentradores transnacionais do poder econômico.
12. Se, antes de 1990, já prevalecia o comando do capitalismo – por definição, concentrador – sobre os benefícios e os rendimentos monetários advindos da tecnologia, esta passou, desde então, a ser cada vez mais amplamente expropriada do Estado, dos empresários médios e pequenos, bem como dos técnicos e demais trabalhadores.
13. Tal como os demais bens suscetíveis de serem públicos, ou de - embora privados - beneficiarem o conjunto da sociedade, a tecnologia vem sendo objeto da privatização concentradora.
14. E o que isso tem a ver com a desindustrialização do Brasil, com o baixo percentual de empregos de qualidade, com as infra-estruturas econômica e social mal construídas e deterioradas? E com o enorme déficit nas transações correntes com o exterior, o qual não arrefece nem com a redução da demanda, como foi em 2011?
15. Ora, o Brasil, após agosto de 1954, foi sendo inviabilizado em termos de desenvolvimento econômico e social, ao ter continuamente subsidiado a ocupação do mercado por empresas

transnacionais. Com esse tipo de ocupação, não se desenvolvem tecnologias nacionais, pois raras são as as empresas de capital nacional que subsistem no mercado.

16. Aí reside um ponto-chave: tecnologia capaz de alavancar o desenvolvimento só cresce dentro de empresas em competição nos mercados. Entretanto, domina, na opinião comum, a falsa concepção de que o Brasil está atrasado tecnologicamente porque investe pouco em educação, ciência, pesquisa básica e tecnologia.

17. É verdade que investe relativamente pouco. Mas o grave mesmo é que, desse pouco, quase nada resulta em proveito da economia do País. Por que? Porque não há empresas nacionais evoluindo com progressos tecnológicos próprios. Elas simplesmente ficaram sem chance de permanecer no mercado ou de nele entrar, salvo em raros e passageiros nichos, logo apropriados pelos concentradores, principalmente transnacionais.

18. Poderíamos comparar a tecnologia aos nutrientes e adubos de uma planta, que seria a empresa produtiva. Ora, se a planta não é nossa, de pouco nos serve alimentá-la.

19. As transnacionais têm seus centros tecnológicos, em geral nas matrizes, e utilizam nas subsidiárias daqui a tecnologia já paga no exterior durante anos de vendas, o que lhes permite custo real zero no Brasil. Não têm, pois, interesse em investir nem em adquirir alguma aqui desenvolvida.

20. Se alguma lhes interessar, quase nada pagarão por ela, porque, controlando o mercado em sistema de oligopólio, impõem os preços e as condições, na qualidade de únicas compradoras. O que fizeram muito foi adquirir empresas nacionais apertadas pela política econômica, que as oprime em favor das ETNs.

21. Esta é a síntese da questão, como expus e documentei no meu livro “Globalização versus Desenvolvimento: **Não existe país que se tenha desenvolvido, havendo entregado seu mercado a empresas comandadas por capitais estrangeiros.**

22. Portanto, o conceito de “transferência de tecnologia” no Brasil só tem sentido na direção inversa àquela em que costumam falar dele: de brasileiros para as transnacionais dos países ditos desenvolvidos, ao contrário do que acontece(u) nos países realmente em desenvolvimento.

23. Agradeço ao Prof. Weber de Figueiredo, da UFRJ, por me ter transmitido um exemplo típico da **ilusão “desenvolvimentista”** fomentada por JK: a eliminação de mais um projeto de indústria nacional, a Romisetta.

24. Figueiredo assim resumiu informações de Fernando Campanholo sobre esse veículo produzido pela Romi, empresa brasileira de Santa Bárbara do Oeste (SP), de 1956 a 1959:

*“O governo JK abriu linha de financiamento subsidiado destinado às multinacionais de automóveis que se estavam instalando no Brasil. A nacional Romi também pleiteou o financiamento, deixando os burocratas embaraçados, pois o financiamento fora pensado apenas para as multinacionais. Mas uma solução engenhosa foi encontrada. O governo*

***baixou uma portaria definindo que automóvel é o veículo que tem dois bancos, o dianteiro e o traseiro! E, assim, a brasileira Romi foi jogada para escanteio, ficando fora do financiamento oficial, falindo a sua linha automotiva.”***

25. A Romisetta era um carro leve, de um só banco. Mas o importante é começar a produzir para o mercado, o primeiro passo para evoluir em tecnologia. Não importa não ser de primeira linha.

26. O Fusca da VW chegou a mais de 50% do mercado, dominou-o por mais de vinte anos e pouco evoluiu. Fora desenvolvido nos anos 1930, e a VW ganhou o incrível subsídio, dado às multinacionais, em 1954, de registrar como investimento em moeda, o equipamento e tecnologia de produção, então mais do que amortizados. Portanto, custo zero para o capital e a tecnologia. Além disso, com JK, mais subsídios, como o financiamento oficial.

27. Campanholo conclui: ***“A fabricação de 3.000 unidades no Brasil no período de 1956 até 1961, principalmente comparados às 22.543 Isettas-BMW fabricadas somente em 1956 pela Alemanha, fica como triste lembrança de quanto nós estamos suscetíveis e passivos aos mandos e desmandos do capital estrangeiro. Até hoje.”***

28. Resultado: as transnacionais, que ficaram com o mercado brasileiro de graça, continuam recebendo subsídios e remetendo centenas de bilhões de dólares para o exterior, a diversos títulos. Isso significa descapitalizar o País.

29. O Brasil foi programado pelo império anglo-americano para ser uma área de exploração de recursos naturais, em condição semelhante à maioria dos países africanos, submetidos ao mesmo tipo de intervenção. Além disso, em base de lucros provenientes também da indústria, controlada pelas transnacionais.

30. Foram elementos-chave da estratégia para que esse programa tenha sido realizado a pleno contento das potências imperiais e associadas: 1) a intervenção política e militar diretamente junto aos governos brasileiros; 2) a intervenção do dinheiro e da corrupção nas eleições, no sistema formalmente democrático; 3) o genocídio cultural; 4) o fomento da crença em que a entrada do capital estrangeiro favorece o desenvolvimento, complementa a poupança nacional, e em outras falácias.

31. Os entreguistas, culminando com os mega-entreguistas Collor e FHC, radicalizaram a aplicação dessa fé bizarra e fatal. Foram muito além da simples abertura ao comércio: fizeram o Estado brasileiro subsidiar os investimentos diretos estrangeiros, de forma inacreditável, e discriminar contra o capital nacional.

32. O Brasil não deixará de ser um país saqueado e enganado pela conversa fiada, enquanto não se reverter, de modo cabal, tudo isso e a mentalidade subjacente.

33. Eis algumas consequências para um país que participa do BRICs e pleiteia assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, só para ser enrolado pela potência dominante:

**"Dos 25 navios da Marinha de Guerra do Brasil apenas 14 estão em condições de navegar, e dos seus 23 aviões apenas um tem condições de levantar voo. Enquanto isso, a Rússia, a Índia e a China são potências nucleares, detentoras de tecnologia militar de altíssimo nível..."**

**"Não produzimos sequer uma calculadora de bolso, pois falta-nos até fábrica de chips – somos meros montadores de aparelhos eletrônicos."**

## **Juros e economia desestruturada**

*Adriano Benayon - Publicado em Sábado, 16 Junho 2012 15:47*

### I. Juros

1. Fez-se grande alarde da suposta pressão da presidente para que os bancos reduzissem um pouco as taxas de juros, acompanhando as baixas recentes na taxa SELIC, determinadas pelo Banco Central para os títulos do Tesouro Nacional.

---

2. Houve polêmica, com alguns enaltecendo a iniciativa governamental, e a grande mídia veiculando, junto com os usuais economistas a serviço dos bancos, as tradicionais advertências de que seria perigoso diminuir as taxas de juros. Na essência, tudo não passou de teatro.

3. O fato é que os juros praticados no Brasil são os mais usurários do Planeta, e as finanças da grande maioria dos brasileiros vai mal, pois os devedores perdem, cada vez mais, a capacidade de quitar as prestações.

4. Em suma, atuais taxas de juros são incompatíveis com a manutenção do volume do crédito no País. Ou seja: se elas não baixarem, grande número de pessoas físicas e empresas não-oligopolistas não mais terão condições de tomar crédito, e os bancos verão cair muito seu volume de negócios.

5. Ademais, os bancos foram compensados pelo BACEN com a diminuição dos depósitos compulsórios sobre os depósitos a prazo. Além disso, o BACEN permitiu-lhes elevar em 10% (R\$ 18 bilhões) o volume de seus financiamentos de automóveis e veículos comerciais leves.

6. Assim, o governo prossegue privilegiando dois dos setores poderosos, ambos controlados por grupos concentradores, o dos bancos - em que a participação estrangeira segue crescendo - e transnacionais estrangeiras montadoras de veículos.

7. O governo petista continua favorecendo essas montadoras com repetidas baixas e isenções de impostos, como voltou a fazer, há pouco. Parece querer, de qualquer maneira, fazer com que essas transnacionais prossigam remetendo ao exterior lucros oficiais (sem falar nos

disfarçados) em montantes recordes, o último dos quais foram os US\$ US\$ 5,58 bilhões em 2011, com aumento de 36,1% em relação a 2010.

8. Estimula, de todos os modos, a compra de automóveis, enquanto a infra-estrutura de transportes públicos urbanos é cada vez mais insatisfatória, as rodovias também se deterioram e inexistem transportes ferroviários e aquaviários. Desse jeito, os veículos automotores, sonho de consumo, se atravancam nas vias urbanas e, quando chegam ao destino, começa o sofrimento para estacionar, acompanhado de tarifas extorsivas.

9. Com efeito, como temos demonstrado em vários artigos, as transnacionais e uns poucos grandes grupos locais, em geral associados a elas, comandam a política econômica do Brasil, há muitos decênios. Isso é verdade tanto em relação à chamada economia produtiva, como no que se refere à financeira, como ilustram, entre outros, estes instrumentos destinados a assegurar que a economia brasileira seja sangrada em favor de banqueiros estrangeiros e locais:

a) juros reais elevados;

b) prioridade a alocar recursos para o "superávit primário";

c) a emenda constitucional da Desvinculação das Receitas da União (DRU), pela qual se desviam vultosíssimos recursos tributários, inclusive os da seguridade social, para o serviço da dívida;

d) a Lei de "Responsabilidade" Fiscal;

10. Muita gente tem a ilusão de que, nos últimos anos, houve mudanças significativas na redistribuição da renda, mas isso só se deu em relação a estratos marginalizados pelo sistema produtivo. Este prossegue oferecendo poucos empregos em geral e ainda mais raros quando se trata dos mais qualificados e bem remunerados, a não ser no topo dos executivos financeiros.

11. A redistribuição que se faz é a recomendada pelo Banco Mundial e visa ao objetivo irrealista de manter acomodados os mais destituídos. De outra parte, praticamente nada mudou quanto ao privilegiamento aos concentradores financeiros mundiais, como exemplifiquei acima nos parágrafos 6 a 9.

12. Alterou-se somente a retórica, supostamente mais à esquerda em relação a governos anteriores, o que serve para alimentar a oposição por parte da grande mídia e montar a encenação de que as instituições políticas oferecem alguma alternativa por ocasião das eleições.

## II – Camisa de força estrutural

13. O sistema de poder imperial amarrou a política econômica "brasileira" numa camisa de força, uma vez que estabelece a meta de inflação associada à ideia (falsa) de que os juros funcionam contendo a alta dos preços.

14. Acontece que houve, ao longo dos últimos decênios, acentuada decadência estrutural da economia, causada pela desnacionalização. A desindustrialização, associada também à abertura ao comércio mundial, é apenas uma das facetas dessa decadência.

15. Isso implica cada vez maior dependência de produtos importados, especialmente os de maior conteúdo tecnológico e maior valor agregado.

16. A população mal alimentada ou incorretamente alimentada, além de explorada por carteis transnacionais nas sementes, fertilizantes e alimentos industrializados, submetida a stress por dificuldades financeiras, transportes precários, precariedade nos empregos etc. é grande consumidora de exames médicos em aparelhos importados e enorme quantidade de drogas (chamadas de remédios) cujos insumos principais são importados.

17. Além disso, impostos altos, tarifas absurdas, como a dos pedágios indecentes nas rodovias paulistas, as da eletricidade privatizada etc. Ademais, os produtos industriais encontrados no mercado são dominados, na maioria, por carteis e empresas em oligopólio.

18. Assim, tanto a produção local, nas mãos das transnacionais, como as importações têm preços elevados, e tudo isso leva a pressão inflacionária. Então, a pretexto de conter essa pressão, os juros no Brasil têm-se mantido incomparavelmente altos (são atualmente negativos na Europa, EUA e outros).

19. Fundos e outros aplicadores estrangeiros tomam, no exterior, recursos a juro zero para aplicá-los no Brasil, em títulos públicos e outros instrumentos financeiros. Isso faz o câmbio do real sustentar-se em patamar alto e tornar menos competitiva a produção realizada no Brasil. Junto com a decadência estrutural, isso causa, nas contas externas do País, déficit de transações correntes dos mais altos do mundo, em proporção do PIB.

20. Portanto, o modelo econômico leva forçosamente a crises e assegura que o País não realize o tão falado e jamais alcançado desenvolvimento. É o modelo da dependência, adotado desde meados dos anos 50 e radicalizado, a partir de 1990, com a adesão subalterna à globalização dirigida pelas potências imperiais.

## **Por que o Brasil se atrasa**

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 31 Julho 2012 23:54*

1. A desindustrialização do Brasil não tem sido explicada adequadamente, sequer pelos economistas menos vinculados à ideologia das corporações transnacionais.

---

2. Em entrevista à BBC (13.07.2012), Gabriel Palma, professor da Universidade de Cambridge, Inglaterra, lembrou que, em 1980, a produção industrial no Brasil superava a do conjunto formado por China, Índia, Coreia do Sul, Malásia e Tailândia e que, em 2010, já não representava senão 10% do total produzido nesses países.

3. O economista Leonardo Guimarães Neto, publicou artigo no portal do Centro Celso Furtado, Ano 6 - Edição 8, Recife, 13.04.2012, intitulado "A retomada da indústria brasileira: o recado de Antônio Barros de Castro".

4. Nele, aprecia o pacote de estímulos, de R\$ 60 bilhões, à indústria brasileira (sic), incluindo: desoneração fiscal, ampliação e barateamento do crédito; redução de até 30% do imposto sobre produtos industrializados para o setor automobilístico; redirecionamento de compras governamentais para bens produzidos internamente; redução de impostos na tecnologia da informação.

5. Deixa de denunciar mais esse absurdo presente à predadora indústria automobilística estrangeira, que não cessa de descapitalizar o país, enviando ao exterior os ganhos oligopolistas arrancados dos consumidores nacionais.

6. Omite também que, sob a presente estrutura industrial, dominada pelas transnacionais, os investimentos e subsídios aos centros de pesquisa tecnológica significam desperdício de recursos públicos, porquanto, não havendo empresas nacionais viáveis no mercado, só ínfima fração do resultado das pesquisas resultará em inovação tecnológica.

7. Observa Guimarães que, embora bem recebido, o pacote foi considerado insuficiente por sindicatos patronais e de trabalhadores. Esses reclamam: (i) desvalorização cambial, (ii) redução dos juros e dos spreads bancários e (iii) redução do preço de insumos fundamentais para a atividade industrial, como a energia elétrica.

8. Segundo Guimarães, a perda de competitividade da indústria nacional (sic) não se deve só ao custo Brasil: enorme carga tributária; juros e spreads bancários altos; elevados preços da energia elétrica; enormes déficits de infra-estrutura de transporte e logística.

9. A perda estaria associada à reduzida capacidade de inovação da grande maioria dos segmentos produtivos da indústria nacional (sic), em contexto de acelerado avanço tecnológico nos países competidores, tais como a China.

10. Precisamos, porém, ir mais fundo. Entender por que essa capacidade é reduzida. Daí, inseri três vezes o advérbio latino "sic", após "indústria brasileira ou nacional", porque a questão básica, intocada nas discussões correntes, é a desnacionalização, o fato de a produção realizada no Brasil não ser nacional, mas subordinada às matrizes das transnacionais estrangeiras que a controlam.

11. É ridículo falar em inovação tecnológica com a indústria desnacionalizada e com os seus centros das decisões sobre produção e mercados situados no exterior.

12. Se não há inovação tecnológica no Brasil é porque as transnacionais se apropriaram de tecnologias no exterior, amortizaram-nas com as vendas em outros mercados e as utilizam aqui a custo real zero, tal como acontece com as máquinas e equipamentos importados a preços superfaturados.

13. Por que, então, tais indústrias não são competitivas, se seus custos reais de produção são extremamente baixos, ademais de as transnacionais receberem colossais subsídios prodigalizados pelos governos federal, estaduais e municipais?

14. Porque o valor contábil das despesas das subsidiárias no Brasil é levado às alturas, através dos preços que estas pagam às matrizes nas importações dos bens de produção (inclusive o da tecnologia, jamais transferida): os bens de capital e os insumos, tudo é superfaturado, além de serviços sobrefaturados e até fictícios.

15. Em suma, as políticas de favorecimento às transnacionais, inauguradas em 1954, e intensificadas desde então, fazem que os brasileiros paguem para se tornarem pobres. Os fabulosos lucros reais obtidos pelas transnacionais são transferidos ao exterior, não apenas como tais, mas também através desses superfaturamentos e do subfaturamento de exportações.

16. Estando a economia concentrada por empresas transnacionais e bancos, na maioria desnacionalizados, e os "nacionais" associados aos estrangeiros e com eles ideologicamente alinhados, é esse sistema imperial que elege os "governantes" nos poderes do Estado brasileiro, pois as eleições dependem dos dinheiros para as campanhas e do acesso às redes de TV comerciais, vinculadas aos mesmos interesses.

17. Em tais condições, tornam-se inócuos os votos piedosos dos economistas, quando recomendam reformular a infra-estrutura de transportes e logística, baixar os juros até o patamar internacional (o que viabilizaria reduzir a carga tributária), desvalorizar a taxa cambial etc.

18. Mantendo-se a atual estrutura de poder, essas medidas seriam irrealizáveis, além de que, para funcionarem, acarretariam a necessidade do controle de capitais e da estatização dos principais bancos, ou seja, políticas ainda menos toleráveis para os aproveitadores dessa estrutura.

19. Assim, o governo que empreendesse tais políticas, seria desestabilizado e derrubado antes de promover a indispensável passagem do controle da indústria para capitais nacionais, privados e públicos.

20. Se a indústria não for realmente nacional, jamais terá chance de ser competitiva. O mesmo se aplica à infra-estrutura econômica (energia, transportes e comunicações) e à social (saúde, educação e cultura). Há que desmercadorizar os serviços públicos e eliminar as agências "reguladoras", devolvendo o poder delas ao Estado.

21. Também importante para o Estado recuperar funções perdidas com o modelo do "consenso de Washington" é a total reformulação da administração pública, generalizando-se os concursos públicos, a formação de técnicos e administradores e instituindo-se a aferição de desempenho, com possibilidade de demissão, seleção de quadros desde a escola primária etc.

22. Voltando a Guimarães: "Segundo Antônio Barros de Castro... não se trata hoje de superar um hiato em relação a concorrentes que evoluíam lentamente em termos tecnológicos e de produtividade. Para ele, esta premissa não existe mais, e os concorrentes do Brasil,

notadamente a China, 'ainda estão alcançando novos patamares de produtividade e aumentando o esforço tecnológico para acelerar sua eficiência'. A China teria superado a fase de "made in China" para outra de "created in China".

23. Ora, como assinalei no artigo "Tecnologia e Desenvolvimento", publicado em maio, é incrível que até os economistas que não se restringem a discutir política macroeconômica conclamem para a necessidade de inovação tecnológica sem reconhecerem a impossibilidade dela num país cujos mercados estão sob controle praticamente total de empresas transnacionais.

24. Em artigo próximo tentarei resumir a avassaladora ocupação da economia brasileira, a qual prossegue em tal velocidade, que a empresa nacional é, cada vez mais, espécie em extinção.

25. De novo, Guimarães: "Castro acredita que o Brasil, de início, deve ganhar tempo até induzir as grandes transformações, garantindo superávits no balanço de pagamento por 10 ou 15 anos com petróleo e matérias primas agrícolas, além da expansão do mercado interno 'colocando areia para limitar a ocupação do mercado interno por importações...'"

26. Isso seria, na realidade, perder tempo. E o Brasil já se atrasou demasiado nos últimos 58 anos! Proteção para a indústria, na atual estrutura, só favorece as transnacionais e eleva os incalculáveis prejuízos que vêm causando ao país.

27. De resto, enquanto se dilapidam os recursos naturais através das exportações primárias, as receitas são usadas para pagar por serviços superfaturados e fictícios às matrizes das transnacionais, e para importar bens de alto valor agregado e insumos grandemente superfaturados. Nem se fica sabendo o que valem as matérias-primas exportadas, nem o balanço de pagamentos se equilibra sem endividamento.

28. Isso implica fomentar a estrutura econômica atrasada, como a da Venezuela, por mais de um século, antes de Chávez: exportar quantidades fabulosas de petróleo e ficar com a estrutura econômica mais primitiva da América do Sul, para gáudio do império anglo-americano.

29. Com governos acomodados às imposições do império, até por carecerem de consciência nacional, as transnacionais estão ocupando até os espaços recomendados por Barros de Castro e seguidores, como a agroindústria do etanol e a química baseada na energia vegetal. Note-se que nem falam dos óleos vegetais, como o dendê, capaz de produzir mais óleo – melhor que o de petróleo – do que a Arábia Saudita.

## **Que futuro, com este passado?**

*Adriano Benayon - Publicado em Segunda, 03 Setembro 2012 18:36*

1. No clássico samba Chão de Estrelas, de Orestes Barbosa, o verso fala em "palhaço de perdidas ilusões". No tango Mano a Mano, de Carlos Gardel, este diz à que o deixa por um ricaço: "tenés el mate lleno (a cabeça cheia) de infelices ilusiones".

---

2. Mais infelizes são as ilusões em que o sistema de poder concentrador enreda o nosso povo, depois de montar bombas-relógio que têm causado enormes estragos antes mesmo de detonarem.

3. Entre outras, a dívida interna federal, que atingiu, no final de 2011, R\$ 2.536.065.586.017,68 (mais de dois trilhões e meio de reais), e a dívida externa, US\$ 402.385.102.828,23 (mais de quatrocentos bilhões de dólares). Esta, em parte privada, acaba virando toda pública em situações como a de 1982.

4. A soma passa de três trilhões e seiscentos bilhões de reais e corresponde a 83% do PIB: o valor da produção interna de bens e serviços nos doze meses do ano.

5. Cerca de 30% dos títulos da dívida interna figuram como “em poder do Banco Central”, mas este os repassa aos bancos nas “Operações de Mercado Aberto”. Aplicadores do exterior vendem dólares para comprar desses títulos.

6. O Banco Central fica com parte dos títulos para cobrir, com o rendimento, o prejuízo de R\$ 100 bilhões anuais (2011), diferença entre os juros pagos pelos títulos do Tesouro e os juros auferidos com as reservas brasileiras no exterior.

7. E a tragédia da dívida pública não está só no tamanho dela e no gasto que causa: R\$ 708 bilhões de juros e amortizações em 2011.

8. O pior é que mais de 90% provêm de juros, taxas e comissões incorporados ao principal (capitalizados), ao longo do tempo, desde antes de grande parte da dívida externa se ter convertido em interna, nos anos 80, mesmo após o Brasil ter feito enormes desembolsos em dólar.

9. Há mais. Conforme dados da Auditoria Cidadã da Dívida, as despesas de juros e amortizações (serviço da dívida) totalizaram **R\$ 2 trilhões** durante os mandatos de FHC (1995-2002) e **R\$ 4,7 trilhões**, durante os de Lula (2003-2010).

10. Com as taxas de juros mais altas do mundo e a dinâmica dos juros compostos, a dívida cresce através da emissão de novos títulos em valor maior que os liquidados, porquanto os juros e encargos estipulados ultrapassam o que a União consegue saldar.

11. **Nos últimos 17 anos, o serviço da dívida custou R\$ 7,4 trilhões.** Nos 7 anos anteriores, de 1988 a 1994, ele somou **R\$ 2,84 trilhões, já aproveitando o dispositivo inserido na Constituição, através de fraude, o qual privilegia o serviço da dívida no Orçamento.**

12. O montante da dívida não equivalia então nem a 10% do presente, mas o “governo brasileiro”, aceitando o vergonhoso Plano Baker, emitiu títulos e fez pagamentos em volume espantoso, para cobrir dívidas atrasadas e abusivamente infladas.

13. De fato, em **1989 e 1990** o serviço da dívida custou **R\$ 1,57 trilhão. Essa média anual, R\$ 785 bilhões**, em cifras atualizadas a preços de 2011, supera o custo atual, embora o principal fosse naquela época dez vezes menor que hoje.

14. O serviço da dívida, correspondendo atualmente a 45% do total das despesas federais, equivale a 17% do PIB. Nem tudo isso é desembolsado, mas o que não o é, vai elevando o montante da dívida.

15. Seria bem melhor criar moeda e crédito em bancos próprios, para investir produtivamente, que endividar-se para rolar dívidas financeiras e, de resto, nunca auditadas. Portanto, o Brasil poderia quase dobrar os investimentos (19% do PIB), chegando ao patamar dos países de maior poupança, como China, Taiwan e Coreia.

16. Imagine-se o progresso, se não se despendessem – há mais de 35 anos – verbas absurdas com a dívida. Mormente, se se investisse certo, em vez de subsidiar as transnacionais, como o Brasil faz **há 58 anos, desde 24 de agosto de 1954**.

17. Os países citados, com potencial menor que o do Brasil, tiveram resultados incomparavelmente melhores, porque fizeram investimentos estatais, com crescente autonomia tecnológica, e **ajudaram as empresas nacionais, não as transnacionais**. Essa política econômica levou-os a tornarem-se credores, enquanto o Brasil ficou refém da dívida.

18. Chegamos aqui à verdadeira origem da dívida. **Esta resulta da acumulação dos déficits nas transações correntes com o exterior**, os quais, por sua vez, **decorrem das remessas oficiais e disfarçadas dos lucros que as empresas transnacionais auferem no mercado brasileiro**, que lhes foi entregue a partir de 1954.

19. Além da ocupação do mercado por carteis transnacionais, contribuíram para a explosão da dívida:

a) o financiamento externo dos investimentos na infra-estrutura e nas indústrias de base, realizados em apoio à indústria “nacional”, cada vez menos nacional;

b) os choques dos preços de petróleo (1973 e 1979), quando o Brasil era importador;

c) a elevação dos juros em dólar pelo FED (Banco Central estadunidense), em agosto de 1979, de menos de 10% para mais de 20% ao ano.

20. A desnacionalização da economia – causa primordial da dívida e da desestruturação do país – ganhou corpo a partir de 1954, quando agentes da oligarquia, Eugênio Gudin e Otávio Gouvêa de Bulhões, assumiram o comando da política econômica.

21. Baixaram a Instrução nº 113 da SUMOC, que permitiu às transnacionais (ETNs) **importar máquinas e equipamentos usados, registrando-os como se fosse investimento em moeda**. Assim, as ETNs puderam produzir a custo zero de capital e tecnologia, pois tais bens de capital estavam mais que amortizados com as vendas no exterior.

22. Evidentemente, as transnacionais não declaravam valor zero. De 1957 a 1960, sob JK – que manteve os subsídios e ainda lhes deu maiores facilidades – as montadoras e outras transnacionais registraram quase US\$ 400 milhões (US\$ 3,3 bilhões, atualizando, conforme a variação, brutalmente subestimada, do IPC dos EUA).

23. Não bastasse, as transnacionais favorecidas por aquela Instrução contabilizavam à taxa de câmbio livre o equivalente, em moeda nacional, ao investimento registrado e convertiam lucros e repatriações de capital à taxa preferencial, quando das remessas ao exterior. Isso significava **mais que dobrar o valor transferido**.

24. Florescentes indústrias de capital nacional surgiram em grande número, na primeira metade do século XX, principalmente na Era Vargas. Depois de 1954, em vez de serem protegidas, foram prejudicadas pela política econômica.

25. Em 1964, Roberto Campos tornou-se czar da economia. Bulhões, ministro da Fazenda. Que fizeram? Pretextando combater a inflação, em alta com a desestabilização anterior ao golpe patrocinado pelos serviços secretos estrangeiros, reduziram os investimentos, elevaram os juros e restringiram o crédito: o suficiente para eliminar do mercado grande número de empresas nacionais.

26. Costa e Silva e Médici reeditaram o falso milagre de JK, e Geisel tentou o mesmo. A ressaca foi ainda mais dolorida. Em 1960, o endividamento externo quase levou à inadimplência. No final dos anos 70, ela já era inevitável e aconteceu em 1982, juntamente com a moratória do México e a da Argentina.

27. Delfim Neto, em 1969-1970, instituiu vultosos subsídios às exportações industriais, mais um maná para as transnacionais. Em 1982, de volta ao governo, sob Figueiredo, mostrou-se arredo a qualquer atitude que lembrasse soberania, e desprezou a tentativa argentina de formar o cartel dos devedores.

28. Daí por diante, não cessaram as capitulações, em notável continuidade entre o governo militar e os governos instalados após a Constituição de 1988.

29. Advêm nesse ponto os colossais dispêndios com o serviço da dívida de 1989/1990, ditados pela mágica dos banqueiros mundiais: não deixar acabar a dívida externa – apesar dos vultosos pagamentos – e ainda extrair dela a dívida interna, que cresceu exponencialmente a partir dos anos 80.

30. Entretanto, a coisa não parou aí. Num processo de retro-alimentação perene: a estrutura de mercado, em poder de empresas estrangeiras, causando déficits externos e endividamento, e este gerando ocupação ainda maior do mercado por essas empresas.

31. Isso culminou, a partir de 1990, em:

a) as “privatizações”: entrega de estatais, de valor incalculável, em troca de títulos sem valor (moedas podres), com desnacionalização imediata ou a médio prazo, em razão da dinâmica do modelo concentrador;

b) a desestruturação do próprio Estado, tornando-o desprovido de instituições capazes de guiar o desenvolvimento econômico e social, e fazendo-o substituir servidores comprometidos com o país por agentes externos.

32. Com a estagnação, acentuada após a crise de 1982, a taxa de investimento ficou baixa, e os investimentos continuaram mal direcionados.

33. Mesmo sem crescimento econômico, os fatores do endividamento continuaram operando, até, em 1999, final do primeiro mandato de FHC, eclodir outra crise externa, ocultada até o desenlace, após a reeleição viabilizada pela corrupção para a emenda à Constituição.

34. Nos mandatos de Lula e no de Dilma, elevaram-se as taxas de crescimento do PIB, com a expansão do crédito, especialmente público, e navegando sobre preços mais altos nas exportações primárias.

35. Então se formaram bolhas e, a cada sinal de exaustão, o governo reage com pacotes que intensificam a deterioração estrutural da economia, em curso desde 1954 e agravada desde 1990. De fato, em 1970 oligopólios de transnacionais já controlavam o grosso da indústria, e depois foi quase todo o restante.

36. Os expedientes para o “crescimento” subordinam-se aos dogmas do Consenso de Washington, tais como parcerias público-privadas, nas quais o dinheiro público financia os empreendimentos e assume o risco, cabendo a gestão e lucro garantido a concentradores privados. Na mesma linha, os créditos subsidiados do BNDES às transnacionais – e novas isenções fiscais e doações em favor destas – refletem o estado patológico das relações de poder.

37. FHC fez desnacionalizar como ninguém, mas, segundo a Consultoria KPMG, de 2004 a junho de 2012, mais 1.167 empresas brasileiras passaram para controle estrangeiro.

38. Mais do que as fusões e aquisições, os **investimentos estrangeiros diretos (IEDs)** – onde se computa também o reinvestimento de lucros – **são o principal mecanismo da desnacionalização.**

39. O estoque de IEDs acumulado de 1947 a 2005 montou a US\$ 180 bilhões, e **só os de 2006 a 2011 superam esse montante, com US\$ 192,7 bilhões.**

40. No mesmo período, os **déficits de “serviços” e “rendas” aumentaram 114%. Somaram US\$ 345,4 bilhões nesses seis anos, quantia equivalente a 93% do estoque de IEDs até 2011.**

41. Os IEDs e outras modalidades de capital estrangeiro têm equilibrado o Balanço de Pagamentos, como o uso acrescido de drogas alivia o toxicômano, i.e., agravando a doença estrutural da economia.

42. Assim, se não forem revertidas as regras que o Brasil vem obedecendo cegamente, as transferências das transnacionais levarão a uma crise externa incontornável, a qual, se tratada como as anteriores, fará elevar os juros e tornará a dívida pública ainda menos suportável.

43. Está presente também, em função da provável desvalorização do real, a perspectiva de avultar ainda mais a já desbragada venda – por nada – de empresas, títulos públicos e terras brasileiras.

44. De fato, por imposição imperial, acatada por países submissos, o dólar continua valendo como moeda internacional, não obstante ser moeda falsa, aviltada por emissões às dezenas de trilhões, passados aos bancos da oligarquia. O Brasil entrega tudo para ficar com depósitos em

dólares, fadados não só a perder valor, mas também a sumir de repente quando se desencadear a fuga de capitais.

## Sair da "Crise"

*Adriano Benayon - Publicado em Quinta, 25 Outubro 2012 15:02*

O jornal *Valor* publicou, em setembro, artigos de dez "renomados" economistas sobre a "crise" mundial e seus desdobramentos. Na realidade, trata-se de **depressão econômica**, caracterizada por queda, desde 2008, de emprego, produção, consumo e investimentos, em quase todos os países "desenvolvidos".

---

2. Pior que esconder a depressão nas estatísticas oficiais é não apontar-lhe a **causa essencial**: a concentração dos meios de produção e das finanças sob o comando de um grupo de pessoas contáveis nos dedos, coadjuvadas por executivos cujo total não passa de 0,001% da população (mil vezes menos que o falado 1%).

3. A concentração determina as **causas imediatas** do colapso e da depressão:

a) desregulamentação (falta de controles públicos e supressão dos que havia) dos mercados financeiros, deixados ao bel prazer dos alavancadores dos títulos podres, como derivativos de 600 trilhões de dólares (nessa moeda e em euros);

b) os bancos e financeiras, manipuladores e aproveitadores da criação de títulos, não arcarem com os ônus dos estragos que produziram, postos nos ombros dos Estados, que viraram devedores de créditos de que não se beneficiaram.

4. Ainda mais importante que entender as causas é atentar para **o fato de a depressão continuar, porque isso interessa à oligarquia financeira**, detentora do real governo nas "democracias" ocidentais.

5. De fato, **a depressão serve para tornar ainda maior a concentração do capital, e mais absoluto o poder oligárquico**. Serve como? Enfraquecendo ainda mais os Estados nacionais, dos quais a oligarquia se havia apoderado.

6. Com o Estado subordinado aos oligarcas, quem irá conter os abusos tirânicos e quem propiciará algum espaço à verdadeira economia de mercado, capaz de viabilizar o desenvolvimento tecnológico através da competição e da demanda em economias livres da concentração?

7. Depois do colapso financeiro originado nos derivativos, em vez de se liquidarem os bancos metidos neles - como de direito, se as sociedades tivessem governos a seu serviço -, os colossais prejuízos decorrentes da especulação foram transferidos para os Estados, que passaram a ser os grandes endividados.

8. A partir das dívidas públicas assim engendradas, as políticas sob o comando dos bancos levam à falsa austeridade e às privatizações favorecedoras dos carteis dos oligarcas. Através delas desaparecem não só estatais, mas também grande massa de empresas médias e pequenas.

9. No setor "privado" reinam os grandes bancos e os carteis transnacionais, cada vez mais abrangentes. Fecham-se as portas do capitalismo a ingressantes da classe média alta. A oligarquia consolida seu status de tirania.

10. Diferentemente do que muitos dizem, a crise econômica atual não provém somente do liberalismo, mas, sim, de o mundo estar dirigido e regulado pelos concentradores. Só os oligarcas ficam livres da regulamentação.

11. A depressão nos EUA, Europa e Japão leva à queda das exportações da China, a qual pretende acelerar a expansão do mercado interno e reduzir o ritmo de crescimento dos investimentos em favor da elevação do consumo.

12. Assim, a função de locomotiva do dinamismo mundial, desempenhada ultimamente pela China, não deverá prosseguir na mesma intensidade, prevendo-se queda nas importações de minérios e, portanto, das exportações do Brasil e da Austrália.

13. Em conclusão, nada se vê no horizonte capaz de interromper o presente círculo vicioso, na maioria dos países, de deterioração das condições sociais e da infraestrutura econômica.

14. EUA e Europa prosseguem emitindo moeda para comprar títulos podres, o que reduz quedas no valor dos ativos financeiros e das commodities. Mas isso só adia nova recaída, enquanto avilta, ainda mais, o dólar e o euro, moedas que não mais deveriam ser aceitas como divisas internacionais.

15. Muitos recordam que a grande depressão mundial dos anos 30 somente acabou devido ao choque de procura da Segunda Guerra Mundial, a partir de 1942/43.

16. Mas, então, só nos EUA, foram mobilizadas 14 milhões de pessoas e, agora, os conflitos armados não mais geram tantos empregos, nem mesmo nas indústrias de armamentos e nas básicas. Só matam aos milhões, com armas intensivas de tecnologia.

17. As agressões a diversos países desde 2001, as quais contribuíram para elevadíssimos déficits orçamentários, visam elevar os lucros da indústria bélica, um dos grandes feudos da oligarquia, ademais dos objetivos imperiais.

18. A guerra em grande escala seria muito mais dispendiosa e tornou-se menos provável, porque surge uma superpotência, a China, além de ocorrer alguma recuperação do poder bélico da Rússia, ex-superpotência que propiciou o equilíbrio desaparecido no final dos anos 80.

19. Por fim, não há necessidade de novas guerras monstruosas, além de inúteis para sair da "crise". A saída não é difícil, se se puser cobro à tirania política da oligarquia financeira.

20. Bastaria os Estados assumirem o controle de seus Tesouros e dos bancos centrais, **extinguirem o grosso das dívidas** que inviabilizam a sanidade das economias **epromoverem investimentos produtivos estatais e privados no âmbito de uma economia descartelizada**.

21. **Fora disso, i.e., sem transformação das relações de poder, o cenário é mais depressão**, e a dificuldade para essa transformação decorre da deterioração, em todos os aspectos, da vida dos povos subjugados pelo império.

22. Com efeito, a tirania conta, para afastar a revolução, com os frutos de investimentos, desde há um século, nas indústrias da comunicação social e do entretenimento e nos sistemas de "educação", para destruir valores e culturas e embotar o discernimento, tudo isso potencializado por mais tecnologia.

23. A destruição das Torres Gêmeas em Nova York e o ataque ao Pentágono, realizados pelo Estado policial, há onze anos, são exemplos notáveis da produção de terror para justificar agressões imperiais e reforçar leis repressoras totalitárias.

24. É em cima dessas realidades, desconhecidas da maioria, que se monta nos EUA o megaespetáculo das eleições presidenciais.

25. A eleição para presidente da maior superpotência mundial deveria ser evento de capital importância, merecedor da cobertura que tem, se houvesse real opção para os eleitores.

26. Trata-se, porém, de algo irrelevante, já que, como de hábito, os candidatos dos dois partidos estão igualmente vinculados à oligarquia concentradora, sediada em Wall Street, Londres e outras praças-chave da finança mundial.

## **Sobre as eleições nos EUA**

*Adriano Benayon - Publicado em Quinta, 29 Novembro 2012 15:37*

Analistas qualificados dos EUA confirmaram o que sabemos: havia pouca diferença entre os dois candidatos à presidência.

- 
2. Mais de 90 milhões de eleitores não compareceram, e parcela importante dos que votaram preferiu Romney, mais radical que Obama, em militarismo e desprezo pelos direitos sociais dos estadunidenses e pelos direitos humanos dos povos massacrados pela política imperial.
  3. Ambos estão a serviço da oligarquia financeira, que inclui o complexo industrial militar e as mega-empresas de energia (entre outras) concentradoras de ganhos absurdos e destruidoras do meio-ambiente.

4. Como assinala Paul Craig Roberts, Obama e Romney posicionam-se a favor do prosseguimento da política intervencionista dos EUA, notadamente no Oriente Médio, e da confrontação militar contra a Rússia e a China.

5. Nem o "democrata" nem o "republicano" questionam as leis e medidas, instituídas por Bush e pelo próprio Obama, que significaram rasgar a Constituição dos EUA, ao suprimir as garantias do Estado de direito aos alvos da repressão política, estrangeiros e nacionais, inclusive as dezenas de milhões de estadunidenses vítimas da depressão econômica.

6. Essa é a "democracia" do país que emprega a força militar, bem como a corrupção, sob a direção dos serviços secretos, para intervir em todo o mundo a serviço da oligarquia predadora, acusando os países visados de não ter regime democrático e de desrespeitar os direitos humanos ou o meio-ambiente.

7. De modo semelhante, embora mais discreto, agem o Reino Unido, outro líder do sistema imperial, e os coadjuvantes, membros da OTAN. Em todos, os bancos e as corporações transnacionais controlam o Estado.

8. Onze anos de guerras imperiais e políticas econômicas que tudo permitem aos grandes bancos e transferem para eles dezenas de trilhões de dólares, oneraram os EUA com fabulosos déficits orçamentários. Esses – lembra Roberts – resultam em hiperinflação e na perda de posição do dólar como divisa mundial.

9. Esse privilégio é altamente prejudicial para o Mundo, e todos se beneficiariam com o fim dele. Os próprios EUA, privados do parasitismo, passariam a cuidar de sua infra-estrutura deteriorada e a investir mais produtivamente, em vez de exercerem pressões militares para coagir os países exportadores de petróleo a vendê-lo por dólares e fazer guerras destruidoras contra os que resistem a essa imposição.

## **Brasil**

10. Tivemos eleições municipais, nas quais as qualidades de um candidato a prefeito e a nulidade ou perversidade de outro podem fazer diferença. Nas eleições à presidência da República, a probabilidade disso é praticamente inexistente, porque a importância da política federal leva o sistema de poder a afastar candidatos propensos a mudar as coisas.

11. Dilma é um pouco menos alinhada com o império que os políticos do PSDB. Entretanto, a continuação dela também implica que a situação do Brasil prossiga deteriorando-se.

12. O mesmo não se dá na Argentina, Equador e Venezuela, países nos quais os atuais mandatários têm dado passos na direção da autonomia nacional, enquanto as oposições são totalmente caudatárias do império.

13. O Brasil apresenta um dos maiores descompassos do mundo, entre o potencial e o que realiza, porquanto a política econômica é ditada por transnacionais estrangeiras e bancos. Não, pelos interesses nacionais.

14. O extraordinário potencial do País, notadamente a dotação de recursos naturais, fez com que as potências imperiais atuassem intensamente para inviabilizar o desenvolvimento econômico e social, além de promover a destruição da cultura e da educação.
15. Nos *raros* períodos em que o Brasil caminhou para o desenvolvimento, as potências imperiais, EUA à frente, desestabilizaram e derrubaram os governos, como os de Getúlio Vargas em 1945 e em 1954.
16. Vargas foi extremamente clarividente nas medidas econômicas e chamou gente competentíssima para assessorá-lo. O prosseguimento de suas políticas teria levado o País ao progresso econômico e social. Além disso, conquistou grande apoio popular.
17. Entretanto, faltou-lhe força de vontade ou de percepção política, ao dar espaço aos agentes de sua desestabilização, promovida pelas potências hegemônicas.
18. Ele se havia composto com os EUA no contexto da Segunda Guerra Mundial. Não havia como não autorizar as bases norte-americanas no Nordeste, que, do contrário, seria invadido, pois o País carecia de poderio militar, sequer de longe, comparável ao das potências.
19. Vargas cometeu o erro desnecessário de enviar tropas para combaterem na Itália, fazendo improvisar a Força Expedicionária, que lutou bravamente, mas subordinada a uma divisão dos EUA.
20. Envolvidos pela interessada "amizade" dos estadunidenses, oficiais brasileiros adotaram a ideologia prevalecente nos EUA. Esses lideraram a facção militar atuante nos golpes de 1945, 1954 e 1964.
21. Acusado de ditador, Vargas tolerou, mais que devia, os abusos, inclusive ilegais, de opositores, ávidos de poder a qualquer custo, como Carlos Lacerda, grandemente difundidos pela mídia comprada por dinheiro externo.
22. Além disso, consciente da influência política e econômica dos interesses estrangeiros, pôs no governo, na tentativa de aplacá-los, gente que, como João Neves da Fontoura, contribuiu para desestabilizar o presidente. Permitiu, ademais, que militares nacionalistas fossem alijados, em vez de neutralizar os partidários dos EUA.
23. As conquistas da Era Vargas começaram a ser destruídas, de 1946 a 1950, com Dutra na presidência. De novo, desde agosto de 1954, teve andamento, não mais interrompido, o favorecimento às empresas transnacionais.
24. A calamitosa gestão de FHC (1995-2002) concluiu o processo de destruição da Era Vargas, com as escandalosas privatizações e a desestruturação do serviço público.
25. Antes, em 1985, Sarney, o primeiro presidente civil desde 1964, encontrou enormes dívidas externa e interna, cujos montantes haviam crescido absurdamente com a submissão do País às imposições dos banqueiros mundiais.

26. Além disso, quase todas as indústrias importantes já estavam sob controle das transnacionais, a nova classe dominante, graças às doações e aos demais subsídios da política econômica.

27. Isso explica que o poder econômico tenha tido êxito ao sabotar as medidas de Sarney favoráveis à população e que ele se rendesse, entregando o ministério da Fazenda a um elemento da Federação dos Bancos.

28. Daí, favorecida por uma fraude no texto da Constituição de 1988, a sangria do serviço das dívidas aumentou assustadoramente. Em cima dela e da inflação, o descalabro acentuou-se sob Collor. Sobreveio o interregno inconclusivo de Itamar e a ruína cavada por FHC. Seguiram-se os petistas, conservadores do essencial das políticas desastrosas.

29. Ainda assim, a mídia entreguista quer a volta do PSDB, por ser mais radical. A mesma mídia que trabalhou para derrubar Getúlio Vargas, reforçada, desde 1968, pela VEJA.

## **No limiar de 2013**

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 18 Dezembro 2012 20:48*

1 - Mundo. A "crise global" vai completar seis anos em 2013, e não há sinal de que termine sequer nos próximos anos. Mas o que é essa crise?

---

2. Um de seus aspectos é o colapso financeiro, iniciado nos EUA, em 2007, com o estouro da bolha dos derivativos, nos quais os bancos empacotavam hipotecas e outros débitos de cidadãos guiados para o consumismo, enquanto a renda deles decrescia, e a oligarquia acumulava lucros e bônus de dimensão jamais vista.

3. O outro aspecto é a depressão econômica, cuja manifestação mais dolorosa é o crescimento do desemprego, de já centenas de milhões de pessoas.

4. A "crise" abrange principalmente os EUA, o Japão e a Europa, e grande número de países da América Latina, Ásia, Oriente Médio e África, com alto grau de dependência em relação àqueles centros.

5. Mas a "crise" não é mundial. A China apresenta dinamismo considerável e está perto de ter a maior economia do Mundo, se é que já não a tem. Assume papel de economia central e atenua a queda da demanda e dos preços dos bens intensivos de recursos naturais, provenientes de países como o Brasil.

6. Também Taiwan, Coréia do Sul, Hong Kong e mais um ou outro tigre asiático prosseguem desenvolvendo-se, e países maiores - como Índia, Rússia e Irã - também crescem.

7. Se a China e esses países combinarem os respectivos mercados internos, as trocas regionais e a intensificação do intercâmbio entre todos eles, é possível que permaneçam fora da crise.

8. Seja como for, é deliberada, e muito profunda, a "crise" nos domínios dos grupos financeiros anglo-americanos, pois oferece aos concentradores do capital a oportunidade de concentrá-lo mais ainda, fazendo liquidar, ou adquirindo, empresas que sobreviveram e prosperaram quando a economia crescia.

9. Então os concentradores obtiveram lucros gigantescos não só de suas empresas "produtivas", mas ainda mais das manipulações do mercado financeiro, propiciadas pelas "autoridades reguladoras" ao permitir aos bancos criar dinheiro do nada e inventar todo tipo de derivativos, ilimitadamente.

10. Essas facilidades são a origem do próprio colapso financeiro, do qual os manipuladores saíram ilesos, graças ao socorro dos governos, em montantes que passam de US\$ 30 trilhões.

11. Pois, sendo ilimitada a possibilidade de concentrar capital, os que o concentram, controlam por completo as instituições financeiras e também todas as políticas do Estado.

12. Dizem haver democracia, mas desta só há teatro. Seu espetáculo mais notório são as eleições, nas quais os candidatos são como jôqueis cujas blusas têm cores diferentes, mas todos pertencem à mesma escuderia.

13. No setor "produtivo", o segmento que prospera são as indústrias bélicas. Resumo: tudo decai, exceto a finança, que não é produtiva, e as armas, que servem para destruir. A oligarquia parece bem assessorada para seu objetivo: o poder absoluto, a tirania incontestada. Como ensinou o aguto Maquiavel, o poder vem do ouro e das armas.

14. Essas armas são usadas em intervenções militares no exterior, que se multiplicaram a partir de 1990, após o fim da União Soviética. Desde os auto-ataques de 2001 (implosão das Torres em Nova York e o míssil atirado em fachada do Pentágono), as agressões externas tornaram-se mais frequentes e brutais (à exceção da devastação do Iraque em 1991).

15. Os EUA implantaram leis inconstitucionais, de repressão a nacionais e estrangeiros, que podem ser presos e torturados, sem ordem judicial. Os movimentos de resistência têm sido contidos por métodos violentos.

16. Na Espanha, Grécia, Inglaterra etc. têm sido reprimidas com armas as manifestações de protesto dos que trabalham e dos desempregados massacrados pelas políticas de "austeridade".

17. Fica claro que a oligarquia não teme mudança de regime, ao contrário da atitude tomada após a 2ª Guerra Mundial, quando não impediu ampliar as políticas de bem-estar social, diante da proximidade do poder militar soviético e de partidos comunistas dentro de casa.

## II - Brasil

18. No Brasil tanto a situação econômica como a política inspiram sérios cuidados. E deveria preocupar-nos, ainda mais, isto: não se costuma perceber ou admitir que a grave doença de

ambas não pode ser debelada senão a partir da eliminação de suas causas profundas e estruturais.

19. Leva a muito pouco dar razão aos keynesianos que recomendam aumentar a bolha do crédito, preferentemente aos "neoliberais", que, de modo maligno, pregam parar com as quedas na taxa de juros da SELIC, enquanto, incoerentemente, reclamam crescimento da economia.

20. Nenhuma das receitas para a política macroeconômica - de qualquer escola - pode impedir a descida do Brasil para o abismo a que se encaminha. Quem quiser sonhar com o afastamento desse desenlace, tem que – para começo de conversa - exigir intensa cura estrutural, norteadada pela reversão da desnacionalização e da concentração financeira e econômica.

21. Do lado político, a oligarquia financeira e midiática local - subordinada à oligarquia financeira mundial – está promovendo a desestabilização dos atuais ocupantes do Executivo federal, como bodes expiatórios "responsáveis" pelo descalabro que se avizinha, com qualquer curso na política econômica.

22. Os casos de corrupção têm dossiês prontos, à espera da hora propícia para virem à tona. Seus personagens pertencem aos mais variados partidos, pois a corrupção é intrínseca ao sistema concentrador. Ainda mais, nos países periféricos, riquíssimos em recursos naturais, e com mercado de razoável dimensão, como o Brasil, presa de colossal saqueio.

23. Tais casos vêm a público, como o do mensalão, punido pelo STF - afora os demais que estão vindo - sempre que o sistema de poder real decide afastar do poder oficial um "governante" – não necessariamente resistente àquele sistema - cuja queda lhe seja de interesse.

24. Serve para desviar o foco das reais causas do desastre econômico e social, e também para podar as asas de "governantes" que alcançaram ou almejam grande popularidade, além de abrir as portas do "governo" para outros agentes não menos corruptos e mais entreguistas. Carreiristas de qualquer partido, desde que aprovados pela oligarquia mundial, podem desempenhar esse papel.

25. Fica fácil concluir que a indispensável transformação da estrutura econômica só é possível juntamente com a substituição das instituições políticas (e vice-versa).

## **Finança mundial**

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 05 Fevereiro 2013 23:49*

Novos dados informam que somente cinco bancos têm ativos de 8,5 trilhões de dólares, o equivalente a 56% do PIB dos Estados Unidos: JP Morgan Chase, Goldman Sachs Group, Citigroup, Bank of America e Wells Fargo.

---

02. Os dez maiores bancos do mundo teriam US\$ 6,4 trilhões dos mais de US\$ 30 trilhões aplicados nos paraísos fiscais (offshore). Somente 92 mil pessoas (0,001% da população mundial) possuem US\$ 10 trilhões nessas localidades. Nos EUA só 400 indivíduos teriam riqueza igual à de 50% da população do país.

03. Aí estão ilustrações do que tenho exposto: os concentradores aumentam seu poder durante a depressão econômica e não têm interesse em que ela acabe.

04. Durante as fases de crescimento real da economia, após certo tempo, a finança começa a crescer mais que a produção de bens e serviços, inclusive porque os lucros crescem mais rápido que os salários.

05. Além disso, no setor produtivo as fusões e aquisições de empresas levam a aumento da concentração. Após um tempo, os salários, exceto o de muito poucas categorias, começam a decrescer em termos reais, perdendo para a inflação dos preços.

06. Paralelamente, como é natural, a demanda por bens e serviços só aumenta através do crédito, formando-se as bolhas, como foi o caso da imobiliária nos EUA, apontada como desencadeadora do colapso financeiro iniciado em 2007/2008.

07. Entretanto, essa não é a única nem a principal bolha. As principais decorrem de manipulações nos mercados financeiros, como foi a das ações de empresas de informática (1997/2001) e a imensa que a ela se seguiu, a dos derivativos.

08. Nesta foram gerados mais de 600 trilhões de dólares, nos computadores do sistema financeiro: títulos montados em cima de outros títulos e de coisas irreais, como: apostas em inadimplência de títulos (credit default swaps) e em índices de taxas de juro, de taxas de câmbio; operações de hedge, ou seja, jogando, ao mesmo tempo, na alta e na baixa dos mesmos títulos. Até emprestando a um país e apostando na elevação dos juros dessa dívida, como fez o Goldman Sachs com a Grécia, entre outros.

09. Assim, a par da concentração e maior oligopolização dos setores produtivos, a financeirização da economia foi assumindo dimensões gigantescas. Ela se pode definir como a formação de ativos financeiros em proporção exponencialmente maior que a dos ativos reais e produtivos.

10. Após anos nessa escalada, é natural que os preços desses ativos também aumentem exponencialmente e que, em determinado ponto, se verifique sua irrealidade, o que dá início ao estouro das bolhas.

11. Esse ponto foi atingido em 2007/2008, e a partir daí os preços dos ativos começam a cair. Os devedores viram-se presos numa armadilha, pois continuaram tendo que pagar as dívidas, e muitos deles não mais o puderam fazer, tendo suas casas sido tomadas pelos bancos.

12. Hoje nos EUA as dívidas dos estudantes ultrapassaram US\$ 1 trilhão, e os saldos devedores dos cartões de crédito chegam a US\$ 800 bilhões.

13. Em 2007/2008, as empresas de muitos manipuladores financeiros entraram em dificuldades, embora não os seus donos e executivos, que haviam transferido, para si mesmos

- em outras destinações. a maior parte dos lucros com a especulação, movida através de alta alavancagem (uso de margem mínima de capital próprio nas operações financeiras).
14. Os grandes bancos ficaram praticamente falidos quando a bolha levou a perceber que o valor real dos derivativos não correspondia senão a pequena fração, próxima a zero, do valor nominal desses títulos.
  15. Então, por que não foram liquidados, o que teria permitido aos Tesouros nacionais dos EUA, e de vários países europeus, por exemplo, sanear as finanças e a economia?
  16. Porque os Tesouros e os bancos centrais os salvaram, com dezenas de trilhões de dólares e de euros dos contribuintes e principalmente com emissões de dinheiro (especialmente nos EUA) e de títulos públicos, inclusive adquirindo pelo valor nominal os títulos podres dos bancos e empresas financeiras.
  17. Os pseudo-governos desses países têm o desprazer de dizer que são democráticos. Os grandes bancos os controlam, como controlam "mercados financeiros".
  18. Tal é a manipulação dos nesses mercados, que, apesar das dezenas de trilhões de dólares criados do nada , o preço do ouro permanece no patamar em que terminou o ano de 2011 (US\$ 1.650 por onça), depois de haver atingido naquele ano o pico de quase US\$ 2.000.
  19. O jornalista financeiro Evans-Pritchard publicou artigo no The Telegraph, de Londres (13.01.2013), em que diz estar o mundo estaria caminhando para um padrão-ouro de fato, no qual o metal teria peso comparável ao do dólar e do euro. Não cogita da moeda chinesa e de outras com potencial de solidez.
  20. Ele se baseia no relatório "GFMS Gold Survey for 2012", segundo o qual os bancos centrais compraram mais ouro em 2012 do que em qualquer tempo, por quase meio século, aumentando suas reservas em 536 toneladas.
  21. Como ele recorda, os bancos centrais de países da órbita anglo-americana (Reino Unido, Espanha, Holanda, Suíça e outros) firmaram, há anos, o acordo de Washington, comprometendo-se a regularmente fazer vendas de ouro, sustentando as moedas inflacionadas (dólares principalmente).
  22. Nessas operações – especialmente o Banco da Inglaterra - tiveram enorme prejuízo, pois o preço do ouro aumentou de US\$ 300 em 2003 para o atual nível, superior a US\$ 1.600.
  23. Outro sinal foi a decisão do parlamento da Alemanha de trazer ao país seus estoques de ouro guardados nos EUA e na França, havendo dúvidas de se os EUA ainda têm o que oficialmente consta.
  24. Há enorme potencial para as compras principalmente pela China, que teria o projeto de elevar suas reservas de ouro para 2% de suas reservas totais.
  25. Isso ainda é muito pouco já que o dólar e o euro não têm condições de justificar o otimismo, do ponto de vista do cartel dos bancos, de que essas duas moedas permaneçam como as principais divisas mundiais.

26. A dívida pública e o déficit federal dos EUA, depois de ultrapassarem o PIB desse país, com montantes acima de US\$ 16 trilhões, continuarão sendo financiados com emissões de moeda e de títulos públicos, os quais estão perdendo adquirentes, salvo o Federal Reserve.

27. A China detém algo próximo a 1,2 trilhões desses títulos, mas, há um ano, esse montante era maior, e ele só representa um terço das reservas totais, enquanto o Japão chegou a quase aquele valor, que, no caso dele, representa mais de 90% de suas reservas. A meta da Rússia é aumentar a reserva de ouro para 10% das totais, hoje da ordem de US\$ 560 bilhões.

28. Próximo artigo: a situação do Estado no Brasil e na Argentina.

## O modelo dependente é incurável

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 26 Março 2013 01:07*

1. O percentual no PIB dos investimentos na produção e na infra-estrutura física e social está em patamar muito baixo na comparação com os países em que a indústria é basicamente nacional. Isso ocorre desde os anos 70, quando já se deveria ter entendido que o modelo dependente é incompatível com o desenvolvimento.

---

2. Embora o crescimento natural da população tenha sido contido, devido à intervenção de fundações norte-americanas, a produção é de longe insuficiente para assegurar sequer tolerável qualidade de vida à esmagadora maioria dos brasileiros. Ademais, a produção e a infra-estrutura são orientadas em função de interesses estrangeiros.

3. O modelo dependente gerou enorme endividamento, cujo serviço asfixia a economia brasileira. De há muito, a taxa de investimento do Brasil corresponde a cerca de metade das da China, Coreia, Taiwan e outros.

4. Houve um processo cumulativo de desnacionalização e de concentração econômica, determinantes de crescente ascendência das transnacionais sobre o “poder público”, criando instituições e mentalidade que levam a brutal desperdício dos recursos investidos.

5. Por isso **não só se investe pouco**, mas **se investe mal, em todos os sentidos**: na escolha de em que investir e no modo de realizar os investimentos.

6. Enquanto o Titanic afunda, economistas prosseguem fazendo propostas tópicas, sem perceber – ou fingindo não perceber – que nenhuma delas resolve coisa alguma enquanto perdurar o modelo dependente.

7. Lembrando que, desde 1990, a renda per capita cresce a 1,7% ao ano (4% entre 1930 e 1980) e que a taxa de investimentos patina em torno de míseros 18%, Bresser Pereira propõe, como solução salvadora, reduzir substancialmente os juros e desvalorizar a taxa câmbio do real.

8. Essas medidas seriam em si benéficas. De fato, seis pontos percentuais na redução dos juros públicos, incidindo sobre a dívida interna de 3 trilhões de reais, liberariam recursos para investimentos de infra-estrutura e produtivos de R\$ 180 bilhões anuais (4% do PIB).

9. Vantagem adicional decorreria da baixa dos juros pagos pelas empresas produtivas e por pessoas físicas, diminuindo custos e elevando renda. Ademais, é infundada a ideia, amplamente disseminada, de que juros altos detêm a inflação.

10. A queda dos juros induziria, ainda, a desvalorização cambial, já que, eliminado o grande diferencial entre as taxas reais de juros internas e as taxas deprimidas dos EUA, Europa etc., cessaria o grande fluxo financeiro que vem “equilibrando” o balanço de pagamentos (BP).

11. Entretanto, sem essa entrada de capitais, sem grandes investimentos diretos estrangeiros e aquisições de empresas nacionais, o elevado déficit de transações correntes se traduziria em déficit no BP. Desencadear-se-ia fuga de capitais estrangeiros (dos quais uma parte é de brasileiros com depósitos no exterior).

12. Isso faria o real desvalorizar-se muito além do desejável e acelerar a inflação, pois o País está mais dependente, que no passado, de importações de bens de capital, insumos e bens finais.

13. É evidente, pois, que não seria viável reduzir significativamente os juros, sem instituir rigoroso controle de capitais e sem racionar de divisas, diferenciando importações essenciais das demais, seja com taxas múltiplas de câmbio, seja com elevados impostos para as importações menos essenciais e para as supérfluas.

14. Óbvio também que tudo isso só é viável se o governo tiver autoridade, poder e vontade de afrontar as regras da comunidade financeira (oligarquia da ordem mundial anglo-americana) instrumentadas através de seus cães de guarda, FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC).

15. Além de ter autonomia em face dessas instâncias “internacionais”, teria o governo de, ou exercer efetivo controle sobre bancos e empresas oligopolistas, ou estatizá-los, já que, do contrário, represálias de uns e das outras levariam à desestabilização do governo, como de hábito, dirigida por serviços secretos das potências imperiais.

16. Precisaria, ainda, elevar, inclusive qualitativamente, a produção e manter a inflação sob controle, e isso só seria possível retirando dos oligopólios, na maioria de transnacionais, o domínio, sem concorrência, sobre os mercados e acabando com os abusos dos detentores dos serviços públicos privatizados e dados em concessões.

17. Ora, o que o atual Executivo federal está fazendo é o contrário de tudo isso, apoiado pelo Congresso, sempre entreguista. Não só mantêm-se as privatizações e as concessões, que já haviam deteriorado a qualidade e encarecido os preços da eletricidade e das telecomunicações, como se ampliam os privilégios dos grupos que os exploram. Além disso, o Estado prossegue fugindo a seus deveres, ao entregar novas áreas, como aeroportos, portos e ferrovias.

18. O modelo é outorgar a exploração dos serviços, oferecendo dinheiro público e financiamento, a juros mínimos, por bancos estatais, e garantir lucro elevado e sem risco aos beneficiários.

19. Em requinte privatista, regado a dinheiro dos contribuintes, o governo planeja que o Tesouro e o BNDES repassem recursos aos bancos privados para emprestarem aos concessionários dos novos serviços privatizados.

20. Ou seja: mais negócios para os bancos lucrarem com dinheiro que não lhes pertence, acrescentando aos colossais fundos que já lhes são providos pelos depositantes (em dezembro, o governo reduziu em mais R\$ 15 bilhões, os depósitos compulsórios dos bancos no Banco Central).

21. Lucro sem comparação em todo o mundo para grupos privados - garantido e sem risco - tudo bancado pelo Estado – é como o governo pretende promover o crescimento dos investimentos em infra-estrutura.

22. “Pretendem” diminuir o famigerado “custo Brasil”, melhorando a competitividade da economia. Mas não atentam para:

a) custos artificialmente elevados pela contabilidade dos oligopólios;

b) o kafkiano e abstruso método usado para que as distribuidoras (privatizadas) da energia fiquem com o grosso dos ganhos decorrentes de preços altíssimos, sem nada terem investido na geração e na transmissão;

c) as restrições impostas por IBAMA, FUNAI, organizações estrangeiras e ONGs, e ministérios públicos federal e estaduais, a que hidrelétricas sejam construídas com integral aproveitamento do potencial hídrico;

d) a supressão das eclusas, cuja falta deixa de criar vias fluviais navegáveis, num País em que a infra-estrutura de transportes não poderia ser mais horrorosa;

e) a falta de adequados procedimentos de controle dos custos das obras e de concorrência que viabilize a participação de empresas de capital nacional de menor porte.

23. Por fim, não se consegue tornar o Brasil competitivo aplicando vultosos recursos em pesquisa científica e tecnológica (previstos R\$ 32,9 bilhões em 2013/2014), apregoando grande salto na inovação, porque esse dinheiro é dissipado enquanto não houver condições para que empreendimentos de capital nacional vingam no mercado.

## **Desnacionalização galopante**

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 16 Abril 2013 23:10*

01. Em artigo recente, assinalei que, **no Brasil, os déficits nas transações correntes com o exterior se vêm avolumando. Somaram US\$ 204,1 bilhões de 2008 a 2012 (US\$ 54,2 bilhões só em 2012).**

---

02. Em janeiro/fevereiro de 2013 houve espantosa aceleração: US\$ 18 bilhões, ou seja, 83% a mais que no mesmo período de 2012.

03. Escrevi naquele artigo: **“os déficits fazem acelerar ainda mais a desnacionalização e o endividamento.”** E citei Carlos Lopes (HP 24.01.2013): **“de 2004 a 2011, foram desnacionalizadas 1.296 empresas brasileiras, e as remessas oficiais de lucros ao exterior montaram a US\$ 405 bilhões.”** As remessas de lucros disfarçadas em outras contas são um múltiplo disso.

04. A aquisição de empresas de capital nacional (desnacionalização em sentido estrito) é apenas uma parte dos “investimentos estrangeiros diretos (IEDs). Estes incluem a criação de novas subsidiárias ou entrada de capital nas já estabelecidas. Tudo isso é desnacionalização em sentido lato, implicando controle da economia brasileira por empresas estrangeiras. Boa parte dos IEDs vem de lucros obtidos no próprio País.

05. A desnacionalização é um processo cumulativo: cresce sempre, porque leva à transferência de recursos para o exterior, a qual causa os déficits nas transações correntes, e esses têm que ser cobertos por endividamento ou IEDs.

06. Os IEDs são considerados remédio para “equilibrar” o Balanço de Pagamentos – BP, mas, na realidade, agravam enormemente a doença: o desequilíbrio do BP, decorrente dos próprios IEDs.

07. Incrível, mas verdade: desde agosto de 1954, a desnacionalização foi promovida por governos do País. Mas não tão incrível, porque o foi por governos militares e civis, egressos de golpes militares sob direção estrangeira, ou de eleições comandadas pela pecúnia, no quadro de instituições políticas adrede constituídas.

08. Isso se deu por meio de cooptação e de corrupção e também por efeito da dependência cultural, formada através da mídia e de universidades, reforçada pelo deslumbramento diante dos requintes da “civilização” dos países imperiais e através da difusão das realizações destes, sem cogitar que muito de tais “maravilhas” resultou do saqueio das periferias.

09. O governo militar-udenista, egresso do golpe de 1954, regido por serviços secretos estrangeiros, instituiu vantagens absurdas em favor do capital estrangeiro, inauguradas com a Instrução 113 de 17.01.1955, da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito).

10. Essa Instrução propiciou às multinacionais importar máquinas e equipamentos usados, sem cobertura cambial, registrando o valor a eles atribuído pela multinacional, como investimento estrangeiro direto, em moeda. Nada menos que 1.545 licenças para esses “investimentos” foram concedidas pela Carteira de Comércio Exterior (CACEX), entre 1955 e 1963, mantidas e ampliadas que foram as vantagens no governo de JK.

11. Desse modo, os bens de capital entraram no Brasil, mais que amortizados com as vendas em vários mercados de dimensões, cada um dos quais dezenas de vezes maior que o brasileiro.

12. Em consequência, as promissoras indústrias de capital nacional, formadas na 1ª metade do Século XX, foram sendo dizimadas, impossível que era concorrer com grandes empresas transnacionais, ainda por cima operando no Brasil com capital e tecnologia a custo zero.

13. Assim, a Volkswagen apossou-se de mais de 50% do mercado de automóveis, com o Fusca, de tecnologia desenvolvida nos anos 30, produzido para o mercado europeu, vinte anos antes de o ser no Brasil. Ora, a amortização dos equipamentos ocorre em cerca de cinco anos.

14. A implantação da Fiat, nos anos 70, com recursos do governo de Minas e incentivos federais, é um dos exemplos escandalosos do modelo de dependência tecnológica, financeira e cultural prevalecente no Brasil. A “proeza” está sendo repetida, pois mais de 70% da nova fábrica da Fiat em Pernambuco é montada com dinheiro público.

15. Desde os anos 90 com Collor e FHC - ademais da desnacionalização efetuada através de privatizações, em que a União, em vez de receber, gastou centenas de bilhões de reais para entregar estatais de grande porte - a esbórnica entreguista tornou-se ainda mais desenfreada, com mais subsídios federais, estaduais e municipais concedidos às montadoras estrangeiras, como, de resto, a transnacionais de outros setores.

16. Deu-se devastadora guerra fiscal para atrair investimentos estrangeiros, na qual governadores entreguistas oferecem vantagens cada vez mais desmedidas, às custas dos contribuintes e da economia brasileira.

17. O engenheiro Glauco Arbix, da USP, em estudo de 2011, apontou que isso foi "*puro desperdício de dinheiro público*": nos EUA os incentivos para gerar um emprego seriam de US\$ 4 mil, enquanto no Brasil chegaram, em média, a US\$ 174,3 mil (sem contar os subsídios e benefícios fiscais federais).

18. Arbix verificou que a fábrica da Ford em Guaíba (RS), cujo projeto foi transferido para a Bahia, sairia para Estado e município por US\$ 180,3 mil por emprego dos 1.500 previstos. O Rio Grande do Sul, entretanto, concedeu incentivos de US\$ 174,3 mil por emprego nos 1.300 da fábrica da General Motors em Gravataí. Na Mercedes, em Juiz de Fora (MG), Estado e município investiram US\$ 152 mil por emprego.

19. Até os anos 80, o capital estrangeiro predominou no setor industrial, além do comércio exterior. Depois, estendeu-se nos serviços privados e públicos e no setor financeiro. Tornou-se dominante na mineração, tem adquirido grande parte do setor sucroalcooleiro e penetrou na agricultura, condenando seu futuro, ao introduzir as sementes transgênicas e os agrotóxicos complementares.

20. Além dos subsídios fiscais e outros, nos últimos anos, os bancos públicos elevaram seu financiamento aos concentradores e transnacionais. Empreiteiras, grupos siderúrgicos, processadores de alimentos, agronegócio e até bancos estrangeiros têm sido subsidiados pelos juros favorecidos nos empréstimos do BNDES.

21. Mauro Santayana assinala que quem está colocando o dinheiro somos nós mesmos. Diz em resumo:

*“A Telefônica da Espanha recebeu do BNDES mais de 4 bilhões de reais em financiamento nos últimos anos e mandou mais de 1,6 bilhão de dólares para seus acionistas espanhóis, que controlam 75% da Vivo, nos sete primeiros meses do ano passado.”*

*“A Oi, que também recebeu dinheiro do BNDES, emprestado, e era a última esperança de termos um “player” de capital majoritariamente nacional, corre o risco de se tornar portuguesa, com a entrega de seu controle à Portugal Telecom ...”*

22. Evaristo Almeida aponta que, desde a privatização do sistema Telebrás, em 1998, as empresas tiveram receita de dois trilhões de reais e dizem ter investido só 390 bilhões, grande parte dos quais financiados pelo BNDES “a juros de mãe amorosa”.

23. Santayana anota:

*“Empresas estatais estrangeiras, como a francesa ADP (Aeroportos de Paris) ou a DNCS, que montará os submarinos comprados à França, pertencem a consórcios financiados com dinheiro público brasileiro. Esse será também emprestado às multinacionais que vierem participar das concessões de rodovias (com cinco anos de carência para começar a pagar) e de ferrovias, incluindo o trem-bala Rio-São Paulo.”*

*“A Caixa Econômica Federal, adquiriu, por sete mil reais, em julho, pequena empresa de informática e depois nela se associou minoritariamente à IBM. No mês seguinte celebrou com a IBM, sem licitação, contrato de mais de um bilhão e meio de reais ...”*

24. O esquema das PPPs (parcerias público-privadas) faz que o poder público banque investimentos que se transformam em patrimônio privado, tanto das empresas privadas, inclusive as privatizadas, como das que estão sendo objeto de novas privatizações, rotuladas pelo nome de concessões. Quase sempre privatização implica desnacionalização.

25. **Os portos** são objeto da recente medida provisória (MP 595), a qual, segundo o Senador Roberto Requião, inventa novo marco regulatório inexistente em qualquer lugar do mundo e provocará enfraquecimento e quebras dos portos públicos, entregando seu controle a armadores transnacionais.

26. Além disso, o Estado terá de arcar com a infra-estrutura de transportes até os portos, de acordo com as exigências destes, e as obras portuárias serão realizadas por empresas privadas contratadas mediante licitação. **O Estado esbanja capital para privatizar, embora digam que a ele falta capital e por isso precisaria privatizar.**

27. Ao mesmo tempo, o Estado incrementa as renúncias fiscais, mas só em favor de concentradores e transnacionais, jamais de contribuintes comuns. Dilma prorrogou, até o fim do ano, **a isenção de IPI para automóveis e caminhões.**

28. Já liberou 67 setores da contribuição previdenciária de 20% sobre a folha de pagamento, substituída pelo recolhimento de 1% a 2% do faturamento. O setor automotivo e o da linha branca já se beneficiavam disso, e a presidente incluiu na lista (MP 612): serviços aeroportuários; transporte aéreo de passageiros; transporte metroviário; engenharia e

arquitetura; construtoras de obras de infraestrutura; transportes marítimos e rodoviários de cargas.

29. Governadores e prefeitos entreguistas, com aval do governo federal, têm projetos de **privatizar a água e o saneamento**. As grandes transnacionais do setor prometem investir, mas, em geral, só o fazem na água, pois o investimento é menor e os lucros maiores. Esse bem estratégico passa a ser explorado em função dos lucros e sem cuidado com preservação e qualidade.

30. **Até mesmo o petróleo** - que, em todo país soberano, tem de estar sob controle nacional - **está sendo entregue às companhias estrangeiras**. Desde a campanha do “petróleo é nosso” e a criação da Petrobrás, em 1953, o monopólio estatal ficou intocado, enquanto a Nação manteve algum resquício de independência, até ter ele sido derogado, de fato, por FHC, com a Lei 9.478, de 1997.

31. *Como alertam os engenheiros Paulo Metri e Ricardo Maranhão, o Brasil sofrerá perda colossal no leilão que a Agência Nacional do Petróleo marcou para 14/15.05.2013. Poderão ser arrematadas áreas totalizando de 20 a 30 bilhões de barris, ou seja, de 1,8 a 2,7 trilhões dólares aos preços atuais.*

32. Os royalties determinados pela legislação são de 10% do valor da produção, e as transnacionais ficam donas do petróleo, podendo exportá-lo sem qualquer limitação, como atender prioritariamente as necessidades internas ou restringir a exploração por razões de estratégia política ou econômica.

33. Os royalties são baixíssimos, e o Brasil se coloca, assim, em situação rebaixada não só em relação aos países soberanos - cujas companhias exploram o petróleo - mas até em relação a pequenos países, protetorados das potências hegemônicas desprovidos de tecnologia de exploração, os quais obtêm royalties muito acima daquele percentual.

34. A grande mídia, sempre a serviço da oligarquia imperial, faz intensa campanha sobre fracassos e dificuldades da Petrobrás, visando evitar que ela, como em leilões passados, arremate o grosso das áreas. A Petrobrás descobriu as jazidas, verdadeiro bilhete premiado para as transnacionais, propiciado pela Agência Nacional de Petróleo, constituída, desde sua fundação, para favorecê-las. Não estão ainda em pauta áreas do pré-sal, para as quais vige a lei 12.351/2010, que tampouco preserva os interesses do País.

34. Fomentada que é a ignorância quanto a tudo que seja de grande interesse nacional, o que suscitou intensa polêmica política foi o repasse dos royalties para Estados e municípios, uma bagatela diante do que o Brasil está perdendo.

35. Tão estúpida, ou desonesta, é a atitude de governadores e parlamentares, que nem falam em revogar a Lei Kandir, o que lhes proporcionaria mais que o dobro das receitas dos royalties, em disputa das quais se engalfinham. Essa lei isenta as exportações do ICMS.

## Leilões

Adriano Benayon - Publicado em Quarta, 01 Maio 2013 21:01

1. A promulgação da lei 9.478, de 1997, foi um dos mais execráveis atos antinacionais praticados por FHC, na linha das mega-negociatas da privatização.

---

2. Ela permite leiloar o petróleo para as empresas estrangeiras, dando-lhes o direito de dispor dele para exportá-lo.

3. Ademais, instituiu a Agência Nacional de Petróleo, a qual, desde sua criação, favorece as transnacionais, inclusive licitando mais depósitos de petróleo do que a Petrobrás, que os descobriu, tem interesse em explorar a curto e médio prazo. Esta já foi também impedida de adquirir blocos licitados.

4. A ANP promoveu, sob governos petistas, maior número de rodadas que sob os do PSDB. Agora, está chegando à 11ª rodada, na qual, abriu, nos leilões, quantidade enorme de áreas para exploração, como sempre, arbitrariamente e sem controle da sociedade.

5. Esse é mais um desmentido dos fatos quanto à pretensa natureza democrática do regime político, em que as eleições são movidas a dinheiro e influenciadas por TVs e outras mídias que sempre propugnaram a entrega do mercado e dos recursos naturais do País a empresas estrangeiras, até com dados falsos e argumentos distorcidos.

6. Como apontam competentes técnicos, inclusive o ex-diretor de energia e gás da Petrobrás, Eng. Ildo Sauer, o governo joga uma cortina de fumaça para a população, pondo os royalties no foco das discussões, quando a grande questão é licitar 289 blocos de exploração, sem sequer saber o valor deles.

7. Diz Sauer: *“Os royalties não passam de 15% do valor total gerado pelo petróleo nacional, e as entidades representativas da sociedade devem defender a estatização e o controle público do pré-sal e toda a cadeia petroleira do Brasil.”*

8. Os royalties foram o tema dominante durante a tramitação no Congresso da lei 12.351/2010, que regula o pré-sal. E, na realidade, essa lei dá tais “compensações” às petroleiras mundiais, que o que fica no Brasil é **bem inferior a 15%**.

9. O foco nos royalties, além de insensato, acirra disputas entre Estados, provocando rachaduras no pacto federativo. Governadores e parlamentares brigam por migalhas, em vez de buscarem a revogação da Lei Kandir, a qual isenta as exportações do ICMS.

10. Aos que ignoram ser o Brasil um país ocupado – ou, no mínimo, que o governo se comporta como se fosse – vale lembrar que, nos anos 50 do Século XX, o Xá do Irã, considerado fantoche do império, fez acordo com as grandes petroleiras anglo-americanas, passando a receber **50%** das receitas da exploração.

11. O Eng. Paulo Metri mencionou declarações da Diretora-Geral da ANP em que esta declara esperar a descoberta 19,1 bilhões de barris de petróleo nos 289 blocos. Ele lembra que esse petróleo será exportado e pergunta: *“quem definiu que a exportação, seguindo a lei 9.478, é a melhor opção para a sociedade brasileira?”*

12. Metri: *“o porquê de tanta agressividade autoritária e decisão antissocial está relacionado com o fato de que a desinformação do povo é imensa, os governantes não esperam nenhuma reação, e os brasileiros serão respeitados somente quando mostrarem estar informados e revoltados com as decisões antissociais.”*

13. Ele aponta que a ANP só convida para suas audiências, realizadas em locais fechados e guardados, os representantes das empresas interessadas. Nada de povo, nem de gente que o represente.

14. Sauer: *“É uma grande irresponsabilidade o Governo organizar outra rodada desta mesma maneira, considerando ainda o momento de valorização do óleo existente nos blocos.”*

15. E: *“Tenho informações seguras, do Consulado americano, de que Dilma sempre defendeu os interesses do capital financeiro. Quando secretária no Rio Grande do Sul, seu nome sempre esteve ligado às privatizações. Inclusive, o Governo vem criando empresas extremamente lucrativas financiadas pelo endividamento público, coordenadas pelo BNDES.”*

16. **A prioridade do Brasil é reindustrializar-se e renacionalizar sua indústria, com ênfase nos setores de maior valor agregado e intensidade tecnológica**, fazendo que empresas nacionais, em competição, se capacitem para absorver tecnologias desenvolvidas no exterior e para desenvolver suas próprias. Claro que isso só é possível com política industrial bem diversa da atual.

17. Apostar na exportação de produtos primários, a errada trilha que o Brasil está seguindo (com o agronegócio e minérios brutos ou em baixo grau de processamento), tornando-se também grande exportador de petróleo, é entrar no caminho da Venezuela no Século XX, quando se formou ali a estrutura econômica menos diversificada e mais dependente da América do Sul, até para alimentos.

18. Não tem base real a propalada falta de recursos da Petrobrás para investir no abastecimento interno, nem carece ela de tecnologia para explorar em águas profundas.

19. Nem há necessidade de exportar petróleo, até porque este - como outros minerais que o Brasil permite exportar - deveria ser preservado para épocas mais próximas a 2050, a partir de quando se projeta, em âmbito mundial, escassez da oferta em relação à procura.

## **Biomassa**

20. Importante seria reformular a produção de combustíveis de origem vegetal. Se o fizesse a sério, o Brasil teria ganhos fantásticos em todos estes campos: 1) econômico-financeiro; 2) social; 3) tecnológico; 4) ecológico; 5) estratégico.

21. Essa produção, ao contrário de prejudicar a de alimentos, deve ser associada a esta. De fato, o cultivo associado de plantas alimentares e de criação de animais propicia excelente

sinergia com a do álcool e a do óleo vegetal, porquanto os subprodutos das plantas necessárias aos combustíveis são insumos na produção de alimentos, e vice-versa.

22. As usinas de álcool e as processadoras de óleo devem ser de pequeno e de médio porte, sendo o combustível usado local e regionalmente: poupa-se a viagem da cana, em caminhões, gastando mais energia, por grandes distâncias, até as destilarias, e outro tanto do etanol, na volta.

23. Com descentralização e desconcentração, emprega-se mais mão de obra e eleva-se a produtividade desta e seus rendimentos, trazendo **benefícios sociais junto com os econômicos**. Também, **segurança no abastecimento de energia e no de alimentos**.

24. Esse modelo afasta as distorções das atuais *plantations* de cana-de-açúcar e das grandes usinas. Em relação aos óleos – cuja produção é hoje intencionalmente mal planejada e dá resultados pífios – ele permitirá aproveitar as plantas de alta produtividade.

25. Entre essas, o dendê na Amazônia e no trópico úmido, em geral. Macaúba, copaíba e pinhão manso na maior parte do Leste e do Centro-Oeste. Até no semi-árido do Nordeste, há plantas excelentes para a produção de óleos. Com dendê produz-se mais de 6 mil litros/hectare/ano, enquanto com soja, não mais de 400 litros.

26. Esse potencial, precisa, para ser bem aproveitado, de investimentos muito mais modestos que os destinados ao petróleo, e possibilita ao Brasil tornar-se, num período de cinco a dez anos, maior produtor de combustíveis líquidos que a Arábia Saudita, como dizia o Prof. Bautista Vidal.

27. Não há problema algum em dispensar ou adaptar os motores de veículos para o diesel de petróleo. É viável e econômico fabricar, em série, motores para os óleos vegetais, mesmo porque o “biodiesel” envolve a desesterificação dos óleos, ou seja, a extração da glicerina, a qual, queimada pelos motores apropriados, eleva o teor da energia aproveitada.

28. O programa de biomassa gera, portanto, **benefícios tecnológicos** na fabricação de máquinas para o cultivo e processamento das plantas e para a associada produção de alimentos, na melhoria das espécies vegetais e na indústria de motores, em que o Brasil ganharia escala, ficando imbatível em preços e qualidade.

29. Há, ainda, ganhos notáveis do ponto de vista ecológico. É falaciosa a campanha de que o desmatamento de áreas na Amazônia e outras causaria danos ao ambiente.

30. A área necessária para a produção de energia de biomassa, em grande escala, é modesta fração da desperdiçada em pastagens para exportar gado e exportar carne barata. É menor que a empregada na soja (esta usa 50% das terras usadas pela agricultura), para exportar farelo destinado a gado, porcos e galinhas no exterior.

31. Tudo isso traz muito mais danos ambientais e menos ganhos dos que os que adviriam da produção de biomassa. Não têm base científica as estórias das fundações financiadas por grandes petrolíferas mundiais – as maiores poluidoras do Planeta – , porquanto as plantas só retiram óxido de carbono da atmosfera quando estão crescendo, pois é isso que elas comem.

32. Florestas já formadas em nada contribuem para a melhora do ambiente. O grande produtor de oxigênio não são as florestas existentes, mas, sim, **os oceanos, na realidade, agredidos pela poluente indústria do petróleo**: terríveis vazamentos de óleo negro nas embocaduras de grandes rios, nos mares na exploração costeira e das plataformas continentais, ademais dos naufrágios de gigantescos petroleiros.

33. E que tal a imensa massa de plásticos não biodegradáveis, provenientes do petróleo, acumulada sobre os mares e oceanos?

34. Por fim, atente-se para **a segurança nacional**. Um país que não tem como defender suas águas territoriais, não deveria engajar-se no petróleo antes de aparelhar a marinha e a aviação militares. Para tanto, tem de, antes, desenvolver a indústria nacional, pois ela nem sequer fabrica os chips para os mísseis e demais equipamentos.

## Brasil leiloado

*Adriano Benayon - Publicado em Sexta, 17 Maio 2013 01:45*

1. A 11ª rodada de licitações do petróleo, hoje, é novo marco na descida do Brasil para a condição de país de escravos.

---

2. São 289 blocos, em 11 Estados. As estimativas indicam que os blocos totalizariam, de 40 a 54 bilhões de barris *in situ*. Aplicado o fator de 25%, prevê-se produção de 10 a 13,5 bilhões de barris.

3. Muitos técnicos julgam provável haver mais petróleo nesses 289 blocos, todos em áreas fora do pré-sal, nas quais **as reservas provadas até hoje totalizam 14 bilhões de barris**.

4. A Agência Nacional (???) do Petróleo (ANP) declarou que nos blocos licitados deverão ser descobertos **19,1 bilhões de barris de petróleo e gás, que serão exportados**. O valor, na cotação atual, é quase US\$ 2 trilhões.

5. Conforme a Lei 9.478/1997, outro marco da escravidão, ficaremos com royalties de **10%** desse montante. Na média, os países produtores de petróleo recebem das transnacionais **80%** do valor das receitas.

6. Peritos, como Fernando Siqueira e Paulo Metri, vão ao ponto: "*a pergunta óbvia é 'quem definiu que a exportação desse petróleo é a melhor opção para o Brasil'?*"

7. Com a concessão de 30 anos para a exploração, a ANP espera arrecadar R\$ 1 bilhão (0,25% do valor dos blocos), quantia insuficiente para reformar um estádio para a Copa, lembra o químico Roldão Simas.

9. Na maioria dos países exportadores, suas empresas não dispõem de tecnologia para produzir petróleo. Por isso, necessitam recorrer às petroleiras transnacionais para extrair o petróleo do subsolo.
10. Nesses países as economias são pouco industrializadas. Faltam terras agricultáveis e suficiente dotação de água. Portanto, precisam exportar petróleo para importar alimentos, bens de consumo, equipamentos, serviços etc. Não é o caso do Brasil, cujo interesse é preservar esse recurso estratégico, tendente à escassez.
11. As petroleiras transnacionais vão importar equipamentos, componentes, insumos e serviços técnicos. Vão superfaturar os preços dessas importações e subfaturar os da exportação, além de omitir as reais quantidades exportadas.
12. Ademais, remeterão lucros oficiais e disfarçados. Assim, no líquido, resultará pouca ou nenhuma melhora do saldo das transações correntes, cujo déficit no Brasil, em aceleração, já é dos mais altos do mundo, em decorrência principalmente da desindustrialização e da desnacionalização da economia.
13. Então para que doar um recurso valioso e estratégico, depauperando as reservas (mineral não dá duas safras), em troca de royalties de apenas 1/10 das receitas da exportação declarada pelas transnacionais.
14. Que motivos, pois, afora abissal incompetência e/ou extrema corrupção, fariam as “autoridades responsáveis”, presentear as empresas estrangeiras com 90% das receitas? Trata-se de negócio ou de negociata?
15. Ainda por cima, a Lei Kandir, outro marco da escravidão, isenta a exportação de minérios de ICMS, PIS/Cofins e CIDE, cuja arrecadação propiciaria 30% das receitas.
16. Então, para que exportar petróleo bruto, com baixo valor agregado? E por que não investir no refino e na petroquímica, para o mercado interno e para exportação?
17. Não faltam recursos públicos para financiar investimentos da Petrobrás (que os está buscando no exterior: mais endividamento). Porém, além de não os prover, o governo federal a descapitaliza, forçando-a importar derivados e a vendê-los aqui por preço igual ao da produção interna, congelado, por alguns anos, para deter a inflação.
18. Assim, a política entreguista leva a Petrobrás a reduzir, em relação às rodadas anteriores, a proporção de blocos que vai adquirir. Desta vez, ela se est, em geral, associando às estrangeiras.
19. A ANP ignora deliberadamente o desastre causado pela transnacional estadunidense Chevron. em novembro de 2011 (poço de Campo do Frade, na Bacia de Campos). Ora, a própria ANP, reconheceu que o brutal vazamento de 3.700 barris de óleo poderia ter sido evitado, se a Chevron tivesse observado as regras de segurança.
20. Os impactos ambientais e sociais altamente danosos, ligados à exploração de petróleo, impeliram organizações da sociedade civil a requerer ao Judiciário a suspensão da 11ª Rodada.

21. A pressão da sociedade terá de ser forte, ir além das manifestações, haja vista o histórico do Judiciário, semelhante aos do Executivo e do Legislativo. E, se não se detiver a fúria entreguista, a ANP, esta fará, ainda este ano, leilão para a área do Pré-Sal, além da 12ª rodada para outras áreas.

22. Uma das muitas ações ajuizadas, em 1997, para anular o leilão de privatização da Vale do Rio Doce, teve ganho de causa, em 2005, na 2ª instância, havendo o Tribunal Regional Federal de Brasília declarado fraudulento o leilão e anulado a privatização. Mas o BRADESCO recorreu, e, até hoje, o processo segue engavetado no STJ.

23. De resto, os leilões são inconstitucionais, porquanto a Constituição de 1988 prescreve que o petróleo pertence à União, e não há norma explícita na CF quanto a concessões em matéria de petróleo.

24. Prejuízos adicionais para o País decorrem de as multinacionais usarem mão-de-obra terceirizada e padrões de emprego inferiores aos da Petrobrás. Isso implica ínfima geração de renda para brasileiros e maior risco de acidentes e mortes.

25. Fala-se de 47 empresas estrangeiras habilitadas para o leilão e de 17 brasileiras, na maioria, dirigidas por testas-de-ferro.

26. Assinala Fernando Siqueira: *“Além do cartel internacional, vão participar dos leilões as estrangeiras da Associação dos Produtores Independentes do Petróleo, formada por 18 empresas. Destas 14 são multinacionais, inclusive a El Paso, uma das sete irmãs.*

27. Paulo Metri: *“As empresas estrangeiras não querem construir refinarias no Brasil para exportarem derivados. Querem declaradamente exportar petróleo in natura.”*

28. Ele esclarece que os blocos marítimos se têm mostrado os mais produtivos e os que exigem mais investimentos, 80% dos quais são para as plataformas.

29. Ainda Metri: *“A 1ª rodada aconteceu em 1999 e, desde então, empresas estrangeiras arrematam blocos e nunca compram plataformas no Brasil. Tampouco encomendam desenvolvimento tecnológico aqui. Só quem compra plataforma e desenvolve tecnologia no Brasil é a Petrobras. A maior parte da geração de empregos se dá com a encomenda da plataforma. Quem aqui não compra, quase não gera emprego.*

30. A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) esclarece que essa é a única empresa que maximiza a compra materiais e equipamentos no País, propicia o desenvolvimento tecnológico e contrata técnicos brasileiros.

31. Ademais, segundo a AEPET, além de os blocos ora licitados terem sido descobertos pela Petrobrás, também o foram os do pré-sal.

32. Após o entreguismo monolítico do período FHC, em que, inclusive foi criada a ANP, e nela instalados diretoria e quadros técnicos, vinculados à oligarquia financeira anglo-americana, o geólogo Guilherme Estrela foi nomeado diretor de exploração da Petrobrás no governo Lula.

33. Então foram descobertos, de janeiro a agosto de 2003, 6 bilhões de barris dos 14 bilhões das reservas provadas atuais. Estrela reativou também o grupo de pesquisadores do pré-sal, e, em 2006, teve início a perfuração nessa província, com êxito em 2007, obtendo-se reserva de mais de 100 bilhões de barris.

34. Lula fizera aprovar a Lei 12351/2010 para capitalizar a Petrobrás através de cessão onerosa, através da qual a União cedeu um conjunto de blocos onde se esperava encontrar 5 bilhões de barris. A Petrobras pagou com títulos do Governo, e este comprou ações da Petrobrás com esses títulos.

35. A Petrobrás então descobriu o campo de Franco, com reservas de 6 a 9 bilhões de barris e o de Libra, onde há reserva de 15 bilhões de barris. Conforme a nova lei, a ANP pode contratar com a Petrobrás, sem licitação, a exploração das áreas consideradas estratégicas.

36. Entretanto, intervindo, mais uma vez, contra o Brasil, a ANP retirou o campo de Libra da cessão onerosa à Petrobrás e quer leiloá-lo. Segundo Siqueira, a diretora da ANP, perguntada sobre as razões disso, não respondeu e diz que esse bloco será “o grande atrativo” do próximo leilão.

37. As potências imperiais, com suas fundações e instituições e com as locais, igualmente movidas a dinheiro, têm incutido na maioria dos brasileiros a mentalidade dos escravos, inclusive através da destruição dos valores, da educação e da cultura, enquanto os acostuma a tolerar condições cada vez mais degradantes de vida.

38. Isso ocorre de forma intensa e crescente, desde agosto de 1954. Assim, o desafio para quem deseja dignidade para si e para seus compatriotas, é desenraizar aquela mentalidade. Isso exige grandes e persistentes esforços, e tem de ser feito em menos tempo que os 40 anos passados por Moisés, no deserto, a transformar a mente de seus seguidores.

## Modelo petucano

*Adriano Benayon - Publicado em Quinta, 06 Junho 2013 23:46*

### Dívida

01. No geral, a Constituição de 1988 não sustentou os interesses nacionais. A eleição dos constituintes foi muito influenciada pela grande mídia e pelo dinheiro de: concentradores, transnacionais, entidades e fundações estrangeiras. Depois, o entreguismo foi radicalizado por Emendas patrocinadas por Collor, FHC e governos petistas.

---

02. Não bastasse isso, a “Carta Magna” foi adulterada com a inserção fraudulenta de dispositivos jamais votados na Constituinte.

03. Entre as fraudes, avulta este acréscimo no art. 166, inciso II, § 3º: excluídas as (despesas) que incidam sobre: a) dotações para pessoal e seus encargos; b) serviço da dívida; c) transferências tributárias constitucionais para estados, municípios e o DF”.

04. O § 3º do inciso II do art. 166 estabelece restrições à inclusão de despesas no orçamento, e o termo “excluídas” privilegia as que constam das três alíneas. A “a” e a “c” entraram como bois de piranha, para não chamar a atenção sobre o serviço da dívida.

05. Devido a esse dispositivo ilegítimo e nulo, a União já gastou, desde 1988, mais de R\$ 10 trilhões com a dívida, jamais auditada, pois nunca se realizou a auditoria determinada no Ato das Disposições Transitórias da Constituição. Ou seja: só são cumpridas as normas contrárias ou indiferentes aos interesses nacionais.

06. Resumindo: depois de terem sido pagos mais de R\$ 10 trilhões, a dívida pública – que em 1988 somava R\$ 300 bilhões (atualizados monetariamente) – ascendeu a mais de R\$ 3 trilhões em 2012, devido principalmente à capitalização de juros a taxas absurdas.

07. A cifra de 1988 abrange as dívidas do Tesouro, Banco Central (BACEN), estados e municípios: a pública interna e a externa, incluída nesta a do setor privado estatizada por ordem dos bancos credores, FMI, Banco Mundial e demais instrumentos da oligarquia financeira anglo-americana.

08. Se computarmos – como é recomendável, dado que a subserviência continua – a dívida externa bruta, de US\$ 441,8 bilhões (R\$ 880 bilhões), o total alcança R\$ 4 trilhões.

### **Petróleo e minérios**

09. Nos artigos mais recentes, aponte que o governo federal está acelerando a entrega a transnacionais estrangeiras de blocos de petróleo avaliados em trilhões de dólares, em troca de nada, além de levar a Petrobrás a adquirir proporcionalmente menos campos que em leilões anteriores.

10. Embora tenha sido a única estatal estratégica não privatizada pelo tsunami legislativo e administrativo iniciado por Collor e completado por FHC, a Petrobrás teve a maioria de suas ações preferenciais vendida em bolsas, inclusive a de Nova York.

11. A estatal foi prejudicada pela Lei 9.478 /1997, vários dispositivos da qual deveriam ter sido declarados inconstitucionais, se o Judiciário não se mostrasse alheio aos interesses nacionais, como ocorreu também nas privatizações.

12. A lei da desestatização e demais do pacote das “reformas” ditadas por Washington (1990), a liquidação de estatais, como o Loide e a Interbrás, a Lei de Propriedade Industrial e a Lei Kandir são alguns dos indicadores de que o modelo infra-colonial foi inaugurado em 1989, com a primeira eleição direta à presidência, sob a “Constituição Cidadã”, com direito a fraudes eleitorais.

13. A vigência da Lei Kandir constitui crime continuado, sem o qual a exportação de minérios poderia prover receita fiscal equivalente a 32% do valor dessa exportação. Sua revogação ajudaria em muito a economia, pois não só o petróleo, mas outros minérios, como o de ferro,

têm tido participação crescente nas exportações, com quantidades assombrosas extraídas de nosso subsolo.

14. Que dizer de minerais estratégicos, como o quartzo e o nióbio, cujas reais quantidades exportadas são escamoteadas, e que são insumos de produtos finais com valor de 50 a 200 vezes o da matéria-prima?

15. Os cidadãos escorchados pelos impostos seriam aliviados, se as receitas do ICMS, Confins etc. não estivessem sendo doadas a grupos concentradores, e se fossem poupadas despesas como as do serviço da dívida.

## **Concessões**

16. O governo de Dilma Rousseff embarca pesadamente nas “concessões”, forma velada de privatização.

17. Configura-se, pois, um modelo infra-colonial petucano, caracterizado por submissão aos interesses da oligarquia estrangeira, maior que a do modelo dependente instalado a partir de 1954. Este subsidiou a entrada do capital estrangeiro e submeteu-se às dependências tecnológica e financeira, embora tenha mantido instituições públicas e estatais e criado novas, até a casa ruir com a bancarrota da dívida externa nos anos 80.

18. Durante o modelo dependente, as empresas privadas de capital nacional foram esmagadas ou absorvidas pelas transnacionais, processo que se intensificou no pós-1988, restando pouquíssimos grupos concentradores, associados ao capital estrangeiro, e cuja data de validade como nacionais não se afigura muito distante.

19. A MP, há pouco aprovada, põe fim aos portos públicos, a serem controlados por armadores estrangeiros, e possibilita a prestação de serviço público por empresas privadas sem licitação, em contratos eternos. Ademais, os problemas logísticos estão mais nas ferrovias do que nos portos. O governo programa “investimentos” de R\$ 54 bilhões.

20. As concessões abrangem também os aeroportos, 23 mil km de rodovias, mais de 10 mil km de ferrovias, e projetos em várias áreas, inclusive a pletera de bilionários estádios de futebol, superfaturados.

21. Centenas de bilhões de reais serão bancados pelo Tesouro, cujo serviço de dívida já absorve quase metade das despesas da União, conforme dados da Câmara Federal, assinalados por Maria Lucia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida: R\$ 753 bilhões em 2012.

22. No ano passado, os aportes do Tesouro aos bancos oficiais fizeram aumentar o estoque da dívida em R\$ 66 bilhões. O BNDES deverá financiar 80% dos investimentos das concessões, propiciadores do enriquecimento, sem riscos, de concessionários e empreiteiras.

23. O engenheiro Luiz Cordioli lembra que o BNDES oferece dez anos de carência e juros de 4% ao ano, e o Tesouro paga 12% ao ano em seus títulos, possibilitando aos aquinhoados – além dos ganhos com a exploração da concessão – rendimentos de 8% ao ano se aplicarem em papéis públicos a quantia emprestada pelo BNDES.

24. Se o empreendimento não for rentável, o concessionário não pagará a dívida, e o prejuízo fica para o Tesouro, que terá de arranjar os recursos para os juros e para a liquidação dos títulos da dívida pública, emitindo moeda e títulos ou, ainda, elevando impostos e contribuições.

25. O governo planeja propiciar empréstimos sindicalizados de bancos privados, que subsidiará (a bolsa-banqueiro, da qual os bancos estatais estão fora), inclusive liberando mais depósitos compulsórios.

26. Capitalizará a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), para a qual convergirão recursos dos fundos setoriais, e usará o Fundo Garantidor do Comércio Exterior (R\$ 14 bilhões).

27. Alternativamente, dará garantias através de bancos públicos e emitirá debêntures de infraestrutura. Espera recursos próprios dos concessionários de 20% do valor dos projetos.

28. O governo parece, ademais, disposto, a obsequiar os concessionários com benefícios adicionais. Nas ferrovias: 1) serão desoneradas dos custos de manutenção, segurança e outros, nos trechos que abandonaram e nos que mantêm tráfego reduzido; 2) serão transferidos para a União passivos patrimoniais, ambientais, cíveis, tributários e trabalhistas, ao custo de muitas dezenas de bilhões de reais; 3) as concessionárias concentrarão as locomotivas e vagões arrendados nos trajetos de maior lucratividade.

29. As maiores são: América Latina Logística (ALL), MRS Logística, Vale, Ferrovia Centro-Atlântica (FCA, controlada pela Vale) e Transnordestina, da CSN. Das mais lucrativas, como a MRS, o governo pretende comprar a capacidade de transporte da malha, realizar melhorias e revendê-las. Alega que fará acelerar investimentos e suscitar concorrência.

30. Entretanto, não faz sentido indenizar, por bilhões de reais, detentores de concessões a expirar em menos de 15 anos. Indaga-se: por que os concessionários não fizeram as melhorias? Quanto arrecadaram sem as terem realizado?

31. As concessionárias vão livrar-se da obrigação de investir e terão direito ao uso parcial das linhas vendidas aos novos licitantes, a quem caberá substituir os trilhos e dormentes deteriorados.

32. Quanto aos aeroportos, as concessões de Guarulhos, Viracopos e Brasília foram entregues em leilões ganhos por empresas estrangeiras de menor experiência.

33. Assim, para Galeão e Confins, o secretário do Tesouro manifestara-se em favor da participação majoritária da INFRAERO, mas isso não prosperou, por desagradar investidores europeus. Isso sintetiza a subordinação de Dilma ao capital estrangeiro e sinaliza o rumo das concessões, que abrangem, além dos grandes aeroportos, a aviação regional, com 270 aeroportos e R\$ 7,3 bilhões previstos.

34. Nota o engenheiro Roldão Simas: "O Galeão é um aeroporto moderno e ocioso, e não requer ampliações: está esvaziado, pois muitos voos internacionais foram transferidos para São Paulo e muitos domésticos para o Santos Dumont".

## **Conclusão**

Diante de tudo isso, não há como refugiar-se no terreno técnico, ignorando que o impasse está no sistema político. Nada há a esperar de novas eleições presidenciais, nem vale perder tempo discutindo candidatos. O povo terá de exigir outros caminhos.

Fonte: Correio da Cidadania.

## Para onde?

*Adriano Benayon - Publicado em Quarta, 03 Julho 2013 00:22*

Por que milhões de pessoas vão às ruas manifestar-se, mesmo sem ter tido conhecimento dos passos mais recentes dados pelos poderes do Estado no sentido da destruição do País?

---

2. Claro que para revoltar-se nem precisam estar bem informados. Basta sentir os sofrimentos decorrentes de problemas que continuam agravando-se : 1) transporte público insuportável e, além disso, nas grandes cidades, transporte particular inviabilizado pelo excesso de veículos; 2) acesso difícil ou inexistente a serviços públicos de saúde e de educação, de alguma qualidade, além de, no âmbito privado, preços absurdos sem qualidade correspondente; 3) salários baixos; 4) preços elevados, em mercados dominados por empresas e bancos concentradores; 5) impostos e taxas numerosos e custosos.

3. Credita-se ter desencadeado a faísca ao Movimento do Passe Livre (MPL), baseado em São Paulo e outras cidades, organizado há anos e voltado para objetivos justos, embora limitados

4. O momento em que surgiram os protestos devidos ao aumento das passagens de ônibus em São Paulo, coincidiu com os jogos da Copa das Confederações, a qual expôs os superfaturamentos e outros absurdos ligados à construção dos estádios.

5. É compreensível que associem esses gastos suntuários às carências no atendimento das necessidades da população.

6. Falta, porém, elevar mais o número dos manifestantes e motivá-los a lutar pela erradicação das verdadeiras causas das desditas do povo. Para isso é urgente disseminar, para dezenas de milhões de brasileiros, as informações econômicas e políticas relevantes.

7. Dizer-lhes, por exemplo: *Os gastos com a dívida pública absorveram 43,98% dos recursos federais em 2012. **Mais de R\$ 750 bilhões.** Para a saúde foram destinados somente 4,17% desses recursos; 3,34% à educação; 0,7 aos transportes; 0,39% à segurança e 0,01% à habitação.*

8. *Os **R\$ 750 bilhões** para a dívida equivalem a quase o total dos investimentos públicos e privados no mesmo ano. Significa que se esse dinheiro fosse investido produtivamente, em vez de dilapidado em despesas financeiras, **poderiam ser dobrados os gastos realizados na produção e na geração de empregos.***

9. Desde 1988 foram gastos 10 trilhões de reais com a dívida pública. Um trilhão é mil vezes um bilhão, e um bilhão é mil vezes um milhão, que é mil vezes mil.
10. De onde veio isso: A indústria e os mercados são controlados por empresas estrangeiras, que remetem dinheiro ao exterior de mais de quinze modos. Os bens e serviços que vendemos são subfaturados, e os que compramos são superfaturados.
11. Então se acumulam as dívidas. O produto de nosso trabalho, os nossos minérios, a produção agrícola, tudo é mandado para o exterior por quase nada, e o governo ainda premia os exportadores e os isenta de ICMS e contribuições sociais.
12. Por que é assim? Os políticos recebem dinheiro das empresas e bancos concentradores para as eleições e dependem também das TVs comerciais e imprensa, tudo ligado aos concentradores financeiros.
13. Por isso o problema dos investimentos produtivos não é só serem poucos, mas serem mal escolhidos e realizados. Tudo é desenhado, orientado para o ganho dos concentradores: transportes, educação, saúde, telecomunicações e energia.
14. E também: O transporte está ruim? Lógico, as ruas estão entulhadas com veículos produzidos por montadoras estrangeiras, às quais o governo federal, os estaduais e os municipais dão prêmios e isenções de centenas de bilhões de reais. E não construíram linhas de metrô. Por isso o trabalhador se desgasta durante cinco horas por dia dentro das conduções. Não se fazem tampouco hidrovias nem ferrovias para transportar passageiros e cargas.
15. A corrupção tem efeitos muito mais graves que os percebidos pela grande maioria dos brasileiros. Esta se indigna diante dos casos de enriquecimento, na ordem de milhões de reais, dos políticos e agentes públicos, que a grande mídia resolve expor, poupando os corruptos mais ligados aos interesses estrangeiros.
16. O povo não protesta, ainda, com a devida força, contra as lesões praticadas pelo atual governo ao patrimônio público nos leilões de petróleo - trilhões de dólares entregues praticamente de graça a petroleiras estrangeiras - nem contra a gradual destruição da Petrobrás.
17. Ainda por cima Executivo e Legislativo fazem demagogia decretando que 75% dos royalties do petróleo sejam carreados para a educação e 25% para a saúde. Ora, esses percentuais incidem sobre praticamente nada, além de a produção ainda demorar, os royalties são 10% das receitas subdeclaradas (o governo não controla o que sai).
18. Ainda se manifesta pouco contra as concessões de ferrovias, portos e aeroportos financiadas pelo BNDES. Igual com os empréstimos de grande vulto para empresas concentradoras e para as parcerias público-privadas nos investimentos de infra-estrutura, em que o setor privado tem lucros garantidos pelo Estado, sem sequer investir.
19. Não se mostra ao povo de que modo os bancos obtêm ganhos colossais. Apenas três bancos privados - Itaú, Bradesco e Santander - somam lucros anuais de R\$ 30 bilhões,

emprestando e aplicando dinheiro dos depositantes. E o art. 164 da Constituição obriga o Banco Central a financiar somente os bancos, proibindo-o de financiar o próprio Tesouro Nacional.

20. Ignoram-se, ainda, os prejuízos de trilhões de reais que resultaram das privatizações de FHC, como a da Vale, a do BANESPA, dado ao Santander, e as das siderúrgicas. E as de serviços públicos extorsivos e deficientes, como a eletricidade e as telecomunicações.

21. Nem falam das antigas estradas construídas com dinheiro público, mal conservadas e entregues a concessionárias, que se cevam através de absurdos pedágios. E ninguém constroi novas.

22. Está, pois, na hora de o povo ser informado do que precisa saber para exigir instituições que revertam a lastimável situação do País.

23. Conscientizá-lo de que a luta é árdua. A mídia condenará as manifestações quando focarem no que interessa, e recrudescerá a repressão policial, inexistente para vândalos e assaltantes.

24. Mas o povo terá de enfrentar isso tudo, se não quiser, mais uma vez, servir de massa de manobra para os interesses que o têm mantido sem perspectivas de se libertar. Libertar-se das imposições de potências estrangeiras, brutais embora ocultadas.

25. Em suma, ter-se-á de ir ao fundo da questão: exigir autodeterminação, só possível num sistema político em que os governantes não sejam escolhidos, cooptados, corrompidos nem acuados pelos concentradores.

26. Os obstáculos são muitos. Um dos principais é o tradicional jogo do império anglo-americano, de incitar o ódio ideológico. Para vencê-lo, os brasileiros têm de se unir em torno de questões concretas pautadas pelo interesse nacional.

27. Por exemplo, os manipuladores qualificam o governo de socialista ou neocomunista, quando as políticas dele privilegiam a oligarquia financeira imperial. Enquanto isso, partidos como o PT e PCdoB espalham o mito de serem de esquerda.

28. O programa de reconstrução do Brasil deve priorizar a reindustrialização sob capital nacional e dar ênfase à defesa do País. O oposto do que acabam de fazer lideranças da Câmara dos Deputados desengavetando o acordo que cede aos EUA, potência balística, nuclear e imperial, a base de lançamento de foguetes em Alcântara.

## **Soberania e sobrevivência**

*Adriano Benayon - Publicado em Quinta, 25 Julho 2013 20:18*

Muitos, se não a maioria, dos que não se importam com a entrega das riquezas do País à oligarquia financeira transnacional e a seus bancos e empresas, precisam mudar de atitude.

---

Não é uma questão de patriotada, mas de entender que sem soberania um povo fica privado de dignidade e de prosperidade e até da chance de sobreviver.

2. Se o Brasil continuar à mercê de corporações transnacionais, bancos e potências imperiais, aumentará o fosso entre a minoria, cada vez menor, dos servidores desse sistema de poder e a maioria, esmagadora e crescente, dos brasileiros que vivem em condições de vida insuportáveis. Na verdade, escravos com seu destino nas mãos do império.

3. O fosso começou a ser alargado desde 1954, logo após o golpe militar-udenista que entregou, de bandeja, o mercado do País às transnacionais, através de privilégios incriveis, mantidos e aumentados nos cinco anos de JK. Esse processo foi-se agravando e, hoje, longe de ser revertido, prossegue intensificando-se.

4. As potências anglo-americanas não apenas intervieram nos golpes de 1954 e 1964, mas também determinaram o curso político do País desde o começo dos anos 80.

5. Neste mês a grande mídia não teve como esconder as revelações de Snowden, ex-contratado terceirizado dos serviços secretos dos Estados Unidos, sobre a abrangência da espionagem eletrônica, telefônica etc. que estes fazem, há muitos anos, dentro do Brasil. Entretanto, quase não se divulgam as ações dos serviços de outras potências, como o Reino Unido.

6. Esse controle sobre as telecomunicações nem necessitava das tecnologias de captação de informações que os EUA hoje aplicam em quase todo o mundo. De fato, o grau de traição ao País foi de tal ordem, que o Brasil ficou, em 1998, sem satélite próprio de telecomunicações, com a privatização da EMBRATEL, controlada pela MCI dos EUA.

7. Datam de longe as intervenções do governo dos EUA praticadas para abortar iniciativas capazes de contribuir para o desenvolvimento tecnológico do Brasil. Nos anos 70 e 80, os EUA vetaram a importação de componentes estratégicos pela EMBRAER e causaram o fechamento da empresa ENGESA, que fabricava blindados, ao intervir junto à Arábia Saudita para cancelar um grande contrato.

8. Em consequência do modelo instituído no Brasil a partir de 1954 - a que se atribuíram os falsos milagres de crescimento do PIB, pouco depois traduzidos em dívidas e estagnação - o poder das transnacionais sobre o mercado foi suficiente para asfixiar as empresas privadas nacionais, matando, no ovo, as possibilidades de estas desenvolverem tecnologia.

9. Entre as intervenções diretas das potências imperiais (EUA à frente), avulta ter feito explodir o míssil da missão espacial brasileira, na base de Alcântara, matando no ato seus mais de 20 membros, no momento do lançamento. Além disso, os EUA pressionaram a Ucrânia para não transferir tecnologia ao Brasil, como prevê o acordo de cooperação espacial com esse país.

10. Os EUA arranjaram com o governo de FHC um acordo para a cessão da base de Alcântara para lançamentos, altamente lesivo para nós, pois permite a construção de instalações e a

entrada no País de equipamentos e efetivos das Forças Armadas da mais agressiva potência militar do mundo.

11. Com a saída do mega-entreguista em dezembro de 2002, esse acordo esteve, até há pouco, parado no Congresso, tendo sido agora colocado na pauta de votações do plenário da Câmara dos Deputados, o que confirma estar a atual presidente cedendo às pressões imperiais em questões vitais para a soberania do Brasil.

12. Outros atos de submissão ocorrem com o petróleo. Pelo menos três destes terão, se não forem revertidos, consequências fatídicas para o País.

13. Primeiro, os leilões, em maio de 2013, de campos de petróleo na plataforma continental, com reservas de 19 bilhões de barris, na cotação atual, US\$ 2 trilhões. Segundo: o anúncio de leilão para o campo Libra, na área do Pré-Sal, com reservas de 12 bilhões de barris. As duas medidas envolvem mais de 30 bilhões de barris.

14. Mormente nas condições infracoloniais do sistema tributário brasileiro, leiloar petróleo para empresas estrangeiras significa dar-lhes todo ele. Fora do Pré-Sal, o Brasil só recebe 10% de royalties sobre aquilo a transnacional declarar (o que ninguém confere). Não há impostos nem contribuições sobre a exportação.

15. Os agentes pagos e os enganados dirão que o Brasil obterá grande quantidade de divisas (moeda estrangeira). Nós respondemos: quem recebe as divisas são os exportadores, as petroleiras estrangeiras.

16. Estas venderão as divisas ao Banco Central, o qual, para pagá-las, emitirá moeda nacional (reais) em quantidade assombrosa: quando estiverem exportando 3 milhões de barris/dia = 1.080 bilhões barris/ano, serão cerca de US\$ 356 bilhões, o equivalente a 150% do total das atuais exportações do Brasil. Ao câmbio de R\$ 2,2 por dólar, estamos falando de R\$ 783 bilhões = 3,5 vezes o atual saldo médio da base monetária.

17. Então? Ou o Banco Central emitiria moeda, e as petroleiras estrangeiras ficariam com caixa para comprar todas as empresas, bancos e propriedades que quisessem no Brasil, ou emitiria títulos da dívida pública, dentro da tradicional política de enxugar a base monetária.

18. Neste caso, aumentaria, de golpe, em 50% o estoque dos títulos da dívida pública fora do Banco Central, e cresceria em 25% o absurdo serviço da dívida, que já consome quase metade das despesas da União. Com a dinâmica da composição dos juros, a explosão não demoraria.

19. Terceiro desastre com o petróleo: a deterioração das finanças da Petrobrás, decorrente das políticas antinacionais prevalecentes na ANP e na própria estatal, desde 1997, quando da instituição da Lei 9.478.

20. Nada melhor que ter uma empresa nacional responsável pelo abastecimento do País, a qual logrou êxitos notáveis na pesquisa e exploração (descobrendo enormes reservas), em contraste com os países que se entregam ao cartel anglo-americano.

21. Ora, a política brasileira dominada por interessados na inviabilização do desenvolvimento nacional, vem minando a (ex?) estatal, fazendo reduzir sua capacidade de investimento e, ao

mesmo tempo, abrindo, sem a menor necessidade, ao cartel mundial as reservas por ela descobertas.

22. Com essa fieira de inesgotáveis danos ao País: 1) ele entrega a principal fonte de energia, tendente à escassez, do mercado mundial; 2) cria terrível inflação e torna ainda mais letal a dívida pública; 3) recebe dólares, com os quais nada pode fazer no exterior (os juros lá são desprezíveis, e as potências estrangeiras não vendem ativos produtivos estratégicos); 4) com a abundância de divisas para importar, agrava a desnacionalização e a desindustrialização, suas principais desgraças estruturais.

23. Mais uma capitulação, que leva o Brasil à ruína: a volta das elevações da taxa básica dos juros, SELIC. Neste ano, ela subiu de 7,25% para 8,5%, com o que caem as possibilidades de reduzir os gastos federais de R\$ 753 bilhões, de 2012, com juros e amortizações das dívidas interna e externa = 43% das despesas totais da União.

24. Não há que crer nos artifícios contábeis das "autoridades monetárias". Elas apresentam as despesas da dívida expurgadas de correção monetária, o que não é correto: quando você paga R\$ 30 reais para almoçar, você está pagando R\$ 30,00 mesmo; não há razão para deduzir a variação do IGP-M no ano.

25. Outra coisa: não computam o que é pago por meio de títulos públicos, como se não tivesse sido pago: se um aplicador resgata títulos comprados há um ano, a juros de 15% aa., no valor de R\$ 100 mi, e o Tesouro lhe paga, com novos títulos, R\$ 115 mi, há que incluir esta quantia na despesa, pois o título do Tesouro vale dinheiro e, além disso, rende juros.

26. Ademais, as autoridades não incluem no total os títulos do Tesouro em poder do Banco Central, cuja maior parte circula entre o BACEN e os bancos, nas operações de mercado aberto.

27. Os brasileiros são espoliados também pelos juros bancários, a taxas muito maiores que as abusivas pagas pelo Tesouro nos títulos públicos. O crédito de pessoas físicas e jurídicas chegou a R\$ 2,4 trilhões = 54% do PIB. Se calcularmos taxa média de 30% aa., a conta dos juros, fora a da dívida pública, é quase outro tanto: R\$ 720 bilhões.

28. Mais importante, além de estar na origem de todos os males da economia e das finanças, é o que vai para o exterior de lucros escondidos das transnacionais, através de diversas contas do balanço de pagamentos. Eles vêm dos altíssimos preços que elas praticam aqui dentro: é o mesmo que um imposto, só que pago pelos brasileiros às empresas transnacionais, em vez de ser pago ao governo, equivalente a outra carga tributária de 35% do PIB.

29. Do financiamento dos déficits externos resultantes das transferências em várias contas do balanço de transações com o exterior, resultou a dívida externa, e desta saiu a dívida interna, quando faltaram divisas para servir aquela. Em função disso, os engenheiros brasileiros não têm empregos, e não se desenvolve tecnologia no País. Ademais, as pessoas ficam até sem saber para que servem as matérias primas e o preço que deveriam ter.

30. Como reagem os governos que têm fingido governar o País? Dão dinheiro e crédito barato às transnacionais e a aquinhoados em novas concessões públicas, como ocorre com o

transporte, portos e aeroportos, estradas com pedágios abusivos etc. E cortam impostos das transnacionais e outros concentradores.

31. Não reduzem, porém, os tributos que recaem sobre os cidadãos. Ao contrário, estes são onerados adicionalmente pelos sobrepreços dos oligopólios, como aponto no parágrafo 28 acima, e se exemplifica com os bens industriais, de qualidade sofrível, e, amiúde, custando o dobro de seus congêneres no exterior.

## **Desgoverno mundial totalitário**

*Adriano Benayon - Publicado em Segunda, 19 Agosto 2013 22:30*

01. Estamos diante de mudança qualitativa na situação mundial, tanto no plano econômico como no político.

---

02. Depressão, desemprego crescente, concentração e financeirização absurdamente elevadas - incompatíveis sequer com o pouco que restava do estado de direito - têm levado ao Estado totalitário, cujas instituições aplicam meios e armas tecnológicas, nunca dantes vistas, para desinformar, espionar e reprimir as pessoas.

03. Poucos países, como Rússia, China e Irã, não se comportam como capachos do império angloamericano, sofrendo, por isso, pressões militares, políticas e constante campanha denigradora, apesar de com ele colaborarem em muitos terrenos e questões (1). Nem esses se desvencilharam plenamente da oligarquia financeira angloamericana, absoluta em numerosas nações subjugadas, de todos os continentes.

04. Isso, inclusive porque o império logra manter seu sistema financeiro fraudulento, inclusive o dólar e o euro no grosso das transações mundiais e constituindo mais de 90% das reservas de divisas (só o dólar, mais de 60%).

05. Sem a ameaça do poder militar e sem as incríveis manipulações nos "mercados financeiros" pelos bancos da oligarquia, o dólar teria, de há muito, perdido toda credibilidade.

06. Essa moeda é emitida em quantidades colossais, mais de vinte trilhões tendo sido passados aos bancos da oligarquia financeira angloamericana e a alguns europeus a ela vinculados, para livrá-los do colapso criado por esses próprios bancos, com a orgia dos derivativos.

07. A injeção de dinheiro no sistema financeiro oligárquico, por parte dos tesouros nacionais e dos bancos centrais, através da criação de moeda, levou os tesouros a se superendividar, e os bancos centrais a exceder os limites toleráveis de emissões.

08. Por isso, não haverá como usar o mesmo "remédio" no próximo colapso, que terá consequências ainda piores que as do anterior, de 2007/2008, inclusive, como já aconteceu em Chipre, o confisco de haveres dos depositantes.

09. Desde o anterior, com as empresas produtivas e as pessoas em dificuldades, os bancos quase não emprestaram aos que produzem, e geraram a bolha do dólar e as dos mercados de títulos e de ações.

10. De fato, os governos títeres fizeram o contrário do que recomenda a ciência econômica não pautada pela submissão ideológica à oligarquia: deixar falir os grandes bancos e aplicar recursos financeiros na produção em bases saudáveis, desmontando carteis e oligopólios e fomentando pequenas e médias empresas, bem como fortalecendo as estatais e investindo na infra-estrutura.

11. O montante dos derivativos não registrados em bolsas (over the counter), que havia ultrapassado 600 trilhões de dólares no auge da "crise" em 2008, voltou a fazê-lo em 2011 (dados do Bank for International Settlements – BIS).

12. Grande, se não a maior, parte dos derivativos revelou-se podre, por serem pacotes de obrigações securitizadas, em cuja base estavam instrumentos de crédito-débito sem condições de serem adimplidos.

13. Os vultosos prejuízos resultantes desencadearam o colapso e deveriam ter causado a falência dos grandes bancos, cujos controladores, executivos e acionistas haviam obtido ganhos bilionários com as fraudes.

14. A secura do colapso financeiro foi a depressão e o desemprego nos EUA, Inglaterra, Japão e na quase totalidade da Europa, com reflexos em todo o Mundo.

15. Aí entra a desinformação. Nos EUA, os órgãos oficiais falseiam as estatísticas de diversas formas, inclusive superestimando a produção, ao aplicar aos preços deflatores muito inferiores à inflação verdadeira, e subestimando o desemprego.

16. Mas as pessoas sentem a deterioração de suas condições de vida e protestam. Diante disso, a oligarquia recorre à repressão policial, reforçando cada vez mais a natureza totalitária do poder público que controla. É o inelutável reverso político da medalha econômica e social.

17. O Estado policial, a serviço da oligarquia, já estava consolidado antes da implosão das Torres Gêmeas, em Nova York, e do míssil disparado contra o Pentágono, em Washington, em 11.09.2001, pois praticar um golpe dessa magnitude, conseguir ocultá-lo na "investigação", reprimir os que demonstraram a verdade e impor à mídia a difusão da mentira oficial, são façanhas só possíveis sob instituições totalitárias.

18. Esse golpe - vale recordar – foi perpetrado para aterrorizar a população, obter do Congresso mais leis repressoras e "justificar" ações de guerra de grande envergadura, no Oriente Próximo e no Norte e Leste da África, no Afeganistão, Iraque, Líbia, e mais recentemente Síria.

19. Muita gente imagina que a oligarquia não tem como evitar a depressão e crê que ela não entende como a política econômica a poderia suprimir. 20. Entretanto, a recorrência das depressões e a continuidade das guerras demonstram que elas não são catástrofes naturais, mas, sim, deliberadamente cultivadas, além de consequência da concentração extrema do poder econômico, causada pelas políticas públicas comandadas pela oligarquia.

21. A oligarquia tem por objetivo central aprofundar e tornar absoluto seu poder econômico e político. Para isso, nada melhor que tornar pobre a grande maioria dos razoavelmente prósperos e a totalidade dos trabalhadores, que, em situação de vida menos desfavorável, contariam com recursos financeiros e tempo para organizar-se e resistir à concentração do poder e aos desmandos da repressão totalitária.

22. Um exemplo disso ocorre com os brasileiros, que, se empregados, têm de desperdiçar cinco horas diárias estressando-se no trânsito. Além disso, o lazer é arruinado pela anticultura, e pela promoção de vícios e pela destruição de valores inculcadas pelos meios de comunicação e de entretenimento.

23. Os moderníssimos e cada vez mais poderosos instrumentos da eletrônica e da informática são intensamente empregados a serviço disso, como também da espionagem industrial e a repressiva, causando danos às economias nacionais e à privacidade e à segurança de cada indivíduo.

24. O Brasil, transformado em zona passiva da exploração e da opressão imperiais, tem o "privilégio" de votar na urna eletrônica menos confiável do Mundo, e agora seus eleitores vão ser submetidos pela "Justiça" ao cadastramento biométrico, ficando, assim, expostos a mais abusos contra seus direitos.

25. Por mais absurdo que pareça às mentes sadias, infere-se o objetivo de dizimar a população mundial, por parte da oligarquia instituidora da "nova ordem mundial". Basta, para isso, ver o que ocorre, há decênios.

26. Percebe-se mais um "sentido" da depressão econômica: favorecer o aumento da subnutrição, da má nutrição e das doenças, inclusive através do estresse, fonte da intoxicação endógena e da perda da imunidade.

27. O fomento das doenças, além de fonte de lucros das indústrias da "saúde", faz "controle demográfico", complementando o controle da natalidade. Para tanto, estão aí os transgênicos, agrotóxicos, o lançamento de rastros químicos por aviões, a gigantesca poluição de produtos como petróleo e seus derivados, carvão, xisto, os da indústria química e n outros.

28. Na mesma direção, refrigerantes, fumo, drogas, antibióticos, quimioterapia, radioterapia e os hormônios, inclusive administrados ao gado e aves. Ademais, a medicina orientada pelos interesses financeiros da indústria farmacêutica e da de equipamentos médicos.

(1) O caso emblemático do analista Snowden provocou a fúria dos agentes imperiais, tendo o presidente Putin agido com exemplar firmeza, ao lhe conceder asilo, em contraste com a atitude dúbia da China, que rapidamente o despachou para a Rússia.

## Mais uma crise

*Adriano Benayon - Publicado em Quarta, 28 Agosto 2013 00:14*

01. Transcorreu agora o 59º aniversário do modelo dependente, implantado a partir de 24 agosto de 1954, data da deposição do presidente Getúlio Vargas.

---

02. O atual quadro da economia brasileira deixa clara a iminência de mais uma devastadora crise externa, tão ou mais profunda que as anteriores, como a que levou à moratória submissa em setembro de 1982 (cessaram os pagamentos por falta de divisas), e a do final de 1998 com o mesmo problema.

03. É o déficit (saldo negativo) com o exterior nas transações correntes (mercadorias, serviços e rendas) que faz explodir a dívida externa e suscitar a incapacidade de fazer face ao serviço dela sem sofrer a intervenção dos bancos estrangeiros e de seus colaboradores, como o FMI e o Banco Mundial.

04. De janeiro a julho de 2013, esse déficit ascendeu a U\$ 52,5 bilhões, quantia quase igual à do déficit total de 2012 (US\$ 54,2 bilhões). Em 2013, ele já corresponde a 4% do PIB, sendo que no caso do Brasil sequer o PIB é nosso, pois a economia tem sido grandemente desnacionalizada.

05. O déficit cresce demais nos últimos anos. De 2008 a 2012, somou US\$ 204,1 bilhões. No atual ritmo, 2013 poderá ultrapassar 50% do total acumulado nesses cinco anos.

06. Os déficits nas transações correntes são causados pela volúpia das empresas transnacionais de transferir lucros às suas matrizes, nas sedes destas e em paraísos fiscais.

07. Os lucros transferidos como lucros, embora imensos, são muito menores que os transferidos disfarçadamente em contas do balanço de serviços e no de mercadorias, através do subfaturamento das exportações e superfaturamento das importações e até mesmo de operações fictícias.

08. A característica do modelo dependente é a progressiva entrega dos patrimônios nacionais às empresas transnacionais. O mercado foi o primeiro desses patrimônios doados, através de incríveis privilégios, ao capital estrangeiro, começando com a liquidação da indústria automobilística nacional e a entrega do mercado às montadoras transnacionais no governo de Juscelino Kubitschek.

09. O senador Vasconcelos Torres (1920/1982) publicou em 1977 o livro "Automóveis de Ouro para um Povo Descalço". Decerto "ouro" referia-se, não à qualidade dos automóveis, mas ao preço deles.

10. A p. 94 relatava o senador:

"a) No exercício de 1962 foi registrado, no balanço consolidado das onze empresas produtoras de veículos automóveis e caminhões, lucro de 65% em relação ao capital social, constituído por

máquinas usadas, e aumentado posteriormente, com incorporações de reservas e reavaliação dos ativos."

11. De fato, como tenho mencionado, as empresas estrangeiras da indústria automotiva e de outras indústrias - favorecidas por instruções da SUMOC, o banco central à época) - puderam, a partir de janeiro de 1955, importar equipamentos usados, de valor real zero, pois estavam há anos amortizados, e registrá-los, como se fossem investimento em moeda, pelo valor que declarassem.

12. Isso significa que o Brasil lhes deu um privilégio incrível, semelhante ao dos bancos, que ganham dinheiro criando dinheiro do nada, com lançamentos contábeis, ao conceder empréstimos. Além disso, beneficiadas pelo custo real zero do capital e da tecnologia, as transnacionais esmagaram a concorrência de empresas locais.

13. Vasconcelos Torres, op. cit. p. 95, apresenta uma tabela referente aos balanços de 1963, comparativa de preços de venda da fábrica à distribuidora com os preços de venda do distribuidor ao público, abrangendo quatro montadoras, entre elas a Volkswagen, já então a maior produtora no Brasil.

14. O preço nas distribuidoras era mais de três vezes o preço na fábrica, valendo notar que os donos desta são os mesmos daquelas ou, no mínimo, têm participação naquelas.

15. Como se fosse pouco o que as transnacionais ganharam no Brasil nos anos 60, no final desse decênio, elas foram agraciadas com novos e colossais subsídios, através de isenções de IPI e ICM, nas importações de seus bens de capital e insumos, além de créditos fiscais, na proporção das exportações.

16. Até hoje, novos subsídios juntam-se aos antigos e caracterizam o modelo dependente como aquele em que as empresas transnacionais recebem imensos prêmios, doações e dinheiro para explorarem o mercado sem concorrência, com seus carteis e oligopólios.

17. Por enquanto, as reservas no exterior se mantêm em US\$ 370 bilhões e acima da posição da dívida externa, de US\$ 314 bilhões. Mas isso significa desnacionalização galopante, pois decorre do brutal ingresso líquido de investimentos estrangeiros diretos (US\$ 62 bilhões de janeiro a julho) e mais US\$ 24 bilhões de investimentos estrangeiros em carteira (participações de capital).

18. Além disso, só é possível o balanço de pagamentos com saldos positivos, em vez de com enormes déficits, devido às aplicações estrangeiras em títulos de renda fixa.

19. Elas totalizaram US\$ 20 bilhões de janeiro a maio. Dados os sintomas de crise, o Executivo suprimiu, em 04.06.2013, o imposto sobre operações financeiras - IOF sobre essas aplicações, além de aumentar a taxa de juros. Com isso elas atingiram US\$ 7,1 bi em junho, mas voltaram a declinar para US\$ 3,9 bilhões em julho. De janeiro a julho: US\$ 31 bilhões.

20. Apesar de a maior parte das economias estrangeiras praticarem juros reais baixos e até negativos, no Brasil voltou-se a elevar a taxa básica dos títulos públicos: em julho, ela já foi para 8,5% aa, depois de ter baixado em 2012, ficando em 7,25% aa. até abril de 2013.

21. Nada pode justificar as elevações verificadas desde então, a não ser o fato de as autoridades monetárias agirem como serviçais dos bancos e dos aplicadores estrangeiros, ou a dependência de ingressos de capital para fechar as contas externas, devido ao déficit nas transações correntes, causados pelo modelo desnacionalizante.

22. Parece claro, sem excluir a primeira hipótese, que a segunda desempenha influência determinante. Tal como ocorre com os viciados em cocaína e outras drogas, o Brasil, submetido ao modelo dependente, agrava cada vez mais a dependência, recorrendo a doses cada vez maiores de drogas (capital estrangeiro). Para isso, oferece a ele cada vez mais benesses para atraí-lo.

23. A usual desculpa da inflação é mais furada que queijos Emmenthaler e Gruyère, pois, além de ela apresentar-se em queda antes dos aumentos na taxa de juros, estes não levam à redução da alta dos preços.

24. A maligna dependência não se limita a produzir crises externas, como as que contribuíram para pôr de joelhos os submissos governos brasileiros, como em 1982, culminando com os inqualificáveis Collor e FHC a entregar de graça às transnacionais patrimônios públicos inalienáveis, conforme exigiram os governos imperiais, coadjuvados por Banco Mundial e FMI. A política submissa continua sob os governos petistas.

25. Por que os desastres produzidos pela dependência não se limitam a isso? Porque ela faz crescer exponencialmente a dívida pública interna, o que ocorre não só quando o capital estrangeiro aplica em títulos do Tesouro - e este os emite - mas também em função das altas taxas de juros, expediente "justificado" pela "necessidade de atrair aquele capital".

26. Terminou o espaço, e assim não posso aditar ao que tenho escrito sobre a imperiosidade de se anular o último leilão de petróleo e de cancelar o mercado para outubro, na área do pré-sal. Tenho só de conclamar os compatriotas a participar das ações dos que estão lutando nessa direção. Não só as ações judiciais, mas também as que transcendam as atuais regras legais.

27. E ainda não é desta vez que resumirei a fraude em que os governos entreguistas transformaram o setor de energia elétrica, criando um caótico sistema de preços, "de mercado", com o intuito de favorecer grandes empresas, principalmente estrangeiras, as quais, enquanto sugam o País, extinguem o seu futuro, acabando com sua infraestrutura.

## **Reverter a entrega**

*Adriano Benayon - Publicado em Segunda, 16 Setembro 2013 23:13*

Continuam entregando tudo. Quando se dará mais importância à realidade que ao discurso? Que se pode fazer para reverter o presente curso de destruição do Brasil? Certamente, não é coisa convencional.

---

2. Estamos diante da entrega às petroleiras lideradas pelo cartel angloamericano das reservas de petróleo da plataforma continental e da camada do pré-sal.

3. Também, diante do descalabro na infra-estrutura, de que são exemplos gritantes a energia elétrica e os transportes. Cada um desses caos nos custa trilhões de reais por ano e decorre de sacrifícios de setores vitais no altar do falso deus mercado. Na verdade, entregas gratuitas a cartéis estrangeiros.

3. Além disso, está exposta a completa insegurança das telecomunicações, à mercê das tecnologias de espionagem de empresas e de agências governamentais dos EUA, sem mencionar que, desde há mais de quinze anos, quando a EMBRATEL foi entregue à estadunidense Verizon, essa segurança pouco vale, devido à privatização tucana, intocada pelos governos petistas.

4. Os brasileiros não se devem iludir com discursos nem com o enviesado noticiário da grande mídia. Tanto no petróleo, como na energia elétrica, nos transportes e nas comunicações, o País cai para um patamar intolerável de submissão e de degradação socioeconômica.

5. No caso do campo de Libra, da área do pré-sal, cujo leilão a Agência Nacional do Petróleo - ANP - quer realizar, de qualquer maneira, em 21 de outubro, apesar das numerosas ilegalidades do edital, denunciadas ao Tribunal de Contas da União pela Associação dos Engenheiros da Petrobrás, trata-se do maior campo já descoberto no Mundo, com mais de 40 bilhões de barris de reservas in situ. No mínimo, 12 bilhões de barris de reservas recuperáveis.

6. Como o preço atual do petróleo está em US\$ 100 por barril, o valor desse campo são US\$ 1,2 trilhões, equivalentes a R\$ 3 trilhões.

7. Ora, na medida em que a Petrobrás estará alijada do leilão, até por ter investido para viabilizar produção em prazos menores que os possíveis na zona do pré-sal, onde também investiu para pesquisar Libra e outros campos, as companhias do cartel angloamericano ficam com tudo, mesmo porque a ANP resolveu, beneficiando-as, exigir do consórcio vencedor um bônus no valor de R\$ 15 bilhões.

8. Essa quantia é ridícula comparada ao valor do campo, mas é demasiado elevada para a Petrobrás desembolsar de uma vez, devido às dificuldades de caixa em que foi envolvida, até por subsidiar os preços dos derivados no País.

9. Ao contrário da propaganda governamental propícia ao cartel angloamericano, o bônus nem constitui receita para o governo, mas tão somente adiantamento, que devolverá em parcelas ao consórcio ganhador do leilão.

10. Ao denunciar o autoritarismo e a prepotência dos órgãos decisórios do setor, o Eng. Paulo Metri nota que o Estado brasileiro está loteado, e o capital internacional, no comando da energia e mineração.

11. Provas disso e do absurdo de entregar 70% da reserva conhecida de Libra a empresas estrangeiras são, conforme Metri: 1) elas exportarão o óleo bruto, sem adicionar valor algum; 2) nunca contribuirão para o abastecimento do País; 3) dificilmente contratarão plataformas no Brasil - o item de maior peso nos investimentos; 4) não gerarão empregos qualificados aqui; 5) não pagarão impostos, graças à lei Kandir; 6) só pagarão os royalties e uma parcela "combinada" do lucro.

12. Cabe esclarecer sobre este último ponto:

a) os royalties, embora de, em princípio, 15%, conforme a Lei do Pré-Sal, 12.351/2010 - maiores, portanto, que os 10% da famigerada lei de FHC, 9.478/1997 - são, na realidade, reduzidos por brechas criadas nas emendas do Congresso à lei de 2010; mesmo em países sem a capacidade de exploração da Petrobrás, os royalties costumam ser, em média, 80%;

b) a parcela combinada são os 30% a que Petrobrás faz jus, de acordo com a Lei 12.351/2010, a qual, desde a proposta do ex-presidente Lula, garante à Petrobras a condição de operadora única, com 30% do resultado, ficando, porém, os 70% para o ganhador do leilão, no caso o cartel estrangeiro, sem correr riscos.

13. O atual governo não aplica em favor do País o que deve decorrer das leis do Pré-Sal, deixando de fazer cessão onerosa do campo de Libra à Petrobrás, conforme a Lei nº 12.276/2010, e agindo como caudatário dos interesses anglo-americanos, mesmo ciente da espionagem de agências públicas dos EUA, como a NSA e a CIA, tendo como alvos o petróleo e o pré-sal.

14. O Eng. Fernando Siqueira lembra que, já no 11º leilão, a Petrobras teve participação pífia, tendo comprado menos de 20% das áreas ofertadas e sendo operadora só em 3 delas. Como essas áreas não são do pré-sal e se regem pela Lei 9.478/1997, todo o petróleo fica para quem ganhou o leilão.

15. Acrescenta: "Creio que, propositadamente, exauriram a capacidade financeira da Petrobras com leilões desnecessários, pois o país está abastecido por mais de 40 anos. A partir da 11ª rodada, o capital internacional irá sempre ganhar vários blocos, graças a plano maquiavélico com aprovação do governo do Brasil."

16. Ainda conforme Siqueira, o governo está abrindo mão de parte da parcela destinada ao Fundo Social. Também troca lucros de centenas de bilhões de dólares por um oneroso empréstimo de quantia irrisória.

17. Siqueira esclarece que a Petrobrás tem previsão de produzir 4 milhões de barris em 2020, e não, há, pois, necessidade alguma de leiloar o pré-sal. Menos ainda, nas condições altamente danosas ao País, em que está sendo feito.

18. A 11ª rodada de leilões, já realizada, e a 12ª, marcada para breve, implicam amarrar o Brasil à condição de país sem autodeterminação, definitivamente inviabilizado para o desenvolvimento, condenado a exportação primária e poluente, controlada pelas transnacionais do petróleo e rendendo-lhe vultosas divisas que as farão suplantar as automotivas no posto de donas do País.

19. Outras consequências: agravar a desindustrialização, a concentração de renda nas mãos da oligarquia estrangeira e marginalizar mais brasileiros.
20. O que ocorre com o petróleo basta, por si só, para afundar o Brasil. Ao mesmo tempo, a derrocada do País é puxada pelo que acontece na infra-estrutura.
21. O setor da energia elétrica está deteriorado, com frequentes apagões - num país de excelente potencial de fontes. Grande parte dos insuficientes investimentos é desperdiçada e são cobrados preços extorsivos aos usuários (exceto às privilegiadas eletrointensivas).
22. Deliberadamente, desde FHC, deu-se espaço às absurdas e caras usinas térmicas, subinvestindo e investindo mal na hidroeletricidade, sem aproveitar plenamente a capacidade das bacias hídricas, nem construir eclusas (prejudicando também a navegação fluvial).
22. O setor elétrico exemplifica a grande fraude das concessões e privatizações, realizadas para proporcionar ganhos a predatórias empresas financeiras, através de supostos leilões (sempre a ficção do mercado) sob critérios abstrusos, para ninguém entender.
23. Conforme dados da ANEEL, mostrados pelo Eng. Roberto d'Araújo, os componentes, em percentuais, do preço da energia são: geração 31,3%; transmissão 6,3%; distribuição 29%; tributos 33,5%.
24. Há abusos incríveis em todas essas etapas. As empresas de distribuição concentram a maior parte dos lucros, tendo o economista Gustavo Santos verificado que a rentabilidade média delas sobre o patrimônio líquido superou 30%, ou seja, 700% em oito anos.
25. Esclarece d'Araújo que o governo, sem coragem para enfrentar os próprios erros e as distribuidoras, resolveu atacar a parcela produtiva. Em suma, está sendo completada a destruição da Eletrobrás - mais um pilar do projeto de Getúlio Vargas derrubado a mando do império angloamericano.

## **Reverter a entrega de Libra**

*Adriano Benayon - Publicado em Sexta, 27 Setembro 2013 01:11*

Enquanto o Brasil prepara a entrega do seu petróleo ao capital transnacional, em discurso na ONU a sua presidente finge indignação pela espionagem da NSA — mas nem sequer fala na possibilidade de romper os acordos militares e policiais que submetem o país aos EUA.

---

1- Continuam entregando tudo. Quando se dará mais importância à realidade que ao discurso? Que se pode fazer para reverter o presente curso de destruição do Brasil? Certamente, não é coisa convencional.

2- Estamos diante da entrega às petroleiras lideradas pelo cartel angloamericano das reservas de petróleo da plataforma continental e da camada do pré-sal.

3- Também, diante do descalabro na infra-estrutura, de que são exemplos gritantes a energia elétrica e os transportes. Cada um desses caos nos custa trilhões de reais por ano e decorre de sacrifícios de setores vitais no altar do falso deus mercado. Na verdade, entregas graciosas a carteis estrangeiros.

4- Além disso, está exposta a completa insegurança das telecomunicações, à mercê das tecnologias de espionagem de empresas e de agências governamentais dos EUA, sem mencionar que, desde há mais de quinze anos, quando a EMBRATEL foi entregue à estadunidense Verizon, essa segurança pouco vale, devido à privatização tucana, intocada pelos governos petistas.

5- Os brasileiros não se devem iludir com discursos nem com o enviesado noticiário da grande mídia. Tanto no petróleo, como na energia elétrica, nos transportes e nas comunicações, o País cai para um patamar intolerável de submissão e de degradação socioeconômica.

#### O CASO DO CAMPO LIBRA

Localização do campo Libra. 6- No caso do campo de Libra, da área do pré-sal, cujo leilão a Agência Nacional do Petróleo (ANP) quer realizar, de qualquer maneira, em 21 de outubro, apesar das numerosas ilegalidades do edital, denunciadas ao Tribunal de Contas da União pela Associação dos Engenheiros da Petrobrás, trata-se do maior campo já descoberto no Mundo, com mais de 40 mil milhões de barris de reservas in situ. No mínimo, 12 mil milhões de barris de reservas recuperáveis.

7- Como o preço atual do petróleo está em US\$ 100 por barril, o valor desse campo são US\$ 1,2 milhões de milhões, equivalentes a R\$ 3 milhões de milhões.

8- Ora, na medida em que a Petrobrás estará alijada do leilão, até por ter investido para viabilizar produção em prazos menores que os possíveis na zona do pré-sal, onde também investiu para pesquisar Libra e outros campos, as companhias do cartel angloamericano ficam com tudo, mesmo porque a ANP resolveu, beneficiando-as, exigir do consórcio vencedor um bônus no valor de R\$ 15 mil milhões.

9- Essa quantia é ridícula comparada ao valor do campo, mas é demasiado elevada para a Petrobrás desembolsar de uma vez, devido às dificuldades de caixa em que foi envolvida, até por subsidiar os preços dos derivados no País.

10- Ao contrário da propaganda governamental propícia ao cartel angloamericano, o bônus nem constitui receita para o governo, mas tão somente adiantamento, que devolverá em parcelas ao consórcio ganhador do leilão.

11- Ao denunciar o autoritarismo e a prepotência dos órgãos decisórios do setor, o Eng. Paulo Metri nota que o Estado brasileiro está loteado, e o capital internacional, no comando da energia e mineração.

12- Provas disso e do absurdo de entregar 70% da reserva conhecida de Libra a empresas estrangeiras são, conforme Metri: 1) elas exportarão o óleo bruto, sem adicionar valor algum; 2) nunca contribuirão para o abastecimento do País; 3) dificilmente contratarão plataformas no Brasil – o item de maior peso nos investimentos; 4) não gerarão empregos qualificados aqui; 5) não pagarão impostos, graças à lei Kandir; 6) só pagarão os royalties e uma parcela "combinada" do lucro.

12- Cabe esclarecer sobre este último ponto:  
a) os royalties, embora de, em princípio, 15%, conforme a Lei do Pré-Sal, 12.351/2010 – maiores, portanto, que os 10% da famigerada lei de FHC, 9.478/1997 – são, na realidade, reduzidos por brechas criadas nas emendas do Congresso à lei de 2010; mesmo em países sem a capacidade de exploração da Petrobrás, os royalties costumam ser, em média, 80%;  
b) a parcela combinada são os 30% a que Petrobrás faz jus, de acordo com a Lei 12.351/2010, a qual, desde a proposta do ex-presidente Lula, garante à Petrobras a condição de operadora única, com 30% do resultado, ficando, porém, os 70% para o ganhador do leilão, no caso o cartel estrangeiro, sem correr riscos.

13- O atual governo não aplica em favor do País o que deve decorrer das leis do Pré-Sal, deixando de fazer cessão onerosa do campo de Libra à Petrobrás, conforme a Lei nº 12.276/2010, e agindo como caudatário dos interesses anglo-americanos, mesmo ciente da espionagem de agências públicas dos EUA, como a NSA e a CIA, tendo como alvos o petróleo e o pré-sal.

15- O Eng. Fernando Siqueira lembra que, já no 11º leilão, a Petrobrás teve participação pífia, tendo comprado menos de 20% das áreas ofertadas e sendo operadora só em três delas. Como essas áreas não são do pré-sal e se regem pela Lei 9.478/1997, todo o petróleo fica para quem ganhou o leilão.

16- Acrescenta: "Creio que, propositadamente, exauriram a capacidade financeira da Petrobrás com leilões desnecessários, pois o país está abastecido por mais de 40 anos. A partir da 11ª rodada, o capital internacional irá sempre ganhar vários blocos, graças a plano maquiavélico com aprovação do governo do Brasil."

17- Ainda conforme Siqueira, o governo está abrindo mão de parte da parcela destinada ao Fundo Social. Também troca lucros de centenas de milhares de milhões de dólares por um oneroso empréstimo de quantia irrisória.

18- Siqueira esclarece que a Petrobrás tem previsão de produzir 4 milhões de barris em 2020, e não, há, pois, necessidade alguma de leiloar o pré-sal. Menos ainda, nas condições altamente danosas ao País, em que está sendo feito.

19- A 11ª rodada de leilões, já realizada, e a 12ª, marcada para breve, implicam amarrar o Brasil à condição de país sem autodeterminação, definitivamente inviabilizado para o desenvolvimento, condenado a exportação primária e poluente, controlada pelas transnacionais do petróleo e rendendo-lhe vultosas divisas que farão suplantar a das automotivas no posto de donas do País.

20- Outras consequências: agravar a desindustrialização, a concentração de renda [NR] nas mãos da oligarquia estrangeira e marginalizar mais brasileiros.

21- O que ocorre com o petróleo basta, por si só, para afundar o Brasil. Ao mesmo tempo, a derrocada do País é puxada pelo que acontece na infra-estrutura.

22- O setor da energia elétrica está deteriorado, com frequentes apagões – num país de excelente potencial de fontes. Grande parte dos insuficientes investimentos é desperdiçada e são cobrados preços extorsivos aos usuários (exceto às privilegiadas eletrointensivas).

23- Deliberadamente, desde FHC, deu-se espaço às absurdas e caras centrais térmicas, subinvestindo e investindo mal na hidroeletricidade, sem aproveitar plenamente a capacidade das bacias hídricas, nem construir eclusas (prejudicando também a navegação fluvial).

24- O setor elétrico exemplifica a grande fraude das concessões e privatizações, realizadas para proporcionar ganhos a predatórias empresas financeiras, através de supostos leilões (sempre a ficção do mercado) sob critérios abstrusos, para ninguém entender.

25- Conforme dados da ANEEL, mostrados pelo Eng. Roberto d'Araújo, os componentes, em percentuais, do preço da energia são: geração 31,3%; transmissão 6,3%; distribuição 29%; tributos 33,5%.

26- Há abusos incríveis em todas essas etapas. As empresas de distribuição concentram a maior parte dos lucros, tendo o economista Gustavo Santos verificado que a rentabilidade média delas sobre o patrimônio líquido superou 30%, ou seja, 700% em oito anos.

27- Esclarece d'Araújo que o governo, sem coragem para enfrentar os próprios erros e as distribuidoras, resolveu atacar a parcela produtiva. Em suma, está sendo completada a destruição da Eletrobrás – mais um pilar do projeto de Getúlio Vargas derrubado a mando do império angloamericano.

[NR] No Brasil chamam de renda a qualquer espécie de rendimento.

## **A realidade é outra**

*Adriano Benayon - Publicado em Segunda, 30 Setembro 2013 20:17*

A presidente da República mantém a tradição de muitos predecessores, com discursos aparentemente nacionalistas, enquanto diariamente trata a soberania e o desenvolvimento do País como coisas descartáveis.

---

2. Ela denunciou o que foi mostrado por Assange e, depois, por Snowden e Greenwald: o governo dos EUA, suas agências e empresas apropriam-se de informações econômicas, estratégicas e até das das pessoas físicas de todos os países sem meios de impedi-lo.

3. A presidente disse que fará proposta para estabelecer um marco civil multilateral para a governança e uso da internet, em nível mundial, visando a “efetiva proteção dos dados”. Essa proposta não tem chance alguma de ser adotada, mesmo porque os EUA não aceitam regras internacionais que se sobreponham às leis deles.

4. O jornalista Fernando Rodrigues foi ao ponto: **“Dilma faria melhor se buscasse equipar o Brasil contra ataques cibernéticos. A presidente faz o oposto. Engavetou um projeto de Política Nacional de Inteligência que cria diretrizes para o Estado brasileiro se prevenir de ações de espionagem. O texto está pronto e parado, no Planalto, desde novembro de 2010.”**

5. Em ótimo artigo, “O Discurso e a Prática” Paulo Passarinho, âncora do Faixa Livre da Bandeirante, recorda ter Assange apontado que China, Inglaterra, França, Alemanha e Rússia, entre outros, têm investido pesadamente nessa área estratégica e defende que o Brasil adote sistema de criptografia de tecnologia nacional.

6. Passarinho comenta: **“Mas nossa realidade está muito distante dessa possibilidade. Graça Foster, a presidente da Petrobrás, por exemplo, declarou que a criptografia usada na empresa é de empresas americanas, porque não existem companhias brasileiras que prestem esse tipo de serviço. Snowden denunciou que a criptografia fornecida por empresas privadas norte-americanas é propositalmente falha e têm as chamadas “portas dos fundos”, para que a NSA possa driblar seus códigos e acessar os dados.”**

7. Pior: após o discurso no palco da ONU, Dilma dirigiu-se a executivos de 300 grandes bancos e empresas transnacionais, em seminário sobre oportunidades de investimento no Brasil, promovido pelo Goldman Sachs, banco líder da oligarquia financeira.

8. Pediu mais investimentos estrangeiros no petróleo e no programa de privatizações de portos, aeroportos, rodovias, ferrovias etc. Deseja, inclusive, “a capacidade de gestão” dos estrangeiros.

9. Diz Passarinho: **“O show de subserviência aos gringos foi total. Lembrou que “risco jurídico no Brasil não existe”, procurando destacar que ‘se tem um país que respeita contratos é o Brasil. E disso nos orgulhamos’. É evidente que a presidente não se referia à Constituição, diariamente desrespeitada, especialmente no que tange aos direitos fundamentais dos brasileiros, por exemplo, aos direitos sociais.”**

10. Faz tempo que Dilma cede aos carteis mundiais. Consolidou a destruição do Estado, intensificada a partir de Collor, conforme o modelo imposto pelos saqueadores: o Estado desmonta suas estruturas, sucateia sua experiência administrativa e afasta seus quadros competentes.

11. Assim, diz-se que o Estado brasileiro é incapaz de fazer qualquer coisa, e então ele só faz editais para concessões dos serviços e das atividades que lhe competem, um método que custa caríssimo ao País, mas arranja dinheiro, por exemplo, para as campanhas eleitorais.

12. Seria incorreto atribuir a Dilma toda a responsabilidade pelo descalabro a que o Brasil foi empurrado, pois a coisa vem de longe. Acontece, desde janeiro de 1955, através dos favorecimentos propiciados ao capital estrangeiro.
13. Aí foi dada a partida para chegar-se à presente e avassaladora desnacionalização da economia e sua desindustrialização. Também à ascendência do poder econômico estrangeiro nas eleições e na política, envolvendo todos os poderes da República.
14. De certa forma, Dilma segue os passos de Juscelino Kubitschek, que jogou para a plateia, “rompendo com o FMI”, após entregar o mercado brasileiro, a entre outras, à indústria automotora transnacional, até hoje a maior sugadora dos brasileiros.
15. Se as atuais instituições brasileiras e os que as pilotam tivessem compromisso com a Nação, deveriam repudiar as privatizações criminosas e corruptamente realizadas, desde Collor e do notório FHC, em lugar de irem pelo mesmo caminho.
16. Esses crimes, que surripiaram da União e dos Estados patrimônios incalculáveis e avaliáveis, só no imediato, em dezenas de trilhões de reais, e ainda custaram centenas de bilhões de reais, foram “justificados” até por tribunais superiores, apesar das flagrantes ilegalidades, sob a alegação de que a receita dos leilões serviria para reduzir a dívida pública.
17. Sim, a mesma dívida que, após a Constituição de 1988, já fez a União despender mais de 11 trilhões de reais, e, ainda assim, cresce sem parar. Sim, a dívida causada pelo modelo da entrega dos mercados às empresas transnacionais.
18. Só que, durante os oito anos da gerência de FHC - auge das privatizações - a dívida mobiliária federal interna cresceu de R\$ 65,6 bilhões de reais para R\$ 841 bilhões (12,8 vezes).
19. No mesmo período (dezembro de 1994 a dezembro de 2002), a dívida externa foi de US\$ 73,6 bilhões para US\$ 212 bilhões.
20. Nos oito anos de Lula a dívida mobiliária interna federal subiu para R\$ 2,3 trilhões (2,7 vezes) e chegou a R\$ 2,8 trilhões após dois anos de Dilma, no final de 2012.
21. Em 2013 o déficit de conta corrente vai para US\$ 90 bilhões (em 2012 foi US\$ 54,2 bilhões), repetindo o filme de n outras crises causadas pelas transferências das transnacionais.
22. Ora, no exato momento em que o País afunda sob a desnacionalização, o governo quer intensificá-la. A submissão aos diktats do poder mundial manifesta-se agora com o petróleo e obriga os que se interessam pela sobrevivência do País, a lutar para sustar o leilão do campo de Libra, marcado para 21 deste mês.
23. As reservas desse campo (estimadas em 90% do total das reservas provadas do País) dão a medida desse escandaloso leilão, mas não deveriam fazer esquecer outro deste ano, que é imperioso anular: a 13ª rodada, na qual os carteis internacionais do petróleo adquiriram o grosso dos blocos. Nessa levam tudo, já que o marco legal dessa rodada é a lei 9.478, da época de FHC, que os governos petistas não se interessaram em revogar.

24. Lula apenas tomou a iniciativa da Lei 12.351/2010, que instituiu regras diferentes só para o pré-sal, embora aquém do que exige o interesse nacional.
25. O Eng. Paulo Metri citou dados da ANP, de 2001, segundo os quais é 65% a média do que cabe aos países exportadores em óleo equivalente, nos contratos de partilha. Venezuela, Colômbia e Noruega exigem retorno próximo a 90%.
26. Já o Eng. Fernando Siqueira mostrou que o edital da ANP determina a partilha em função dos preços no mercado mundial e do volume da produção, não garantindo sequer o suposto mínimo de 41,65% para o País.
27. Ilustrativa do absurdo do próximo leilão de Libra, foi esta resposta de Graça Foster, presidente da Petrobrás, ao jornal Valor: *“Quando se fala em 30% de Libra, fico muito satisfeita. Custa R\$ 4,5 bilhões. Mas a Petrobras sabe fazer, **conhece cada centímetro desse poço de 6.036 metros de Libra que ela perfurou. ... o objetivo do governo é levar recursos para educação ...”***
28. Foster confirma o óbvio, pois a Petrobrás descobriu o campo e já extraiu óleo do pré-sal. Ora, país nenhum leiloa áreas cujo potencial de produção já é conhecido. Os 30% que cabem à Petrobrás são determinados pela Lei 12.351, operadora necessária. Assim, as estrangeiras levam petróleo sem trabalhar.
29. Confessando que o objetivo do governo é financeiro, o absurdo fica maior, pois a produção só se iniciará daqui a anos, nada gerando a curto prazo.
30. As verbas para a educação têm aumentado muito. Porém, são mal aplicadas: grande parte vai para estabelecimentos privados, a maioria dos quais vem sendo adquirida por grupos estrangeiros
31. Além disso, não há necessidade alguma de captar os recursos do bônus (15 bilhões de dólares), uma migalha diante do serviço da dívida programado para 2014: 1,2 trilhão de reais.
32. Para melhorar as finanças públicas, basta diminuir os juros dos títulos do Tesouro. Dois pontos percentuais de redução nas taxas representam, em apenas um ano, muito mais que os 35 bilhões reais do bônus do petróleo, que é só um empréstimo oneroso: o dinheiro só entra uma vez e depois vai saindo.
33. A exploração do petróleo por companhias estrangeiras não cria elos positivos para a economia, já que elas não contratam empresas nem técnicos brasileiros para os equipamentos e serviços de exploração.
34. Não só o óleo, mas também o grosso dos ganhos vai para o exterior, o que torna pequeno o reinvestimento em capital fixo no País, que perde também a oportunidade de desenvolver mais tecnologia na área.
35. A abundância de divisas com a exportação dá enorme poder financeiro às companhias exploradoras, incrementando ainda mais fator a desnacionalização e a desindustrialização do País. A valorização da taxa de câmbio incentiva as importações de maior valor agregado Tudo isso significa subdesenvolvimento programado.

37. Poucos parlamentares tomaram iniciativas contrárias ao leilão de Libra: projeto de decreto-legislativo do senador Requião e mais três; ação popular de parlamentares do PSOL e senador Pedro Simon. Mais de 80 organizações protocolizaram carta no Palácio do Planalto pedindo sustar o leilão. Movimentos sociais acamparam em frente à Petrobrás.

38. Tudo isso é louvável, mas é pouco. Para ter algum resultado, os poderes da República teriam de perceber forte pressão de massa, suficiente para equilibrar as pressões que sofrem permanentemente dos interesses antinacionais.

## O estratégico nióbio

*Adriano Benayon - Publicado em Segunda, 11 Novembro 2013 20:38*

As chapas de ferro-nióbio são o principal dos produtos do nióbio nas exportações brasileiras, tendo totalizado US\$ 4,8 bilhões, de 1996 a 2013. Somamos os dados, ano a ano, que estão na tabela do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

---

2. O mercado é fechado, estando concentrado em poucas empresas importadoras e pouquíssimas empresas exportadoras. São transações entre empresas dos mesmos grupos ou entre grupos associados. A CBMM, de Araxá, que exporta 90% do total, vende o produto às suas próprias subsidiárias no exterior.

3. O preço seria muito mais alto, se houvesse mercados abertos ou algum tipo de concorrência, a não ser entre indústrias utilizadoras do metal.

4. A Bolsa de Metais de Londres não informa sobre negociações com o nióbio. Muitas fontes dizem que o nióbio não é negociado nessa bolsa nem em outras.

5. Encontrei na internet notícia recente, 6 de setembro, da Bolsa de Metais de Bejing (Pekim) nestes termos: *“Os preços do nióbio metálico a 99,9% de pureza permanecem estáveis em 115 a 120 dólares por quilo, na Comunidade de Estados Independentes.”* [Rússia, Ucrânia e outros]

6. Guardei também uma cotação, de 22.02.2011, do sítio eletrônico [chemicool.com/elements/niobium](http://chemicool.com/elements/niobium), de nióbio puro (óxido de nióbio), a US\$ 18,00 por 100g, ou seja, US\$ 180 por quilo. Além disso, outra do mesmo ano, em que barra de nióbio era cotada a US\$ 315,79/quilo.

7. Isso é mais de 10 vezes o preço oficial da exportação brasileira desse insumo, i.é., US\$ 30,00 por quilo, no último ano. Já o preço oficial da chapa de ferro-nióbio é menor ainda (R\$ 25,00), mesmo porque não se refere propriamente ao nióbio incorporado às chapas de ferro-nióbio, nas quais o conteúdo de nióbio é diminuto, embora suficiente para lhes dar qualidade muitíssimo acima das outras ligas metálicas.

8. Para ter uma ideia, o preço oficial das exportações das chapas de ferro-silício e ferro-manganês, têm estado em US\$ 1,77 e US\$ 2,25, respectivamente. Dez vezes inferiores aos do ferro-nióbio.

9. Embora o óxido de níbio tenha muito valor no exterior, mormente transformado, após o processo de redução, ele é de pouca significação nas exportações oficiais brasileiras. O valor oficial de suas vendas ao exterior quase dobrou de 2009 para 2010, mas não é expressivo: foi para US\$ 44 milhões, com preço médio de US\$ 30,00, para quase 1.500 toneladas.

10. Esse preço de um produto processado em pouco supera o do minério bruto, que vem associado ao tântalo e ao vanádio. As exportações oficiais desse minério chegaram, em 2012, a quase US\$ 50 milhões, com valor unitário de US\$ 24,00.

11. Note-se que as mineradoras instaladas no Brasil, a CBMM e a Anglo-American, têm, com as chapas de ferro-nióbio, receita 36 vezes maior que a obtida com o minério bruto e 41 vezes maior que a obtida com o óxido de níbio, mesmo contando-se só suas provavelmente subfaturadas exportações.

12. Devem isso à iniciativa do professor Bautista Vidal, titular, nos anos 70, da Secretaria de Tecnologia Industrial. Ele mobilizou técnicos para criar o processo de incorporar o óxido às ligas metálicas, através do Departamento de Engenharia de Materiais - da Escola de Engenharia de Lorena- USP.

13. As exportações oficiais das chapas de ferro-nióbio certamente não chegam a US\$ 6 bilhões, desde que começaram, nos anos 80, até hoje. Pois, em 1996, o volume ainda era diminuto, e os preços, muito baixos. De então até 2013, conforme a Tabela do MDIC, foram US\$ 4,8 bilhões.

14. Causa, pois surpresa esta notícia da Agência Bloomberg, dos EUA, publicada em 03/03/2013, no Valor Econômico: “ *Família mais rica do Brasil fez US\$ 13 bilhões com o sonho do níbio*”.

15. Nela foi reportado: “*Ela [a CBMM, Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração] vale pelo menos US\$ 13 bilhões, baseado na venda da família de uma parte de 30% para um grupo de produtores de aço asiático por US\$ 3,9 bilhões em 2011*”.

16. O dado mais notável da notícia da Bloomberg/Valor Econômico é este: “ **... os herdeiros de Moreira Salles, a família mais rica do Brasil, seus quatro filhos, Fernando, Pedro, João e Walter, controlam uma fortuna combinada de US\$ 27 bilhões, segundo o ‘Bloomberg Billionaires Index’** ”.

17. Levando em conta que o outro patrimônio mais importante do grupo Moreira Salles era o UNIBANCO, um banco que, há alguns anos, entrou em dificuldades e foi absorvido pelo Itaú, parece nebuloso como foi possível acumular US\$ 27 bilhões, com os lucros decorrentes fundamentalmente das exportações de níbio, valoradas conforme as cifras oficiais.

18. De fato, os lucros disso para a CBMM não poderiam passar muito de US\$ 1 bilhão, diante destes fatos: 1) faturamento de \$ 6 bilhões; 2) mesmo que os lucros tivessem sido sempre

50% do faturamento, não passariam de US\$ 3 bilhões; 3) até 2007, a CBMM só tinha 50% das ações, além de que a tecnologia e o provável controle serem da Molybdenum Corp; dos EUA, do grupo Rockefeller; 4) desde 2011, há grupos siderúrgicos asiáticos com 30% de participação na CBMM; 5) a CODEMIG (estatal de Minas Gerais) tem 25% de participação nos “lucros operacionais” da CBMM; 6) 10% das exportações oficiais provêm da Anglo-American.

19. Com cerca de US\$ 1 bilhão de lucros acumulados, e mais os US\$ 3,9 bilhões da venda de 30% do capital da CBMM, admitindo que tenham ido inteiramente para o grupo Moreira Salles, ainda se fica muito longe dos US\$ 27 bilhões referidos na notícia mencionada.

20. Fica, pois, demonstrado que o Brasil está longe de ter, em seu proveito, as receitas reais ou, no mínimo, as receitas reais possíveis, da extração de seu subsolo de um metal tão precioso e estratégico como o nióbio.

21. A Constituição nasceu com deficiências, e até fraudes, como a que privilegia o serviço da dívida, e foi sendo emendada, quase que invariavelmente, para pior. E o que tem de bom, fica, nas atuais condições, sem serventia. Exemplo: a propriedade do subsolo e dos recursos minerais definidos como bens da União (art. 20, VIII, IX e X).

22. Seria a base para garantir o interesse do País nessa área. Entretanto, o Estado tornou-se demissionário: praticamente tudo é objeto de concessões. No caso da principal reserva de nióbio, a União a cedeu ao Estado de Minas. Este, depois de mais de trinta anos de concessão à CBMM, renovou-a, em 2003, por mais 30 anos, sem licitação.

23. Cabe indagar por que as coisas são assim? Creio que vêm de longe e se foram agravando. Aí pelos anos 50, alguns líderes ainda tentavam consolidar a consciência dos interesses nacionais, e o País fazia progressos para o desenvolvimento. Nisso, o País sofreu intervenções, como a conspiração que derrubou Vargas em 1954. Logo após esse golpe, foram dados privilégios às empresas transnacionais, cujos carteis foram esmagando, em crescente quantidade, promissoras indústrias nacionais.

24. Isso acentuou-se sob JK, com a mesma política de atração de capitais estrangeiros, a qual fez implantar o cartel da indústria automobilística. Esse, até hoje, produz déficits externos e ainda se ceva de isenções fiscais e subsídios da União, dos Estados e dos Municípios.

25. Ora, a desnacionalização implica inviabilizar o desenvolvimento tecnológico e faz que o apoio governamental à ciência e a tecnologia seja, na maior parte, desperdiçado, pois as tecnologias só se desenvolvem em empresas atuantes no mercado. E dele as nacionais têm hoje poucos nichos. A consequência é a desindustrialização, entendida não só como regressão à produção primária, mas também como confinamento da indústria a produções de baixo valor agregado.

26. Os capitais estrangeiros tornaram-se dominantes inclusive na informação, nas comunicações e na política. As políticas passaram a ser desenhadas no seu interesse. Entre os inumeráveis exemplos, está a lei Kandir, que isenta a exportação, inclusive de produtos primários, de IPI, ICMS e contribuições sociais. Primeiro lei complementar, ela ganhou mais status em 2003: através de EC, foi incorporada à Constituição.

27. Então, a sociedade fica sem forças para reagir, já que os empresários industriais nacionais foram dizimados, e os que restam são acuados por políticas adversas. Tampouco os trabalhadores estão bem organizados para defenderem o País, o que seria a própria defesa deles.

28. Tivesse o País evoluído nos últimos 59 anos, a economia ter-se-ia diversificado para patamares crescentes de intensidade tecnológica, e, como no quartzo para os chips e a eletrônica avançada, o nióbio estaria sendo utilizado, em grande escala, nos bens de altíssimo valor agregado.

29. Nesse caso, não estaríamos falando das perdas atuais com subpreços. Nem precisaríamos lembrar que nosso percentual da oferta do nióbio é muito maior que a de todos os membros da OPEP, juntos, no tocante ao petróleo. Poderíamos criar a Bolsa do Nióbio e defender seus preços.

30. E ganharíamos centenas de vezes mais ao fabricarmos bens de elevada tecnologia, competitivos, livres dos carteis e de grupos concentradores.

31. Esse padrão de desenvolvimento e de consciência dos interesses nacionais, por parte das lideranças políticas, faria conhecer o real valor do nióbio e de outros recursos naturais, e, assim, eles não seriam alienados por praticamente nada. O Brasil teria também ganhado poder suficiente para defender seu povo e seus bens.

[Notas: 1) a CBMM pertence à holding financeira, Brasil Warrants, originalmente Brazilian Warrants, adquirida em Londres, a qual seria controlada pela família Moreira Salles; 2) documentos oficiais classificam como de seu interesse estratégico dos EUA as reservas de nióbio situadas em Araxá (MG), concedidas à CMBB e Catalão (GO), à mineradora britânica Anglo-American.]

## **As fontes da dívida pública**

*Adriano Benayon - Publicado em Sexta, 13 Dezembro 2013 17:58*

Este artigo desenvolve pontos que abordei no Seminário Internacional "O Sistema da Dívida na Conjuntura Nacional Internacional, realizado em Brasília, de 11 a 13.11.2013.

---

2. Esse evento focou questões fundamentais, como as absurdas taxas de juros que a União impõe a Estados e Municípios como credora deles, exações semelhantes às que ela paga ao sistema financeiro, liderado pela oligarquia financeira angloamericana.

3. Também revelou provas existentes no Brasil e em auditorias levadas a efeito no Equador, na Argentina e na Islândia, reveladoras de que o grosso das dívidas originais não está documentado, e de que elas se multiplicaram através da capitalização de juros, taxas e comissões injustificados.

4. Não obstante, até hoje, o Congresso Nacional não cumpriu a determinação do art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF de 1988: efetuar a auditoria da dívida pública.
5. Apresentei no telão documentos do Arquivo da Constituinte que comprovam ter sido introduzido, por meio de fraude, no art. 166, § 3º, inciso II, da Constituição de 1988, o dispositivo que privilegia as despesas de juros e amortizações da dívida no Orçamento da União.
6. Dito dispositivo não foi jamais discutido nos trabalhos da Constituinte, mas. Entrou, de contrabando, depois de o texto constitucional ter sido aprovado, sem ele, pelo Plenário, no 1º Turno. Isso permitiu que as despesas com o serviço da dívida somassem – de 1988 ao presente - a colossal quantia de R\$ 10 trilhões em preços atualizados.
7. Essa causa da ruína da União, Estados e municípios resulta, por sua vez, de duas outras fontes de sugação dos recursos do País: 1) a entrega do mercado brasileiro às transnacionais; 2) a dependência financeira e tecnológica nos investimentos na infra-estrutura e nas indústrias básicas.
8. Essas duas fontes primordiais – começaram a implantar-se com o golpe de Estado de agosto de 1954, regido pelos serviços secretos angloamericanos. Elas causam os déficits nas transações correntes com o exterior e acarretam a desindustrialização e o empobrecimento do País, juntamente com o serviço da dívida pública delas derivado.
9. A entrega do mercado às transnacionais causou danos irreversíveis ao País, e o teria feito mesmo que tivesse havido contrapartidas. Mas foi ainda pior: o governo, além do mercado, outorgou-lhes subsídios e vantagens de tal monta, que os prejuízos foram ainda mais profundos e avassaladores.
10. As benesses ao capital estrangeiro deram-se a partir da Instrução 113 da SUMOC (janeiro de 1955), que autorizou a CACEX (Carteira de Comércio Exterior) a emitir licenças de importação para equipamentos usados, sem cobertura cambial, permitindo, também, que o valor a eles atribuído pelas transnacionais fosse registrado como investimento estrangeiro em moeda.
11. Isso implicou suprimir a promissora indústria brasileira, que progredira desde o início do século XX, porquanto deu às empresas estrangeiras vantagem competitiva insuperável, proporcionando-lhes produzir no Brasil com custo zero de capital e de tecnologia.
12. De fato, as transnacionais puderam trazer máquinas e equipamentos usados, amortizados com as vendas nos países de origem e em outros mercados de grandes dimensões, enquanto as indústrias nacionais teriam de pagar pela importação de bens de capital e por tecnologia, ou investir por longos anos para produzir seus próprios bens de capital.
13. Além de doar o mercado brasileiro às transnacionais, através da licença para trazer seus bens de capital usados, de valor real zero, e contabilizá-lo por centenas de milhões dólares - base para transferir capital e lucros para o exterior -, o governo militar-udenista (1954-55) agraciou as transnacionais com a diferença entre a taxa de câmbio livre e a taxa preferencial.

14. A livre era mais que o dobro da preferencial. 1) as transnacionais declaravam o valor que quisessem, em moeda estrangeira, dos bens de capital importados; 2) convertiam-no à taxa livre; 3) ao transferir capital, "despesas" e lucros para o exterior, a conversão era à taxa preferencial.

15. Esse triplo favorecimento e mais os ganhos comerciais das transnacionais com suas importações, mediante sobrepreços – também altíssimos após o início da produção local - permitiu às transnacionais transferir fabulosos ganhos para suas matrizes no exterior.

16. Absurdamente, o Brasil entregou o que não deveria entregar por preço algum, e, além disso, em vez de cobrar, pagou para entregar.

17. JK foi entreguista tão radical, que não só manteve os indecentes favorecimentos ao capital estrangeiro, mas reforçou-os a ponto de ser aberta linha de crédito oficial para financiar as montadoras estrangeiras. Esse benefício foi negado à empresa brasileira Romi, de Santa Bárbara do Oeste (SP), que produziu 3.000 unidades da Romisetta, automóvel de um só banco, de 1956 a 1959.

18. Além disso, JK criou grupos executivos setoriais, como o GEIA, da indústria automobilística, para facilitar os procedimentos de entrada em funcionamento das montadoras estrangeiras e baixou a lei 3.244, de 14.08.1957, e o Decreto 42.820, de 16.12.1957, proporcionando mais vantagens cambiais aos "investidores" estrangeiros.

19. Não admira que, ao final do quinquênio de JK, o Brasil sofresse sua primeira crise de contas externas desde o início dos anos 30. Vargas havia, em 1943, reduzido a dívida externa do País a quase nada.

20. As transferências das transnacionais são o principal fator dos elevados déficits nas transações correntes com o exterior (US\$ 80 bilhões nos últimos doze meses), que colocam o Brasil no limiar de mais uma crise.

21. Sobre os escandalosos sobrepreços, escreveu o senador Vasconcelos Torres (1920/1982), p. 94 do livro "Automóveis de Ouro para um Povo Descalço" (1977):

"No exercício de 1962 foi registrado, no balanço consolidado das onze empresas produtoras de veículos automóveis e caminhões, lucro de 65% em relação ao capital social, constituído por máquinas usadas, e aumentado posteriormente, com incorporações de reservas e reavaliação dos ativos."

22. Na. p. 95 desse livro, há tabela referente aos balanços de 1963, comparativa de preços de venda da fábrica à distribuidora com os preços de venda do distribuidor ao público, para quatro montadoras, entre elas a Volkswagen: "o preço nas distribuidoras era mais de três vezes o preço na fábrica", e os donos desta eram os mesmos daquelas ou tinham participação naquelas.

23. Desde o final dos anos 60, as transnacionais foram cumuladas por Delfim Neto com colossais subsídios à exportação, como isenções de IPI e ICM, nas importações de seus bens

de capital e insumos, e créditos fiscais. Daí ao final dos anos 70, a dívida externa do País teve o crescimento mais rápido de toda sua história.

24. No livro "Globalização versus Desenvolvimento", elenco quinze mecanismos através dos quais as transnacionais transferem recursos para suas matrizes, desde superfaturamento de importações e subfaturamento de exportações aos pagamentos à matriz por "serviços" superfaturados e fictícios, afora a remessa oficial de lucros.

25. A entrega do mercado às transnacionais é a principal, mas não a única fonte das transferências de recursos, dos déficits de conta corrente com o exterior e, por conseguinte, da dívida externa, a qual deu origem à hoje enorme dívida interna.

26. Esses déficits e dívidas derivam também da realização, sob dependência tecnológica dos investimentos públicos na infra-estrutura e indústrias básicas, como a siderurgia, em pacotes fechados, caixas pretas, usinas clés-en-main ou turnkey.

27. Em lugar de proporcionar espaço a pequenas e médias empresas de capital nacional, com capacidade de evolução tecnológica (engenharia e bens de capital), os governos pós-1954 privilegiaram grandes projetos, reservando assim o mercado para carteis transnacionais.

28. Ademais, esses governos subordinaram sua política financeira aos bancos privados - pois o Tesouro não emite a moeda nem comanda o crédito através de bancos públicos. Assim, o subdesenvolvimento tecnológico foi agravado, devido à carência financeira, decorrente da própria política, que levou a buscar financiamento externo, liderado pelos bancos internacionais multilaterais (Banco Mundial e BID).

29. Confiada a essas instituições - dominadas pelas potências imperiais - a direção das concorrências para as obras públicas, foram favorecidos os carteis transnacionais produtores dos equipamentos e demais bens de capital. Além disso, participavam do financiamento os bancos oficiais de exportação daquelas potências, bem como seus bancos comerciais privados.

30. Assim, ao contrário dos países que progrediram, a política econômica do Brasil não deu chances às empresas nacionais de desenvolverem tecnologia e de ganhar dimensão.

31. Nos países onde houve desenvolvimento real, as compras governamentais foram fundamentais para o surgimento de empresas de capital nacional dotadas de tecnologias competitivas.

32. Isso ocorreu no Brasil graças à Petrobrás, mas está decaindo com a quebra do monopólio estatal do petróleo. Houve também nas telecomunicações e no setor elétrico, mas acabou com as privatizações. Funcionou também em indústrias ligadas à área militar, a qual foi, depois, enfraquecida por cortes no investimento público e pela desnacionalização.

33. O financiamento dos bancos públicos fortaleceu o capital nacional, naqueles aqueles países, inclusive os de desenvolvimento recente, como Coreia do Sul, Taiwan e China. Enquanto isso, no Brasil, o BNDES e os demais bancos estatais, há muito, deixaram de

priorizar as empresas nacionais e oferecem empréstimos favorecidos a empresas transnacionais.

34. As instituições brasileiras desmoreram a partir da crise da dívida de 1982, e esta decorreu: 1) da entrega do mercado às transnacionais, que se assenhorearam da produção industrial no País, inclusive bens de capital; 2) de os investimentos públicos terem utilizado equipamento importado e/ou produzido localmente por empresas estrangeiras, em grau muito maior que o devido à incapacidade de oferta adequada por empresas de capital nacional.

35. A dependência tecnológica foi agravada em função da entrega do mercado às transnacionais. Além disso: a) as empresas nacionais foram ter-se asfixiadas pelas políticas restritivas aos investimentos públicos e ao crédito - tornado proibitivo sob o governo de 1964 a 1966; b) o governo recorreu, em grau crescente, aos empréstimos e financiamentos estrangeiros, em face do crescimento da própria dívida. Esse recurso era, de início, desnecessário, pois o Estado poderia emitir moeda e crédito.

36. Apesar de os choques do petróleo terem contribuído para a explosão da dívida externa nos anos 70 – pois o Brasil era importador líquido - isso não foi fator decisivo. Não o foi tampouco a brutal elevação dos juros nos EUA em agosto de 1979, quando, de resto, a situação das contas externas brasileiras já se mostrava insustentável.

37. Outros países com ainda maior coeficiente de importação de petróleo - como Alemanha, Itália, França, Japão, Coreia - não caíram, em 1982, na mesma situação de Brasil, Argentina e México, caracterizados pelo modelo dependente e pela ocupação de setores estratégicos de suas economias pelos investimentos estrangeiros diretos.

38. Desde 1982, o governo pôs-se de joelhos diante dos bancos comerciais e dos governos das potências hegemônicas, a pretexto da crise da dívida externa, oficializando a submissão ao FMI e Banco Mundial e aos planos dos banqueiros (Baker e Brady - 1983-1987).

39. Assim, a desnacionalização e a primitivização tecnológica, consequências das políticas adotadas desde o final de 1954 tornaram-se ainda mais intensas. A condição colonial ficou evidente na Constituição de 1988, não só através do dispositivo fraudulentamente inserido no art. 166 (Vide § 5 acima) para privilegiar as despesas com o serviço da dívida, mas também de outras normas, como o art. 164.

40. Esse determina que a competência da União para emitir moeda seja exercida exclusivamente pelo Banco Central (BACEN), e o proíbe de conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira. Dispõe, ademais, que os saldos de caixa da União serão depositados no BACEN.

41. Ora, o Tesouro, que deveria ser o emissor da moeda e financiar parte dos investimentos públicos desse modo, não pode fazê-lo. Portanto, a Constituição força o Tesouro a endividar-se, emitindo títulos públicos. Com isso assegura lucros absurdos aos bancos privados, os quais recebem recursos do BACEN, a baixo custo, e os aplicam em títulos do Tesouro, que pagam juros elevadíssimos.

42. Esses juros são fixados pelo COPOM (Comitê de Política Monetária), controlado pelo BACEN, um feudo dos bancos privados. Essa é mais uma fonte de enriquecimento sem causa, como a decorrente do privilégio de criar dinheiro do nada, fazendo empréstimos em múltiplo dos depósitos.

43. Banco é uma concessão que o Estado só deveria dar à mãe dele, a sociedade: é uma concessão que só tem sentido se for estatal e exercer suas funções em prol da sociedade. No Brasil esta não poderia estar sendo mais traída, pois aqui são praticadas taxas de juros altíssimas sem qualquer razão, afora a mistificação.

44. Chegou-se a taxas básicas para títulos públicos acima de 40%, inclusive após o Plano Real, falsamente apresentado como saneador da inflação. E, de resto, para reduzir a inflação faz mais sentido baixar que elevar as taxas de juros.

45. A taxa de 2% aa. capitalizada mensalmente por 30 anos não faz dobrar um saldo devedor. A de 15% faz que o saldo seja multiplicado por 66,3.

46. O Brasil já estava subjugado em 1988, e depois o opróbrio intensificou-se a cada eleição. Veio a liquidação de estatais estratégicas; a lei da desestatização; os planos "antiinflacionários", repressores da economia produtiva; dezenas de emendas constitucionais contrárias ao País, como a que acabou com qualquer possibilidade de distinção entre empresa de capital nacional e empresa de capital estrangeiro.

47. Mais: as infinitamente danosas privatizações; abertura das importações, sem contrapartida; isenção de impostos e contribuições à exportação de produtos primários; adoção do estatuto da OMC e da lei de propriedade industrial, que afunda o País no apartheid tecnológico; lei 9.478/1997: entrega do petróleo às transnacionais; lei de "responsabilidade" fiscal: prioridade absoluta aos gastos com a dívida pública; demissão do Estado com a criação das agências e as concessões; parcerias público-privadas: o Estado dá dinheiro, financia e garante lucro sem risco aos concentradores privados; intensificação dos subsídios e privilégios aos "investimentos" diretos estrangeiros.

48. Em resumo, aumenta-se a dose das políticas de desnacionalização da economia, causadoras originárias da dívida pública. A desnacionalização gera mais dívida, e esta aprofunda o rombo.

49. Fixam-se taxas de juros altíssimas sobre o montante enorme dessa dívida. Desse modo, mesmo sugando os contribuintes, com tributos, o Estado não consegue receitas suficientes para pagar a conta dos juros.

50. Isso demonstra que essas taxas não têm outro sentido senão acarretar o crescimento sustentado da dívida, por meio da capitalização de juros. Desnecessário reiterar o quanto tais políticas são destrutivas.

51. Além de escorchada pela carga tributária, a sociedade o é adicionalmente pelos preços dos produtos fornecidos por oligopólios e carteis transnacionais.

52. Ela sofre, pois, de múltiplos ataques que corroem a renda disponível dos cidadãos: 1) os preços abusivos dos produtos que se usa ou consome; 2) impostos e contribuições fiscais acima da capacidade contributiva; 3) crescente insuficiência dos investimentos públicos, decorrente de quase metade das despesas serem torradas com o improdutivo serviço da dívida, bem como de desonerações fiscais e subsídios em favor do sistema financeiro e dos concentradores em geral.

53. Desgastam ainda mais a renda social e a qualidade de vida das pessoas: 1) a lastimável condição das infra-estruturas, especialmente a de transportes e a de energia; 2) a baixa e decadente qualidade da educação e da saúde, inclusive saneamento e prevenção; 3) a carência de empregos, inclusive dos de produtividade elevada e bem remunerados.

## É a estrutura, enroladores

*Adriano Benayon - Publicado em Quinta, 30 Janeiro 2014 00:48*

1. Economistas escrevem copiosos e longos artigos sobre o quanto a taxa de câmbio do real, valorizada, prejudica a indústria local e contribui para a crise das contas externas apontada pelo déficit recorde nas transações correntes (TCs) com o exterior em 2013: US\$ 81,4 bilhões.

---

2. Na realidade, é ainda maior, pois as contas foram contabilizadas como exportadas as plataformas de exploração de petróleo em atividade no País. Sem essa maquiagem, o déficit nas TCs teria sido 10% maior.

3. Claro que a taxa de câmbio do real valorizada pode estimular as importações, mormente num país que está em vias de desindustrialização há decênios, e por incentivar gastos no exterior.

4. Entretanto, faz melhorar a relação de intercâmbio, pois as exportações brasileiras são cada vez mais intensivas de recursos naturais, as commodities, cuja comercialização depende pouco da competição de preços.

5. De fato, foi o grande superávit nas mercadorias, acima de US\$ 100 bilhões, que possibilitou o pequeno saldo positivo, de US\$ 2,6 bilhões, na balança comercial, em queda impressionante, decorrente do crescente e enorme déficit externo dos produtos industriais: nada menos que US\$ 105 bilhões.

6. Na realidade, o déficit industrial chegou a US\$ 113 bilhões, se expurgarmos a "mágica" das plataformas. É consequência da desindustrialização do Brasil, dominado pelo capital estrangeiro.

7. A valorização cambial decorre do afluxo de capitais do exterior, que funciona como uma droga, com efeitos altamente prejudiciais à economia, inclusive a própria dependência dessa droga.

**8.** Por sua vez, os capitais forâneos são atraídos por taxas de juros altas, tendo sido as dos títulos públicos, elevadas, agora, a 10,5% aa. Nos EUA os títulos até dois anos pagam menos de 0,3% aa., e lá a dívida externa, de US\$ 16 trilhões, supera o PIB, e a pública ascende a US\$ 17 trilhões.

**9.** O Banco Central, ilegalmente independente na prática, age a serviço dos bancos e empresas transnacionais, inclusive de brasileiros que aplicam diretamente do exterior. As autoridades monetárias servem assim os concentradores, os reais detentores do poder.

**10.** Entre os prejuízos decorrentes dos juros altíssimos, está o de os juros para as empresas produtivas serem um múltiplo dos títulos públicos, o que eleva o custo de produção de bens e serviços.

**11.** As grandes empresas e as transnacionais não padecem com essas taxas, pois são favorecidas com benigna TJLP (taxa de juros de longo prazo) aplicada pelo BNDES e por taxas também suaves da Caixa Econômica e de outros bancos públicos.

**12.** Tudo isso é para fazer crescer os lucros das transnacionais, pois elas nem precisam de crédito - a que têm acesso no exterior a baixo custo - nem dependem de custos de produção baixos, porque, não sofrendo concorrência, aplicam os preços que desejam.

**13.** Ademais, elevado às nuvens pelos juros absurdos, o serviço da dívida federal absorve mais de 40% da despesa, impulsionado por taxas de juros acolhidas pelo governo, que, assim, perde capacidade de investimento e custeio.

**14.** Já se vê que as mazelas da economia brasileira são estruturais e não podem sanadas por medidas de política monetária ou fiscal, sem substituir o modelo dependente por um modelo econômico e social que atenda os interesses do País.

**15.** Assim, submisso ao modelo dependente, o governo não tem autonomia sequer para manejar as taxas de câmbio nem as taxas de juros, nem praticar políticas expansionistas ou contracionistas da moeda e do crédito.

**16.** O tenebroso art. 164 da Constituição dá todo o poder ao Banco Central para emitir moeda, para passá-la exclusivamente aos bancos privados, deixando sem recursos o setor público e o próprio Tesouro, assim obrigado a endividar-se com os bancos. Não bastasse tudo isso, suas disponibilidades de caixa têm que ser depositadas no Banco Central.

**17.** As causas do descalabro são, portanto, estruturais, sistêmicas. Como também estas:

a) a administração pública tornou-se incapaz de conduzir o desenvolvimento, com o Estado enfraquecido pelo serviço da dívida, e com as estatais incrivelmente capitalizadas pelo Estado antes de serem privatizadas em favor de grupos concentradores, inclusive estrangeiros.

b) o setor privado nacional continua vitimado pelas políticas públicas, desde que foi condenado a definhar, desde o golpe de 1954, que decretou a entrega do mercado às empresas transnacionais, sem que tivessem sequer de investir realmente, subsidiadas, de forma absurda, para trazer suas máquinas usadas, amortizadas e mais que pagas no exterior.

c) esses oligopólios e carteis – que continuaram sendo subsidiados pela União, Estados e Municípios e ocupam posições dominantes - são os agentes da transferência de recursos para o exterior, através de diversas contas.

d) essa é a grande fonte da dívida externa, que se desdobrou na enorme dívida interna, cevada com a capitalização de juros, devido às taxas de juros extorsivas; estas, por sua vez, a raiz da dependência financeira, que pretende justificar as altas taxas de juros dos títulos públicos para atrair capitais a fim de compensar os déficits na conta corrente.

e) a ascendência das transnacionais fez delas as beneficiárias dos incríveis subsídios às exportações, instituídos desde o final dos anos 60, as quais não evitaram a explosão da dívida externa daí até o final dos anos 70, que também cresceu com os investimentos públicos na infra-estrutura e nas indústrias básicas, sob dependência financeira (comandada pelo Banco Mundial) e dependência tecnológica, agravadas em função das especificações impostas nas concorrências internacionais.

f) no "modelo brasileiro" – alardeado nos anos dos falsos milagres econômicos – não há como incorporar a maior parte da força de trabalho a um processo produtivo de qualidade, nem elevar o padrão de vida do grosso da população: só cresce a já esmagadora concentração da renda nas grandes empresas e os modestos programas de transferência de renda, na tentativa de sustentar parte do número gigantesco dos marginalizados, a grande maioria da população; tudo como o Banco Mundial gosta, enquanto as transnacionais extraem os recursos naturais do País e transferem para o exterior os lucros, principalmente como despesas, afora as crescentes remessas como lucros oficiais e juros.

**18.** Colocar o Brasil no caminho da industrialização, com produção crescente de bens de alto valor agregado e intensidade tecnológica é tarefa que não há como realizar sem as mudanças estruturais rejeitadas pela atual estrutura de poder, dominada pelos concentradores, que controlam também o processo político e os centros formadores de opinião, inclusive a mídia.

## **A oligarquia deseja a depressão**

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 18 Fevereiro 2014 02:10*

1. É hora de abrir o olho. Estamos no Brasil e no Mundo em situação especialmente perigosa, de que há copiosas manifestações, cujas causas são sistematicamente ocultadas, pois os que estão por trás delas, querem operar despercebidos.

---

2. As potências hegemônicas, suas associadas e satélites seguem em depressão econômica, com aspectos mais perversos que os da iniciada em 1930 e que só terminou, em 1943, nos EUA - com a mobilização de dezenas de milhões de combatentes na Segunda Guerra Mundial, mais os vultosos investimentos para produzir armas. Na Europa e na Ásia, a depressão foi substituída pela devastação.

3. A terrível Guerra de 1939 a 1945 não foi desencadeada para acabar com a depressão, pois sempre os móveis são obter mais poder, arruinar potências vistas como rivais e desviar o foco dos reais problemas sociais e econômicos.
4. Agora, desde a contra-revolução liberal dos anos 80, a financeirização e a concentração do poder econômico e da renda deram grandes saltos, enquanto decaíram o patrimônio e a renda real, no caso da grande maioria dos que trabalham e no da crescente massa dos desempregados.
5. Essa iniquidade jamais poderia ser tolerada sob sistemas democráticos. Assim, quase nada resta do pouco de democracia, antes presente nos sistemas políticos representativos, hoje mera embalagem, com rótulo falso, de um sistema tirânico, que investe massivamente em contracultura, desinformação e alienação, há mais de século.
6. Assim, institucionalizou-se a mentira, e a verdade é reprimida através de instrumentos totalitários, radicalizados desde os ataques 11.09.2001.
7. O terrorismo de Estado dirige-se contra os cidadãos e é usado para marquetar, como justas, agressões militares genocidas contra países alvos da geopolítica da oligarquia angloamericana: Afeganistão, Iraque, Somália e Líbia.
8. Além disso, EUA, Reino Unido, Israel e satélites têm intervindo em numerosos países com golpes e pretensas revoluções suscitadas por serviços secretos, mercenários e organizações terroristas. Síria e Ucrânia são alvos preferenciais dessas agressões, sem falar nas permanentes pressões e falsas acusações contra o Irã.
9. O prelúdio da Segunda Guerra Mundial, nos anos 30, também apresentou invasões e conflitos localizados, e a ascensão de regimes fascistas (Itália, Alemanha e Japão), além de na Espanha, após sangrenta guerra civil, de 1936 a 1939, com participação de forças militares estrangeiras.
10. No presente, a depressão econômica prossegue, bem como suas trágicas consequências sociais. A oligarquia financeira está cada vez mais concentrada e tem cada vez mais poder sobre os governos – à exceção dos demonizados, por não se submeterem - pela mídia e pelas demais instituições formadoras de opinião.
11. A oligarquia não deseja acabar com a depressão - tarefa fácil, se fosse decidida – e visa concentrar mais poder e tornar irreversível o controle totalitário sobre o Planeta, seus recursos e habitantes. Isso envolve desumanizar os seres humanos, inclusive acabando com as sociedades nacionais.
12. As soluções para recuperar a economia podem ser entendidas por qualquer pessoa sensata, não bitolada por lugares comuns disseminados pelos economistas mais renomados (justamente por agradarem a oligarquia).
13. A depressão dos anos 30, explodiu com violência, notadamente na Alemanha, exaurida pelas reparações da 1ª Guerra Mundial. Ali o desemprego atingiu 6 milhões em março de 1932.

14. Economistas competentes, como Lautenbach, alto funcionário do ministério da economia, mostraram o caminho correto, apoiado pela federação das indústrias, semelhante ao plano de Woytinski, sustentado por sindicatos de trabalhadores.

15. Em 1931, Lautenbach apresentou o memorandum "Possibilidades para reviver a atividade econômica, através do investimento e da expansão do crédito". Afirmou:

"O curso para superar a emergência econômica e financeira não é limitar a atividade econômica, mas aumentá-la, porque o mercado não mais funciona nas condições de depressão e crise monetária mundial."

"Neste momento, temos situação paradoxal, na qual, apesar dos cortes extraordinários na produção, a procura ainda está defasada em relação à oferta. Assim, temos excedentes crônicos da produção, com os quais não sabemos lidar. Encontrar algum modo de transformar esses excedentes em valor real é o problema real e o mais urgente da política econômica."

"Excedentes de bens físicos, capacidade não-utilizada dos equipamentos produtivos e força de trabalho não-aproveitada podem ser aplicados para satisfazer uma nova necessidade, a qual, do ponto de vista econômico, representa investimento de capital. Podemos conceber tarefas como obras públicas, ou obras realizadas com apoio público - que para a economia significariam aumento da riqueza nacional - e que teriam de ser feitas de qualquer modo, quando se voltasse a ter condições normais (construção de estradas, expansão do sistema ferroviário, melhoramentos na infra-estrutura, etc.)"

"Com tal política de crédito e investimentos, será remediado o desequilíbrio entre a oferta e a procura no mercado interno, e toda a produção terá ganhado direção e objetivo. Se, todavia, deixarmos de instituir tal política, estaremos encaminhados para inevitável e continuado colapso e para a completa destruição da economia nacional, levando-nos a uma situação que nos forçará, para evitar uma catástrofe, a assumir dívidas de curto prazo meramente para fins de consumo; enquanto que hoje, está ainda em nosso poder obter esse crédito para fins produtivos e, assim, recolocar em equilíbrio tanto a economia como as finanças públicas."

16. Woytinski recomendou explorar oportunidades de complementar as iniciativas das empresas privadas com a criação de empregos, através de investimentos públicos. Propôs, ainda, a liberação de fundos, via políticas de expansão monetária para a reconstrução da Europa.

17. Em janeiro de 1932 foi apresentado o plano de criação de empregos WTB (Woytinski, Tarnow e Baade) para criar 1 milhão de novos empregos, com investimentos financiados por créditos de longo prazo, a juros baixos, pela Reichskredit AG, descontáveis no Reichsbank.

18. A Confederação Geral dos Trabalhadores Alemães aprovou esse plano, recusado, entretanto, conforme o parecer dos "peritos economistas" Hilferding, Naphtali e Bauer, pelo Partido Social-Democrata..

19. Schäffer, secretário de Estado do ministério das Finanças, apoiou o plano de Lautenbach. Moção similar partiu de Wagemann, chefe do Escritório Nacional de Estatísticas, que, em

janeiro de 1932, publicou seu plano, que incluía emitir 3 bilhões de reichsmarks para criar empregos.

20. Nada disso foi adiante, pois não interessava à oligarquia angloamericana. Esta armava a subida de Hitler ao poder, mesmo tendo os nazistas perdido 2 milhões de votos nas eleições de 6.11.1932.

21. Após essas eleições, o presidente, marechal Hindenburg, nomeou chanceler o chefe do Estado-Maior, general von Schleicher, que propunha pôr em execução as políticas recomendadas por Lautenbach, Woytinski e Schäffer, e apoiadas por entidades de classe patronais e dos trabalhadores.

22. A oligarquia financeira tratou de evitar que von Schleicher sequer as iniciasse, minando-lhe a sustentação política, enquanto conspirava na chantagem junto ao marechal-presidente para nomear Hitler, consumada em 30.01.1933.

23. O objetivo era a Segunda Guerra Mundial, pois Hitler anunciara no "Mein Kampf" seu desígnio de atacar a União Soviética. Finalidade: empregos e recuperação econômica só mediante a mobilização para a guerra, que destruiria mutuamente Alemanha e Rússia.

24. Hoje, o Estado é enfraquecido como agente de desenvolvimento econômico e social. Ele serve, nos países-sede da oligarquia, para erguer enormes arsenais de armas destrutivas e hipertrofiar órgãos de repressão, serviços secretos e meios tecnológicos de desinformar.

25. Nos países periféricos, como o Brasil, o Estado, empobrecido pelo serviço da dívida e pelas privatizações, funciona para arrecadar recursos para a dívida e subsidiar empresas transnacionais.

26. Com a política econômica dominada pela oligarquia financeira, a concentração não cessa de crescer. No trabalho *The Network of Global Corporate Control*, publicado em 2011, os matemáticos suíços, Vitali, Glattfelder e Battiston, demonstraram a interligação das corporações econômicas e financeiras por laços diretos e indiretos de propriedade.

27. Com dados sobre 43.000 transnacionais (ETNs), chegaram a 1.300 maiores companhias com fortes elos entre si, núcleo refinado para um de só 737 companhias, que controlam 80% das 43.000. Mais elaboração permitiu chegar a 147, detentoras da propriedade quase total sobre si mesmas, mais 40% das 43.000.

28. As 147 são basicamente controladas por somente 50, das quais 48 são financeiras. Apenas duas envolvem-se diretamente com a economia real (Walmart e China Petrochemical Group).

29. Susan George, do Transnational Institute, Amsterdam, conclui: "Nossos problemas originam-se do 0,1%, na verdade do 0,001%." Mas essa fração não retrata a dimensão infinitesimal, em relação à população da Terra, da minoria que concentra o poder econômico, financeiro e político.

30. De fato, existe hierarquia entre os donos das companhias mais poderosas, e, entre esses, muito poucos exercem comando sobre bancos centrais, instituições financeiras multilaterais e mercados financeiros.

31. George aponta as interligações entre a finança e as corporações de petróleo e gás, e seus vínculos com a indústria automotiva, gastadora de combustíveis fósseis.
32. O poder dos concentradores financeiros manifesta-se, inclusive, pelo fato de o 1% do topo pagar percentual de tributos inferior ao de qualquer época desde os anos 20, apesar da enorme elevação de seus ganhos e de seu patrimônio nos últimos 35 anos.
33. Mais: dezenas de trilhões de dólares/euros das emissões dos bancos centrais e das receitas tributárias foram usados para salvar da bancarrota instituições financeiras cujos controladores e executivos haviam lucrado dezenas de trilhões com jogadas financeiras, em operações alavancadas, sobre tudo com o quadrilhão de derivativos criados a impulsos de chips, antes do colapso de 2007/2008.
34. Pior: o dinheiro posto nos bancos é aplicado em novas especulações, criando novas bolhas, prestes a estourar. A conta fica para os cidadãos dos países endividados, inclusive dos EUA, e maior para os dos menos privilegiados que não podem emitir dólares.
35. No Brasil, recordista mundial de juros altos, só dois bancos, Itaú e Bradesco registraram R\$ 28 bilhões de lucros em 2013.

## **“Eleições” no modelo dependente**

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 01 Abril 2014 20:40*

O golpe de 1964 – agora com 50 anos - consolidou o modelo dependente, subordinado ao capital estrangeiro, instituído pelo golpe de 1954 e aprofundado no demagógico quinquênio JK.

---

A falsa democratização radicalizou esse modelo, por meio de governos egressos de “eleições” também manipuladas pela oligarquia financeira mundial.

2. Sob pena de esfacelamento do País, o povo brasileiro não deve mais tolerar as imposições emanadas dessa oligarquia, que controla os poderes da República e demais instituições do Estado. Há 25 anos, repete-se a farsa de “eleições” para presidente, nas quais os eleitores praticamente nada escolhem.

3. O real sistema de poder manobra sempre para que todos os candidatos com chance de chegar ao 2º turno estejam comprometidos com a realização destes objetivos: ampliar e aprofundar a desnacionalização da economia, desindustrializá-la, servir a dívida - inflada pela composição de juros absurdos – e propiciar ganhos desmedidos às grandes empresas transnacionais.

4. Na primeira eleição direta (1989), ainda houve um candidato, Leonel Brizola, fora desses parâmetros. Esse foi barrado no 1º turno, através de expedientes, como impedir os transportes em regiões onde ele teria maioria, e fraudar urnas, a ponto de, em MG, por exemplo, ter ele

- tido zero voto em seções eleitorais às quais compareceram vários partidários e militantes do PDT.
5. Em 1989: Collor e Lula; 1994: FHC e Lula; 1998: FHC, no 1º turno, por meio de fraudes de fazer corar de vergonha qualquer tiranete de republiquetas bananeiras; 2002: Lula e Serra; 2006: Lula e Alckmin; 2010: Dilma e Serra.
  6. Em 2002, o Dr. Enéas, apesar de seu escasso tempo no horário gratuito da TV, obteve quase 2 milhões de votos para deputado federal em São Paulo. Desenhava-se um perigo para o sistema: um fenômeno de comunicação.
  7. A atuação de Enéas na Câmara foi dificultada através de todo tipo de obstáculos e armadilhas para consumir-lhe recursos e energias, inclusive, mediante a compra de quatro dos cinco deputados que elegera, para mudarem de partido, através do mensalão.
  8. O fim do PRONA foi armado, por meio da Lei de Barreiras, tendo o notório Nelson Jobim mencionado o PRONA, na TV, como um “partido nanico” que dita lei visava eliminar. Aprovada ela, após dois anos de conchavos dirigidos pelo senador Marco Maciel, o Dr. Enéas teve de fazer fusão com um partido maior.
  9. Uma semana depois, o ministro Marco Aurélio, do STF, declarou inconstitucional a Lei de Barreiras. Todos concordaram, e essa Lei acabou.
  10. Não vem ao caso se Enéas parecia autoritário. Importa que, na Câmara, ele se opôs a emendas constitucionais entreguistas e lesivas aos trabalhadores e aposentados, impostas por Lula, mantendo e reforçando as impingidas por FHC ao Congresso.
  11. O sistema não tolera políticos não dependentes de seu dinheiro e da grande mídia, mesmo que entreguistas, como o defenestrado Collor. Esse tentou, com o sócio Paulo Octávio, comprar a TV-Manchete.
  12. Tal é o poder da oligarquia anglo-americana sobre o País, que até hoje se oferece grande espaço a figuras como o nefasto FHC.
  13. Os crimes contra o País cometidos na presidência de FHC são ocultados da opinião pública, para que se ignore a extensão e a profundidade dos danos que persistem e crescem, pois o grosso de suas políticas têm sido mantido e ampliado nos 12 anos de Lula/Dilma.
  14. Osvaldo Nobre no artigo “A privatização desmoralizada” (Monitor Mercantil 14/03/2014), lembra que os governantes persistem nas doações: setor elétrico, telecomunicações, ferrovias, rodovias, transportes públicos, aeroportos, até a coleta de lixo, e o leilão do petróleo de Libra.
  15. Como recorda Nobre, para privatizar o setor elétrico, o governo de FHC argumentou que não haveria mais recursos para investir e que, com a privatização, as tarifas seriam futuramente reduzidas. Ora, os recursos fluíram e fluem, quase todos públicos (do BNDES), e os aumentos das tarifas superam amplamente a inflação.
  16. Roberto d’Araújo, do ILUMINA, aponta que, desde 1995, esse aumento real é de 80% e que os absurdos se acumulam: autorizadas as distribuidoras a contratar suas próprias

geradoras, os contratos com estatais foram trocados por outros a preços de Kw três vezes maiores; em 2001, houve o maior racionamento da história do planeta; diminuída a receita, dada a queda do consumo, as distribuidoras foram compensadas com aumentos de 30% em 2003 e 2004; custos fixos foram majorados, como se fossem proporcionais ao mercado, e, em função disso, os consumidores foram lesados em R\$ 7 bilhões até 2010; a Eletrobrás vendia energia, de 2003 a 2007, no mercado livre, a preços tão subsidiados, que era possível comprar 1 MWh até por R\$ 4,00 (o preço médio em 2013 foi R\$ 263,09); o número de apagões de grande porte triplicou; no Rio de Janeiro, explodem bueiros; um abstruso sistema de leilões determina a matriz elétrica, e o número de térmicas caras, a óleo e diesel, multiplicou-se por 6.

17. Com a queda no nível dos reservatórios das hidrelétricas, o megawatt-hora (MWh) atingiu, em fevereiro de 2014, o incrível preço de R\$ 822,83 por MWh.

18. A MP 579 - que reduziu um pouco as tarifas - está causando a falência da Eletrobrás. Essa MP faz que usinas hidroelétricas vendam energia a preços de térmicas. O Tesouro subsidiou as distribuidoras em mais de R\$ 10 bilhões em 2013, sendo previstos mais R\$ 18 bilhões em 2014.

19. Nobre assinala que, enquanto crescem os dividendos de acionistas das transnacionais e de outros beneficiários da privatização, os sistemas de energia não recebem investimento sequer para manutenção adequada.

20. Lembra que, em 1962, quando foi criada a Eletrobrás, os donos do setor eram empresas privadas, pontificando a canadense Light e o grupo AMFORP. Os serviços eram péssimos e faltava energia, apesar dos racionamentos e da demanda reprimida.

21. Tudo isso está voltando. Sob FHC e os petistas, a Eletrobrás foi fatiada, criando-se a EPE e o ONS para substituir diretorias da Eletrobrás, e a geração no Sul do País foi entregue à transnacional belga, Tractbel.

22. Conforme aduz Nobre, Dilma intensifica a privatização da geração de eletricidade, através de SPEs capitalizadas pelo Poder Público, além de criar o Programa de Térmicas Emergenciais, no modelito Dilma–Tomalsquin de leilões que privilegiam as térmicas.

23. Os ambientalistas silenciam diante desse horror, mas os das ONGs teleguiadas por Londres e a FUNAI forçam que os projetos de hidrelétricas sejam modificados para gerar muito menos energia, ao suprimirem reservatórios e eclusas.

24. O professor Scalabrini, da UFPE, Recife, assinala que as empresas de geração, transmissão e distribuição são “aliviadas” dos compromissos, inclusive contratuais, pelos órgãos oficiais e agências, como a ANEEL, que as deveriam regulamentar e fiscalizar.

25. Nobre menciona esquemas semelhantes, que prevalecem nas telecomunicações, desde FHC - entregues aos “amigos do Rei” - que fez universalizar os serviços, especialmente a telefonia móvel, e presentear-los, através da privatização.

26. Acrescenta: “no início, euforia, todos com telefone, inclusive as classes D e E; hoje, a maior parte das concessionárias é controlada por transnacionais – mexicanas, italianas, espanholas -

*as empresas mais processadas pelos consumidores, que praticam tarifas escorchantes e oferecem péssimo serviço.” Cita: “Teles investem pouco no Brasil.” [1ª página de O Globo de 9/3/14]. E [página inteira (33) no mesmo jornal]: “Lucra aqui, envia para lá”.*

27. Não foi cumprida obrigação alguma das assumidas nos contratos de privatização das ferrovias, e aeroportos foram doados com dinheiro do BNDES. Com as concessões rodoviárias: pedágios altíssimos, estradas precárias. Só Dilma já privatizou 4.250 km. de rodovias (Monitor Mercantil de 27/12/13, página 3).

28. A desastrosa infra-estrutura de transportes está associada à da de energia. Ambas são decididas pela oligarquia transnacional, a qual comanda a indústria do petróleo em âmbito mundial e o grosso da distribuição de derivados no Brasil, ademais de toda a indústria automotiva no País. Maximizar os lucros dessas indústrias constitui o objetivo primordial das políticas públicas no Brasil.

29. Isso explica: 1) a lastimável matriz de transportes, decorrente dos baixos e mal realizados investimentos em ferrovias e aquavias, bem como o caos dos transportes urbanos; 2) a crescente, custosa e poluente participação dos combustíveis fósseis na matriz energética; 3) a queda da participação do etanol entre os combustíveis dos veículos automotivos; 4) o descaso e o boicote à produção dos óleos vegetais, que substituiriam com vantagem os derivados do petróleo; 5) os leilões de petróleo abertos às transnacionais, em condições lesivas ao interesse nacional; 6) o fato de, há muito, a Petrobrás não mais valorizar seus quadros técnicos; 7) a contenção do preço final dos derivados de petróleo às expensas da Petrobrás; 8) o apoio às fontes renováveis de energia dependentes de tecnologia estrangeira, como a eólica, cujos projetos envolvem até as obras de infra-estrutura junto com equipamentos de geração importados.

30. Assim, fica relegada a energia da biomassa, na qual há experiências vitoriosas, mas confinadas a proporções modestas devido ao desinteresse dos governos federal e locais. Esse é o caso, entre outros, do sistema UNIGEA, desenvolvido por Carlos Alberto Ferraz, continuador das realizações de Marcelo Guimarães, em MG.

31. Esses melhoram o processo de produção de álcool em microdestilarias, combinada com a produção de alimentos. Se fossem multiplicados em várias regiões, o País teria fantásticos ganhos econômicos, tecnológicos, sociais, ambientais e na saúde pública.

32. Maiores ganhos de todos esses tipos – em enorme salto qualitativo – resultariam da produção de óleos vegetais para uso direto em motores de combustão. A escala viável da multiplicidade de unidades produtivas descentralizadas tem dimensão várias vezes suficiente para prover combustível a toda a frota de veículos automotivos do País.

# Finanças e (sub)desenvolvimento

Adriano Benayon - Publicado em Quarta, 23 Abril 2014 01:45

## Cidadãos saqueados

---

1. A oligarquia financeira mundial saqueia o Brasil, inclusive através da dívida pública, inflada pela capitalização de juros absurdos, mesmo gerando, com só eles, gastos inúteis da ordem de R\$ 350 bilhões anuais.

2. Assim, são sugados recursos tributários, que deixam de ser aplicados em investimentos produtivos, serviços públicos e infra-estrutura física e social. Para aumentar as verbas destinadas aos juros da dívida, os governos títeres têm confiscado poupanças dos brasileiros, através de emendas constitucionais, como a da DRU (desvinculação das receitas da União), que permite desviar, para o serviço da dívida, recursos da seguridade social.

3. Em especial, os contribuintes do INSS - assalariados, autônomos e empresários - têm sido espoliados pelas "reformas" da previdência de FHC e Lula, aprovadas no Congresso por meios nada democráticos.

4. O "fator previdenciário", na realidade calote previdenciário, reduz os proventos de aposentadoria em percentuais maiores para quem começou a trabalhar com menos idade.

5. Um interlocutor informou-me que, tendo contribuído sobre dez salários mínimos, perde, por conta do tal "fator", 37,5% de seu provento, que caiu para três salários mínimos, também por causa da falta de atualização monetária da tabela do imposto de renda.

6. Essa, conforme estudos técnicos, ficou 62% abaixo do que deveria, se fosse aplicado o índice de variação do IPCA de 1996 a 2013. Assim, em 1996, o IR incidia só em salários acima de 8 mínimos, enquanto que, em 2013, recaiu sobre quem ganha R\$ 1.710,78: menos de 3 salários mínimos.

## Estado e política financeira

7. Há anos, a mídia ocidental "prevê" o estouro de bolha imobiliária e financeira na China, o que anima os que esperam o fim da arrancada de desenvolvimento desse país e que ele deixe de equilibrar a balança de poder em face dos EUA.

8. Em recente artigo na britânica BBC, informa-se que, nos últimos anos, a China construiu um novo arranha-céu a cada cinco dias, mais de 30 aeroportos, sistemas de metrô em 25 cidades, as três pontes mais extensas do mundo, mais de 9,6 mil quilômetros de rodovias, de alta velocidade, e empreendimentos imobiliários comerciais e residenciais em grande escala.

9. Então, lembra que as expansões econômicas sempre terminaram em crises, ignorando que isso pode não valer em países não dominados pela oligarquia financeira.

**10.** Na China o Estado detém grande poder, independente das centenas de bilionários e milhares de milionários cuja existência propiciou nos últimos 37 anos, e os controladores do Estado não chegam a essa posição por eleições movidas a dinheiro e pela mídia.

**11.** As crises e colapsos financeiros podem ser evitados, porquanto dívidas podem ser reduzidas, refinanciadas e canceladas, exceto se os credores tiverem poder para não permiti-lo, ainda que isso signifique a derrocada da economia.

**12.** Dinheiro e crédito podem ser criados à vontade, como os EUA fazem com o dólar, e não só em proveito dos bancos, ao contrário do que lá se faz.

**13.** A oligarquia, do Ocidente prefere a depressão ao saneamento da economia. Confiscou haveres de milhões de devedores, em lugar de deixar falir os bancos que haviam elevado, através de fraudes, as dívidas dos clientes e obtido lucros imensos, criando centenas de bilhões de dólares em novos títulos "lastreados" em títulos nada seguros.

**14.** Salvos pelo FED e pelo BCE (banco central europeu) , os bancos não financiam atividades produtivas, porque a economia está estagnada, e a demanda fraca. Aplicam o dinheiro em novas especulações e emprestam aos Tesouros, endividados para ajudá-los.

**15.** Foi normal que o crescimento econômico da China se desacelerasse, após 30 anos com taxas em média superior a 10% aa. Mas não entrou em recessão mesmo com a queda na demanda por importações das economias ocidentais.

**16.** A China pode fazer ocupar a enorme área de apartamentos e espaços comerciais construída. Se a política econômica não é escrava das finanças "ortodoxas", não há problema em financiar locatários ou adquirentes, mormente se os salários e a produtividade seguem em alta.

**17.** O próprio regresso de milhões de pessoas para áreas rurais pode ser administrado, dada a boa infra-estrutura de transportes, fomentando a produção agrícola descentralizada, em interação com as áreas urbanas.

## **O Estado no Brasil**

**18.** Diferentemente da facilidade, por decreto, com que se podem arrumar as finanças, precisa-se de decênios e muita qualidade estratégica para reparar os estragos na economia real decorrentes da depressão econômica (deterioração da infra-estrutura e do capital humano, como nos ocidentais desenvolvidos) e os danos do subdesenvolvimento, caso do Brasil, que, desde 1954, entrega seu mercado às transnacionais.

**19.** Para começar, o País tem de deixar de ser escravo das finanças. Além disso, o desenvolvimento econômico só é viável, se também for social: se o Estado impedir a concentração econômica.

**20.** Há que incorporar capital e tecnologia do próprio País ao processo produtivo, tanto nos bens e serviços de consumo e de uso individual, como nos coletivos: energia, transportes, comunicações, saneamento, saúde, educação, cultura e informação.

- 21.** Fundamental que essa acumulação seja bem distribuída, com mercados em competição, salvo em setores de monopólio natural, caso em que tem de ser estatal. Em suma, sem distribuição do poder econômico, não haverá a do poder social.
- 22.** Nos países desenvolvidos, o Estado teve ação decisiva, depois negada na história reescrita ao gosto da oligarquia capitalista, que se fortaleceu com a concentração e subordinou a economia de mercado.
- 23.** Surgiram, assim, teorias e políticas conducentes a reduzir o papel do Estado e sua função de agente do desenvolvimento, privatizar estatais, eliminar políticas de bem-estar, desregular as finanças, a indústria, etc., mas privilegiando a produção de armamentos.
- 24.** O Brasil não chegou ao desenvolvimento, porque teve sua economia desnacionalizada, após os golpes de Estado determinados pela geopolítica das potências imperiais.
- 25.** O governo instalado pelo golpe de 1954 doou o mercado às empresas transnacionais (ETNs), e lhes deu subsídios inimagináveis: a) permitir às ETNs importar bens de capital usados, de há muito amortizados com as vendas dos seus produtos no exterior; b) atribuir a essas importações valores significativos; c) permitir seu registro como investimento estrangeiro; d) converter essas quantias em moeda nacional, à taxa livre de câmbio (cuja cotação equivalia ao dobro da taxa preferencial; e) converter os enormes ganhos à taxa preferencial, nas remessas às matrizes.
- 26.** Esses favores foram mantidos e ampliados por Juscelino Kubitschek, ao final de cujo quinquênio (1956-1960), o País teve a primeira crise de dívida externa, desde os anos 30, tendo Vargas praticamente reduzido a dívida a zero em 1943.
- 27.** O primeiro governo militar (1964-1967) diminuiu o investimento público e tornou proibitivo o crédito empresas nacionais, fazendo falir grande número destas.
- 28.** Debilitadas e excluídas do mercado as empresas nacionais, não há como desenvolver no País tecnologias, que só florescem em empresas que produzem bens para o mercado.
- 29.** Os governos militares seguintes obtiveram altas taxas de crescimento sob o mesmo modelo de dependência financeira e tecnológica: a dívida externa cresceu aceleradamente, devido aos déficits de transações correntes causados por: remessas de lucros das ETNs, inclusive como despesas; subfaturamento de exportações; superfaturamento de importações, inclusive de equipamentos e insumos (usinas em pacotes tecnológicos fechados) para obras públicas e setores básicos, em concorrências com especificações desenhadas pelo Banco Mundial, em favor de grandes transnacionais.
- 30.** O crescimento exponencial da dívida externa culminou na inadimplência em 1982, tornando o País refém do garrote externo e da dívida interna, em progressão galopante impulsionada pelas taxas de juros mais altas do mundo.
- 31.** Desde a Constituição de 1988, com a introdução fraudulenta, no § 3º inciso II do art. 166, de dispositivo que privilegia o serviço da dívida, a União gastou, em valores atualizados, R\$ 10 trilhões, sangria que se soma às demais decorrentes da desnacionalização e da concentração.

**32.** Outro desastre flui do art. 164, que nega ao Tesouro competência para emitir moeda e a atribui ao Banco Central, e este só pode financiar bancos, que se locupletam com as brutais taxas de juros dos títulos do Tesouro.

**33.** Desde os anos 80: queda nos investimentos públicos, intensificação da desnacionalização e políticas cada vez mais favoráveis aos grupos concentradores; a partir de Collor (1991), enxurrada de emendas constitucionais e leis contrárias aos interesses nacionais e as corruptas privatizações sob FHC, mantidas e ampliadas pelos governos do PT.

**34.** A administração pública foi desestruturada, e a normatização e a gestão de energia, petróleo, águas e tudo mais entregues a agências dirigidas por gente ligada a interesses que não os nacionais.

**35.** Portos, aeroportos e estradas têm sido objeto de novas concessões a grupos privados, sem obrigação de fazer melhorias, nem de mantê-los adequadamente, mas com direito a arrecadar tarifas.

**36.** Nas PPPs (parcerias público-privadas) os investimentos de infraestrutura são financiados, a juros favorecidos, por bancos oficiais, e realizados e geridos por grupos privados, com lucros garantidos e risco coberto pelo Estado.

**37.** Com a lei 9.478/1997, transnacionais exportam petróleo, pagando royalties em percentual muitíssimo inferior à media dos vigentes em países sem estatais com a tecnologia da Petrobrás. A demissão do Estado culminou com o leilão do pré-sal.

**38.** De JK ao presente, a infraestrutura de transportes visa só a propiciar ganhos às ETNs automotivas. As grandes cidades carecem de linhas de metrô suficientes. São Paulo tem cinco vezes menos kms. de linhas que Shanghai. Tampouco se investiu correta e suficientemente em vias fluviais, canais e eclusas, navegação de cabotagem e ferrovias.

**40.** As políticas de energia e de telecomunicações são coleções de absurdos em favor de beneficiários das privatizações. A biomassa - que deveria ser a primeira das fontes de energia, ao lado das hidroelétricas - é não só preterida, mas boicotada.

**41.** Mais: o Estado subsidia escolas e instituições de "saúde" privadas, através de bolsas, enquanto negligencia a quantidade e qualidade das escolas e das instituições de saúde, públicas.

## **Juros - taxa efetiva e taxa SELIC**

Adriano Benayon - Publicado em Terça, 06 Maio 2014 19:57

1. Se os brasileiros têm alguma esperança de o País organizar-se para terem condições de vida toleráveis, precisam avaliar o que realmente significa a dívida pública e seus juros e amortizações.

---

2. Se o fizerem, perceberão a ação devastadora do “serviço da dívida, um dos principais instrumentos da brutal extorsão que o País vem sofrendo há decênios.

3. As pessoas menos mal informadas já têm razão de sobra para escandalizar-se com a altura e as elevações da taxa básica de juros SELIC determinadas formalmente pelo Conselho de Política Monetária (COPOM) e, na realidade, pelo Banco Central (BACEN).

4. De fato, as taxas básicas de juros da SELIC voltaram a ter várias elevações, a última das quais as fixou em 11% aa., um valor absurdo, uma vez que as correspondentes taxas nos EUA, Europa, Japão etc., não chegam, na maioria dos casos, a 1% aa.

5. Nada justifica essa diferença. É falacioso o argumento, considerado verdade absoluta pela mídia e por grande número de economistas, segundo o qual taxa de juros alta ou em elevação detém os aumentos dos preços dos bens e serviços (inflação).

6. Ademais, a dívida pública interna do Brasil, é inferior à daqueles países, em proporção aos respectivos PIBs.

7. A demonstração a seguir comprova que a principal função e o objetivo (não declarado) das altas taxas de juros no Brasil é assegurar seu subdesenvolvimento, bem como fabulosos lucros para concentradores locais e estrangeiros.

8. Estes e muitos brasileiros, captam, no exterior, dólares criados irresponsavelmente pelo FED e por bancos comerciais da oligarquia financeira anglo-americana - sem lastro, ou seja, do nada - e os convertem em moeda brasileira para aplicar em títulos do Tesouro no País.

9. Os ganhos dos concentradores com os títulos do Tesouro brasileiro crescem não só em função das taxas atuais, mas também em decorrência de elas incidirem sobre montantes de dívida formados pela capitalização de juros ainda mais elevados, na maior parte do tempo, desde há decênios.

10. Vamos aos números, para ver que a terrível taxa SELIC parece módica diante dos juros efetivamente pagos pela União às custas do sangue dos brasileiros e dos recursos naturais do País. O Eng. Luiz Cordioli, de São Carlos (SP) elaborou tabela, baseada em dados oficiais do site do BACEN, com as taxas mensais da SELIC de 1986 a 2010.

11. Mais recentemente ele verificou que os dados atualmente encontráveis no site do BACEN foram modificados, até mesmo os referentes aos primeiros anos abrangidos, sem, entretanto, que a divergência, no conjunto, chegue a 1%.

12. Completei os números da tabela de Cordioli com os pertinentes aos anos de 2011 a 2013. As taxas SELIC acumuladas de 1986 a dezembro de 2013, mostram que, se a dívida equivalesse a um 1 real em 1986, ela teria chegado a 18,39 trilhões de reais no final do período, em grande parte devido às enormes taxas dos anos anteriores ao Plano Real, quando grande proporção delas era atribuída à correção monetária.

13. Então, dividi esse acumulado de 18,39 trilhões por 679,3 milhões, o fator acumulado até julho de 1994, quando se iniciou o Plano Real. Essa divisão resultou no fator 27,1 para o período de julho de 1994 a dezembro de 2013.

14. As dívidas mobiliárias somavam, em 1994, R\$ 135,9 bilhões, sendo R\$ 61,8 bilhões da federal e o restante das dívidas estaduais e municipais, as quais foram mais tarde federalizadas, submetendo os governos locais a taxas de agiotagem praticadas pela União, com a aplicação do IGP-DI.

15. Multiplicando-se R\$ 135,9 bilhões por 27,1, a dívida mobiliária interna da União deveria ter atingido R\$ 3,68 trilhões, se não tivesse sido feito pagamento algum de juros nem de amortizações de 1994 a 2013.

16. Ora, a dívida mobiliária interna atualmente é de cerca R\$ 3,3 trilhões, computando-se, como é recomendável, também os títulos do Tesouro que circulam no mercado aberto, em montante superior a 900 bilhões de reais.

17. Já o montante atualizado dos pagamentos do serviço da dívida (juros e amortizações) supera R\$ 7 trilhões, de 1994 ao final de 2013.

18. Portanto, as taxas básicas da SELIC constituíram apenas uma parte, **talvez nem a metade, das taxas efetivas** pagas pelo Tesouro Nacional em seus títulos.

19. Eis por que, se as taxas básicas já são desnecessária e grotescamente altas, que dizer das efetivas, as quais retratam o gasto real do poder público com “dívidas” formadas principalmente pela composição dos juros?

20. As próprias taxas básicas foram escandalosamente elevadas, mesmo após o indecente Plano Real - outra mentira que custou caríssimo para os brasileiros.

21. De fato, como entender taxas da magnitude que demonstro a seguir, divulgadas - através da propaganda oficial e a da mídia - como destinadas a conter a alta dos preços, e ainda mais durante a vigência de um Plano que diziam ter eliminado a inflação, por meio da âncora cambial e da extinção da indexação?

22. Calculei as taxas básicas acumuladas de 1995 a 2006, começando com a confrangedora taxa de 53,1% aa. em 1995. Nos dois fatídicos mandatos de FHC e no primeiro de Lula - também promotor de lucros espantosos em favor dos bancos e demais rentistas - essa taxa nunca ficou abaixo de 15% aa, e o acumulado de 1995 a 2006 resultou no fator de 12,7.

23. Ou seja: somente a aplicação da taxa básica SELIC nesses 12 anos faria multiplicar quase 13 vezes o montante da dívida do primeiro ano da série. E, como vimos, essa taxa oculta grande parte, se não a maior parte, do dano infligido ao País pela taxa de juros efetiva, paga pelo Tesouro, o qual, por sua vez, achaca os brasileiros para extrair os recursos que presenteia aos aplicadores em seus títulos.

24. Para isso, o poder público - dominado por interesses que não são os nacionais, mas sim, os de quem deseja condená-lo à condição de vil colônia de exploração de recursos naturais - usa expedientes adotados em emendas constitucionais, como a da DRU (desvinculação das

receitas da União), e a famigerada lei completar, falsamente denominada de Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF), que merece ser chamada Lei de Proteção aos Predadores Financeiros.

25. O Eng. Luiz Cordioli, tal como a auditora fiscal Maria Lucia Fatorelli, fundadora e dirigente da Auditoria Cidadã da dívida, impressionaram-se com trabalhos que escrevi, há anos – inclusive o artigo “Anatomia de uma Fraude à Constituição”, em que tive a colaboração do Prof. Pedro Rezende, da UnB, perito em ciência da computação e criptografia.

26. Ali está minuciosamente descrito, juntamente com a documentação comprobatória, como a fraude foi operada, a fim de favorecer o “serviço da dívida” no Orçamento da União.

27. Cordioli e Fatorelli labutam incansavelmente para demonstrar os mecanismos através dos quais - sob a proteção dessa fraude, transformada em norma constitucional - o Tesouro, o BACEN e quem os manipula, lesam os contribuintes e arrasam as finanças públicas em dimensões inacreditáveis.

28. Cordioli e Fatorelli tem demonstrado, há anos, em requerimentos em petições ao Ministério Público Federal e a diversas outras autoridades, como o Conselho Nacional de Justiça, o STF, a Câmara e o Senado federais, OAB, além de as expor em audiências.

29. Apesar desses esforços e da competência de seus empreendedores, nenhum membro das instituições mencionadas animou-se, até hoje, a defender a supressão da ilegal, ilegítima e infame adulteração do inciso II do § 3º do art. 166.

30. Esse inciso, como qualquer outra norma, não podia ser modificada em seu mérito ou substância, após ter sido votado em 1º Turno. Ele rezava: “*As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa*”.

31. Sob o disfarce de um requerimento de fusão de emendas dos arts. 165 a 167 (que só seriam legais, se fossem somente de redação), foi inserido fraudulentamente este acréscimo ao citado inciso II: “**excluídas as que incidam sobre:**” e mais a alínea b): “**serviço da dívida**”.

32. Assim, o “serviço da dívida”- ao contrário das demais despesas – ficou sendo aumentado sem limites, e sem sequer discussão, na votação do Orçamento Federal.

## Para sobreviver, sair do dólar

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 03 Junho 2014 00:46*

1. O sistema monetário internacional que prevalece desde 1971, é ainda pior que o criado pelos Acordos de Bretton Woods, em 1944, meses antes de acabar a 2ª Guerra Mundial.

---

2. Esses acordos - que instituíram o Banco Mundial e o FMI - deram primazia ao dólar como moeda de reserva mundial, mas estabeleciam limite à tirania financeira angloamericana, porquanto os EUA se comprometiam a vender ouro em troca de dólares, à taxa fixa de US\$ 35,00 por onça-troy (31 gramas).

3. Entretanto, em agosto de 1971, os EUA romperam oficialmente os acordos de Bretton Woods, que já descumpriam na prática, desde, pelo menos, 1968, ao dificultar, a entrega do ouro.

4. Não lhes foi difícil virar a mesa, a seu talante, uma vez que eram satélites dos EUA os países que acumulavam maiores saldos de transações correntes em dólares - como Japão, Alemanha e Itália, ocupados militarmente desde o final da Guerra.

5. A exceção foi a França, cujo presidente, general De Gaulle praticava política independente. Exigia a conversão em ouro dos saldos de seu país, pois colocava os interesses nacionais acima da ideologia, inclusive em seu posicionamento em face da Guerra Fria.

6. A oligarquia financeira angloamericana visa exclusivamente ao poder mundial ilimitado e tampouco acredita em ideologias. Usa qualquer uma, em qualquer lugar, que a ajude, conforme o momento, a avançar naquele objetivo.

7. Assim, os serviços secretos dos EUA e do Reino Unido, juntamente com as máquinas de corrupção de instituições públicas e privadas desses países, fomentaram, na França, lideranças estudantis esquerdistas, com apoio da grande mídia e até de partidos e organizações de esquerda.

5. Assim, mobilizaram massas no movimento de maio de 1968, que espalhou a desordem e o caos pela França, e até hoje é considerado libertário pela opinião majoritária.

6. Apesar de alvo das manobras angloamericanas de desestabilização, De Gaulle manteve-se no governo até 1969, renunciando, ao ser derrotado em um referendo, pela primeira vez.

7. Esse tratamento, dado pela tirania imperial a De Gaulle, foi menos brutal que o dispensado a Saddam Hussein em 2003 e a Muamar Ghadafi em 2011. Afinal, a França era potência nuclear e aliada, ademais de fonte das tão traídas ideias democráticas, formalmente adotadas nos EUA.

8. Pela mesma tentativa, de livrar seus países da extorsão pelo dólar, Hussein e Ghadafi foram assassinados, com seus filhos e famílias, e seus países destruídos por agressões militares genocidas.

9. Daí se infere a importância para o império de continuar obrigando suas vítimas a custear até as armas com que são trucidadas ou chantageadas.

10. Pode-se estimar o que está em jogo pela proliferação dos ativos financeiros em dólares. Os derivativos nessa denominação passam de US\$ 500 trilhões.

11. Vê-se, ainda, a inflação do dólar comparando a taxa de conversão do ouro até os anos 60, e sua ascensão posterior no mercado: de US\$ 35,00 por onça-troy ele foi para os atuais US\$ 1.300,00.

12. Chegou a US\$ 1.800,00 em 2011, e só caiu por meio de manipulações dos grandes bancos, que fazem o que querem nos "mercados financeiros", como vender quantidades enormes de certificados de ouro que não existe em cofre algum.

13. Esses certificados não passam de papel pintado, como o dólar foi descrito pelo general De Gaulle, nos anos 60. Hoje, nem isso, pois basta um clic nos computadores dos bancos do sistema do FED para passar o conto do paco no mundo inteiro.

14. A situação de um país em relação aos EUA é semelhante à de um particular ou de uma empresa em relação ao banco com que opera. Quando o banco faz empréstimos, cria dinheiro: abre, do nada, créditos na conta do tomador, e este fica obrigado a pagar amortizações e juros com dinheiro de seu salário ou de outra receita do trabalho individual ou empresarial.

15. Sob "governos" traidores, que começaram a entregar o mercado às empresas transnacionais após o golpe de agosto de 1954, o Brasil ficou fadado a ter déficits crônicos no comércio de bens e serviços (transações correntes) com o exterior, a origem das dívidas externa e interna.

16. O déficit de conta corrente tem crescido aceleradamente e somou US\$ 81,4 bilhões em 2013. No primeiro quadrimestre, já atingiu US\$ 33,5 bilhões, projetando mais de US\$ 100 bilhões em 2014 (quase 5% do PIB).

17. De 2008 a 2012, totalizou US\$ 204,1 bilhões, devendo, pois, ao final de 2014, acumular mais de US\$ 400 bilhões, salvo se a crise econômica desabar sobre o País antes de o ano terminar.

18. O rombo é mal tapado pela entrada de investimentos estrangeiros, porquanto estes implicam intensificar a causa do mal, pois o grosso dos déficits externos decorreu dos lucros, inclusive disfarçados em despesas, remetidos ao exterior, relacionados também com o desequilíbrio inerente ao comércio entre países que se desenvolveram e os que patinam no atraso tecnológico, proveniente da desnacionalização da economia.

19. A moral, ou antes, a imoralidade da história é que para "investir" as transnacionais só precisam de dólares que seus bancos criam à vontade, enquanto as dívidas que o Brasil acumula, têm de ser pagas com bens, patrimônios e trabalho nacionais.

20. Com efeito, valendo-se do privilégio dado ao dólar como divisa internacional, os emissores dessa moeda e as empresas a eles ligadas não têm dificuldade alguma para comprar patrimônios, empresas e consciências em qualquer país que não restrinja essas aquisições.

21. Instituído no final de 1913, em trama na qual o Congresso cedeu seus poderes à oligarquia, o FED, banco central dos EUA, cria dólares e os fornece aos bancos angloamericanos que formam o cartel controlador do próprio FED.

22. Sair do dólar gerará represálias das potências angloamericanas e satélites, também dominadas pelos manipuladores dos mercados financeiros. Entretanto, é medida de sobrevivência para quem não quiser continuar sendo satélite ou colônia da oligarquia mundial.

23. A alternativa é ser subjugado através da ilimitada criação de moeda, que permite a essa oligarquia adquirir praticamente tudo, em qualquer lugar do mundo, além de financiar sua máquina de guerra.

24. Os EUA, de há muito, investem em armas mais que o dobro que o resto do mundo, e são as armas que, por exemplo, obrigam países exportadores de petróleo e a vendê-lo por dólares.

25. A questão está na ordem do dia. Haverá reunião em julho deste ano, em Fortaleza, na qual se espera que os chefes de Estado dos BRICS formalizem a criação de Banco de Desenvolvimento e assinem Acordo Contingente de Reservas.

26. Mais promissora, por ora, é a realização, nas moedas da Rússia e da China, dos pagamentos referentes ao novo e expressivo acordo de fornecimentos de gás russo e às exportações chinesas relacionadas.

27. Essas potências já realizam, em suas moedas, algumas transações com terceiros países, principalmente asiáticos, e a amplificação disso é fundamental para o ainda distante fim do domínio mundial do dólar.

28. Para contribuir nessa direção, o Brasil precisa, desde logo, revogar o art. 164 da Constituição e nacionalizar o Banco Central.

29. De fato, entre outros atos lesivos aos interesses nacionais, o BACEN, rejeita operações pelo Convênio de Créditos Recíprocos, firmado, em 1968, com países latino-americanos, e através do qual as operações de comércio exterior podem ser liquidadas nas moedas dos países membros, e os saldos, financiados pelas autoridades financeiras respectivas.

## Liberalismo ou imperialismo?

Adriano Benayon - Publicado em Terça, 24 Junho 2014 12:39

### Objetividade

---

1. Ao nos ocuparmos das questões nacionais, não devemos nos precipitar, pois há pressa, e não se deve desperdiçar tempo em assuntos e discussões de importância secundária. A situação é grave demais para que se tire o foco do que interessa.

2. Um tema que não deveria merecer muito gasto de nossa energia são as eleições presidenciais. Em artigo recente, "Eleições e Modelo Dependente", escrevi: "*O real sistema de poder manobra sempre para que todos os candidatos com chance de chegar ao 2º turno*

*estejam comprometidos com a realização destes objetivos: ampliar e aprofundar a desnacionalização da economia, desindustrializá-la, servir a dívida - inflada pela composição de juros absurdos – e propiciar ganhos desmedidos às grandes empresas transnacionais.”*

3. Portanto, com qualquer “eleito”, a vitória será do sistema imperial e de saqueio, comandado pela oligarquia financeira anglo-americana, através de carteis transnacionais e coadjuvada por concentradores locais.

4. Sessenta anos de atraso tecnológico aumentando e crescente perda de autodeterminação política e econômica geraram condições deterioradas de vida no País.

5. Essa deterioração tem sido acompanhada por doses maciças de desinformação, sendo a natural revolta popular manipulada por opositores diretamente vinculados àquela oligarquia financeira e principalmente por entidades controladas por esta, que agem para desestabilizar a presente gerência petista.

6. Esta, na verdade, atende ao sistema de poder da oligarquia, contra o qual a revolta deveria se dirigir. É como culpar só o gerente do restaurante que manda servir alimentos estragados e que, se não o fizer, será sumariamente demitido.

7. De qualquer forma, não é tolerável a lesividade das políticas do atual governo, como: 1) os leilões do petróleo; 2) o agravamento da situação do setor de energia elétrica no quadro de um sistema predador, que se diz “de mercado”; 3) as parcerias público-privadas; 4) novas elevações das absurdas taxas de juros dos títulos públicos, que sangram o Tesouro, em favor dos concentradores financeiros.

8. Há que denunciar também a continuidade:

1) das alienações de terras usadas predatoriamente, em grandes plantations, para exportação; 2) da extrema desnacionalização da economia; 3) do favorecimento aos carteis transnacionais, praticantes de preços extorsivos e de transferência; 4) da liberdade de exportação, com baixa ou nula tributação, de inestimáveis recursos minerais, preciosos e estratégicos, inclusive o nióbio, em que o pouco caso com os interesses nacionais recebe o aval da CODEMIG, estadual de Minas Gerais.

9. Entre os crimes mais graves das gerências petistas estão como os decretos e medidas para liberar as sementes transgênicas e os agrotóxicos a elas associados. A urgente proibição dessas sementes tem de ser exigida nas mobilizações populares sem as quais o processo de desintegração do País não terá solução de continuidade.

10. Mais de 800 cientistas de 82 países assinaram carta aberta, na qual *pedem a suspensão imediata das licenças ambientais para cultivos transgênicos e produtos derivados, tanto comercialmente como em testes em campo aberto, durante ao menos cinco anos.*

11. *Eles proclamam: “as patentes dos organismos vivos, dos processos, das sementes, das linhas de células e genes devem ser revogadas e proibidas.”*

12. *Apontam agrônomos e biólogos: "Se as **abelhas** desaparecerem da face da Terra, a humanidade terá apenas mais quatro anos de existência. Sem abelhas não há polinização, nem reprodução da flora; sem flora não há animais, sem animais, não haverá **raça humana.**"*

13. Isso não é pouco, e há mais que isso. Os cientistas confirmam que os cultivos transgênicos prejudicam os agricultores, inclusive por envolver o aumento do uso de herbicidas e o empobrecimento do solo. Ademais, intensificam o monopólio das grandes empresas sobre os alimentos, o que está levando os agricultores familiares à miséria e impedindo a segurança alimentar e a saúde no mundo.

14. Até mesmo nos EUA e no Reino Unido, fontes do próprio Estado reconhecem o perigo dos transgênicos para a biodiversidade e a saúde humana e animal. A transferência horizontal de genes acarreta a difusão de genes que tornam incuráveis as doenças infecciosas e criam vírus e bactérias causadores de doenças e mutações capazes de provocar o câncer.

### **Liberalismo ou imperialismo?**

15. A oligarquia financeira mundial tem investido no Brasil – durante mais de um século, de forma crescente - na (de)formação de opiniões e na deseducação, gerando confusão mental e animosidade entre grupos sociais e indivíduos, associadas a doutrinas e ideologias.

16. Os saqueadores e seus adeptos - remunerados ou não - encobrem a verdadeira natureza das políticas que realizam o **saqueio imperial**, fazendo que até mesmo os críticos delas as qualifiquem **deliberais e neoliberais**.

17. Esses nomes não costumam causar repulsa geral e até exercem atração sobre as pessoas que os associam a termos da mesma raiz, como "livre" , libertário", "liberdade". Palavras bonitas e antigos ideários das revoluções francesa e norte-americana, que passaram a ser evocados por mentores das políticas de escravização através da economia.

18. Do mesmo modo que as oligarquias nos países centrais, os defensores, no Brasil, dos privilégios aos carteis transnacionais e de seus contatos coloniais ou semicoloniais também se dizem e são chamados de (neo)liberais.

19. Então, o que, na realidade, não passa de mera apropriação dos recursos naturais e dos frutos do trabalho de um país, fica sendo discutido como se fosse questão doutrinária.

20. O engodo é ainda maior, porque se atribui aos liberais ser contrários à intervenção do Estado, e porque a grande maioria das pessoas ignora que atualmente, na maioria dos países, o Estado é controlado pela oligarquia e que ele intervém, em favor desta, nas finanças e na economia.

21. Por causa disso - mas sem que o público perceba que é por isso - o Estado comporta-se como insaciável coletor de impostos e taxas, sem prestar serviços, nem investir bem, nem assegurar direitos sociais básicos.

22. A própria incompetência adrede instalada no Estado, serviu para fazer aumentar ainda mais a concentração predadora, através das privatizações.

23. Essas estão sendo desfeitas em alguns países como Rússia e França, enquanto no Brasil o Estado só aumenta de tamanho como repassador de recursos a concentradores estrangeiros e locais.

24. Antes, tivemos excelentes avanços tecnológicos em estatais, mas elas foram sendo minadas para “justificar” as privatizações. Tudo em nome da “livre” iniciativa, na qual carteis e monopólios sufocam a iniciativa, impedem a concorrência e apropriam-se das poucas tecnologias não impedidas de surgir.

25. Entretanto, nenhum país se desenvolveu sem a liderança do Estado, o único instrumento de a sociedade organizar-se para evoluir e defender-se, papel que ainda desempenha em alguns países, ainda que nem sempre a contento geral.

26. Sem o Estado a seu serviço, a sociedade transforma-se em massa amorfa, composta por indivíduos sem personalidade e sem liberdade alguma, como ocorre no grande número de países dominados pela oligarquia financeira mundial, inclusive em suas sedes - EUA, Reino Unido.

27. Assim, as instituições formalmente democráticas, mesmo quando não violadas por desestabilizações e golpes de Estado, ficam sob controle daquela oligarquia. Os “governantes” são prepostos ou acuados.

28. De fato, não existe democracia sob regimes que não estabelecem limite à concentração econômico-financeira. A falsa que temos aqui leva à convulsão, com chance de o que vier depois, levar à guerra civil, à desintegração e a ainda maior submissão ao império mundial.

29. *Portanto, nossa sobrevivência depende de os brasileiros não mais se deixarem pautar pela agenda e pelos conceitos do império. Só começará a ser viabilizada, quando a consciência dos fatos deixar de ser obscurecida por ideologias, e quando os brasileiros deixarem de repelir-se entre si por divergências de opinião, inclusive esquerda ou direita.*

## O sistema pró-oligarquia

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 22 Julho 2014 11:24*

1. É pró-oligárquia o sistema político-econômico prevalecente nos países "desenvolvidos", que, erroneamente, dizem ser democracias. O mesmo sistema é ainda mais radical nas periferias sob seu comando, como o Brasil, cujos mercados e base produtiva foram entregues às transnacionais, desde os anos 50, para ser explorados de forma neocolonial.

---

2. Temos exemplos significativos de que a política econômica no Brasil é intervencionista, e não, liberal. Ela não opera em prol do equilíbrio social, mas, sim, favorece os concentradores, em geral, e o capital estrangeiro, em especial.

3. Na moeda e no crédito, a intervenção contra a sociedade e em favor do oligopólio dos grandes bancos privados tem seu pilar básico na própria Constituição Federal (cidadã de onde?), em seu art. 164.

4. Este atribui exclusivamente ao Banco Central - cuja política, na prática, é determinada por aqueles bancos – a competência da União de emitir moeda e, ademais, proíbe ao Banco Central financiar entidades do Estado, inclusive o Tesouro Nacional – ao qual deveria caber o poder de emitir.

5. Ou seja: o BACEN só pode financiar os bancos privados, os quais se locupletam com os juros dos títulos do Tesouro, a taxas brutais, que, de nenhum modo, decorrem de um mercado financeiro livre.

6. Em um mercado livre não haveria, como há, a concentração de oferta de dinheiro nas mãos de um oligopólio liderado por pouquíssimos e gigantescos bancos, nem a promoção de enorme demanda forçada, constituída pelas necessidades de financiamento do Tesouro (consequência do art. 164 da CF).

7. Ironicamente, a maior das fontes de demanda por crédito provém do próprio serviço da dívida pública, a qual atingiu cifras assustadoras, através da composição de juros a taxas elevadíssimas, impostas pelo cartel dos bancos, que a grande mídia chama de o "mercado".

8. Além das somas colossais que o cartel auferes com os juros dos títulos públicos, os lucros dele crescem também em função dos depósitos voluntários e compulsórios que colocam no Banco Central.

9. Noticiou-se que, em maio de 2014, os depósitos compulsórios atingiram o saldo de R\$ 395,7 bilhões, remunerados à taxa SELIC. A 11% aa., supondo esse saldo médio no ano, o cartel ganha, só aí, R\$ 43,5 bilhões.

10. Conforme estudo do DIEESE, em 2011, mais de 60% do lucro líquido dos cinco maiores bancos do país vieram da remuneração do depósito compulsório no Banco Central. Foram R\$ 33,6 bilhões, do total de R\$ 50,7 bilhões de lucro.

11. Esse retorno superou em 97,4% o de 2010. Em conclusão, as autoridades monetárias, o "mercado" (cartel dos bancos) e a grande mídia alegaram o objetivo de conter o crescimento do crédito ao consumo e combater a inflação. Ora, as altas taxas de juros não servem para controlar a alta dos preços, mas, sim, para fomentar os lucros do cartel e dos rentistas.

12. Novamente crescem os depósitos no BACEN dos bancos, que agora dizem estar reduzindo riscos, diante da perspectiva de aumento das inadimplências, tendo deixado de emprestar quase R\$ 14 bilhões, desde que as taxas de juros começaram a voltar a subir. De março de 2013 a maio de 2014, os compulsórios cresceram R\$ 49,24 bilhões (14,7%).

13. Resumindo, o cartel:

a) recebe depósitos à vista do público, com os quais "lastreia" empréstimos, criando moeda do nada, que se torna dinheiro dele, à medida que recebe os juros e as amortizações desses empréstimos. Por exemplo, com 45% de compulsório, pode emprestar 6 e até mais vezes dos

55% de recursos livres: assim, para R\$ 50 bilhões de depósitos à vista, terá R\$ 27,5 bilhões livres e a possibilidade de criar crédito (dinheiro) no montante de R\$ 165 bilhões ou mais;

b) sobre esses empréstimos, ganha as taxas mais altas do mundo, hoje na média de 32% aa., ao financiar pessoas físicas e jurídicas,

c) auferir os juros dos depósitos compulsórios, em que o risco é zero, sobre um dinheiro ocioso, que deixa ociosos fatores de produção existentes e não é usado para gerar novos bens de capital físico;

d) recebe recursos a baixo custo do BACEN no mercado interbancário;

e) auferir juros, a taxas efetivas muito superiores à absurdamente elevada SELIC, nos títulos de Tesouro, que assim paga por recursos financeiros que ele próprio poderia e deveria criar, não fosse a política pró-oligarquia instituída através do art. 164 da CF.

14. Portanto, poder-se-ia estimar a bolsa-bancos em mais de R\$ 100 bilhões/ano. Essa brutal transferência de renda, em detrimento da sociedade e da produção decorre, além de das disposições legais, de as taxas de juros serem administradas pelo Estado, sob comando do cartel dos bancos. Ora, a taxa de juros seria baixíssima, se fosse determinada pelo mercado financeiro sem tal intervenção.

15. Também os mercados dos bens de uso durável e n outros ficam sob controle dos carteis, situação que se foi agravando, desde que, nos anos 50, a política subsidiou a ocupação do mercado e da produção pelos carteis que dominam o grosso da economia mundial.

16. Se fosse liberal e pró-livre iniciativa, a política teria viabilizado a concorrência nos mercados, coibindo os oligopólios e fomentando a descentralização, sem a qual não existe a menor possibilidade de livre concorrência e de livre iniciativa.

17. Após a concentração da indústria nas mãos das transnacionais, situação já consolidada no final dos anos 60, vieram com Delfim Netto, os desbragados subsídios à exportação de manufaturados. O que é isso senão intervencionismo pró-imperial?

18. Um liberal sério e que não seja agente consciente ou inconsciente da oligarquia imperial, defenderá a privatização somente em atividades que não demandem grande escala, nem sejam monopólios naturais. Assim, não pediria privatizar as estatais, as quais, ao contrário dos oligopólios transnacionais, viabilizavam empresas de pequeno porte e, assim, concorrência e produção de tecnologia no País.

19. A fim de descentralizar a economia e assim criar condições para a livre iniciativa, deveriam recomendar nacionalizar-se as multinacionais e subdividi-las, e então privatizá-las para empreendedores, que precisariam crédito e capacitação, por, de há muito tempo, virem sendo as empresas nacionais excluídas do mercado.

20. Como observa o Eng. Hélio Silveira, a política pró-imperial entregou a grandes grupos privados e estrangeiros empresas públicas, monopólios naturais, repassados com receita garantida, dinheiro em caixa, livres de obrigações fiscais (e até com créditos fiscais) e de

dívidas trabalhistas, para o que a União desembolsou vultosos recursos públicos, muito maiores que as quantias arrecadadas nos leilões, amiúde pagas com títulos podres.

21. Privatizaram-se também, nessas condições, bancos estaduais, que se juntaram ao cartel dos bancos e se cevam com a bolsa-bancos.

22. A política pró-imperial prossegue nos empréstimos dos bancos públicos - BNDES à frente - com taxas de juros subsidiadas, para transnacionais e para outros grupos concentradores.

23. Do mesmo modo, as concessões de serviços públicos, garantidos por financiamentos federais, a grupos privados assemelham-se a feudos, dada a exploração, tarifas crescentes e sem obrigação de elevar a qualidade dos serviços. Nada têm de liberalizante.

24. Esse é também o caso das parcerias público-privadas, em que o Estado financia e assegura lucros sem risco para grupos privados.

25. Apresentada como liberal, em vez de desmascarada por sua natureza pró-imperial e pró-oligarquia, a grande fraude consiste em opor-se a intervenção do Estado sem perceber que esta tanto pode beneficiar como prejudicar a sociedade. Ao mesmo tempo, ignora-se que o favorecimento à concentração da economia e das finanças nas mãos de grupos privados necessariamente prejudica a sociedade.

26. Daí que a política pró-oligarquia usa o Estado como agente da concentração e da desnacionalização, intensificadas, no Brasil, a partir do golpe de Estado de 1954, promovido pelos serviços secretos e entidades dos centros imperiais.

27. Foi, ademais, minada a qualidade da administração pública, para "justificar" as privatizações e as concessões, além de criarem-se as agências "reguladoras", dominadas pelos grupos concentradores. Além disso, a fim de torná-la inepta para promover o desenvolvimento.

28. Até instituições supostamente criadas para representar os interesses da sociedade, como o Ministério Público, o TCU e os tribunais de contas estaduais, entraram em cena, inviabilizando investimentos estatais, com amparo em leis como as ambientais e as de proteção aos indígenas.

29. Com a Lei de licitações, os agentes públicos evitam levar adiante obras públicas, receando processos administrativos. A repressão à corrupção de varejo não afasta, porém, a mega-corrupção sistêmica.

## A tirania financeira

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 05 Agosto 2014 00:00*

1- A causa fundamental da depressão econômica - e, portanto, da miséria e dos conflitos sociais - é a concentração, ficando a produção controlada por poucas empresas gigantes, as quais, em geral, agem como monopólios ou carteis.

---

2. Outra causa principal da depressão é a financeirização da economia, em parte gerada por artes da própria finança e em parte pela concentração da economia produtiva. Esta se manifesta não só nos centros e subcentros mundiais do capitalismo, mas também nos países que foram levados a especializar-se na produção mineral primária ou na agricultura para exportação de commodities.

3. O Brasil deixa, assim, de produzir alimentos necessários a consumo razoável, e as terras do País são ocupadas por enormes plantations, as quais, tal como as minas, vão-se desnacionalizando, controladas por tradings mundiais. Exemplos, a soja – que ocupa quase a metade das terras em produção – e a cana-de-açúcar, para exportar açúcar e etanol combustível.

4. Nos centros mundiais, a financeirização e a concentração estão na raiz do colapso dos mercados financeiros em 2007-2008, do qual os EUA e grande parte dos países europeus não só não se recuperaram, como estão podendo sofrer séria recaída.

5. Tudo isso, porque a concentração econômica e financeira é acompanhada pela do poder político. Este fica inteiramente a serviço dos concentradores da economia e das finanças.

6. Efeito claro dessa situação foi a resposta, nos EUA e na União Europeia, ao colapso financeiro. O Federal Reserve e o Banco Central Europeu, como os próprios Tesouros nacionais, trataram apenas de resgatar os bancos encalacrados após a farrá dos derivativos, em vez de assumir o controle deles e usar o sistema financeiro para recuperar a economia, investindo em atividades produtivas.

7. No Brasil, o Banco Central (BACEN), juntamente com o Tesouro age com a aparente finalidade exclusiva de propiciar fabulosos lucros aos bancos.

8. Para começar, o BACEN remunera com altas taxas de juros os depósitos livres e os compulsórios. Estes são atualmente 44% dos depósitos à vista nos bancos, e 20% dos recursos a prazo e dos investidos em poupança.

9. Os primeiros são remunerados pela taxa SELIC, cuja meta atual é 11% aa. Sobre os recursos a prazo, a remuneração costuma ser ainda maior.

10. São, pois altíssimas taxas, auferidas sem qualquer risco, recebidas também nos depósitos voluntários que os bancos fazem no BACEN. Como assinala no artigo 'O sistema pró-imperial', os depósitos no BACEN deverão proporcionar aos bancos ganhos próximos a R\$ 50 bilhões, só neste ano.

11. A proporção do que os bancos emprestam a empresas produtivas vem-se tornando cada vez menor. As proporções que crescem são as referentes ao crédito e às aplicações próprias destinadas a fusões, aquisições, e sobre tudo as das operações do mercado financeiro, inclusive derivativos e outras alavancadas.

12. Além de lucrar com seus depósitos no BACEN, os bancos emprestam a empresas e a particulares, e, ao fazê-lo, criam depósitos na conta do tomador, o qual passa a sacar dinheiro e a emitir cheques, que voltam ao mesmo banco ou a outro, como depósitos.

13. E de onde vem o dinheiro que os bancos depositam no BACEN e o que usam para fazer empréstimos e financiamentos? - Os bancos podem usar seus fundos excedentes e, ainda, obter mais dinheiro no mercado interbancário, a taxas muitíssimo mais baixas que as que cobram nos empréstimos.

14. Mas a maior parte do que emprestam procede principalmente do nada, pois eles abrem créditos em montante total correspondente a um grande múltiplo dos depósitos livres (i.e., dos que não são obrigados a depositar no BACEN).

15. De fato, os únicos limites para criar crédito são estes: a) o da prudência, para que esse múltiplo não seja excessivo, passando, digamos, de 10, se prevalecer muita confiança neles, ou valores menores, na medida da desconfiança do público em relação a cada banco; b) o percentual do capital, estabelecido pelas autoridades monetárias, a que devem corresponder os seus empréstimos, em geral mais de 90%.

16. Por outro lado, cada vez que fazem um empréstimo, os bancos geram um depósito, do nada, (sujeito a esses limites), o que produz o efeito multiplicador da cadeia depósitos/empréstimos. Ademais, como lembrou o economista Hélio Silveira, o BACEN, amiúde, atende os bancos passando-lhes mais recursos, quando eles têm tomadores atraentes, e então a exigência de depósitos compulsórios, que serviria para limitar, não serve para nada.

17. É notável também que são os próprios bancos quem se apropria da enorme quantidade de moeda criada do nada: o dinheiro, antes inexistente, vêm para os bancos à medida que os tomadores pagam as amortizações dos empréstimos. E com juros...

18. Não bastasse tudo isso, a associação, de facto, com as autoridades monetárias contribui para que o cartel dos bancos imponha taxas excessivas aos mutuários. Tais autoridades proveem dinheiro para os bancos quando as coisas estão na normalidade, e chega a resgatá-los com trilhões de dólares, quando a situação desanda, como ocorreu na crise de 2007/2008, nos EUA e na Europa.

19. Nos centros imperiais - Londres, com o Banco da Inglaterra, há séculos, e Nova York, com o FED, desde 1913 - são os próprios bancos concentradores que detêm as ações dos bancos centrais.

20. Na União Europeia, criada para manietar o desenvolvimento dos países europeus, o Estatuto do Banco Central Europeu é proibido de financiar os tesouros nacionais e dirigido por banqueiros ligados aos grandes bancos anglo-americanos.

21. No Brasil, é importante colocar em perspectiva a campanha recorrente dos serviços do império, em favor da independência do BACEN. Embora formalmente vinculado à União, o BACEN - desde sua criação, em dezembro de 1964 – subordina-se por inteiro aos ditames do FMI e à supremacia do dólar, não admitindo operações de câmbio entre a moeda brasileira e outras latino-americanas, apesar de haver acordo que as prevê: o Convênio de Créditos Recíprocos, firmado em 1968, em Lima, no quadro da ALADI.

22. Em suma, a liberdade das nações exige que seus bancos sejam públicos. Se forem privados, seus controladores acabam por controlar também o Estado, como advertiram antigos estadistas.

23. Nos EUA, muitas cidades e Estados restringiram as atividades de bancos sediados fora dessas cidades ou Estados, pois, do contrário, as poupanças e o dinheiro gerado por atividades locais é usado para financiar as de centros maiores, levando ao aumento das diferenças de desenvolvimento.

24. Essa foi uma das muitas políticas de regulamentação bancária dos EUA derrubadas nos últimos vinte anos, em função da crescente ascendência dos banqueiros "privados" sobre os "poderes constituídos", em consequência da concentração econômica e da financeirização da economia.

25. Trata-se, portanto, de um processo cumulativo, no qual a cada vez maior concentração do poder financeiro gera cada vez maior concentração do poder político real nas mãos dos oligarcas da tirania financeira. Isso, de novo, acarreta maiores concentração e financeirização da economia, e assim sucessivamente.

## **Getúlio Vargas e a independência**

*Adriano Benayon - Publicado em Segunda, 18 Agosto 2014 17:13*

1. Aproxima-se o 60º aniversário do golpe de Estado com o qual a oligarquia angloamericana derrubou o presidente Vargas, em 24 de agosto de 1954.

---

2. Esse acontecimento teve efeitos tão desastrosos como importantes. Trata-se, nada menos, que da cassação da independência do Brasil.

3. A soberania do País nunca foi plenamente exercida, mas, se houve governante que tomou iniciativas para alcançá-la, esse foi Getúlio Vargas.

4. Exatamente por isso, a oligarquia imperial anglo-americana sempre conspirou contra ele, com a ajuda de pseudoelites e de agentes locais da política e da mídia, amiúde recrutados por meio de corrupção.

5. Em 1932, a oligarquia paulista promovera o fracassado movimento de 9 de julho, movida pelos interesses britânicos. Intitularam-no constitucionalista, conquanto Getúlio organizara as eleições para a Constituinte que votou a Constituição de 1934, a qual instituiu significativos avanços econômicos e sociais.
6. Tão profunda como a estima dos verdadeiros industriais e a veneração dos trabalhadores brasileiros a Getúlio, foi a ojeriza da minoria desorientada pelos preconceitos da "democracia" liberal e dos contrários à industrialização, alimentada pela hostilidade da mídia, caluniosa e falsificadora dos fatos.
7. Vargas fora forçado, durante a Segunda Guerra Mundial, a ceder bases militares no Nordeste aos EUA, e cometeu o erro de insistir em enviar a Força Expedicionária Brasileira à Itália. A FEB foi equipada e armada pelos EUA e combateu sob comando norte-americano.
8. Daí se criaram laços entre os comandantes e oficiais de ligação estadunidenses e os oficiais brasileiros que conspiraram nos quatro golpes pró-EUA (1945, 1954, 1961 e 1964).
9. Em outubro de 1945, o pretexto foi derrubar um ditador, o que não tinha sentido, pois o presidente viabilizara eleições, já marcadas para o início de dezembro, e não era candidato. Após o golpe, recomendou votar no marechal Dutra, pois o brigadeiro Eduardo Gomes representava os que sempre se haviam oposto a Vargas.
10. Quando Vargas, eleito em 1950, voltou à presidência, nos braços do povo, já estava em marcha a desestabilização de seu governo, a qual culminou com o crime da rua Toneleros, já em agosto de 1954.
11. O crime foi dirigido pelo chefe da delegacia de ordem política e social (DOPS), famosa por seus métodos desumanos de repressão aos comunistas, desde a época do Estado Novo, instituído por golpe militar, em 1937.
12. Esse golpe proveio de oficiais do exército, que colocaram Felinto Muller na chefia da polícia. Vargas, presidente constitucional desde 1934, permaneceu à frente do governo, mas não teve poder e/ou vontade suficiente para limitar significativamente as violências.
13. Ele sempre foi contemporizador, negociava com pessoas de diferentes tendências e, por vezes, as colocava ou mantinha no governo. Ao voltar Vargas, em 1951, continuou na DOPS o filonazista Cecil Borer, que vinha da administração do marechal Dutra. Como tantos pró-nazistas, mundo afora, movido pelo anticomunismo, Dutra subordinou-se aos interesses dos EUA.
14. Apesar de seus erros, Vargas merece lugar de honra na história do Brasil, por ter dado o indispensável apoio do Estado ao desenvolvimento industrial, que despontava desde o início do século XX e ganhou força, de 1914 a 1945, graças também à redução dos vínculos comerciais e financeiros com os centros mundiais, propiciada pelas duas guerras e a longa depressão dos anos 30.

15. Antes do fim da Segunda Guerra Mundial, o império já planejava fazer abortar esse processo. Mais tarde, diria o notório Henry Kissinger: "para os EUA seria intolerável o surgimento de uma nova potência industrial no hemisfério sul."
16. Os serviços secretos dos EUA e do Reino Unido vinham, de há muito, operando na desestabilização do presidente. Em 1954, Borer envolveu informantes da polícia e pistoleiros no crime da Toneleros, que matou o major Vaz, da aeronáutica, simulando que o alvo seria o virulento adversário de Vargas, Carlos Lacerda.
17. Na armação policial-jornalística-militar, Vaz, casado e pai de filhos pequenos, substituiu, na ocasião, o solteiro major Gustavo Borges. Lacerda engessou o pé dizendo ter tomado um tiro de revólver, mas, se isso fosse verdade, o pé teria sido destroçado. Nunca se encontrou um prontuário de atendimento em hospital.
18. A conspiração enredou a guarda pessoal do presidente e o fiel guarda-costas Gregório Fortunato, que foi torturado e ameaçado para confessar o que não fez. Condenado a 15 anos de detenção, foi assassinado na prisão, em operação de queima de arquivo.
19. O golpe de 1954 é o maior marco negativo da história do Brasil, pois o governo udenista-militar, dele egresso, criou vantagens incriveis para as empresas transnacionais dominarem por completo a produção industrial do País. Fez os brasileiros pagar caríssimo para serem explorados.
20. Foi, assim, inviabilizado o desenvolvimento de tecnologias nacionais, a não ser por grandes empresas estatais ou apenas em nichos menores, no caso de indústrias privadas nacionais, ainda assim, fadadas a ser desnacionalizadas.
21. Tanto o golpe de 1964, que instituiu os governos militares, como a falsa democratização, a partir de 1985, intensificaram as políticas pró-capital estrangeiro em detrimento do País.
22. Os governos de 1954-1955 e 1956-1960 (JK) foram motores da desnacionalização da economia. Os de Collor e FHC os mais monoliticamente entreguistas. Nenhum operou reversões nessa marcha infeliz.
23. A herança hoje é a desindustrialização e a colossal dívida pública, tendo a União já gastado nela, desde 1988, quase 20 trilhões de reais. Além disso, recorrentes crises devidas aos déficits de comércio exterior.
24. As realizações do presidente Vargas fazem dele o principal herói nacional e exemplo para futuros líderes. Mas não sem reservas, porque lhe faltou combatividade e espírito revolucionário.
25. Não me parece verdade que o nobre sacrifício de sua vida tenha frustrado os objetivos dos imperialistas. Preservaram-se as estatais, mas a própria Petrobrás - que já nascera sem o monopólio na distribuição, o segmento mais lucrativo - acabou, em parte, arrancada da propriedade estatal. Além disso, nos anos 90, ocorreram as doações-privatizações de dezenas de fabulosas estatais, algumas criadas durante governos militares.

26. A grande derrota estratégica deu-se com a entrega dos mercados e da produção industrial privada às transnacionais. Sem isso, a dívida externa não teria explodido em 1982, nem sido torradas as estatais, a pretexto de liquidar dívidas públicas, as quais, depois disso, ao contrário, se avolumaram como nunca.

27. O momento para evitar esse lastimável destino, era com Vargas, amado pelo povo, que foi às ruas, em massa nunca vista, pronto a tudo, quando de sua morte. Aí não havia liderança, nem plano.

28. Getúlio precisava ter cortado, no nascedouro, os lances que minaram suas bases de poder. Entre estes, o acordo militar Brasil-Estados Unidos, de 1952, negociado por Neves da Fontoura, ministro das Relações Exteriores, e por Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior das FFAA, sem o conhecimento do ministro do Exército, Estillac Leal.

28. Este se demitiu, pois Vargas assinou o acordo, e, com isso, cedeu aos que, mais uma vez, o traíam, e perdeu seu ministro nacionalista.

29. Fraquejou novamente em 1953, quando, embora mantendo o correto reajuste do salário mínimo, demitiu João Goulart do ministério do Trabalho, medida exigida em memorial assinado por 82 coronéis do Exército. Nesse episódio, caiu o ministro do Exército, Cyro do Espírito Santo Cardoso.

30. Não era tarefa simples sustentar-se sob constante e intensa pressão contrária da alta finança anglo-americana, a qual não economiza recursos nem hesita em recorrer à corrupção e a práticas celeradas. Entretanto, a pior maneira de reagir a essa pressão é fazer concessões, em vez de cortar a crista dos golpistas.

31. Deixando de coibir aquelas práticas, Vargas facilitou o caminho dos inimigos. Sobraram-lhe escrúpulos, ao exagerar em sua tolerância, para não ser acoimado de ditador. Faltaram bons serviços de inteligência e a compreensão de que seria derrotado, se não mobilizasse o povo e a oficialidade nacionalista.

## **Brasil - Como sobreviver?**

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 02 Setembro 2014 02:09*

1. As TVs e a grande mídia promovem intensamente a candidata que surgiu com a morte do desaparecido na explosão. Marina da Silva costuma ser apresentada como defensora do meio ambiente e como diferente de políticos que têm levado o País à ruína financeira e estrutural, como foram os casos, em especial, de Collor e de FHC.

---

2. Mas Marina não representa ambientalismo algum honesto, nem qualquer outra coisa honesta. O que tem feito é, a serviço do poder imperial anglo-americano, usar a preservação

- do meio ambiente como pretexto para impedir - ou retardar e tornar absurdamente caras - muitas obras de infraestrutura essenciais ao desenvolvimento do País.
3. Pior ainda, a tirania do poder mundial, com a colaboração de seus agentes locais, já ocupa enormes áreas, notadamente na região amazônica, para explorar não só a biodiversidade, mas os fabulosos recursos do subsolo, verdadeiro delírio mineral, na expressão do falecido Almirante Gama e Silva, profundo conhecedor da região e, durante muitos anos, diretor do projeto RADAM.
  4. Além da pregação enganosa sobre o meio ambiente, o império vale-se de hipocrisia semelhante em relação à pretensa proteção aos direitos dos indígenas, a fim de apropriar-se de imensas áreas, que os três poderes do governo têm permitido segregar do território nacional, pois brasileiro não entra mais nelas.
  5. As ONGs ditas ambientalistas, locais e estrangeiras, financiadas pela oligarquia financeira britânica, como a Greenpeace e o WWF (World Wide Fund for Nature) trabalham para quem as sustenta, não estando nem aí para o meio ambiente.
  6. Isso é fácil de notar, pois não dão sequer um pio contra a poluição dos mares, produzida pelo cartel anglo-americano do petróleo: a mais terrível poluição que sofre o planeta, pois os oceanos são a fonte principal do oxigênio e do equilíbrio da Terra.
  7. Marina foi designada ministra do meio ambiente, em Nova York, quando Lula, antes de sua posse, em janeiro de 2003, foi peitado por superbanqueiros, em reunião após a qual anunciou suas duas primeiras nomeações: Meirelles para o BACEN e Marina Silva para o MME.
  8. Empossada no MME, Marina, nomeou imediatamente secretário-geral do ministério o presidente da Greenpeace, no Brasil.
  9. Marina foi dos poucos brasileiros presentes, quando o príncipe Charles reuniu, na Amazônia, outros chefes de Estado da OTAN e caciques das terras que ele e outros membros e colaboradores da oligarquia mundial já estão controlando por meio de suas ONGs e organizações "religiosas", como igreja anglicana, Conselho Mundial das Igrejas etc.
  10. Todos deveriam saber que os carteis britânicos da mineração praticamente monopolizam a extração dos minerais preciosos, e a maioria dos estratégicos, notadamente no Brasil, na África, na Austrália e no Canadá.
  11. Os menos desavisados entenderam por que Marina desfilou em Londres, nas Olimpíadas de 2012, única brasileira a carregar a bandeira olímpica.
  12. É difícil inferir que o investimento da oligarquia do poder mundial em Marina da Silva visa a assegurar o controle absoluto pelo império anglo-americano das riquezas naturais do País?
  13. Algo mais notório: a mentora ostensiva da candidatura de Marina é a Sra. Neca Setúbal, herdeira do Banco Itaú, o que tem maiores lucros no Brasil, beneficiário, como os demais, das absurdas taxas de juros de que eles se cevam desde os tempos de FHC, insuficientemente reduzidas nos governos do PT.

14. Não há como tampouco ignorar as conexões do Itaú e de outros bancos locais com os do eixo City de Londres e Wall Street de Nova York.

15. D. Marina nem esconde desejar que o Banco Central fique ainda mais à vontade para privilegiar os bancos a expensas do País, que já gasta 40% de suas receitas com a dívida pública, sacrificando os investimentos em infraestrutura, saúde, educação etc.

16. Contados os juros e amortizações pagos em dinheiro e os liquidados com a emissão de novos títulos, essa é despesa anual com a dívida pública, a qual, desse modo, cresce sem parar (já passa de quatro trilhões de reais).

17. Ninguém notou que Marina - além de regida pelo Itaú - já tem, para comandar sua política uma equipe de economistas tão alinhada com a política pró-imperial como a que teve o megaentreguista FHC, e como a de que se cercou Aécio Neves?

18. Como assinalou Jânio de Freitas, Marina e Aécio se apresentam com programas idênticos. Na realidade, é um só programa, o do alinhamento com tudo que tem sido reclamado pela mídia imperial, tanto pela do exterior, como pela doméstica.

19. Da proposta de desativar o pré-sal – a qual fere mortalmente a Petrobrás, que ali já investiu dezenas de bilhões de reais, e beneficia as empresas estrangeiras, as únicas, no caso, a explorá-lo - até à substituição do MERCOSUL por acordos bilaterais - como exige o governo dos EUA - Marina e o candidato do PSDB estão numa corrida montando cavalos do mesmo proprietário, com blusas idênticas, diferenciadas só por uma faixa.

20. Por tudo, a figura de Marina antagoniza o pensamento do patrono do PSB, João Mangabeira, e o de seu fundador, Miguel Arraes, cujas memórias estão sendo rigorosamente afrontadas.

21. Não há, portanto, como admitir que os militantes do PSB fiquem inertes vendo a sigla tornar-se instrumento de interesses rapinadores das riquezas nacionais e prestando-se a que oligarcas internos e externos se aproveitem do crédito que os grandes nomes do Partido granjearam no coração de milhões de brasileiros de todos os Estados.

22. Há, sim, que recorrer a medidas apropriadas, previstas ou não, nos Estatutos do Partido, para que este sobreviva e ajude o Brasil a sobreviver.

23. De fato, estamos diante de um golpe de Estado perpetrado por meios aparentemente legais, incluindo as eleições. Parafrazeando o Barão de Itararé, há mais coisas no ar, além da explosão de avião contratado por um candidato em campanha.

24. A coisa começou quando políticos e parlamentares notoriamente alinhados com os interesses da alta finança, e outros enrustidos, articularam a entrada de Marina na chapa do PSB, acenando a Eduardo Campos com o potencial de votos e de grana que ela traria.

25. Fazendo luzir a mosca azul, a Rede o pegou como peixes de arrastão.

26. Alguém viu a foto de Marina sorrindo no funeral do homem? Alguém notou que, imediatamente após a notícia da morte dele, a grande mídia, em peso, dedicou incessantemente o grosso de seus espaços à tarefa de exaltar D. Marina?

27. Os golpes, intervenções armadas e n outras interferências, por meio de corrupção, praticadas a serviço da oligarquia financeira anglo-americana, em numerosos países, inclusive o nosso, desde o Século XIX, deveriam alertar-nos para dar mais importância a contar com bons serviços de informação e de defesa.

28. Golpes de Estado podem ser dados através de parlamentos, poderes judiciários, além de lances como os que estão em andamento. Agora, a moda adotada pelo império anglo-americano, como se viu em Honduras e no Paraguai, na suposta primavera árabe, na Ucrânia etc., é promover golpes de Estado, sem recorrer às forças armadas, as quais, de resto, no Brasil, têm sido esvaziadas e enfraquecidas, a partir dos governos dirigidos por Collor e FHC.

## Eleições e coisas sérias

*Adriano Benayon - Publicado em Segunda, 22 Setembro 2014 17:37*

1. Os candidatos que se apresentam em oposição à atual presidente, com chances - tanto Marina, como Aécio – dizem-se defensores da "liberalização" da economia brasileira.

---

2. Na verdade, adotam ostensivamente o projeto pró-imperial, como decorre não só de seus "programas", mas também de suas trajetórias e de quem os financia; do apoio da grande mídia, instrumento tradicional dos concentradores econômicos transnacionais e locais; dos formuladores de suas políticas econômicas, ligadíssimos à oligarquia financeira angloamericana.

3. A atual presidente, tal como Lula, tampouco significa a perspectiva de que o Brasil reverta a lamentável condição a que tem descido desde o golpe de 1954, quando se institucionalizou a dependência financeira e tecnológica, através da desnacionalização da indústria e dos demais setores da economia.

4. Os governos do PT consolidaram esse processo, acelerado por mandatários radicalmente servis ao império angloamericano, como Collor e FHC, investidos na presidência por meio de golpes eleitorais em 1989, 1994 e 1998.

5. Os petistas diferiram deles, principalmente ao: a) reduzir um pouco as taxas de juros, o que não evitou a dívida pública crescesse, nem a conta anual dela, a qual consome 40% das receitas públicas; b) aumentar o valor real do salário mínimo e ampliar as políticas sociais; c) elevar substancialmente a oferta de crédito, através dos bancos públicos, e os investimentos em infra-estrutura, cujos resultados não têm sido proporcionais ao volume de dinheiro provido a baixo custo.

6. Tais empréstimos têm feito acentuar a concentração e a desnacionalização, pois favorecem as grandes empreiteiras, grupos concentradores, sobre tudo, transnacionais. O mesmo efeito resulta das "parcerias público-privadas (PPPs), em que o Estado banca o capital, assume o risco, e os parceiros privados obtêm lucro garantido.

7. Isso decorre das reformas desestruturadoras impostas pelo império angloamericano, aceleradas desde 1990, em função das privatizações e da deterioração da administração pública.

8. Esta adveio de: a) a colocação dos setores-chave da economia sob o comando das agências reguladoras, infiltradas por "técnicos" ligados às transnacionais estrangeiras; b) óbices inseridos na legislação, como a lei de licitações e as restrições ambientais para tolher o desenvolvimento; c) queda de qualidade dos quadros da administração; d) temores desses quadros de assumir responsabilidades, sob a mira do Ministério Público, influenciado por ONGs financiadas pela oligarquia financeira estrangeira, e em face do TCU, sobre o qual agem essas e outras forças contrárias aos interesses nacionais.

9. Nesse contexto, o PIB ainda cresce, devido, em grande parte, à produção e à exportação intensivas de recursos naturais. Mas o pesado déficit que se vem acumulando nas transações correntes com o exterior, denuncia as terríveis deficiências estruturais da economia brasileira.

10. Entre essas, o gap (hiato) tecnológico que a distancia das economias dos países que não entregaram suas empresas ao controle de transnacionais estrangeiras, como até a pequena Coreia.

11. Esse hiato já era muito grande, nos anos 80, e só fez aumentar desde então, dado que a entrega do mercado brasileiro às transnacionais, iniciada em 1955, continuou acelerando-se, e tecnologia só se desenvolve onde há empresas nacionais competindo no mercado interno e, depois, passando a exportar bens de elevado valor agregado.

12. Além disso, o Brasil é sugado pelo endividamento, numa intensidade inacreditável, mormente a partir da crise da dívida externa de 1982, que não foi negociada soberanamente. Ao contrário, os governos submeteram-se ao "sistema financeiro internacional" nessa e em posteriores crises.

13. Isso levou a colossais pagamentos em 1989 e 1990, logo após a Constituição de 1988, na qual foi acrescentado ao art. 166, § 3º, inciso II, por meio de fraude, dispositivo que privilegia as despesas do "serviço da dívida" e facilita a aprovação dessas despesas em montantes absurdos.

14. Atualizado monetariamente, o serviço da dívida custou R\$ 1,8 trilhão em 1989/1990, quantia cuja média anual equivale a 17% do atual PIB e a incríveis 34% do PIB de então. De 1991 a 1994, a média, embora caísse muito, ainda foi excessiva, cerca de 11% do PIB.

15. De 1982 a 1988 o Tesouro acumulou verbas, em moeda nacional, muito maiores do que poderia, sem enorme prejuízo para os investimentos públicos, visando a cumprir o determinado nas pseudonegociações com os banqueiros para o serviço de dívidas não auditadas, inclusive

as do setor privado, assumidas pela União, e infladas por taxas de juros e numerosas taxas bancárias inaceitáveis.

16. Esse perverso processo, incluiu a entrada de dólares no País (facilmente criados, do nada, pelos bancos da oligarquia mundial), a fim de retornarem para eles, através dos pagamentos da dívida pública, para os quais as verbas amealhadas em moeda nacional, para esse fim, puderam ser convertidas em dólares.

17. Com efeito, mesmo restando os investimentos, desde 1982, o País não obtinha moeda estrangeira, sem depender dos bancos "credores", porquanto não teve, em toda a década dos anos 80, saldos positivos nas transações correntes com o exterior.

18. Nos anos 80, o governo militar havia instituído a Lei da Informática e deu continuidade a projetos tecnológicos na esfera estatal, limitados, porém, pelas dificuldades orçamentárias condicionadas pela formação dos superávits primários.

19. Na transição, Sarney só resistiu às pressões dos banqueiros e demais concentradores nos primeiros meses, e, ao entrar em cena a pseudo-democratização, foi eliminado o que restava de medidas pró-indústria nacional.

21. De fato, adicionando mais danos aos danos resultantes do empobrecimento do País através do serviço da dívida e das transferências de ganhos das transnacionais, vieram, a partir de 1991, as liquidações de empresas estatais e a privatização em massa, sob o ridículo pretexto de que a desestatização proporcionaria recursos para pagamentos da dívida.

22. Em 1988, a Constituição - sob influências pecuniárias e midiáticas nada sensíveis aos interesses nacionais - nasceu desfavorável, ao desenvolvimento do País, haja vista, entre outros, o art. 164, que tira do Tesouro o poder de emitir moeda, e o coloca à mercê dos banqueiros, e recepcionando a famigerada Lei 4.595, de dezembro de 1964.

23. O quadro tornou-se ainda mais desolador com as emendas constitucionais promovidas por Collor e por FHC, destruidoras de qualquer pretensão à independência nacional. Entre essas, a que suprimiu a distinção entre empresas de capital nacional e de capital estrangeiro (a CF já considerava brasileira qualquer empresa constituída no Brasil de acordo com as leis brasileiras).

24. Nada disso foi revertido. Assim, sob as atuais estruturas do Estado e do setor privado, mesmo havendo crédito público considerável, a juros acessíveis, o grosso dele não é aproveitado para investimentos produtivos.

25. Mesmo quando o é, isso não traz proveito para a economia nacional, porquanto esses investimentos fazem intensificar a concentração da economia, realizados que são por um setor privado desnacionalizado e concentrado, cujos lucros são carreados, na maior parte, para o exterior.

26. Tudo prejudica os investimentos, especialmente os de empresas médias e pequenas: a taxa de câmbio supervalorizada e o capital de giro caro, consequências do desequilíbrio

crônico nas transações correntes com o exterior e da atração de dólares para cobrir esse déficit, conducente a altas taxas de juros internas.

27. Além disso: absurdas tarifas da energia, resultado do pavoroso modelo de gestão do setor, "orientado" por um conceito fajuto de "mercado"; a lastimável estrutura de transportes, formada para propiciar mais lucros às montadoras estrangeiras de veículos (até as estradas esburacadas contribuem para isso); impostos elevados, para a receita ser gasta com a dívida pública.

28. Se se quer desenvolvimento, o caminho não é continuar dando isenções e subsídios às transnacionais, nem oferecer-lhes crédito público a baixos juros.

29. O País necessita, com urgência, de mudança estrutural, dotando o Estado de poder e de meios para promover o desenvolvimento e viabilizar empresas de capital nacional em condições de competir em produções intensivas de tecnologia e com elevado valor agregado.

30. Tudo isso só é possível, se o sistema político for alterado, e as eleições não continuarem à mercê dos concentradores financeiros e dos carteis transnacionais, nem da mídia a serviço deles.

31. Em suma, se ficarmos pensando só nas eleições, as coisas agravar-se-ão, com Dilma e mais ainda com Aécio, e muito mais com Marina, ligadíssima ao império.

## **FHC: um intelectual?**

*Adriano Benayon - Publicado em Quinta, 09 Outubro 2014 01:13*

É bom desmascarar essas levianas declarações de FHC.

---

Fernando Henrique Cardoso (FHC) não tem autoridade intelectual, nem moral, alguma para dizer que as classes de menor renda de nosso povo são mal informadas.

Elas só são mal informadas, na medida em que veem a TV comercial, a qual está, por inteiro, nas mãos de inimigos do País, controlada, há mais de 60 anos, pela oligarquia financeira anglo-americana, cujo objetivo é empurrar o Brasil para o subdesenvolvimento e para o atraso tecnológico.

Na realidade, quem está não só mal informado, mas desinformado e intoxicado por lavagem cerebral, são os leitores da revista VEJA, os do jornal O GLOBO e demais veículos conhecidos por suas iniciais: GAFE (Globo, Abril, Folha e Estadão).

A intervenção estrangeira, dentro do Brasil, produziu, entre outros estragos, o de abaixar grandemente o nível da cultura e a qualidade dos que têm acesso à escolaridade, inclusive no nível dito superior.

Assim, a grande maioria dos brasileiros das classes de maior renda que buscam "informação" na mídia do GAFE, carecem de sistema imunológico, em seus intelectos, para não se deixarem intoxicar pela sistemática deformação dos fatos e pelas interpretações falaciosas desses fatos, que constituem a atividade profissional dos comunicadores a serviço da grande mídia.

Esses que imaginam ter boa instrução, são, pois, os pessimamente informados, que ignoram e teimam em ignorar até as mais visíveis perversidades cometidas contra o Brasil nos dois mandatos de FHC, ambos obtidos por meio de fraudes, golpes e corrupção. Nunca quiseram ler sequer o livro "O Brasil Privatizado", de Aloysio Biondi, o melhor jornalista econômico que já tivemos.

Quanto mais se pesquisa, mais se encontram exemplos das degradantes medidas tomadas durante os mandatos de FHC, todas com o objetivo de promover a desnacionalização e a impotência econômica e tecnológica do Brasil.

FHC não é intelectual, coisíssima nenhuma.

É um desses indivíduos que os serviços, agências e fundações das potências imperiais anglo-americanas, recrutam, dentro de seu programa de "trabalho": conspirar contra o País, impedir seu desenvolvimento e abalar até mesmo sua integridade, por meio de intervenção permanente.

O recrutamento de FHC - por fundações norte-americanas, ligadas à CIA, uma das 16 agências de "inteligência" dos EUA - está documentado em, entre outras publicações, o livro "E Quem Pagou a Conta", de autoria da pesquisadora Frances Stonor Saunders, tradução editada pela Record. Para não quebrar a sequência, transmitirei, em anexo, uma apresentação dessa obra por Armindo Abreu e Sebastião Nery.

Bem, FHC foi recrutado por sua qualidade intelectual? Não.

Os que o recrutaram, trataram de construir sobre ele a falsa imagem de intelectual. Interessou-lhes mais haver FHC posado de marxista, na época de professor na USP, e ter sido aposentado prematuramente, em 1964, alegadamente por inclinação à esquerda.

Isso lhe proporcionou posar de exilado no Chile, onde lhe arranjaram colocação na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e pôde acumular os proventos desse emprego com os da aposentadoria, na realidade, um prêmio do regime militar.

FHC é filho e sobrinho de generais do Exército. Estes até participaram da campanha "O Petróleo É Nosso", em 1952/53. Mais uma falsa credencial: além da de suposta esquerda, a de nacionalista. Ou seja, as antíteses das políticas de FHC.

Nada mais conveniente, pois, para a CIA que fomentar a carreira de alguém aparentemente insuspeito para cometer os crimes que cometeu contra a sociedade e contra o País.

A carreira de FHC foi, assim, turbinada por numerosos golpes e factoides, sob o a direção de serviços secretos e entidades da oligarquia financeira anglo-americana. O lance inicial ocorreu, no final dos anos 60: a doação estimada em 800 mil dólares, concedida pela Fundação Ford ao CEBRAP, instituto criado por FHC em SP.

É fácil construir a carreira de alguém escalado para ser seu instrumento, já que a oligarquia financeira mundial tem decisiva influência sobre organismos internacionais, inclusive ONU, universidades e a grande mídia, em todas as partes do mundo.

Ademais, os golpes no Brasil não foram só os militares. A intervenção faz-se sempre, através de corrupção da grossa, aquela que a grande mídia encobre.

O rarefeito valor intelectual de FHC contrasta com a imagem criada sobre ele, conforme o método de repetir mentiras até virarem "verdade", como ensinou o psicólogo Edward Bernays, sobrinho de Freud.

Em meu livro "Globalização versus Desenvolvimento", nas páginas finais, demonstrei em que consiste a obra principal atribuída à autoria de FHC (em co-autoria com o chileno Enzo Faletto, o enormemente divulgado (et pour cause) Dependência e Desenvolvimento na América Latina.

Trata-se de um livro mal escrito, com parágrafos longos e confusos, com frases mal encadeadas, cuja finalidade é afirmar que a dependência (econômica, financeira e tecnológica, entre outras) seria compatível com o desenvolvimento.

A história dos últimos 60 anos no Brasil demonstra exatamente o contrário disso.

Eis um trecho de meu livro, em que cito depoimentos de intelectuais de alto nível sobre a obra de FHC:

Como observou Celso Brant, o melhor julgamento sobre a obra sob comento foi o de João M. Cardoso de Mello, destacado professor da UNICAMP: "O livro é um malogro completo [...] Um livro de circunstâncias. Se você tirar da prateleira e for ler, aquilo não fica em pé".[1] Já o professor laureado da Universidade de Yale, Robert Packerman, considera que as únicas partes aproveitáveis do trabalho de Cardoso e Faletto são as que eles copiaram de André Gunder Frank.[2]

## **Posso saber em quem votei?**

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 21 Outubro 2014 00:35*

1. Às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais, o Brasil tenta sobrenadar num mar formado pela caudal dos factoides e da desinformação, combinada com a avalanche da exploração de preconceitos ideológicos.

---

2. Para não nos afogarmos, é conveniente estar atentos aos fatos, pois estes costumam receber dois tipos de tratamento da grande mídia, das cúpulas profissionais e mesmo da maioria dos acadêmicos: a) ser deliberadamente ocultados e, assim, ignorados por muitos; b) ser errônea e/ou incompletamente contados, além de deformados, ao serem interpretados em seu conjunto.

3. Um fato importante é que a urna eletrônica "brasileira" não é, nem um pouco, confiável, pois ela depende do programa (software), sendo impossível detectar qualquer fraude nele inserida.
4. Baseio-me no que tem sido demonstrado por professores de ciência da computação, da mais inquestionável competência.
5. Eles explicam que, sem mudar para urnas de geração mais avançada, o próprio voto impresso, a última linha de defesa dos que pugnam por eleições livres, só possibilitaria comprovar, por amostragem, ter havido fraude em determinada seção ou zona eleitoral.
6. Mas os tribunais eleitorais não admitem sequer a impressão do voto, e o próprio STF chegou a ponto de considerá-la inconstitucional, alegando que isso quebraria o sigilo do voto, princípio constitucional com valor de cláusula pétrea.
7. Ora, até antes da urna eletrônica, o eleitor escrevia na célula o número de seu candidato, e seria puro nonsense dizer que se estava quebrando o sigilo do voto.
8. Faz lembrar a República Velha e um dos motivos da Revolução de 1930: instituir eleições livres. O País clamava por acabar com o voto de cabresto, no contexto socioeconômico semicolonial descrito no clássico de Victor Nunes Leal, Coronelismo, Enxada e Voto.
9. Contava-se esta estória: um grande fazendeiro chama os peões e distribui-lhes papéis dobrados em envelopes para colocar na urna. Um dos peões pergunta ao patrão se poderia saber o que está escrito no papel. Resposta: "Não pode, não. Você não sabe que o voto é secreto?"
10. Seria de valia para quem deseja conhecer a questão, acessar o site [www.votoseguro.org](http://www.votoseguro.org) e ler a ata de reunião da CCJ da Câmara dos Deputados, de 08.05.2012, na qual falaram os principais especialistas em segurança eletrônica do País.
11. Há um excelente resumo (12.05.2012) desses depoimentos por Osvaldo Maneschy, que começa assim:  
  
Na audiência pública para discutir se o voto eletrônico deve ser impresso ou não, na última terça 8/5, na CCJ da Câmara, ficou claro: o TSE bate de frente com os especialistas em informática que garantem que a impressão é a única forma de tornar segura a urna eletrônica que usamos no Brasil, de 1ª geração, ultrapassada, diferentemente de máquinas modernas – como a urna eletrônica argentina, de 3ª. geração - que imprime o voto e permite que o eleitor o confira."
12. Maneschy cita o professor Diego Aranha, hoje na UNICAMP, e que fizera importante demonstração pública disto: "Tivemos apenas uma hora de acesso ao código-fonte da urna eletrônica brasileira, mas foi tempo suficiente para quebrarmos o único dispositivo que ela usa para garantir o sigilo do voto."
13. Aranha foi, na UNB, aluno do Prof. Pedro Rezende. Este, em um de seus artigos magistrais, publicado no Observatório da Imprensa, 15.04.2014, esclarece que um sistema eletrônico de votação como o do TSE, baseado em urna modelo DRE, caracterizado por não

permitir recontagem dos votos, potencializa ao máximo os problemas decorrentes da informatização, por implicar dependência absoluta em relação ao software.

14. Rezende cita pesquisas da agência oficial dos EUA, U.S. Election Assistance Commission, (diretrizes VVSG - Voluntary Voting System Guidelines) e o Brennan Report, da Universidade de Nova York.

15. Elas descrevem 128 formas de fraude em sistemas de votação eletrônica e recomendam a diretriz VVPAT (Voter-Verifiable Paper Audit Trail), que dota o sistema de trilha de auditoria com registro material de cada voto, verificável pelo eleitor.

16. Esse registro serve para entrada do voto eletrônico na urna, em cujo modo é escaneado, ou como saída do voto eletrônico, em cujo modo é impresso; depois, para depósito manual ou automático, para possível auditoria.

17. Ainda Rezende: "Dos países que testaram ou usaram sistema baseado em urna DRE ... todos, à exceção do Brasil, já a abandonaram. Bélgica, Rússia, Índia, EUA, Canadá, México, Venezuela, Peru, Equador, Argentina usaram e trocaram ou adaptaram seus sistemas para algum modo VVPAT. Por fim, EUA Israel, Equador e Argentina, em eleições locais ou regionais, já usaram ou usam sistema E2E, cujas trilhas virtual e material de contagem e de auditoria dos votos são interdependentes."

18. Outro expoente da matéria, o Eng. Amilcar Brunazo Filho diz: "O eleitor argentino pode ver e conferir o conteúdo do registro digital do seu voto. O eleitor brasileiro não pode!. No Brasil, o voto é secreto até para o próprio eleitor."

19. Não é aceitável, portanto, a postura do STF, TSE e muitos TREs, que têm indeferido pedidos de se demonstrar, perante essas autoridades, a completa vulnerabilidade da urna eletrônica à fraude.

20. Menos ainda, que ministros do STF tenham interferido no poder legislativo, seja para impedir a aprovação do voto impresso, seja para cassá-lo, quando leis foram promulgadas para assegurá-lo.

21. Em 2004, Nelson Jobim, então presidente do STF, fez convocar reunião de líderes da Câmara dos Deputados, na qual os intimidou (todo político tem processos nas altas cortes), para, por voto de liderança, decidirem suprimir da lei a impressão do voto.

22. Chegou a viger, mas quase não chegou a ser aplicada, Lei do Voto Impresso, de autoria do Senador Requião, e, em 2009, foi promulgada por Lula, lei dos deputados Brizola Neto e Flávio Dino, que teve este destino, selado pelo STF, em 06.11.2013:

"O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade do artigo 5º da Lei 12.034/2009, que cria o voto impresso a partir das eleições de 2014. Na sessão plenária realizada nesta quarta-feira (6), os ministros confirmaram, em definitivo, liminar concedida pela Corte em outubro de 2011, na qual foram suspensos os efeitos do dispositivo questionado pela Procuradoria Geral da República (PGR) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4543."

23. Após o 1º Turno das Eleições de 2014, o que já era mais que suspeito, tornou-se flagrante. Nunca se viram discrepâncias tão grandes entre as pesquisas de boca de urna e os resultados finais.

24. Em geral, a favor dos candidatos afinados com o sistema de poder comandado pelas oligarquias financeiras mundial e local, e em prejuízo dos políticos com currículo de defesa dos interesses nacionais, como Requião, ou críticos de sustentáculos daquele sistema (Globo), como o mesmo e Garotinho.

25. O professor Gustavo Castañon, da UF Juiz de Fora, publicou em "O Viomundo", 11.10.2014, artigo em que define a 'urna eletrônica brasileira' como a única do mundo totalmente invulnerável à fiscalização.

26. Castañon assinala que o resultado de Aécio foi muito além da margem de erro do Ibope, 1,5% além do previsto, e o de Dilma, aquém, 2,5% . Aécio tinha 99% de chances de ter entre 28% e 32% dos votos. Teve 33,5%.

27. O outro "erro" foi com os índices de Dilma. Ela teve 0,5% para menos, além da margem de erro. Castañon: "A chance de isso acontecer é bem menor do que  $0,005 \times 0,005$ : menor que 0,000025."

28. Resumindo Castañon: Resultados virtualmente impossíveis aconteceram em todo o País . A avalanche absurda de 40,4% em Sartori no RS, por exemplo, quando a boca de urna previa 29%. Esta dava Genro (PT) 35%, Sartori (PMDB) 29%, Amélia (PP) 26%. As urnas deram Sartori 40,4%, Genro 32,5% e Amélia 21,7%. Não existem espaços na linha para os zeros necessários para expressar a probabilidade de isso ter ocorrido por acaso.

29. Olívio Dutra, no RS, perdeu a vaga no Senado, depois de a boca de urna ter indicado sua vitória por 6 pontos percentuais de diferença . No RJ, 8% dos votos parecem ter sido transferidos de Garotinho para Pezão e Crivella . Pezão teve mais 6% e Crivella mais de 2%, acima da margem de erro.

30. Pergunta, ainda, Castañon: Por que será que temos o Congresso eleito mais fisiológico de todos os tempos? E afirma: "O estado das coisas se torna mais chocante com a quantidade de denúncias de fraude abafadas pela imprensa e o fato de o TSE ter terceirizado a operação das urnas nesta eleição de 2014 para empresas privadas."

31. Ele conclui: "só restam duas possibilidades: ou o Ibope fraudou as pesquisas de boca de urna e arruinou voluntariamente sua reputação, ou o Brasil viveu sua maior e mais escandalosa fraude até hoje. Escolha que teoria da conspiração lhe parece mais racional, porque é só o que tem pra hoje."

# O Brasil e a Petrobrás

*Adriano Benayon - Publicado em Quinta, 18 Dezembro 2014 00:23*

1. O Brasil vive batalha decisiva de sua História: a da sobrevivência da Petrobrás como empresa nacional. E isso com qualquer resultado, pois a eventual derrota poderá ser o marco, a partir do qual o povo brasileiro resolva partir para o basta e reverter o lastimável processo dos últimos 60 anos em que praticamente só acumula derrotas do ponto de vista estrutural.

---

2. Principalmente desse ponto de vista, porque, mercê da estrutura que se formou na Era Vargas, ainda foram colhidas - por muito tempo e até os dias de hoje - grandes vitórias em termos de desenvolvimento de tecnologia e capacidade produtiva no País.

3. O progresso estrutural do Brasil ocorreu, até 1954, não apenas em função de investimentos do Estado, mas também por ter este agido como promotor da indústria privada, tendo, antes daquele ano fatídico, surgido firmas nacionais de ótima qualidade, algumas das quais já se tinham tornado grandes.

4. Essas foram as primeiras e grandes vítimas do modelo de dependência financeira e tecnológica adotado desde 1955 e no quinquênio de JK, quando o Estado, foi usado como promotor da desnacionalização da indústria, o que gradualmente levou à da dos demais setores da economia.

5. Os governos militares (1964-1984), embora se tenham submetido às regras e imposições do sistema financeiro mundial - criaram estatais importantes, como a EMBRAER, em 1969, possibilitada pela criação do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), em 1946, e do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), em 1950.

6. A EMBRAER foi uma das inúmeras grandes estatais criminosamente privatizadas pela avalanche de corrupção dos anos 90, que atingiu também a TELEBRÁS, fundada em 1972, a qual igualmente gerara excelentes resultados em produções realizadas com tecnologia nacional, e foi totalmente esvaziada pelas concessões entreguistas do sistema de telecomunicações.

7. Em 1990, Collor, o primeiro presidente eleito pelo voto direto – de resto, mediante incríveis manipulações, negadoras da essência da democracia – encaminhou a Lei de Desestatização, juntamente com denso pacote de legislação antibrasileira, formulado em Washington e meteoricamente aprovado pelo complacente Congresso.

8. Interessante que os governos militares – não só haviam mantido as estatais da Era Vargas - mas criaram várias outras. Entretanto, os indivíduos ideologicamente amestrados atribuem comunismo ou esquerdismo aos que, em favor do desenvolvimento, reconhecem a importância de empresas e de bancos estatais.

9. Se não estivessem mentalmente controlados pelo sistema de poder mundial veriam que as estatais, além do que realizam diretamente, são fundamentais para viabilizar, ao abrir

concorrências, encomendas e financiamento a empresas privadas nacionais, que, com isso, geram empregos qualificados e elevam o padrão tecnológico do País.

10. Ademais, acabar com as estatais significa deixar à mercê dos cartéis e grandes grupos privados o grande espaço estratégico – como é o caso da indústria do petróleo e derivados – inevitavelmente ocupado por empresas de grande porte, nos quais a dimensão inviabiliza a concorrência honesta entre empresas privadas.

11. Antes de explicar por que a corrupção não é inerente à natureza das estatais – ao contrário do que imaginam os impressionados pelos inegáveis escândalos de corrupção que têm assolado a Petrobrás – convém lembrar a incoerência dos que se escandalizam com a brutal concentração de renda, cada vez mais acentuada em todo o mundo, e propõem privatizações, cujo efeito tem sido tornar a concentração econômica ainda mais aguda e socialmente insuportável.

12. De fato, todos estão tendo acesso a informações de que, neste mundo de mais de seis bilhões de habitantes, pouco mais de cinquenta grupos financeiros controlam praticamente todas as transnacionais em atividade no Planeta. Fosse isso pouco, o analista da moda, Thomas Piketty, tem observado que a concentração de riqueza tem sido grandemente subestimada, mesmo nos países sedes da oligarquia financeira mundial.

13. E por que foi implantada a corrupção na Petrobrás? Porque a estrutura de poder político já se tornara dominada pelos interessados em desmoralizá-la e eventualmente privatizá-la e/ou liquidá-la. Amiúde, o primeiro passo dos agentes imperiais é minar e desmoralizar a administração estatal, para justificar a privatização.

14 De fato, a corrupção foi intensificada durante governos aqui instalados (Collor e FHC) com o projeto de tornar definitivo e irreversível o atraso do Brasil e sua submissão aos centros de poder mundial, na vil posição de fornecedor de recursos naturais, presidindo a abertura de buracos no lugar das estupendas reservas de minerais estratégicos e preciosos, sem que isso sequer impedisse o crescimento vertiginoso dos déficits de comércio exterior e do endividamento público.

15. A desnacionalização predadora não começou com os dois que foram os primeiros eleitos sob o novo regime pretensamente democrático. Mas eles fizeram profundas reformas na estrutura de mercado – com o usual beneplácito do Congresso - para torná-la ainda mais talhada de acordo com os interesses dos cartéis transnacionais. E o PT não fez reverter essa tendência.

16. Em relação à Petrobrás, FHC promoveu a aprovação da Lei 9.478, de 06.08.1997, que eliminou, na prática, a norma constitucional do monopólio da União na produção, refino e transporte do petróleo, não formalmente revogada.

17. Essa lei permitiu, assim, a exploração de imensas jazidas descobertas pela Petrobrás na plataforma continental, por cartéis transnacionais, liderados pelas gigantes empresas angloamericanas - que, há mais de um século, têm preponderado no produto de maior expressão no comércio mundial.

18. Ademais, dita Lei criou a Agência Nacional do Petróleo (ANP) no esquema de esvaziar a administração do Estado, terceirizando-a para agências ditas públicas, dotadas de autonomia e postas sob a direção de executivos e técnicos ligados à oligarquia financeira angloamericana.

19. Um desses, genro de FHC, David Zylberstajn, foi nomeado diretor-geral da ANP. Como lembrou o engenheiro Pedro Celestino, em excelente artigo, teve início, sob o comando de Zylberstajn, "o leilão das reservas de petróleo brasileiras, em modelo que não se aplica no mundo desde o primeiro choque do petróleo, permitindo à concessionária apossar-se do petróleo produzido, remunerando o Governo com royalties, ao invés de receber por prestação de serviços."

20. As constatações de corrupção nas encomendas da Petrobrás - em inquérito da Polícia Federal, ainda não terminado - estão servindo de tema para a campanha de desestabilização e impeachment da presidente da República, e também de argumento favorável à privatização.

21. Nenhum desses objetivos sustenta-se em bases justificadas, pois o autor da delação premiada tornou-se diretor da Petrobrás no governo de FHC, mentor do partido que se pretende beneficiar com a derrubada de Dilma Roussef ou sua transformação em títere completo do capital estrangeiro, o qual tem no PSDB seus principais serventuários locais.

22. Ademais, o delator Paulo Roberto Costa praticou, ele mesmo, os crimes que denuncia, em prejuízo do patrimônio público e em ofensa à moralidade da Administração, como também cometeram políticos de diversos partidos que têm exercido cargos diretivos na Petrobrás.

23. Paulo Metri, outro competente e experiente engenheiro da Petrobrás, reafirma ser indispensável investigação profunda na estatal. Ressalva, porém, que a exposição antecipada de fatos investigados pode ter tido por meta somente derrubar as intenções de votos pró-Dilma.

24. Assinala que a presidente não tolheu as ações da Polícia Federal, nem tem um engavetador para sumir com os processos. Nota: alusão ao PGR de FHC, conhecido como engavetador-geral da República.

25. Metri considera imprescindível punir, com rigor, os agentes públicos comprovadamente corruptos e também os esquecidos corruptores. Até porque, mais que o desvio de dinheiro, a corrupção com a Petrobrás atinge a auto-estima de que o País precisa para realizar seu projeto nacional.

26. Em relação à Petrobrás, é fundamental corrigir os vícios nela implantados e viabilizar seus investimentos, cuja enorme rentabilidade está assegurada em função das colossais descobertas que a estatal obteve na plataforma continental e no pré-sal.

27. A Petrobras – aduz Metri - tem vencido obstáculos, como extrair, de grandes profundidades e a distâncias da costa cada vez maiores, petróleo escondido abaixo de camadas incomuns, mercê de tecnologias especiais desenvolvidas por técnicos da estatal.

28. A qualidade destes depende da motivação e de que não sejam preteridos por políticos em cargos de direção nem por terceirizados.

29. Celestino e Metri lembram que FHC elevou desmesuradamente o salário de gerentes e superintendentes, o que os fez, por demais, temerosos de perder seus empregos, e omissos em resistir contra decisões suspeitas, tal como ocorre com terceirizados. Ademais, FHC liberou a Petrobrás de cumprir a Lei de Licitações, apoiado por decisão do ministro Gilmar Mendes, no STF.

30. Não basta para reverter o descalabro, evitar que Dilma seja substituída por alguém mais propenso a aceitar as imposições imperiais. Há que dar passos na restauração da soberania nacional, ferida inclusive pela alienação, quase graciosa, de 40% das ações preferenciais da Petrobrás, após a promulgação da Lei 9.478/1997, e pelos leilões do petróleo da plataforma continental e do pré-sal, nos governos do PT.

## **Crise interna e mundial**

*Adriano Benayon - Publicado em Sexta, 02 Janeiro 2015 12:25*

1. O ano termina sob o espectro de perspectivas preocupantes no âmbito nacional e no do poder mundial.

---

2. Isso recomenda que os povos assumam atitude engajada e participativa, livre das falsas lideranças que iludem tanta gente, e, assim, se libertem de um sistema que os despoja e aliena.

3. No País persiste o assédio para que se desnacionalizem as poucas grandes empresas públicas e privadas sob controle nacional que ainda lhe restam.

4. Historicamente, os agentes das campanhas nesse sentido valeram-se sempre, como ocorre atualmente, da retórica moralista para atingir seu real objetivo.

5. Vivemos sob um sistema político em que os aspirantes aos cargos eletivos dependem de exposição na TV – um espaço fechado aos não comprometidos com os reais donos e beneficiários desse sistema. Dependem também de dinheiro grosso para as campanhas eleitorais, num país em que a economia é concentradíssima e desnacionalizada.

6. Nessas condições, ainda que o Executivo estivesse nas mãos de titular solidamente apoiado pela maioria da sociedade, ele não teria como colocar os interesses dela acima dos grupos que concentram o poder real.

7. Estes elegem a grande maioria do Congresso e, sustentando-se na grande mídia, exercem ascendência ideológica sobre o Judiciário, o Ministério Público, a Polícia, os quadros técnicos e administrativos da Fazenda, Banco Central etc.

8. Além disso, a autonomia dada pela Constituição a esses órgãos e a instituição das agências independentes permitem ações e iniciativas descoordenadas, em que preferências pessoais substituem políticas coerentes orientadas pelo interesse público.

9. Ademais, cargos na Administração, nas agências do Estado e nas grandes empresas e bancos estatais são usados pelos chefes do Executivo, inclusive os do PT - pois lhes falta maioria no Congresso, onde prevalece o toma-lá-dá-cá - como moeda de barganha com partidos políticos, em nome da "governabilidade".

10. Isso não significa que a corrupção tenha aumentado em relação a Collor e FHC, mais claramente engajados com a oligarquia financeira mundial - e cujas eleições foram por ela patrocinadas.

11. Os casos de corrupção nos entes públicos e nas estatais servem como instrumentos de chantagem operados por revistas de opinião - tradicionalmente amparadas por serviços secretos estrangeiros - e como munição para alvejar as estatais e fazer que a União as entregue a troco de nada.

12. De qualquer forma, os petistas no Executivo são, de há muito, acuados para cederem mais espaço aos quadros da confiança da oligarquia, e, quanto mais fazem concessões, mais ficam vulneráveis, e mais são alvo de ataques desestabilizadores.

13. Desde antes da eleição presidencial, o epicentro da crise tem sido os escândalos nas encomendas da Petrobrás, com ou sem licitações.

14. A presidente ficou na defensiva, pois a Administração não se antecipou nas investigações à Polícia Federal e ao Ministério Público. Enfraqueceu-se, assim, em face das pressões que têm por obter mais concessões em favor das grandes transnacionais do petróleo: mais leilões e abertura ao óleo do pré-sal, mais ampla e favorecida que a que já lhes tem sido proporcionada pela ANP.

15. No mesmo impulso de tornar a Petrobrás um botim da onda privatizante, as transnacionais aproveitam para colocar em cheque as empreiteiras, conglomerados de capital nacional, atuantes em numerosas indústrias e serviços tecnológicos.

15. Seja sob o atual governo, manipulado para ceder mais, seja sob políticos mais intimamente vinculados ao império angloamericano, como os do PSDB, trama-se a culminação do processo de desnacionalização da economia e de destruição completa da soberania nacional.

16. Na economia, a desnacionalização e demais defeitos estruturais geraram mais uma crise, tendo - mesmo com baixo crescimento do PIB - o déficit de transações correntes com o exterior aumentado em mais de 12% em 2014, após crescer de US\$ 28,2 bilhões em 2008 para U\$ 81 bilhões em 2013.

17. Enquanto a sociedade não forma um movimento para construir modelo econômico e social viável, é importante entender que só isso a poderá salvar. Golpe parlamentar, judicial, ou do tipo que for, para trocar de presidente e de partido no governo, apenas agravaria a situação.

18. O futuro ministro da Fazenda, Joaquim Levy - não nestes termos - declarou-se favorável a medidas macroeconômicas ao gosto do "mercado financeiro", i.e., dos grandes bancos mundiais e locais. É, pois, desse modo que a presidente espera enfrentar mais uma crise recorrente causada pelas estruturas políticas e econômicas do modelo dependente.

19. Essas estruturas são: a primarização e perda de qualidade relativa do que sobrou da indústria; a concentração; a desnacionalização da economia. Elas implicam que o Brasil está mal posicionado diante das dificuldades, sem falar no desastre estrutural derivado, que é a dívida pública.

20. Essa já cresceu demais, devido aos juros compostos a taxas absurdas, e crescerá mais, mesmo com a volta do superávit primário para pagar juros, uma vez que os feiticeiros incumbidos de sanar a crise não pretendem baixar as taxas. Muito pelo contrário...

21. Completando o conjunto de fatores - incuráveis sem mudança de sistema político e econômico - estão aí as infra-estruturas deterioradas, desde há décadas, como as da energia e dos transportes.

22. Vejamos algumas das ideias de Levy externadas em entrevista ao "Valor", na qual defendeu o consenso dos banqueiros e economistas "liberais", em versão moderada, i.e., sem o radicalismo das propostas dos candidatos que se opuseram à presidente.

23. Levy não tem como escapar às contradições e aos impasses a que conduzem seus planos. Ele pretende, por exemplo, aumentar a abertura no comércio exterior.

24. No quadro de retração econômica em quase todo o Mundo, não é provável obter concessões significativas em troca de maior abertura do Brasil às importações. Ademais, o objetivo de conter a inflação dos preços importando mais bens e serviços, sem conseguir exportar mais, implica fazer crescer o crítico déficit nas transações correntes.

25. Levy fala também de corrigir preços relativos. Mas o que quer dizer com isso? Se os subsídios que deseja suprimir são os do crédito dos bancos públicos, as empresas mais prejudicadas serão as de capital nacional, já que as transnacionais dispõem de crédito baratíssimo no exterior.

26. Certamente, Levy não visa cortar os privilégios fiscais do sistema financeiro, nem os dos carteis industriais transnacionais, como as montadoras, nem intervir em seus mercados através do fomento a concorrentes independentes. E, sem isso, os preços relativos que mais se precisa corrigir não serão alterados.

27. Ou o preço que, na visão dos macroeconomistas oficiais, estaria precisando ser reduzido seriam os salários?

28. O futuro comandante da economia propugna, em especial, por acabar com a dualidade das taxas de juros, aproximando as taxas dos bancos públicos e as dos bancos privados.

29. O liberalismo é, sobre tudo, um rótulo, pois os concentradores usam a palavra mágica "mercado" como álibi para ocultar a identidade de quem exatamente manipula o mercado.

30. Então os que se filiam aos interesses dos carteis, proclamam que não cabe ao governo intervir no mercado, que deve ser competitivo, i.e., governado pela concorrência, embora ele o faça para elevar, por exemplo, as taxas de juros.

31. Não se informa que os preços nos mercados cartelizados não são dirigidos pela concorrência, mas, sim, pelo consenso dos concentradores. Os bancos são favorecidos pela Constituição, cujo artigo 164 veda ao Banco Central financiar o Tesouro, e este é proibido de emitir moeda. Além disso, só um número limitado de bancos é autorizado a comprar e vender títulos do Tesouro.

32. Está claro, portanto, que a equalização das taxas recomendada por Levy só pode ser feita determinando aos bancos públicos elevar suas taxas.

33. Passando ao contexto mundial, no império angloamericano, satélites europeus e outros, têm prevalecido a degeneração estrutural: financeirização e retração da economia real.

34. O centro do poder mundial fez meia pausa na escalada de intervenções armadas, planejadas desde 2001, visando, pelo menos, até ao Irã, depois de ter arrasado, entre outros, Líbia e Iraque, e se ter apossado de suas imensas reservas de petróleo e de seu ouro.

35. Isso decorreu de ter sido a ocupação da Síria contida pela Rússia, que se tornou o alvo primordial da agressão econômica e do cerco militar imperiais, intensificado com o golpe de Estado na Ucrânia e a ocupação do governo desta por prepostos dos EUA.

36. China, principalmente, e Índia são as maiores exceções ao panorama de retração econômica, no momento em que a Rússia busca sobreviver à pressão imperial intensificando suas relações com seus parceiros asiáticos.

37. Há que seguir de perto a evolução do jogo de poder mundial, cujo equilíbrio constitui condição fundamental, embora não suficiente, para que o Brasil construa estruturas essenciais a seu progresso.

## **Golpe final na soberania do País**

*Adriano Benayon - Publicado em Quinta, 22 Janeiro 2015 17:40*

1. Não é hipérbole dizer que o Brasil – consciente disto, ou não – vive momento decisivo de sua História. Se não quiser sucumbir, em definitivo, à condição de subdesenvolvido e (mal) colonizado, o povo brasileiro terá de desarmar a trama, o golpe em que está sendo envolvido.

---

2. Essa trama - que visa a aplicar o golpe de misericórdia em qualquer veleidade de autonomia nacional, no campo industrial, no tecnológico e no militar – é perpetrada, como foram as anteriores intervenções, armadas ou não, pelas oligarquias financeiras transnacionais e

instrumentalizada por seus representantes locais e pelo oligopólio mediático, como sempre utilizando hipocritamente o pretexto de combater a corrupção.

3. Que isso significa? Pôr o País à mercê das imposições imperiais sem que os brasileiros tenham qualquer capacidade de sequer atenuá-las.

4. Implica subordinação e impotência ainda maiores que as que levaram o País, de 1955 ao final dos anos 70, a endividar-se, importando projetos de infra-estrutura, em pacotes fechados, e permitindo o crescimento da dívida externa, através dos déficits de comércio exterior decorrentes da desnacionalização da economia, e em função das taxas de juros arbitrariamente elevadas e das não menos extorsivas taxas e comissões bancárias para reestruturar essa dívida.

5. Ora, a cada patamar inferior a que o Brasil é arrastado, o império o constrange a afundar para degraus ainda mais baixos, tal como aconteceu nas décadas perdidas do final do Século XX.

6. Na dos anos 80 ocorreu a crise da dívida externa, após a qual o sistema financeiro mundial fez o Brasil ajoelhar-se diante de condições ainda mais draconianas dos bancos "credores".

7. Na dos anos 90, mediante eleições diretas fraudadas em favor de ganhadores a serviço da oligarquia estrangeira, perpetraram-se as privatizações, nas quais se entregaram e desnacionalizaram, em troca de títulos podres de desprezível valor, estatais dotadas de patrimônios materiais de trilhões dólares e de patrimônios tecnológicos de valor incalculável.

8. A Operação Lava-jato está sendo manipulada com o objetivo de destruir simultaneamente a Petrobrás - último reduto de estatal produtiva com formidável acervo tecnológico - bem como as grandes empreiteiras, último reduto do setor privado, de capital nacional, capaz de competir mundialmente.

9. Quando do tsunami desnacionalizante dos 90, a Petrobrás foi das raras estatais não formalmente privatizadas. Mas não escapou ilesa: foi atingida pela famigerada Lei 9.478, de 1997, que a submeteu à ANP, infiltrada por "executivos" e "técnicos" ligados à oligarquia financeira e às petroleiras angloamericanas.

10. Essa Lei abriu a porta para a entrada de empresas estrangeiras na exploração de petróleo no Brasil, com direito a apropriar-se do óleo e exportá-lo, e propiciou a alienação da maior parte das ações preferenciais da Petrobrás, a preço ínfimo, na Bolsa de Nova York, para especuladores daquela oligarquia, como o notório George Soros.

11. Outros exemplos do trabalho dos tucanos de FHC agindo como cupins devoradores – no caso, a Petrobrás servindo de madeira – foram: extinguir unidades estratégicas, como o Departamento de Exploração (DEPEX); desestruturar a administração; e liquidar subsidiárias, como a INTERBRÁS e numerosas empresas da área petroquímica.

12. Como assinalam os engenheiros Araújo Bento e Paulo Moreno, com longa experiência na Petrobrás, a extinção do DEPEX fez que a empresa deixasse de investir na construção de

sondas e passasse a alugá-las de empresas norte-americanas, como a Halliburton, a preços de 300 mil a 500 mil dólares diários por unidade.

13. Os próprios dados "secretos" da Petrobrás, inclusive os referentes às fabulosas descobertas de seus técnicos na plataforma continental e no pré-sal são administrados pela Halliburton. Em suma, a Petrobrás é uma empresa ocupada por interesses imperiais estrangeiros, do mesmo modo que o Brasil como um todo.

14. Além disso, a Petrobrás teve de endividar-se pesadamente para poder participar do excessivo número de leilões para explorar petróleo, determinados pela ANP, abertos a empresas estrangeiras.

15. Para obter apoio no Congresso, os governos têm usado, entre outras, as nomeações para diretorias da Petrobrás. Essa política corrupta e privilegiadora de incompetentes, já antiga, é bem-vinda para o império, e é adotada para "justificar" as privatizações: vai-se minando deliberadamente a empresa, e depois se atribui suas falhas à administração estatal.

16. Tal como agora, assim foi nos anos 80 e 90, com a grande mídia, incessantemente batendo nessa tecla, e fazendo grande parte da opinião pública acreditar nessa mentira.

17. Mas as notáveis realizações da Petrobrás são obras de técnicos de carreira, admitidos por concurso - funcionários públicos, como foram os da Alemanha, das épocas em que esse e outros países se desenvolveram. Entretanto, a mídia servil ao império demoniza tudo que é estatal e oculta a corrupção oriunda de empresas estrangeira, as quais, de resto, podem pagar as propinas diretamente no exterior.

18. Para tirar do mercado as empreiteiras brasileiras, as forças ocultas - presentes nos poderes públicos do Brasil - resolveram aplicar, contra essas empresas, a recente Lei nº 12.846, de 01.08.2013, que estabelece "a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira (sic)."

19. Seu art. 2º reza: As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não."

20. Como as coisas fluem rapidamente, quando se trata de favorecer as empresas transnacionais, a Petrobrás já cuidou de convidar empresas estrangeiras para as novas licitações, em vez das empreiteiras nacionais.

21. A grande mídia, tradicionalmente antibrasileira, notícia, animada, a possibilidade de se facilitar, em futuro próximo, a abertura a grupos estrangeiros do mercado de engenharia e construção civil, mais uma consequência da decisão, contrária aos interesses do País, de considerar inidôneas as empreiteiras envolvidas na operação Lava Jato.

22. Recentemente, nos EUA, foi infligida multa recorde, por corrupção, a um grupo francês, a qual supera de longe os US\$ 400 milhões impostos à alemã Siemens. Já das norte-americanas, por maiores que sejam seus delitos, são cobradas multas lenientes, e não está em questão alijá-las das compras de Estado.

23. Já no Brasil - país ocupado e dominado, mesmo sem tropas nem bases estrangeiras - somente são punidas empresas de capital nacional. Fica patente o contraste entre um dos centros do império e um país relegado à condição de colônia.

24. Abalar a Petrobrás e inviabilizar as empreiteiras nacionais implica acelerar o desemprego de engenheiros e técnicos brasileiros em atividades tecnológicas. As empreiteiras são importantes não só na engenharia civil, onde se têm mostrado competitivas em obras importantes no exterior, mas também por formar quadros e gerar de empregos de qualidade nos serviços e na indústria, inclusive a eletrônica e suas aplicações na defesa nacional.

25. Elas estão presentes em: agroindústria; serviços de telefonia e comunicações; geração e distribuição de energia; petróleo; indústria química e petroquímica; construção naval. E - muito importante - estão formando a nascente Base Industrial da Defesa.

26. A desnacionalização da indústria já era muito grande no início dos anos 70 e, além disso, foi acelerada desde os anos 90, acarretando a desindustrialização. Paralelamente, avança, de forma avassaladora, a desnacionalização das empresas de serviços.

27. Este é o processo que culmina com o ataque mortal à Petrobrás e às empreiteiras nacionais, e está recebendo mais um impulso através da política fiscal - que vai cortar em 30% os investimentos públicos – e da política monetária que está elevando ainda mais os juros.

28. Isso implica favorecer ainda mais as transnacionais e eliminar maior número de empresas nacionais, sobre tudo pequenas e médias, provedoras mais de 80% dos empregos no País. De fato, só as transnacionais têm acesso aos recursos financeiros baratos do exterior e só elas têm dimensão para suportar os cortes nas compras governamentais.

29. Como lembra o Prof. David Kupfer, a Petrobrás e seus fornecedores respondem por 20% do total dos investimentos produtivos realizados no Brasil. Só a Odebrecht e Camargo Corrêa foram responsáveis por mais de 230 mil empregos, em 2013.

30. A área econômica do Executivo parece não ver problema em reduzir o assustador déficit de transações correntes (mais de US\$ 90 bilhões de dólares em 2013), causando uma depressão econômica, cujo efeito, além de inviabilizar definitivamente o desenvolvimento do País, implica deteriorar a qualidade de vida da "classe média" e tornar ainda mais insuportáveis as condições de vida de mais da metade da população, criando condições para a convulsão social.

31. Por tudo isso, há necessidade de grande campanha para virar o jogo, com a participação de indivíduos, capazes de mobilizar expressivo número de compatriotas, e de entidades dispostas a agir coletivamente.

## Momento decisivo

*Adriano Benayon - Publicado em Segunda, 23 Fevereiro 2015 17:52*

1. O momento é decisivo, pois exige resposta urgente da sociedade: aproxima-se o ponto da irreversibilidade do processo de exploração predatória do povo brasileiro e de seus recursos naturais.

---

2. Nos últimos 60 anos, a oligarquia mundial tem regido sucessivos golpes – com e sem participação militar – para desnacionalizar a indústria e impedir o desenvolvimento tecnológico do Brasil.

3. Desse modo, os cartéis financeiros e industriais transnacionais lograram alcançar extrema concentração de poder econômico em suas mãos, o que lhes proporcionou também o crescente controle do sistema político, abrangendo todos os poderes do Estado.

4. Só os que não se indagam sobre a essência das coisas, iludem-se com as aparências da democracia supostamente instaurada em 1988.

5. A Constituição foi produto híbrido das articulações reacionárias do Centrão e de avanços democráticos. Só que a maioria destes se tornou letra morta. Além disso, os mais importantes foram suprimidos por emendas constitucionais.

6. Outra não poderia ter sido a evolução (involução), dadas as relações de poder real, correspondentes às estruturas de mercado, econômicas e financeiras, caracterizadas pela concentração e pela desnacionalização, muito grandes desde o final dos anos 60.

7. Esse quadro não cessou de se agravar, foi acelerado, de 1990 a 2002, e prossegue em marcha.

8. Isso lembra o conceito de entelúquia, de Aristóteles: um princípio de "desenvolvimento" ou programa (como um software), que contém, desde a origem, os elementos conducentes à sua plena realização. No caso, um processo de degradação, como uma doença degenerativa.

9. Na Constituição promulgada em 1988, há, pelo menos, dois pontos incompatíveis com a soberania nacional: o artigo 164 e a inserção fraudulenta –durante o processo da Constituinte - do acréscimo ao art. 166, em seu parágrafo 3º.

10. O art. 164 sujeita o Tesouro – portanto a União Federal e o próprio País – a endividar-se junto aos bancos privados e demais concentradores de capital, pois: 1) dá ao Banco Central a competência exclusiva para emitir moeda; 2) o dinheiro que o BACEN cria, só o pode repassar aos bancos privados, sendo proibido de provê-lo ao Tesouro ou a qualquer ente público.

11. O acréscimo ao § 3º do art. 166 ("excluídas as que incidam sobre: a) ...; b) serviço da dívida; c) ...") libera os juros e amortizações da dívida dos requisitos a que estão sujeitas outras despesas para serem autorizadas.

12. Em consequência desses dispositivos e do desequilíbrio nas relações de poder econômico e político, o serviço da dívida já nos custou, de 1989 a 2014, em moeda atualizada, mais de R\$ 20 trilhões. Sim, mais de R\$ 20.000.000.000.000,00, o equivalente a quatro PIBs de 2014.

13. Apenas doze dealers (10 bancos e duas distribuidoras de títulos) determinam as taxas efetivas dos juros dos títulos públicos vários pontos percentuais acima da já injustificadamente elevada SELIC, novamente em aumento, todo mês, desde novembro.

14. Embora só uma parte dos mais de R\$ 20 trilhões tenha sido paga com recursos tributários, a maior parte é paga com a emissão de novos títulos do Tesouro. Por isso, a dívida mobiliária interna cresce sempre e ultrapassou R\$ 3 trilhões.

15. Muitos dos manipuladores da opinião publicada (como diz o ex-ministro Roberto Amaral), negam os números reais do serviço da dívida, pretextando que ela se paga com novos títulos do Tesouro, mas, se fossem coerentes, deveriam negar também a própria dívida, pois foi assim que ela cresceu.

16. Além do serviço da dívida, há mais mecanismos – também escondidos do conhecimento público - através dos quais o Brasil se descapitaliza em dezenas de trilhões de reais, a cada ano, e transfere renda em favor dos concentradores, principalmente os sediados no exterior, estrangeiros e brasileiros.

17. Em contraste, escancaram-se e magnificam-se, perante o público, casos de corrupção na Petrobrás e nas empreiteiras, a fim de fulminar o que resta da indústria e da tecnologia nacionais.

18. Esses são casos reais, e sua repetição tem de ser coibida, punindo exemplarmente todos os indivíduos responsáveis e sem privilegiar os corruptíssimos delatores premiados.

19. Mas isso não será viável, sem modificar profundamente o presente sistema político, em que as instituições e os partidos estão viciados no fisiologismo.

20. As eleições são movidas a dinheiro grosso e pela corruptíssima grande mídia, que abusa da exposição sensacionalista da corrupção, inerente ao sistema, como arma a serviço dos interesses da oligarquia transnacional. E as propostas só tem chances de ser aprovadas no Congresso, à base do "é dando que se recebe".

21. É imperioso fortalecer a Petrobrás, o maior dos patrimônios do País, bem como os conglomerados privados nacionais que desenvolvem valiosas tecnologias, como fornecedoras da Petrobrás e prestadoras de bens e serviços em áreas de igual significação estratégica.

22. Não fazê-lo implica decretar a queda do Brasil à condição de subdesenvolvido irreversível, intensificando a política que vem destruindo o País, ao eliminar seu capital humano e moldar a infra-estrutura segundo o interesse dos carteis transnacionais estrangeiros.

23. O modelo subjacente a essa política determinou nulo ou pífio crescimento do produto interno bruto (PIB), nos últimos anos, e ele teria sido muito negativo, não fossem os desempenhos da Petrobrás, da mineração e da agricultura.

24. Ora, isso reflete a desindustrialização, subproduto da desnacionalização da economia, que se manifesta brutalmente, fazendo o Brasil regredir, de modo devastador, à infra-estrutura colonial e desintegrar economia nacional

25. O minério de ferro é explorado, há decênios, em quantidades absurdas, mesmo considerando as fabulosas reservas do País, de resto, desnacionalizadas, desde a privatização da Vale do Rio Doce, em 1997.

26. A Vale, que tem 85% da produção brasileira, planeja chegar a 450 milhões de toneladas/ano até 2018. A exportação do Brasil atingiu 340 milhões de tons/ano em 2014.

27. O que fica no País são buracos e poluição, inclusive no caso dos minerais estratégicos como o nióbio e o quartzo, cujos produtos finais são importados por cerca de cem vezes o preço dos insumos exportados, afora o descaminho desses minérios e dos preciosos.

28. Enquanto a produção de bens de alto valor agregado retrocede, a primária cresce. Um dos maiores escândalos é a soja a ocupar 50% das terras em uso. De sua produção (90 milhões de toneladas), 80% são exportados sem processamento e 10% transformados em produtos de baixo valor agregado, como o farelo.

29. Sobra para o Brasil o empobrecimento dos solos, com emprego excessivo de fertilizantes químicos e de agrotóxicos, gasto descomunal de água, além da poluição de solo e águas.

30. Em suma, a desnacionalização da economia - dominada por carteis aqui instalados e por suas matrizes no exterior - acarreta prejuízos anuais ao País assim estimáveis:

1) diferença entre a taxa de juros efetiva da dívida pública e a adequada:  $0,13 [13\%] \times R\$ 2,5$  trilhões = R\$ 320 bilhões; 2) diferença entre a taxa média dos juros, no crédito às empresas e pessoas físicas, e a que deveria prevalecer:  $0,2 [20\%] \times R\$ 2,6$  trilhões = R\$ 520 bilhões; 3) sobrepreços nos bens e serviços produzidos para o mercado interno = 80% do PIB = R\$ 4,2 trilhões; 4) sobrefaturamento das importações de produtos finais e insumos para a indústria, e de serviços: 60% de US\$ 229 bilhões (bens) = US\$ 137,4 x 2,8 = R\$ 385 bilhões + R\$ 115 bilhões (serviços) = R\$ 500 bilhões; 5) subfaturamento das exportações: 50% de US\$ 225,1 bilhões = US\$ 112,5 bilhões x 2,8 = R\$ 315 bilhões; 6) perdas na relação de troca (terms of trade), devidas à primarização da economia: importar, por preços até cem vezes superiores, bens acabados produzidos com matérias-primas exportadas a preço vil.

31. O item 6 é difícil de quantificar, mas corresponde certamente um múltiplo (2 ou 3) do presente valor do comércio exterior do País, a que se deve aplicar outro múltiplo (no mínimo, 10) decorrente de comparar o atual PIB, com o que teríamos, se o País não se tivesse submetido ao modelo dependente, desde os anos 50: R\$ 800 a 1.200 bilhões x 10 = R\$ 8 trilhões a R\$ 12 trilhões anuais.

32. Mesmo sem adicionar o item 6, que equivale ao dobro dos cinco anteriores, a soma destes totaliza R\$ 5,85 trilhões, cujo cálculo não é exagerado: embora possa conter algumas duplas contagens, aplica alguns percentuais provavelmente subestimados.

33. As perdas acima resumidas incidem a cada ano. Não incluem as pontuais, como as enormes transferências fraudulentas para o exterior através do BANESTADO nos anos 90, nem os prejuízos superiores a R\$ 50 trilhões, decorrentes das privatizações de FHC, afora os que prosseguem, desde então, em função delas.

**Publicado originalmente no blog do autor no site Desenvolvementistas.**

## É vital defender a Petrobrás e a engenharia nacional

*Adriano Benayon - Publicado em Sábado, 14 Março 2015 12:49*

1. Nova e profunda crise abate-se sobre o povo brasileiro, enquanto seus fabulosos recursos minerais e a produção agropecuária são exportados a preço vil.

---

2. Aumentam os lucros reais dos carteis no País, e os salários caem, com a alta dos preços e a elevação das tarifas dos degradados serviços públicos. Os empregos desaparecem, especialmente os qualificados.

3. O povo, atado em novas armadilhas, é condenado à pobreza e ao subdesenvolvimento permanentes. As pessoas sentem o baque, cada vez mais forte, pois os concentradores financeiros exigem arrochos do governo, diante, inclusive, do desequilíbrio nas transações correntes com o exterior, acima de US\$ 90 bilhões/ano.

4. Desorientado pela grande mídia, o público sofre e ignora que as desgraças, agora mais nítidas, decorrem da estrutura de mercado formada ao longo de 60 anos, concentrada e desnacionalizada.

5. Os próprios causadores disso aproveitam-se do descontentamento para assestar mais um golpe sobre as vítimas, condicionadas a ver na corrupção o maior problema do País. Elas não percebem que os desnacionalizadores comandam a mega-corrupção, a sistêmica.

6. Com o objetivo de apropriar-se, ao custo mais baixo possível, da exploração das reservas de petróleo da Petrobrás - de 200 bilhões de barris, uma das três maiores do mundo - o cartel transnacional do petróleo dirige os ataques da mídia contra a estatal.

7. O caminho passa por enfraquecer a Petrobrás e as empresas nacionais de engenharia. Assim, fragilizam a economia, já comalida, e, juntamente com ela, a atual presidente, podendo derrubá-la em favor de alguém convictamente vinculado aos concentradores estrangeiros.

8. A enviesada campanha mediática transparece nos editoriais do Globo, contumaz promotor da desnacionalização - a reclamar a revogação das leis que asseguram à Petrobrás parte da exploração do Pré-Sal, e exigir contratos de concessão.

9. Os vazamentos de informações da "Lavajato" são ilegais e seletivos, abusados pela mídia corruptíssima. Nas licitações e encomendas da Petrobrás só estão sendo investigados ou trazidos à tona os delitos cometidos na era PT.

10. A grande mídia oculta, ademais, que os envolvidos ingressaram na Petrobrás pelas mãos do governo do PSDB, quando já cometiam seus crimes.

11. É imperioso cessar as nomeações políticas na Petrobrás, e isso exigirá um sistema político no qual o dinheiro e as TVs comerciais deixem de ser os fatores preponderantes das eleições.

12. Enquanto isso não ocorre, a atual presidente teria de impor medidas de emergência para recuperar a estatal (tarefa tecnicamente fácil) e só o poderia fazer apoiada em expressivas manifestações populares. Ou seja: estas têm de ser conscientes e não teleguiadas por golpistas a serviço do império.

13. São também necessários os acordos de leniência com as empresas de engenharia, sobre as quais se têm lançado os raios fulminantes da Operação "Lavajato". As ações dos falsos moralistas conduzem a: 1) a entrega do mercado brasileiro a empreiteiras estrangeiras; 2) o desemprego em massa, já em curso.

14. Afora esses resultados e de abalar indevidamente o crédito da Petrobrás, a Lavajato, como tem sido conduzida, abusa de ilegalidades.

15. É contra a Lei manter presos diretores das empresas de engenharia, para forçá-los a confissões e delações. A delação premiada é condenável, pois dá vantagens imorais a corruptos contumazes, e desnecessária: a Polícia Federal e o MP têm meios técnicos para apurar os fatos, sem recorrer a esse expediente.

16. Há que punir os diretores e gerentes, cuja culpa for provada, mas tirar as empresas do mercado é um tiro no pé do País. Ademais, os acordos em nada obstam a punição dos responsáveis, nem a imposição de multas adequadas às empresas, além de fazê-las ressarcir os sobrepreços.

17. Em suma, nosso povo precisa entender que a maior das corrupções e fonte das demais é a corrupção sistêmica, intrínseca ao modelo desnacionalizante e concentrador.

18. Como mostra Paulo Cesar Lima, a Petrobrás tinha tudo para entrar numa era de grandes resultados financeiros, não fosse a operação Lavajato. Então, é o modo como esta se realiza que a impede de colher os frutos suas magníficas descobertas de reservas.

19. Ele assinala que os custos de extração do pré-sal são inferiores a US\$ 20 por barril. Ora, o valor da produção supera US\$ 50, mesmo com os preços, neste momento, deprimidos pela pressão da agressiva geopolítica dos EUA. Lima aponta também: "de 2005 a 2014, o preço médio de realização da gasolina nas refinarias da Petrobras foi de R\$ 1,085; no porto de Nova Iorque, R\$ 1,207."

20. A Petrobrás ainda importa mais de 20% do petróleo e derivados consumidos no Brasil. Com a forte queda dos preços mundiais, ela não mais arca com os prejuízos que contribuíram para

causar-lhe perdas de R\$ 60 bilhões, segundo Silvio Sinedino da AEPET, forçada, durante anos, pelo governo a reajustar derivativos abaixo da inflação geral.

21. Tudo isso demonstra a inverdade de apresentar a Petrobrás como problema, quando ela é a principal joia da coroa. Seu aparente enfraquecimento é artificial e armado por inimigos do País.

22. A Agência de risco Moody's calcula as dívidas da Petrobrás em US\$ 137 bilhões (US\$ 110 bilhões com credores privados). R\$ 40 bilhões seriam devidos ao BNDES. A dívida para 2015 (US\$ 14 bilhões) é facilmente administrável.

23. Ora, além de pouco expressivas em relação ao patrimônio - subavaliado pelo "mercado" - as dívidas pouco significam independentemente de prazos e juros. Ambos caem substancialmente, se o crédito da empresa se recuperar da degradação, advinda da ação combinada do cartel mundial, da grande mídia e autoridades movidas por conceitos enganosos.

24. A Petrobrás tem tido receitas anuais de R\$ 300 bilhões. Ademais, embora descapitalizada pela política de preços, determinada pelo governo, a estatal adquiriu grande quantidade de blocos, além de investir pesado na exploração. Com isso, só no pré-sal, já produz acima de 800 barris diários.

25. Ela investe 100 bilhões de reais por ano, opera 326 navios, 35.000 quilômetros de dutos, 15 refinarias e 134 plataformas de produção de gás e de petróleo. Fez ressurgir a indústria naval, com aumento de 2 mil empregados para 85 mil.

26. Para que a Petrobrás seja reconhecida como mais que viável só precisa pôr ordem em sua administração, inclusive expurgando os imperiais infiltrados desde os anos 90. E basta o Tesouro, como principal acionista, sinalizar que fará, se necessário, novos aportes de capital, que lhe renderão incalculáveis ganhos a curto, médio e longo prazos.

27. É isso que tem de fazer o governo, se não quiser cometer suicídio e simplesmente entregar o País inteiro. Quanto mais ceder à chantagem mais se debilitará.

28. A falsa crise torna-se real, à medida que o governo se deixa acuar, e a Petrobrás desiste de rentáveis projetos produtivos. Ridiculamente, proibida de captar recursos no mercado financeiro, por falta de publicação do balanço auditado do 3º semestre de 2014, a empresa tem evitado contratações e reduzido os investimentos em projetos contratados.

29. Em suma, a passagem da miséria para a riqueza, e a da humilhação para a dignidade, depende apenas da percepção dos fatos e de coragem.

30. Explica Geraldo Samor que as perdas devidas às propinas ocorrem nos últimos 19 anos, desde os desmontes de FHC, quando nomeou diretores da Petrobrás P.R. Costa (PRC), Duque, Barusco etc., desde 1996, ligados a políticos. Eles receberam valores ilícitos (3%), entre 1996 e 2003, em parte repassados a partidos.

31. Algum dinheiro captado por PRC já foi repatriado de bancos suíços, e outros o estariam sendo pela ação da Justiça do Paraná. Nesse Estado foram operadas pelo BANESTADO, já

nos anos 90, as escandalosas contas CC5 instituídas pelo BACEN, na gestão Gustavo Loyola, FHC.

32. Recorda Samor que a CPI do BANESTADO investigou desvios de R\$ 150 bilhões de reais, por 61 políticos e 30 colaboradores internos. A CPI teve muita dificuldade para prosseguir entre 2001 e 2003, até a prisão do doleiro Alberto Youssef pelo delegado Protógenes, relaxada em 2001 por decurso de prazo e morosidade no Judiciário.

33. Permanece funcionando a rede de proteção criada por FHC, para garantir a lavagem do dinheiro de propinas a políticos coniventes com as privatizações: de empresas de energia; petroquímicas pertencentes ao Grupo Petrobrás; telecomunicações; siderurgia; mineração.

34. Completando o lastimável cenário, o COPOM/BACEN elevou, em 04.03.2015, de novo, a taxa de juros dos títulos do Tesouro (SELIC), agora 12,75% aa. A taxa efetiva é, na média, 3 pontos ainda maior. Moderadíssima queda de 5 pontos faria o Tesouro economizar R\$ 150 bilhões/ano (três vezes o que a Petrobrás deve em 2015).

35. Se a política não for urgentemente revertida, o País estará em depressão econômica, com sua grande população - na grande maioria já muito pobre - e desprovido de infra-estruturas. Inviável, pois, a estabilidade política: somente, radicalização da falência de qualquer ordem pública e democrática.

36. Enquanto não surge o amadurecimento do povo, só se poderiam conter pesadas perdas no curto prazo, com uma, até agora, inexistente condução política hábil e firme, por parte do Executivo.

## **A estrutura do caos**

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 31 Março 2015 17:19*

1. A taxa de juros SELIC, a taxa base para títulos do Tesouro Nacional já estava demasiado alta em 11.25 pontos percentuais em novembro de 2014. Após sucessivas elevações, o COPOM (Conselho de Política Monetária), "orientado" pelo BANCO CENTRAL a elevou para 12.75 pontos percentuais.

---

2. A taxa efetiva, basicamente determinada pelo cartel de bancos credenciados como dealers desses títulos oficiais, fica, em média, três pontos acima da taxa básica (hoje quase 16% aa.), ou ainda mais em períodos turbulentos.

3. Tais juros - sem paralelo em países não submetidos ao império financeiro, controlado pela oligarquia anglo-americana – causam intensa hemorrhagia nas finanças públicas, um de cujos efeitos é elevar a conta dos juros a cada ano e fazer crescer incontrolavelmente o estoque da dívida.

4. Isso se dá em função da capitalização dos juros através da emissão de novos títulos para liquidar os que vão vencendo, pois as receitas tributárias (das quais vem o superávit primário) são, de longe, insuficientes.

5. Para uma ideia do estrago desencadeado por poucos pontos percentuais na taxa, basta fazer simulações com a composição anual dos juros.

6. Os juros incorporados ao principal - supondo que não se liquidassem juros e amortizações, em dinheiro, durante 30 anos - fariam ascender os 3 trilhões de reais, no momento, da dívida interna, para os seguintes montantes:

1) 12% aa. = R\$ 89,9 trilhões, (multiplicaria a dívida por 30);

2) 15% aa. = R\$ 198,6 trilhões, (a multiplicaria por 66);

3) 18 % aa. = R\$ 430,1 trilhões (a multiplicaria por 144).

7. Portanto, a cada três pontos percentuais de aumento, o multiplicador mais que dobraria. Do jeito que vai a presente taxa efetiva (18% aa.), a dívida atingiria quantia equivalente a US\$ 143 trilhões, ou seja, quantia igual a duas vezes a soma dos PIBs de todos os países do mundo.

8. Tenho explicado que os formadores de opinião, montados no monopólio da comunicação social - cujo negócio é desinformar - fazem a maior parte do público comprar a ideia de que as elevações das taxas de juros seriam necessárias para conter a inflação dos preços.

9. As artes da desinformação incluem fazer acreditar numa entidade misteriosa chamada "mercado", a que se atribui exigir os injustificáveis juros estratosféricos. Então, aos olhos do público esses juros deixam de ser o instrumento do saqueio cometido pelo cartel dos bancos e são imputados ao abstrato "mercado" e a supostas leis econômicas, igualmente abstratas.

10. A armação a serviço dos concentradores financeiros desvia a discussão do terreno dos fatos para o das teorias econômicas e para o das doutrinas político-filosóficas.

11. A questão não é doutrinária: não são neoliberais nem necessariamente partidários da direita os defensores e aproveitadores da política de juros altos, tal como os da política de subsidiar trilionariamente os carteis transnacionais.

12. Trata-se simplesmente de arrancar do Brasil quantias e recursos naturais incalculáveis. É pirataria, assalto, extorsão, reminescente das proezas imperiais do século XIX, como as guerras do ópio, que o império britânico desencadeou contra a China, de 1839 a 1842 e de 1856 a 1860.

13. O objetivo inicial dessas guerras foi deixar de pagar em ouro (mesmo dispondo a Inglaterra abundantemente do metal proveniente do Brasil e alhures) as importações das manufaturas produzidas na China, bem como apropriar-se das indústrias e roubar-lhe as técnicas de produção, tal como já havia feito na Índia.

14. Falando nesta, para produzir o ópio destinado à China, era só explorar os trabalhadores e a terra da Índia, saqueada de 1757 a 1863, em recursos equivalentes ao dobro dos investimentos feitos na Inglaterra, inclusive em imóveis.

15. A Grã-Bretanha havia transformado o grosso de suas importações da Índia em pilhagem escancarada, deixando de pagar o que quer que fosse por elas. Vide André G. FRANK, *Acumulação Mundial 1492-1789*. Rio de Janeiro, 1977, pp. 178 et seqs.

16. Ao contrário do que se imagina, a Índia não era pobre e só no Século XIX é que afundou na miséria extrema, com milhões com fome, dormindo na rua em Calcutá. Os incautos admiradores brasileiros do império anglo-americano não percebem que, no curso atual, é para algo assim que o País se encaminha.

17. Os juros abusivos nos títulos públicos - e mais ainda no crédito a empresas e a pessoas físicas - bem como os espantosos subsídios às aplicações financeiras e às empresas transnacionais - são apenas alguns dos mecanismos montados para tornar falido o Brasil e acelerar sua dilaceração sob as bicadas de vorazes abutres financeiros.

18. Informa-se agora sobre propinas na Receita Federal de empresas transnacionais, e bancos estrangeiros e locais, para deixar de pagar impostos devidos. O mais notável é que esses bancos e empresas são extremamente favorecidos pela legislação: para saquear, nem precisam sonegar nem inadimplir impostos, mas o fazem para aumentar o butim.

19. As transnacionais são, ademais, cumuladas de inacreditáveis favores fiscais e subsídios, tendo elas praticamente assumido o poder desde o governo militar-udenista que derrubou Vargas em 1954.

20. Daí - não obstante a quantidade colossal das exportações agrícolas e minerais - continua crescendo até hoje, agora em ritmo acima de mais de US\$ 90 bilhões/ano, o déficit de transações correntes com o exterior, por causa das transferências ao exterior dos imensos lucros das transnacionais, sob as mais diversas formas contábeis.

21. Mesmo alguns governos militares que tinham a meta de ampliar o poder nacional através de estatais, especialmente em áreas estratégicas, viram-se frustrados pela armadilha da dívida externa, ficando reféns do "sistema financeiro internacional" a comandar a área financeira do governo.

22. Esse sistema engendrou a Nova República e, mediante a mesma chantagem da dívida, desnacionalizou mais segmentos da economia, inclusive estatais, ficando as eleições dependentes do poder financeiro concentrado e da grande mídia, sempre a serviço do império.

23. A corrupção é, pois, sistêmica, e os desmandos na Petrobrás são uma de suas menos expressivas manifestações. Mas servem aos agentes do império e a seu cartel do petróleo para apossar-se de uma das maiores reservas, do mundo, dessa altamente estratégica fonte de energia.

## Quem manda no país?

*Adriano Benayon - Publicado em Domingo, 26 Abril 2015 06:25*

É importante, especialmente em situações críticas como a que vivemos no Brasil, atentar mais para os fatos que para ideologias. Não que teorias não possam ser úteis, mas, para gente honesta e consciente de seus interesses, elas só se validam se forem conformes à realidade.

---

Ao contrário, o sistema de poder concentrador - que objetiva, sobre tudo, acumular mais poder - emprega intelectuais para criar teorias, que mistificam os povos, e, mercê do controle sobre a mídia, as transforma em “verdades”, aos olhos da maioria.

Não importa se você é de direita ou esquerda: se é brasileiro, está sendo brutalmente saqueado, salvo as infames exceções dos agentes e colaboradores da oligarquia financeira internacional.

Tampouco importa se você é militar ou civil ou, ainda, se é adepto da intervenção do Estado, ou se acredita numa quimérica livre iniciativa, praticamente inexistente onde se admitem e subsidiam carteis.

Enrolados por doutrinas e por distorções dos fatos, os brasileiros brigam por causa de opiniões e teorias, como o império angloamericano mundial gosta, pois sempre investiu em dividir suas vítimas com antagonismos ideológicos e querelas religiosas, étnicas e outras.

É como uma cidade cujos residentes se digladiam, enquanto suas casas são ocupadas por assaltantes armados. E quanto mais se distraem nisso, mais aumenta o saqueio.

O colossal esbulho cresce e alcança novas áreas, sob um sistema político caracterizado pela corrupção sistêmica e no qual, em todas as instâncias, se verificam manifestações de acordo, ainda que implícito, com a dominação exercida pelos carteis transnacionais e por grupos financeiros concentradores.

Demonstra ser tal sistema imprestável, não haver nele partido político algum, de expressão, que se oponha a esse estado de coisas.

O que a massa de trabalhadores, empresários, gerentes, técnicos, funcionários civis e militares não percebe – porque lhe é cuidadosamente ocultado – é que os políticos, como o gato da fábula milenar de Esopo, tiram as castanhas do fogo para a raposa, os carteis financeiros e econômicos transnacionais.

Grande quantidade de gente indigna-se contra alguns políticos e executivos, colocados na Petrobrás, receptores de propinas de grandes empreiteiras, e reclama a privatização da estatal e/ou penas letais para essas empreiteiras.

Ressalvado que esses delitos envolvem quantias de menor monta, comparadas aos prejuízos que a corrupção sistêmica causa ao País, e mesmo a outros casos de corrupção derivada, a indignação é compreensível.

Porém, esse tipo de resposta aos escândalos da Operação Lavajato denota visão obscurecida pela cobertura do assunto na grande mídia, sempre vinculada aos interesses antinacionais.

Há verdadeira campanha midiática em cima dessa Operação, enquanto se oculta a corrupção sistêmica e as praticadas por empresas transnacionais, grandes bancos e políticos afinados com esses concentradores.

O trabalho da grande mídia é alimentado pelo tratamento dado ao inquérito pelo juiz que o preside, abusando da delação premiada, fazendo vazamentos à mídia e mantendo presos, indevida e prolongadamente, executivos das empreiteiras, postura com a qual colaboram membros do Ministério Público.

Em vez de haver investigação isenta e eficaz, vê-se desrespeito a direitos constitucionais dos acusados, o que é o oposto da propalada sede de justiça e pode frustrar, mais adiante, a punição dos responsáveis.

O resultado é que: a) as atividades da Petrobrás e as da engenharia nacional privada são prejudicadas; b) são reforçados, na opinião pública, falsos conceitos, de há muito inculcados, de que estatais são inconvenientes e as empresas privadas nacionais são intrinsecamente corruptas, enquanto essa não seria a regra entre as estrangeiras.

Estando a maioria dos parlamentares alinhada com os financiadores de suas eleições, e a chefe do Executivo pouco resistente a pressões dos concentradores, fica claro o assalto transnacional às fabulosas reservas de petróleo descobertas pela Petrobrás, tramado em projeto-de-lei do senador J. Serra.

Esse desempenhou, no governo de FHC, papel destacado nas privatizações, quando a União entregou setores inteiros e fabulosas estatais, gastando, para isso, dinheiro público em montante muito superior às receitas dos leilões.

O jornalista Motta Araujo observou, em artigo recente, no Jornal GGN, a inexistência atual, no Brasil, de um centro de poder político, como na antiga tradição presidencialista do País.

De fato, espaços de poder, antes do presidente, vêm sendo ocupados pelo Legislativo e pelo Judiciário, e parte do Ministério Público e da Polícia Federal agem em aguda dissintonia com o Executivo.

Os países que caminharam na direção de se tornar potências, o fizeram havendo harmonia entre os poderes e preponderância de uma só autoridade, fosse o presidente nos EUA, fosse o primeiro-ministro nos regimes parlamentaristas ou, ainda, o chefe do partido único, sob os regimes centralizados da Rússia e da China, respectivamente na primeira e segunda metades do século 20.

E mais letal que o esfacelamento do poder no âmbito interno, por si só suficiente para inviabilizar o desenvolvimento, é ser o poder real exercido de fora do Brasil.

Essa situação decorre das intervenções do império dirigido pela oligarquia financeira angloamericana, através de golpes de Estado – coordenados pelos serviços secretos dos EUA, do Reino Unido e de potências coadjuvantes – e mediante corrupção e cooptação de muitos

nos setores público e privado, ademais de investimentos constantes para controlar os meios de comunicação social, desinformar, arrasar a cultura e abaixar os valores éticos e a qualidade da educação.

A estratégia da dominação teve por ponto de partida **o controle dos meios de produção e financeiros**. O primeiro e decisivo impulso foi dado, de 1954 a 1960, quando os governos egressos do golpe de agosto de 1954 e o da eleição de JK do final de 1955 proporcionaram às empresas multinacionais (transnacionais) colossais favorecimentos para assenhorear-se dos mercados no País, desde a Instrução 113 e seguintes da SUMOC, em janeiro de 1955.

Esse processo nunca mais foi estancado, e foi acelerado durante a maioria dos mandatos, pois a regra ficou sendo adotar políticas do agrado das transnacionais, que se haviam tornado a classe dominante.

Os EUA e seus parceiros impuseram, quando quiseram, golpes de Estado, em que a intervenção militar direta funcionou como ameaça, ou recurso em caso de o resultado não ser obtido sem ela.

A subida ao poder de líderes nacionalistas e dotados de atratividade eleitoral, foi impedida através de medidas discricionárias, nos 20 anos de governos militares, e novamente sob a democracia de fachada instituída em 1988, mediante inúmeras jogadas e fraudes políticas e mediáticas em prejuízo de Brizola e Arraes e, mais tarde, do Dr. Enéas.

Não é possível ignorar a ilegitimidade das “escolhas” de Collor e FHC para presidir a República, a não ser sob a ótica bitolada dos que não percebem as colossais manipulações e abusos de poder nem os esquemas de corrupção praticados com esse fim.

Tampouco se pode entender a política dos governos encabeçados por Lula e Dilma, sem ter notícia dos acordos e conchavos destes com os mentores imperiais de seus predecessores.

Resumindo, os membros do Judiciário e do MP deslumbrados com os holofotes da mídia corrupta que agem com desenvoltura e até contra a lei, só o fazem por estarem agradando as transnacionais e a oligarquia local a elas vinculada.

Ademais, o Executivo enfraqueceu-se e perdeu apoio popular e a confiança de entidades que o apoiavam, em consequência das concessões às oligarquias mundial e local.

Desde Getúlio Vargas, faltou aos presidentes focados na realidade do País, decisão para convocar o povo às ruas e mobilizar lideranças do Exército, a fim de ganhar condições de ocupar o poder real.

Carecem, por outro lado, de base as ilusões cultivadas a respeito de líderes como Ulysses Guimarães e Tancredo Neves.

Neves derrotou Maluf, nas eleições indiretas de 1985, porque a oligarquia financeira o preferia. Tanto é assim, que sua vitória se deveu à defecção no PDS para criar a Frente Liberal, liderada por Marco Maciel, tradicional articulador em favor das oligarquias.

Haja vista o ministério legado por Tancredo: Educação: o próprio Maciel; Comunicações: Antônio Carlos Magalhães (ACM), mantendo o feudo deste, associado a Roberto Marinho; Itamaraty: Olavo Setúbal banqueiro do Itaú; no principal, Fazenda: Francisco Dornelles, defensor de políticas privatizantes e pró-capital estrangeiro.

## **Destruição econômica e social**

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 19 Maio 2015 21:08*

1. Foi muito divulgada esta asserção do professor Wanderley Guilherme dos Santos: "Depois de criado, o Estado liberal transforma-se no Estado em que a hegemonia burguesa não é seriamente desafiada. Trata-se de um Estado cuja intervenção em assuntos sociais e econômicos tem por fim garantir a operação do mercado como o mais importante mecanismo de extração e alocação de valores e bens".

---

2. Esse cientista político destaca a óbvia natureza intervencionista (não admitida) do Estado dito liberal, sem, porém, propor uma denominação que saia dessa contradição em termos.

3. De resto, os muitos que repetem o termo (neo)liberal, mesmo sabendo-o falso, colaboram com a enganosa comunicação social do capitalismo.

4. O mesmo cientista afirma: "O Estado liberal não é de modo algum um Estado não intervencionista. Muito pelo contrário, o Estado liberal está sempre intervindo, a fim de afastar qualquer obstáculo ao funcionamento 'natural' e 'automático' do mercado".

5. Aí está um engano sério. O mercado, nas mãos dos oligopólios e carteis, não funciona natural nem automaticamente: ele é controlado e manipulado por eles, e lhes serve de álibi, ao usarem o termo impessoal "mercado" em relação a ações praticadas por pessoas físicas, a serviço de grupos concentradores de poder econômico e financeiro.

6. Isso é exatamente o contrário do funcionamento 'natural' e 'automático' do mercado e também do que teorizaram os clássicos da economia sobre mercados livres, com participantes igualmente submetidos à concorrência. Na realidade, a intervenção do Estado capitalista: 1) afasta a aplicação dos mecanismos de defesa econômica do Estado, coibidora dos abusos praticados pelos concentradores; 2) promove o aumento da concentração do poder da oligarquia financeira, através de subsídios governamentais e das políticas fiscal e monetária, entre outras.

7. Portanto, capitalismo é o sistema político e econômico que não admite restrições à concentração dos meios de produção e financeiros, ademais de a fomentar, nas mãos da oligarquia, por menor que seja o número das pessoas que a compõem.

8. Nos países centrais ou imperiais, o Estado liderou o desenvolvimento econômico e nunca abandonou o fomento ao setor privado. À medida que este ganhou corpo, o Estado passou a

apresentar-se como liberal, a fazer concessões no campo social e a adotar, na política, formas exteriormente democráticas.

9. Nos períodos de crescimento e bem mais nos de crises, a concentração foi crescendo, e regrediram os avanços, surgindo o fascismo (antes da Segunda Guerra Mundial). E o fascismo não declarado, como nos EUA, desde antes do inside job de setembro de 2001 (destruição das Torres Gêmeas e míssil lançado no Pentágono).

10. A concentração do poder financeiro mundial alcançou o incrível grau presente (147 corporações transnacionais, vinculadas a apenas 50 grupos financeiros, detendo mais de 40% da riqueza mundial).

11. Isso foi se intensificando por mais de 100 anos após os concentradores terem se tornado bastante fortes, para que o Estado capitalista os protegesse adicionalmente. Os setores mais aquinhoados foram o das armas e a finança.

12. O grande impulso recente deu-se através da financeirização da economia, abusando os bancos dos privilégios de criar moeda e títulos de toda sorte. Seus acionistas e executivos locupletaram-se assim, beneficiados pela desregulamentação dos mercados financeiros, a qual lhes proporcionou abusar da alavancagem e de fraudes diversas.

13. Ilustrativa da subordinação do Estado capitalista, falsamente dito liberal, à oligarquia financeira foi a resposta ao colapso financeiro de 2007/2008, provendo mais de 20 trilhões de dólares em ajuda aos banqueiros delinquentes, ao invés de realizar as correções estruturais necessárias ao bem da economia e da justiça.

14. De há muito, as intervenções imperiais - militares ou não - recrudescem em todos os continentes, gerando sistemas políticos pró-imperiais e Estados vassalos, como se tornou o Brasil, à raiz do golpe de Estado de agosto de 1954, passando a partir das Instruções 113 da SUMOC e seguintes (janeiro de 1955) a subsidiar os investimentos estrangeiros diretos, de modo absurdo.

15. Não há como falar em capitalismo periférico. Há somente indivíduos riquíssimos originários das periferias, como muitos outros dos países centrais, subordinados à oligarquia capitalista mundial.

16. À medida que essa oligarquia se foi apropriando, no Brasil, da estrutura econômica, foi também promovendo sucessivas intervenções e manobras no campo das instituições políticas que propiciaram intensificar ainda mais essa apropriação.

17. Temos agora mais uma crise. Nesta, a baixa resiliência – devida à desindustrialização e à desnacionalização – combina-se com o déficit das transações correntes exteriores, mais os déficits das contas públicas nos três níveis da Federação, resultando em grande salto qualitativo para nova degradação econômica e social.

18. Consideremos as taxas básicas dos juros dos títulos públicos, uma das mega-fontes de agravamento do caos decorrente do "ajuste" em curso.

19. Nos últimos cinco meses, a taxa SELIC foi elevada várias vezes. Era 11,25%, em novembro de 2014, e chegou a 13,25%, em 30.04.2015, o que significa taxa efetiva em torno de 16,25% ao ano (a.a.).
20. Em artigo anterior, comparei a aplicação das taxas de 12% a.a. e de 18% a.a., durante 30 anos, sobre o atual montante da dívida mobiliária interna, de cerca de R\$ 3 trilhões: a primeira resultaria em R\$ 90 trilhões, e a segunda em incríveis R\$ 430 trilhões, quantia igual ao dobro da soma dos PIBs de todos os países do mundo.
21. A taxa atual alçaria o estoque da dívida para R\$ 274,73 trilhões de reais.
22. Tal como as letais taxas de juros, as demais políticas do "ajuste" só podem ter por objetivo concluir a desestruturação (destruição) econômica e social do país.
23. Em função dos estratosféricos juros da dívida e também da intenção restritiva do "ajuste", os investimentos públicos sofrem enormes cortes. Do mesmo modo, a demolição de direitos sociais, incluindo generalizar a terceirização, significa extrair sangue de organismos anêmicos.
24. É inútil esperar resultados positivos de tais medidas, porque, na atual estrutura, dominada pelos carteis transnacionais, e dada a infraestrutura existente, nenhum "ajuste" levará a diminuir significativamente o "custo Brasil", qualquer que seja a taxa de câmbio.
25. Até mesmo as subsidiárias das transnacionais, que poderiam apresentar custos competitivos, inclusive por não precisarem do crédito local, absurdamente caro, preferem, em vez disso, auferir lucros fabulosos no país, reforçados pelos incríveis subsídios que lhes dão a União, Estados e municípios.
26. Elas remetem esses lucros ao exterior, disfarçados em despesas por serviços, superfaturamento de importações (dos equipamentos, máquinas e insumos) e subfaturamento de exportações. Assim, seus custos são forçosamente altos.
27. Já as empresas de capital nacional vêm sendo alijadas do mercado, desde 1954. Além de não contarem com as vantagens dos incentivos e subsídios, que só as transnacionais estão em condições de aproveitar, elas foram desfavorecidas pelas políticas públicas e deixadas à mercê das práticas monopolistas dos carteis multinacionais.
28. A política de crédito as afeta de modo especialmente agudo, pois os juros que despendem são múltiplos da taxa dos títulos públicos. Já as transnacionais, além de não necessitarem de crédito, bastando-lhes reinvestir pequena parcela dos lucros, têm acesso a crédito barato no exterior.
29. A partir dos anos 90 e após a devastação produzida pela dívida externa, passou-se às indecentes privatizações, já que a classe dominante eram os controladores das transnacionais, cujos governos impõem suas vontades, diretamente e através de agentes, cooptados e corrompidos.
30. Sob o modelo dependente, o país carece de poder armado e financeiro para fazer valer seus interesses na esfera mundial, e sua inserção externa é a pior possível, pois os segmentos

de maior valor agregado e maior emprego de tecnologia são controlados pelos carteis mundiais.

31. A própria infraestrutura, como a dos transportes, inclusive em sua orientação geográfica, foi desenhada para servir o interesse das corporações estrangeiras, tal como a escolha dos investimentos, priorizando a extração de minérios em escalas imensas, com pouco ou nenhum processamento no país.

32. Também na agricultura privilegia-se a grande escala, segundo as regras dos carteis mundiais do agronegócio e suas tradings, abusando-se dos agrotóxicos, transgênicos e fertilizantes químicos, para grande dano dos solos e da saúde pública.

33. Entre os grandes escárnios ilustrativos da submissão do Brasil à condição de periferia imperial é a Lei Kandir, que isenta de tributos as exportações primárias. A Inglaterra entendeu, já no Século 13, que era vital sair dessa condição, quando a lã de seus carneiros ia para as indústrias de Flandres e da Itália.

## **Crescimento do subdesenvolvimento**

*Adriano Benayon - Publicado em Quinta, 25 Junho 2015 03:00*

1. A economia brasileira está seriamente doente. A crise põe-se à mostra: negócios fechando, desemprego crescente, violência e insegurança recrudescendo.

---

2. A atual é uma das muitas provenientes da enfermidade estrutural e crônica que assola o País, há mais de 60 anos. Sem ordem constitucional não há como sair do atoleiro, pois os beneficiários da corrupção sistêmica a institucionalizaram e criaram mecanismos, em todas as esferas do poder, para aprofundá-la.

3. Os desequilíbrios agravam-se, porque o poder, sob todos os regimes e governos que se têm sucedido, é controlado pelos que acumulam poder através do dinheiro e faturam com os desequilíbrios.

4. Aristóteles ensinou que o hábito forma uma segunda natureza. Então, há muito tempo, através da psicologia aplicada – e utilizando formadores de opinião e o crédito de instituições supostamente científicas – o sistema de poder acostuma as pessoas a ignorar as causas da doença política e social.

5. A economia brasileira perde qualidade através da concentração, da desnacionalização, da desindustrialização e do conseqüente empobrecimento tecnológico.

6. Afora a indústria, prejudicada desde meados dos anos 50, as infraestruturas foram deterioradas e privatizadas, principalmente a partir dos anos 90. A regulação dos serviços

favorece a manipulação dos preços de suas tarifas e a falta de qualidade, sob o beneplácito das agências, ao bel prazer dos carteis que os controlam.

7. Nessas fabulosas negociatas – que a grande mídia nunca denunciou – foram entregues a carteis estrangeiros as infraestruturas construídas e pagas pelo Estado. Além disso, privatizaram-se e desnacionalizaram-se bancos, cada vez mais favorecidos pela legislação e pelo BACEN.

8. A entrega dos monopólios das infraestruturas e as normas pró-carteis da precificação de suas tarifas tornaram-se causa maior da alta da inflação.

9. Daí também, e em combinação com a produção industrial dominada por carteis transnacionais, advém a perda de competitividade da economia e os déficits nas transações correntes, formadores da dívida externa.

10. Na lógica perversa do sistema, em vez de se construir uma infraestrutura eficiente e independente, finge-se combater a inflação através da elevação das taxas de juros.

11. Ora, aumentar os juros significa:

1) fazer crescer as insuportáveis despesas financeiras do Tesouro, incapacitando-o de realizar os prementes investimentos de infraestrutura, baixar o “custo Brasil” e melhorar o grau de competitividade;

2) elevar a taxa de inflação, uma vez que os juros são um dos custos de produção, além de dissuadir investimentos produtivos e assim reduzir a oferta de bens e serviços, determinante da alta dos preços;

3) tornar ainda mais concentrada a renda e o poder nas mãos dos oligarcas financeiros: daí ser essa política promovida pelas “autoridades monetárias” e endossada pelos beneficiários das doações de grandes empresas e bancos às campanhas eleitorais.

12. Mais efeitos estruturais negativos são gerados a pretexto de conter os preços através das importações, deixando de desvalorizar a taxa de câmbio em correspondência com a alta dos preços internos: agrava-se a falta de competitividade da indústria local e aumenta a desindustrialização.

13. As empresas estatais foram entregues a preços muito abaixo de seu valor patrimonial, envolvendo a subavaliação dos lances iniciais, o pagamento em “moedas podres” (títulos de dívida desvalorizados) e a participação de fundos de pensão de estatais. Ainda por cima, a União despendeu centenas de bilhões de reais para sanear passivos trabalhistas e financeiros das empresas privatizadas.

14. Assim, o Brasil tornou-se a casa da sogra dos carteis. Nas telecomunicações, até as tarifas promocionais são múltiplos enormes das normais do exterior. O serviço é de baixa qualidade, e áreas imensas ficam sem sinal.

15. Mudanças na Lei Geral das Telecomunicações (nº 9.472/97) permitiram a operação de telefonia e celular por um único conglomerado, e incentivos à concentração favoreceram as mega-empresas, apoiadas por ANATEL e CADE.

16. No sistema elétrico, danos semelhantes ao País: a infraestrutura deteriorou-se, e, desde a privatização, as tarifas elevaram-se em cerca de 150%, acima da alta média dos preços.

17. A Petrobrás, foi privada, desde sua fundação, do monopólio da distribuição, o segmento privilegiado da indústria do petróleo, feudo para obter grandes lucros e que nada produz. A estatal já tivera desgastes, mesmo antes dos pesados golpes decorrentes da Lei 9.497 de 1997, entre os quais sua desnacionalização parcial e a perda dos monopólios da prospecção e exploração.

18. Desde 1955, a preponderância dos combustíveis fósseis, não-renováveis, esteve associada à deletéria expansão subsidiada da indústria automotiva, nas mãos dos carteis transnacionais, com a míngua de investimentos nas ferrovias e demais meios eficientes e econômicos, como a navegação fluvial e a marítima.

19. A mesma linha pró-subdesenvolvimento – característica da política inaugurada em agosto de 1954 – faz que, nas hidrelétricas, a geração de energia seja grandemente diminuída, e os custos elevados.

20. As mesmas normas e intervenções falsamente ambientais e pró-indígenas, impedem ou reduzem as eclusas, para grande dano do aproveitamento de rios e canais que tornariam baratíssimo o transporte interior no Brasil.

21. A política pró-subdesenvolvimento fez, nos anos 90, entrar em cena os negócios corruptos do gás da Bolívia, em favor das angloamericanas Shell, BP e Enron, tendo o Brasil pagado pelos gasodutos e investido em termelétricas antieconômicas, sem falar nas alimentadas por óleo combustível.

22. Ao mesmo tempo, impede-se que a energia de biomassa assuma o lugar principal que deve ter:

1) desvirtuando o Programa do Alcool, criado sob a liderança de Severo Gomes e Bautista Vidal, a partir de 1975; o etanol chegou a suprir integralmente a demanda de veículos novos produzidos no País, antes do final dos anos 80, mas concentrou-se em usinas e plantations gigantescas, que implicam transportar a cana a grandes distâncias e depois o álcool, de volta: a produção descentralizada, e combinada com alimentos, trazia vantagens econômicas, sociais e ecológicas; mas, nos últimos decênios o setor sucroalcooleiro passou a integrar o agronegócio e tem sido desnacionalizado;

2) marginalizando a produção de óleos vegetais, com a escolha de matérias primas e tecnologias erradas, como o biodiesel, além de adotar a lógica concentradora, antieconômica e antissocial, dificultando o acesso ao mercado de cooperativas e pequenos produtores;

3) coerentemente com a opção pela dependência tecnológica, não dando espaço à alcoolquímica e nem à oleoquímica;

4) entre as fontes renováveis de energia, preferindo e subsidiando as de tecnologia proprietária de empresas estrangeiras, como a eólica e a solar.

23. Juntamente com a desorganização econômica, política e social, fortalece-se a ordem colonial sobre o País, enquanto este perde a identidade nacional.

24. O caminho para isso tem sido as respostas subalternas dos governos às crises recorrentes derivadas do modelo dependente. Ao contrário do que alegam, as autoridades monetárias não têm como sanear as finanças, levando à estratosfera a dívida do Tesouro.

25. Com a composição e capitalização da elevadíssima taxa SELIC, o crescimento dessa dívida compromete, em definitivo, a independência do País.

26. No círculo vicioso, a produção e o emprego caem, e os recursos que os viabilizariam, são carreados para o pagamento de impostos, a fim de sustentar rendas exclusivamente financeiras, enquanto definham as suscetíveis de gerar produção.

27. A presente crise é pretexto para cortes profundos, também na área militar, vital para que se recupere algum grau de autonomia. Ela perdera substância, quando da crise da dívida externa do início dos anos 80.

28. Dita crise resultara da estrutura industrial desnacionalizada e concentrada que fizera acumular déficits externos incompatíveis com a capacidade de pagamento do País.

29. Hoje revivemos a daquela época, quando foram desativadas importantes indústrias de defesa, devido à falta de encomendas das Forças Armadas. A partir dos anos 80, não cessaram de ocorrer perdas e desnacionalizações de empresas brasileiras.

30. Nos anos mais recentes, após um esforço de ressurgimento, promove-se, de novo, desmonte nas pastas militares, tendo o governo cortado R\$ 500 milhões no projeto (KC-390) da EMBRAER, com mais de 1.000 engenheiros e 10.000 técnicos envolvidos. Podam-se também os projetos da HELIBRAS e os dos submarinos.

31. Em suma, o País fica sem indústria e sem tecnologia, e à mercê das potências imperiais. O Reino Unido, à frente delas, obteve a demarcação de áreas imensas em Roraima e em outras regiões amazônicas, a pretexto de criar reservas indígenas e ecológicas. Pouco falta para essas áreas serem alijadas do território nacional.

32. Todos deveriam saber que o Reino Unido ocupa as Ilhas Malvinas da Argentina há mais de duzentos anos e recusa-se a reconhecer a soberania platina sobre essa área rica em petróleo.

34. A realidade do Brasil é a de um país dominado pelas corporações estrangeiras e desestruturado, que sofre assalto antigo, agora em fase aguda, desferido também sobre Petrobrás e à engenharia nacional, cujos conglomerados têm importante atuação nos segmentos tecnológicos da defesa.

35. Por que o inimigo ataca, confiante? Por que nem a Petrobrás é mais unanimidade. Porque a coesão nacional foi dilacerada. Porque o País está sem liderança política alguma, digna de crédito, e sem que qualquer dos poderes do Estado o defenda.

**Fonte: Desenvolvimentistas.**

## Prosperar ou sucumbir

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 21 Julho 2015 00:40*

1. O caso da Grécia ajuda a compreender o desafio que o Brasil terá de enfrentar.

---

2. Como salienta a auditora Maria Lucia Fattorelli, que prestou inestimável colaboração ao Parlamento grego no exame da dívida pública daquele país, ele vem sendo sangrado, há anos, pelo sistema da dívida, governado por grandes bancos de âmbito mundial.

3. Só de 2010 ao presente, a renda nacional da Grécia foi reduzida em 30%, os salários caíram nessa proporção, os pensionistas perderam mais de 50%. O desemprego passa dos 27% e atinge mais de 60% entre os jovens.

4. Mesmo tendo o povo rejeitado, em plebiscito, o mais recente programa dos “credores”, e tendo o Parlamento mostrado à nação as ilegalidades e fraudes originadoras da maior parte da dívida, faltou coragem ao governo do Syriza para desistir de mais um acordo com a União Europeia.

5. Entretanto, esse acordo dará prosseguimento à destruição econômica e social do país. Trata-se de um terceiro programa de “resgate”, na realidade, de arrocho com calendários de curto prazo.

6. Até quarta-feira (15), o Parlamento grego tem que aprovar mais aumentos de impostos e reformar o sistema de pensões. Só depois disso, os ditadores da União Europeia (Alemanha e França), autorizarão negociar um memorando de entendimento com Atenas.

7. Até outubro, as autoridades gregas têm que implementar mais reformas nas pensões e zerar o déficit, além de cumprir programa de privatizações. Também, alterar as relações de trabalho, facilitando as demissões. Em suma, elevar as doses dos “remédios” que têm arruinado a saúde do paciente.

8. A mensagem está claríssima. A tirania financeira mundial não tolera qualquer medida dos países envolvidos pelo sistema da dívida, em defesa de suas economias e de seus povos, por mais moderada que seja: eles são pressionados a enredar-se, cada vez mais, na armadilha financeira.

9. Pergunto-me por que motivo, afora a corrupção – que jogou papel importante na passividade de muitos de seus antecessores - o atual governo grego se curvou às imposições do Banco Central Europeu, FMI e tiranos da União Europeia, entidade gradualmente moldada pela oligarquia financeira angloamericana, para subordinar os países da Europa continental.

10. Suponho que as causas sejam os temores de: a) sanções por parte da Alemanha, da França e associados, os maiores importadores das produções primárias e origem do grosso do turismo, as duas principais fontes de divisas da Grécia; b) corte do crédito por parte do sistema financeiro internacional e congelamento de fundos depositados no exterior, além de arresto de bens.

11. Não se podem comparar as dimensões, nem as dotações de recursos naturais do Brasil e da Grécia. O Brasil poderia até beneficiar-se das sanções a que estaria sujeito, em caso de cumprir a cláusula da independência, evidentemente superior à própria Constituição (que também a proclama, embora ignorada na prática).

12. Antes, deve ficar claro que, sem autonomia nacional, não há a menor possibilidade de evitar a ruína, que avança a passos largos em nosso País.

13. A soberania vem sendo, há decênios, preterida pelas “boas relações” com as potências imperiais e pela subordinação da política econômica ao sistema financeiro, comandado pelo eixo Londres-Nova York e operado nessas praças e nas offshore, sob controle delas.

14. É de notar, ademais, o espantoso grau dessa subordinação, que supera, em muito, a existente até em países de menor dimensão e aparentemente mais frágeis que o Brasil.

15. Haja vista, entre os exemplos mais notáveis, as estratosféricas taxas de juros aqui praticadas:

a) as que, compostas, estão levando a dívida pública brasileira a mais crises conducentes a ainda mais vergonhosas abdições de soberania e a perda de substância econômica;

b) as impostas a empresas nacionais atuantes na produção e a pessoas físicas dependentes de seu trabalho, taxas, como se sabe, grandes múltiplos daquelas, mais que absurdas.

16. Duas premissas têm de sustentar uma análise realista:

1) o truculento sistema da dívida não faz concessões aos que nele se enredam: as ameaças, pressões e sanções são manipuladas de forma a obrigá-los a subscrever os “acordos” praticamente por inteiro;

2) portanto, tentativas de atenuar as penosas condições a que os “devedores” são submetidos, são reprimidas do mesmo modo que seriam medidas capazes de, a médio e longo prazos, liberá-los do crônico enfraquecimento a que vem sendo forçados.

17. Apesar de a presidente ter reduzido os já deprimidos investimentos federais e elevado os já inadmissivelmente altos ganhos dos concentradores financeiros, estes e seus mentores da oligarquia angloamericana não estão satisfeitos e usam seus diversos instrumentos de pressão política para desestabilizar e derrubar o governo.

18. Está claro que as potências imperiais e seus vassallos brasileiros não toleram mudanças na política econômica nos últimos 61 anos, por mais modestas que sejam. Ao contrário, só admitem radicalizá-la, o que implica levar o País à miséria, intensificando-se a desnacionalização e a desindustrialização da economia.

19. Portanto, se quiser ter alguma chance de, um dia, encontrar o desenvolvimento, o Brasil terá de adotar, desde já, políticas, por completo, diferentes das que têm prevalecido.

20. Por exemplo, reduzir a taxa de juros dos títulos públicos em 2 pontos percentuais, já escandalizaria a grande mídia e os acadêmicos que papagueiam doutrinas econômicas inaplicáveis aos contextos reais.

21. O que se deve fazer, em lugar disso, é diminuir essas taxas em 15 pontos percentuais (cerca de 17% aa. para 2% aa.). Sobre a dívida interna bruta de R\$ 3,3 trilhões, isso significa economizar R\$ 500 bilhões anuais, quantia equivalente a 10% do PIB.

22. Vale lembrar que os defensores do arrocho gerido pelo ministro da Fazenda e Banco Central alegam que ele fará economizar entre R\$ 70 bilhões e R\$ 80 bilhões.

23. Além disso, esses cortes têm efeito multiplicador negativo, por implicar redução de investimentos e de despesas, enquanto o dinheiro poupado com o estéril gasto financeiro da dívida pública poderia ser investido produtivamente, com apreciável geração de receitas adicionais.

24. A sensível redução dos juros é também indispensável por ser o único meio de evitar a capitalização deles, o fator determinante do crescimento exponencial da dívida pública.

25. Mas, para fazer o serviço completo nessa área, há que suprimir artigos lesivos ao País da falsa Constituição “cidadã”, de 1988, a começar pelo de nº 164, que usurpa do Tesouro Nacional o direito de emitir moeda e o confere exclusivamente ao Banco Central. Pior, ao proibir que este financie o poder público, o submete à agiotagem dos bancos privados.

26. É também espantoso que a Lei 4.595, de 31.12.1964, tenha sido recepcionada pela Constituição, como Lei complementar, e continue sendo o arcabouço do sistema financeiro do País, tendo sido elaborada sob medida para os interesses dos bancos concentradores. Há que fazer outra sob princípios bem diferentes.

27. Essas são algumas das medidas de que o País precisa, a fim de realizar políticas macroeconômicas decentes, devendo-se também enunciar a reformulação completa das estruturas microeconômicas, sem as quais aquelas de pouco valem.

28. Ou seja: novas políticas industrial, tecnológica, de serviços e dos mercados, afora infraestruturas econômicas e sociais compatíveis com tais estruturas, livres das garras dos cartéis e abertas à concorrência dos produtores.

29. Claro que a defesa nacional deve ser uma das prioridades, em interação com a indústria voltada para o bem-estar e para o progresso técnico. Tudo isso exige administrações civil e militar inspiradas em valores elevados e conscientes de que a solidariedade nacional tem de prevalecer sobre ambições pecuniárias e de poder.

30. Em tal sistema, o mérito, não só intelectual, é aferido desde as primeiras letras, e o importante setor estatal tem de ser administrado de modo que os equipamentos e empresas estatais estejam a serviço da sociedade em seu conjunto e, portanto, não sejam objeto de comércio.

## Há que reverter o rumo da guerra

*Adriano Benayon - Publicado em Segunda, 03 Agosto 2015 15:17*

1. Não se pode mais ter dúvida de que estamos em guerra, nem de que a estamos perdendo. Onde ela se trava? Obviamente, na economia. A inflação está em alta, e os juros na estratosfera são arma, não de defesa contra a inflação, mas, sim, de destruição em massa da economia.

---

2. A enorme desvalorização cambial, com o dólar a mais de R\$ 3,40, mostra a dimensão do descalabro, pois, em qualquer economia não corroída, altas taxas de juros implicariam valorização cambial.

3. O bombardeio destrutivo é lançado, não diretamente pelo inimigo, mas pela 5ª coluna a serviço deste. É ela que decreta as taxas de juros absurdas e, através delas, a falência múltipla do País, com a colossal dívida interna.

4. A desnacionalização da indústria, acelerada desde 1955, já levava ao saqueio do País nos anos 90, por meio das privatizações, e o pretexto para isso foi a dívida externa, completamente fora de controle já em 1982. A origem foram as transferências das transnacionais e o conseqüente acúmulo de déficits com o exterior.

5. A essa altura as potências imperiais não precisavam mais do regime militar, cuja política financeira era submissa ao sistema financeiro "internacional", mas tinha bolsões nacionalistas. Aproveitaram os anseios democratizantes da maioria da nação e comandaram a formação das instituições que viabilizaram radicalizar a desnacionalização da economia brasileira, inclusive a Constituição de 1988.

6. Isso lhes permitiu, paralelamente à pilhagem das privatizações, ir inflando a gigantesca dívida interna, que agora serve para entabular nova fase de saqueio acelerado do patrimônio público do País.

7. Esta fase, tal como a dos anos 90, é movida pela corrupção e pretexta moralidade para varrer do mapa a Petrobrás, a única mega-estatal, que escapara de ser totalmente alienada durante a ofensiva entreguista do Executivo "eleito" após a farsa do Plano Real (1994).

8. Estão também marcadas para morrer as empresas nacionais de engenharia, o último bastião estratégico do empresariado nacional dotado de dinamismo tecnológico.

9. O Estado brasileiro, dominado por interesses monopolistas dos carteis transnacionais, ao contrário dos Estados sedes desses carteis, age contra as empresas controladas por seus nacionais.

10. É como se empobrecer o País fosse meta constitucional. Visto de outro modo, as instituições pátrias estão fora do controle do governo.

11. O sistema da dívida – de há muito montado pelo sistema financeiro mundial - perpetua e agrava a abissal desigualdade entre as potências centrais e os países que, como o Brasil, vêm sendo submergidos na periferia.

12. A partir do colapso financeiro (2007/2008), dos grandes bancos capitaneados pela oligarquia, ficou ainda mais patente que antes, que eles contam com todo o poder daquelas potências.

13. Quando controladores e executivos dos bancos da oligarquia se locupletaram ainda mais, através de fraudes, e, assim, os abalaram, através dos derivativos, os governos e as instituições financeiras mundiais os capitalizaram, dando-lhes dezenas de trilhões de dólares, inclusive novos títulos em troca de títulos podres.

14. É diferente em relação aos países marcados para ser vitimados. É guerra, disfarçada como “austeridade”: programas de demolição econômica prescritos pelos fraudadores, que nem tomam conhecimento das auditorias de dívida, e os impõem via terrorismo: não adotar esses programas implica sanções descritas como letais para os recalcitrantes.

15. O mais grave é que, nessa guerra, as potências imperiais confiam em seu poder, e isso não se dá do outro lado. No Brasil, por exemplo, investem, há mais de um século, na corrupção, desinformação e alienação das classes e corporações influentes: as forças estão dispersas e falta, mais que tudo, visão estratégica e até da realidade.

16. O indispensável conhecimento sobre o adversário, recomendado por Sun Tsu, exige entender que nada há a ganhar das potências imperiais e que todo acordo com elas conduz à ruína. Só há esperança sem ele.

17. Observadores honestos, com experiência em instituições-chave do poder imperial, confirmam-lhe a estrutura oligárquica e totalitária.

18. Entre esses, Karen Hudes, durante vinte anos, assessora jurídica do Banco Mundial. Ela verificou a coesão, regida pelas famílias dominantes da oligarquia, entre: grandes bancos comerciais e de investimentos, empresas gigantes, Banco Mundial e FMI, bancos centrais, coordenados no Banco de Liquidações Internacionais, sediado em Basel, Suíça; além disso, sua ascendência conjunta sobre os governos.

19. Hudes não omite a observação essencial, de que a dívida é a ferramenta principal para escravizar nações e governos. Estas são suas palavras:

"Querem que sejamos todos escravos da dívida, querem ver todos os nossos Governos escravos da dívida e que todos os nossos políticos sejam adictos das gigantes contribuições financeiras que eles canalizam nas suas campanhas. Como a elite também é dona de todos os

principais meios de informação, esses meios nunca revelarão o segredo de que há algo fundamentalmente errado na maneira como funciona o nosso sistema”.

20. Os economistas mais citados e entrevistados pela grande mídia ajudam a fomentar a falsa crença em que os juros altos e demais instrumentos da política de arrocho seriam aceitáveis diante da crise, e não, agravadores dos males estruturais que assolam a economia.

21. Estarrece-me que os sensatos, que rejeitam a aplicação abusiva de teorias em contextos diferentes do de seus pressupostos, se limitem a refutá-la somente à luz da macroeconomia, sem apontar que o Brasil só poderá ser tirado do pântano através de profundas medidas estruturais, como as delineadas no artigo “Prosperar ou sucumbir”.

22. Não me parece razoável, dadas as mazelas do subdesenvolvimento incorporadas à economia brasileira por obra do modelo dependente, esperar sejam sanados através da desvalorização cambial os problemas decorrentes da baixa produtividade, nem que a sobrevalorização do câmbio tenha sido causa primordial dos desequilíbrios causadores da presente crise.

23. O País não tem mais setor público nem privado. Ambos têm de ser recriados. O primeiro, com grandes empresas, sob princípios administrativos baseados no mérito, e substanciais investimentos em tecnologias para as infraestruturas e indústrias de base, inclusive no âmbito das Forças Armadas.

24. Ao lado da fabulosa expansão dos empregos qualificados decorrente disso, despontará comparável crescimento no setor privado, em que o teste do mérito tem de ser feito no mercado em estrutura de concorrência.

25. Quem mostrar qualificações para agir produtivamente e trazendo tecnologias de interesse nacional e social, terá o financiamento, podendo-se absorver incontáveis técnicos e empresários brasileiros e até estrangeiros.

26. Não devem, é claro, ser admitidos carteis das grandes transnacionais, que já estão aqui na função de parasitas dos sobrepreços aos clientes e dos subsídios governamentais, além de abusarem do superfaturamento das despesas.

27. Havendo a desnacionalização feito da indústria um fardo para o País, em lugar de um ativo - e disso são exemplos as montadoras - é incrível não reconhecer a necessidade de reformulá-la de modo compatível com o desenvolvimento econômico e social.

28. Eliminada a chantagem do sistema da dívida, não haverá problema algum de recursos financeiros para investir. Basta macroeconomia decente, sem as letais taxas de juros que os inimigos do País representados por todos os partidos, a serviço das potências imperiais, infligem ao Tesouro Nacional.

29. Se prosseguir o atual andar da carruagem, a situação não demorará a ficar muitíssimo pior, porque a inércia do subdesenvolvimento é muito maior aqui, e porque a altura das taxas de juros não tem termo de comparação nem com as mais absurdas da própria periferia europeia.

30. Os juros altos são a droga altamente tóxica que o sistema usa para cobrir os déficits externos, os quais só podem ser afastados (e sem problemas) através das correções estruturais. Curioso que os críticos, inclusive de esquerda, não ousem dar um pio a respeito.

**Fonte:** Desenvolvimentistas.

## O jogo da oligarquia imperial

*Adriano Benayon - Publicado em Quinta, 20 Agosto 2015 01:22*

1. Muitas pessoas não concebem como possível a perversidade com que são conduzidas as políticas de Estado das potências imperiais, seja essa perversidade o motivo primeiro ou efeito colateral de seus jogos de poder.

---

2. A oligarquia financeira controla os governos dessas potências e os seus sistemas de instrução pública e de comunicação social, incumbidos de gerar a carência de capacidade analítica e interpretativa dos fatos, que determina as maiorias a não perceberem o quanto as políticas imperiais são destrutivas e mesmo genocidas.

3. As potências imperiais são o Reino Unido (Inglaterra) e os Estados Unidos, cujas oligarquias financeiras se interpenetram. Outras, a elas associadas, são subimperiais, antigas potências imperiais derrotadas na disputa pela hegemonia e que se associaram ao império dominante.

4. É o caso, pela ordem cronológica, de Holanda, França e Alemanha. Esta aparece, hoje, como a principal delas, dando, na Europa a falsa impressão de ter luz própria, ao aparecer como o grande opressor direto dos países relegados à condição de periferia da União Europeia.

5. A notável vocação tecnológica e industrial da Alemanha, semelhante e maior em grau que a da França, tornou-se, para o império angloamericano, um sério risco, do ponto de vista de sua pretensão de hegemonia mundial absoluta.

6. Essa é a origem das duas guerras mundiais que marcaram o Século XX. A França já caíra a segundo plano, desde o final das guerras napoleônicas, e a Holanda fora batida na segunda metade do Século XVII.

7. A Alemanha desenvolveu-se, desde o Século XVIII, impulsionada por clarividentes políticas de Estado, que culminaram, na segunda metade do Século XIX, com o primeiro-ministro Otto von Bismarck, que levou a Alemanha pouco após sua morte, em 1890, a ultrapassar a Inglaterra em poder industrial.

8. Pouco antes disso, intrigas da diplomacia e dos serviços secretos britânicos fizeram com que Bismarck fosse demitido pelo novo Imperador, Guilherme II.

9. O objetivo fora desmontar o edifício de alianças construído por Bismarck, que assegurou evitar a eclosão de algo como a primeira guerra mundial ainda no século XIX.
10. Não que Bismarck fosse pacifista. Nada disso: o mestre-mor do realismo político ficara contente com o status quo, após ter liderado a Alemanha em várias guerras e vitórias que a colocaram em posição de destaque no cenário do poder internacional.
11. Finalmente, a Grã-Bretanha (Inglaterra) logrou envolver o Imperador alemão em suas provocações, após o ter afastado da Rússia e desencadear a guerra, em 1914, da qual acabaram participando dezenas de países nas duas coligações que se opuseram.
12. O objetivo mesmo foi debilitar Alemanha e França ao mesmo tempo, eliminar a Alemanha como concorrente na hegemonia mundial e consolidar a condição de potência de segundo plano da França.
13. Conseguiu: entre outros resultados, morreram seis milhões de franceses e cinco e meio milhões de alemães, sem falar em milhões de mortos de aliados de uma e de outra.
14. A Alemanha foi, ademais, condenada, em função da “Paz” de Versalhes (1919), a pesadas reparações de guerra, que teve de pagar principalmente à França e também à Grã-Bretanha, as quais repassavam o dinheiro aos EUA para servir a dívida decorrente dos financiamentos recebidos para custear a guerra.
15. Seguiu-se a enganosa euforia dos anos 1920 e a depressão econômica e social dos anos 1930, entre cujas manifestações políticas avultou o fascismo, inclusive nazismo.
16. Muito se tem discutido sobre a natureza desse regime. Há pouco divulgou-se artigo referente à obra do historiador italiano Renzo de Felice, segundo o qual o fascismo teria, na maioria dos casos, ascendido ao poder através de golpes de audácia, favorecidos pela covardia das classes dominantes e médias.
17. Nesses debates apareceu a asserção, equivocada, mas não contestada, de que a Alemanha foi o único caso em que o fascismo chegou ao poder por eleições diretas.
18. De fato, foi uma conspiração, envolvendo chantagem junto ao presidente, Marechal Hindenburg, conduzida por banqueiros alemães associados à oligarquia financeira angloamericana.
19. Do ponto de vista formal, assinale-se que no regime parlamentarista da Constituição de Weimar nem existiam eleições diretas. Mas o importante é que os nazistas, nas eleições para o Reichstag, nunca tiveram votos suficientes para escolher o chefe do governo (o presidente é o Chefe de Estado).
20. Os nazistas nunca obtiveram, nem de perto, a maioria absoluta, que os levasse a comandar o parlamento e o governo conforme a Constituição.

21. Nas últimas eleições, em novembro de 1932, tiveram declínio na votação, para 32%. Nunca havia maioria parlamentar, e o presidente sempre escolhia o Kanzler, conforme um artigo de exceção, no caso de não haver maioria no Reichstag.

22. Hindenburg decidira, após aquela eleição, nomear o chefe do Estado-maior do Exército, General Kurt von Schleicher, o qual reverteria a depressão e o descalabro financeiro, com economistas, como Lautenbach e outros, de confiança de Federações patronais e de sindicatos de trabalhadores, com políticas de conteúdo superior às de Keynes e de Schaacht, o czar da economia de Hitler.

23. Isso não agradou, de forma alguma, a oligarquia financeira angloamericana, que jogou a carta de Hitler, com intenção, convertida em realidade, de causar a 2ª Guerra Mundial. Ao contrário da difundida e falsa imagem do ditador nazista, ele não era nacionalista, mas sim somente racista, fanático admirador do imperialismo britânico.

24. Antes de galgar o poder e fazê-lo absoluto, com o golpe de incendiar o Reichstag, cassar os mandatos dos deputados comunistas, para obter a maioria absoluta que lhe permitiu conseguir os plenos poderes, Hitler prometera invadir a Rússia, o que cumpriu em junho de 1941.

25. Foi notório e conspícuo o apoio e a admiração recíproca entre líderes da indústria e das finanças angloamericanas, bem como de figuras de proa da família real britânica, e Hitler.

26. A simpatia deste pelos britânicos teve, entre outras confirmações, a determinação do Führer aos chefes militares de darem ordem de alto ao Exército, sem a qual os panzers alemães teriam esmagado, na Flandres (França e Bélgica), a força expedicionária do Reino Unido (ou a feito prisioneira), no final de maio de 1940, quando mais de 300 mil combatentes foram evacuados na famosa retirada de Dunquerque.

27. A 2ª Guerra Mundial começou para valer na Europa, no verão seguinte, quando Hitler ordenou a operação Barbarossa (invasão da Rússia), engajando nela, a quase totalidade do poderio armado alemão.

28. Então ocorreram as grandes batalhas da 2ª Guerra Mundial, por quatro anos, até o final de maio de 1945, a maior parte dos quais em território da União Soviética, cujos mortos são calculados em 20 milhões, além de seis milhões de alemães, afora enorme devastação material.

29. Novamente, o objetivo era destruir duas potências rivais. No caso da Alemanha completar o debilitamento encetado com a 1ª Guerra Mundial. No da Rússia, aniquilar a economia e o poder de um enorme país que apresentava potencial de surgir como potência de primeiro plano.

30. As forças angloamericanas – notadamente a aviação, área em que tinham superioridade – ajudaram a destruir a infra-estrutura alemã, na fase final da guerra, quando a Rússia já havia feito o essencial do serviço. Além disso, os angloamericanos assassinaram centenas de milhares de alemães, por meio dos bombardeios genocidas a várias cidades, notadamente Dresden e Berlim, com o objetivo colateral de intimidar a Rússia.

31. Fizeram algo semelhante na Guerra com o Japão, quando este já estava derrotado e pronto a assinar a rendição, fazendo os bombardeios nucleares sobre Hiroshima e Nagasaki (06 e 09 de agosto de 1945).

## Getúlio Vargas - Aprendendo com os erros

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 01 Setembro 2015 00:00*

1. Agosto de 1954 foi o marco para a destruição do desenvolvimento do País, que o presidente Vargas entendia, corretamente, só ser possível havendo autonomia nacional.

---

2. Ele conduzia o País na direção do desenvolvimento, o que tornou o alvo a abater pelo império angloamericano. Documentos históricos provam ter sido Vargas derrubado duas vezes (1945 e 1954), por intervenções das potências angloamericanas (EUA e Reino Unido).

3. Isso corresponde à lógica imperial: era-lhes intolerável o surgimento de uma potência no Hemisfério Sul e no “Hemisfério Ocidental”. Geopolítica pura.

4. O objetivo foi atingido por intermédio de agentes locais - pagos ou não, conscientes ou não -, como jornalistas, políticos e militares, os quais apareceram mais que aquelas potências diante do público.

5. Pensando nos que contemplam lutar pela sobrevivência do País, discuto, neste artigo, erros de Vargas que contribuíram para o êxito dos inimigos do País.

6. Desfazendo mitos, rejeito a versão rósea e insustentável - embora geralmente aceita - de que o suicídio do presidente e a carta-testamento teriam impedido os golpistas de fazer prevalecer suas políticas. Veja-se o título de um dos livros sobre o presidente: “*Vitória na Derrota – A Morte de Getúlio Vargas.*”

7. É verdade que a tragédia revelou o profundo amor do povo a Getúlio. Durante, pelo menos, quinze dias, o povo reagiu, até com violência, fazendo se esconderem desafetos e caluniadores de seu líder.

8. Entretanto, o presidente não havia organizado o povo, nem formado seguidores para liderá-lo após sua morte. O único talvez com têmpera para isso, Brizola, ainda era um jovem deputado estadual.

9. Devido a esse vácuo, o furor popular arrefeceu, Eugênio Gudin e Otávio Bulhões, ligados à finança britânica, foram designados para comandar a economia e instituíram a política antinacional destinada a acabar com a autonomia industrial e tecnológica do País.

10. Em janeiro de 1955, foram baixadas as Instruções 113 e seguintes, da SUMOC, e mais medidas para entregar a economia ao controle dos cartéis transnacionais, com subsídios incríveis. Desde 1956, essa política foi aplicada intensivamente por JK e nunca mais revertida.
11. É óbvio que a versão conformista interessa aos simpatizantes do império. Mas, paradoxalmente, predomina também entre a maioria dos admiradores e supostos seguidores de Vargas.
12. De resto, as atitudes políticas de muitos desses demonstram terem sido infieis ao nacionalismo do presidente, fosse por ingenuidade, covardia, falsidade ou até por colaboração interessada com o sistema de poder transnacional.
13. Entre os erros fatais de Getúlio esteve admitir a falsa – ou, no mínimo, irrelevante - pecha de ter sido ditador.
14. Queixavam-se de ele ter ficado 15 anos consecutivos na presidência, de 1930 a 1945, e o acusavam de tencionar voltar a ser ditador, mesmo quando eleito pelo voto direto, em 1950.
15. Na realidade, o espírito de Vargas era conciliador. Não, revolucionário. Assumira a liderança da revolução de 1930, por ser o político mais proeminente do Rio Grande do Sul. Outros foram mais ativos no movimento.
16. À frente de uma revolução, tinha de comandar um governo autoritário e designar interventores nos Estados, a maioria tenentes, que simbolizavam o apoio do Exército ao movimento, além de ideais de mudança política e social.
17. Nos primeiros meses de 1932 Vargas já promulgara a nova lei eleitoral e marcara para 03.05.1933 as eleições para a Assembleia Constituinte. Sem razão, em julho de 1932, foi desencadeada a revolução “constitucionalista”, na verdade, um movimento liderado pela oligarquia paulista vinculada aos interesses britânicos.
18. A Constituição de 1934 estabeleceu eleição indireta para a presidência da República. Eleito Vargas, não cabe qualificá-lo de ditador.
19. Durante o prelúdio da 2ª Guerra Mundial, novembro de 1937, um ano após a tentativa comunista de novembro de 1935, veio, por iniciativa de oficiais do Exército, o golpe criando o “Estado Novo”, com o objetivo de reprimir os comunistas.
20. Portanto, Vargas só poderia, em tese, exercer dois mandatos em condições democráticas. O primeiro, quando presidente constitucional, de 1934 a 1937, interrompido pelos chefes militares.
21. O modelo político-econômico do Estado Novo combinou conceitos que Vargas e o General Góis Monteiro haviam formulado em 1934, sendo a ideia básica o desenvolvimento industrial sob a direção do Estado.
22. No final do Estado Novo e no mandato ganho em 1950 - e abortado pelo golpe de 1954 - Getúlio preocupou-se em desmentir a imagem de ditador. Foi demasiado tolerante – e até complacente - diante das agressões, complôs e conspirações.

23. O problema era que sempre esteve sob fogo do império angloamericano, inconformado com a permanência de uma liderança no Brasil capaz de conduzi-lo ao desenvolvimento.
24. Embora exalte sempre o presidente Vargas, vejo uma contradição entre sua personalidade conciliadora e a consciência, que tinha, de ser a autonomia nacional indispensável para realizar o desenvolvimento.
25. Sendo essa a via escolhida, não havia campo para facilitar as ações subversivas de seus adversários. Ademais, enfrentava-se um império mundial n vezes mais poderoso que o Brasil: financeira, industrial e militarmente.
26. Em 1952, Vargas ajudou o inimigo ao não prestigiar o Ministro do Exército, Estillac Leal, quando os quintas-colunas Góis Monteiro e João Neves da Fontoura “negociaram” com os EUA o famigerado acordo militar pelas costas de Estillac.
27. Com isso, este se demitiu do ministério e foi perseguido, nas eleições para o Clube Militar, por oficiais golpistas, cujas pressões sobre Leal e partidários deste lhe determinaram a derrota.
28. Novamente, em 1953, o presidente mostrou pulso fraco, não mandando punir os coroneis signatários do manifesto contra o reajuste do salário-mínimo.
29. Daí, a conspiração de agosto de 1954 encontrou-o enfraquecido, quando implicaram a guarda pessoal do presidente no assassinato do Major Vaz, da Aeronáutica, em esquema montado para fazer crer que o alvo do crime fosse o virulento jornalista e deputado Carlos Lacerda.
30. O crime foi articulado sob a direção de Cecil Borer, titular da DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social, em que ingressara, em 1932, com o Chefe de Polícia, também pró-nazista, Filinto Muller.
31. Borer continuou com Dutra, simpatizante fascista. Vargas não o substituiu, em 1950, não obstante saber que os nazi-fascistas, então, colaboravam intensamente com os serviços secretos angloamericanos.
32. Getúlio também foi imprevidente, ao nomear o jovem – e sempre acomodador - deputado Tancredo Neves para o ministério da Justiça, ao qual se subordina a Polícia. Deviam ter impedido as ilegalidades do inquérito policial-militar.
33. A própria instauração do IPM, uma semana após o atentado, significou quebra da autoridade do presidente, concedida por este próprio.
34. Mesmo tendo logrado distorcer os fatos, através da ação combinada do DOPS e da Aeronáutica, e da campanha da mídia, os conspiradores não teriam conseguido derrubar Vargas, se ele não se tolhesse por preconceitos ideológicos de seus adversários.
35. Teria lutado para inteirar-se da verdade e fazê-la conhecer. Se esta já não lhe interessava - por estar cansado e decepcionado – certamente era do interesse do povo. O Brasil precisava dela.

36. Getúlio podia ter feito prevalecer os interesses do País, apoiado pela Vila Militar, no Rio, onde estavam os tanques. Essa era sua obrigação perante o Brasil, como em 1945, quando da anterior deposição por militares manipulados por potências estrangeiras.

37. Então, o pretexto foi a intenção de continuar no poder, falsamente atribuída a Vargas. Tanto não a tinha, que - além de ter convocado eleições e não ser candidato -, Getúlio dissuadiu de subjugar o golpe os chefes militares que tinham poder de fogo e faziam questão fazê-lo, não fosse a ordem contrária do presidente, sob a irrelevante justificativa de não querer o derramamento de sangue.

38. Isso não estava em questão, pois, dada a superioridade de forças dos legalistas, os golpistas se retraíam. Vide Hélio Silva: “1945 Por Que Depuseram Vargas” – Civilização Brasileira 1976, pp. 253/4, em que reporta o apoio ao presidente do Gen. Odylio Denys, então Comandante da Polícia Militar, e do Marechal Renato Paquet, Comandante da Vila Militar.

39. Consequência da saída de Getúlio, por desapego ao poder, e sem substituto à altura, resultou, de 1945 a 1950, a interrupção do desenvolvimento do País: o Mal. Eurico Dutra, vencedor das eleições, graças a Vargas, traiu os votos, sendo subserviente às potências angloamericanas.

40. Durante a 2ª GM, Vargas reduzira a quase zero a dívida externa e acumulara reservas cambiais. Dutra as dilapidou com importações supérfluas. Prejudicou a industrialização e dissipou as divisas congeladas pelo Reino Unido, “em troca” de ferrovias obsoletas, do Século XIX.

41. O custo do golpe de 1954 foi muitíssimo mais alto: a entrega subsidiada da indústria ao controle do capital estrangeiro, o que inviabiliza, até hoje, o desenvolvimento. Isso só pode ser revertido através de transformações estruturais profundas.

42. De fato, a dependência do País não cessou de aumentar, desde a legislação dos pró-imperiais instalados com o golpe, a qual foi aplicada e ampliada por JK - outro que traiu os votos getulistas e iniciou a sequência de crises que até hoje persegue o País.

## **O poder mundial e nós**

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 29 Setembro 2015 13:08*

1. Defino o capitalismo como um sistema econômico e político no qual capitais privados vão sendo cada vez mais concentrados nas mãos de poucos oligarcas dominantes. Isso lhes permite conquistar não só as grandes empresas financeiras e produtivas, mas também o Estado.

---

2. Isso acontece sob regimes abertamente fascistas e também sob regimes aparentemente democráticos, em que o dinheiro e a mídia, a serviço dos oligarcas, controlam o sistema político e o resultado das eleições.
3. O capitalismo nos países centrais, mercê notadamente de guerras que envolveram os aspirantes à hegemonia, tornou-se, ao longo dos últimos 350 anos, um sistema de poder mundial, sob a hegemonia do capitalismo britânico, que depois consolidou sua associação com o norte-americano, formando o império anglo-americano.
4. Atualmente, restam duas potências não subordinadas ao império, China e Rússia, capazes de propiciar equilíbrio na balança do poder mundial. Sem esse equilíbrio, não há como país algum, no mundo, desenvolver-se.
5. Veja-se a anomia prevalente no cenário mundial, do início dos anos 1990 até há pouco, período em que o império anglo-americano cometeu colossais genocídios: na Iugoslávia, seguindo-se Iraque, Afeganistão, novamente Iraque, Líbia, para citar só alguns. Agora, em pauta, a Síria.
6. O auge da tirania imperial corresponde no Brasil aos governos Collor e FHC. Na Argentina, ao de Menem, e mais exemplos vergonhosos mundo afora.
7. O enfraquecimento e dissolução da União Soviética haviam deixado o planeta à mercê do império, secundado por seus satélites.
8. Mas a China vem ganhando poder em todos os campos, e a Rússia reafirma-se como potência nuclear e balística de grande porte.
9. Isso lhes dá autonomia nas decisões políticas e econômicas, e limita um pouco a tirania exercida pelo império anglo-americano em âmbito global.
10. Se se tivessem mantido abertos à influência do império, não teriam alcançado o status de potências mundiais. Para tanto, precisaram de regime centralizado e fechado.
11. As histórias da Coreia do Sul e de Taiwan ilustram a mesma constatação: para se desenvolverem, tiveram governos militares nacionalistas, devido a circunstâncias especiais: a presença do comunismo na China e na Coreia do Norte, com apoio do Exército Vermelho da China de Mao Dze Dong. Este havia empurrado os partidários de Chiang Kai Chek para Taiwan (Formosa), onde se instalaram sob a proteção da esquadra norte-americana.
12. Em suma, os EUA precisavam deixar fortalecer-se aqueles dois países, empobrecidos pela exploração colonial e pela ocupação japonesa, além de devastados por guerras, antes e durante a 2ª Guerra Mundial. Do contrário, seus povos seriam reunidos a seus compatriotas sob governos comunistas.
13. Em nossa história, como na da Argentina, houve progressos para o desenvolvimento, exatamente sob regimes autoritários, no período entre-guerras da 1ª metade do Século XX e durante a 2ª Guerra Mundial.

14. O senador Severo Gomes, desaparecido no mar, em 1992, comentava que a arrancada para o desenvolvimento da Argentina e do Brasil fora possível graças ao relativo isolamento comercial propiciado pela 1ª Guerra Mundial (1914-1918) e pela depressão dos anos 1930, seguida da 2ª Guerra Mundial (1939-1945).

15. A melhora das estruturas econômica e social só se pode realizar sob condições de poder central forte, como, no Brasil, as dos anos subsequentes à Revolução de 1930 e no Estado Novo (1937-1945), mercê da consciência nacionalista do Exército e da visão esclarecida e habilidade do presidente Vargas.

16. Como tenho exposto, Vargas foi injusta e incessantemente acimado de ditador por agentes do império, horrorizado com a perspectiva de o País atingir o desenvolvimento econômico e social.

17. Por isso não cessavam de injuriar o presidente os adeptos do império anglo-americano, fosse fascinados pela democracia de molde ocidental, fosse a soldo daquele império.

18. Tive, com frequência, ocasião de trocar ideias com Severo Gomes, empresário e antigo ministro da Indústria e Comércio (MIC) no governo do general Geisel. Também, com outros grandes brasileiros: o general Andrada Serpa, o físico Bautista Vidal (secretário de Tecnologia Industrial do MIC com Severo Gomes e criador do Programa do Álcool, Energia da Biomassa), e o Dr. Enéas Carneiro.

19. Todos tinham consciência plena de que o desenvolvimento só é possível com autonomia nacional e que um dos requisitos para esta existir é a autonomia industrial e tecnológica, inclusive com domínio da energia nuclear aplicada à defesa.

20. O que precede significa que, para o Brasil, é vital ter estratégia que: 1) contemple estarem as potências hegemônicas intervindo permanentemente em nosso País; 2) acompanhe a balança do poder em âmbito global, avaliando a medida em que o império se veja obrigado a concentrar recursos e atenção em outras regiões.

21. Dado o nosso recuo econômico, financeiro e tecnológico – crescente nos últimos decênios - a chance de êxito que possa ter o projeto de sobrevivência do País depende de unir o máximo possível das forças nacionais.

22. Estas têm sido agudamente divididas em direita e esquerda, ao longo dos últimos 85 anos. O marco foi a Revolução de 1930, a qual abriu a perspectiva de desenvolvimento do País.

23. Em seguida, o império anglo-americano fomentou novos separatismos e passou a investir mais intensamente em cooptar e corromper locais, notadamente na mídia, como Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, dono dos Diários Associados, a maior cadeia jornalística da época.

24. Já no mandato de Vargas assumido em 1951, indagado Chatô, por que atacava o presidente e abria total espaço na TV a Carlos Lacerda, seu virulento e audacioso adversário, respondeu: *“se ele desistisse de criar a Petrobrás, eu passaria apoiá-lo e lhe daria espaço em minha rede de comunicação”*.

25. Outro, foi o notório Roberto Marinho, dono de O Globo desde 1931. Esse, desde 1964, recebeu favores oficiais e fartos recursos norte-americanos para tornar-se dominante na comunicação social.
26. Mais tarde, o império declarou, através de Henry Kissinger, que não podia tolerar o surgimento de uma potência no Hemisfério Sul. Assim, foram cavados profundos fossos ideológicos entre brasileiros e n outros modos de intervenção.
27. Em 1932, Londres fomentou a falsamente denominada Revolução Constitucionalista, em São Paulo, que se poderia ter transformado em guerra separatista do Estado onde a industrialização despontava promissora.
28. A constitucionalização real veio em 1934, preparada por Vargas desde antes daquela teleguiada “revolução”. A insurreição comunista, em 1935, tempo de grande polarização esquerda/direita, reflexo do cenário europeu antecedente à 2ª Guerra Mundial.
29. Era muito pequeno o número de operários organizados, e a geopolítica dava chances nulas de êxito aos comunistas brasileiros: poder naval do império britânico absoluto no Atlântico Sul, e proximidade dos EUA.
30. Sendo incipiente o desenvolvimento do poder militar da União Soviética (URSS), não havia como esta apoiar o levante comunista no Brasil. Ademais, Stalin dava prioridade à infraestrutura industrial da URSS. Não apostava na revolução internacional, ao contrário de Trotsky, aliado do poder.
31. Entre os comandados de Prestes, infiltraram-se agentes do Intelligence Service, o M16 britânico, e os planos dos ataques eram previamente conhecidos das forças legalistas.
32. O resultado da insurreição de 1935 foi exacerbar a polarização ideológica, de interesse exclusivo do império anglo-americano.
33. Pior, sua memória tem servido à irracionalidade que faz reprimir, atribuindo-se-lhes ser comunistas, os que se opõem ao império anglo-americano ou não fecham os olhos aos crimes deste.
34. Seguiu-se o golpe de 1937, que instituiu o Estado Novo, repressor de comunistas e outros. A geopolítica e a influência da finança anglo-americana determinaram a participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial: bases no Nordeste para as FFAA dos EUA e envio da Força Expedicionária à Itália, vinculada a comando norte-americano.
35. Entretanto, o império não hesitou em patrocinar o golpe de 1945 e as intervenções subsequentes, que prosseguem até hoje, e vêm logrando seus objetivos desde agosto de 1954: a) desnacionalizar e a desindustrializar o Brasil, impedindo o desenvolvimento de tecnologias controladas por empresas nacionais, tanto privadas como estatais; b) enfraquecer as Forças Armadas e a capacidade estratégica do País, indústrias básicas, infraestrutura e o domínio da energia nuclear; c) desinformar e abaixar o nível de educação dos brasileiros, investindo na anticultura e na demolição dos valores éticos indispensáveis à evolução de nação próspera e equilibrada.

36. Esse processo tem sido realizado não só durante governos claramente subordinados aos interesses financeiros anglo-americanos (Café Filho, JK, Castello Branco, Collor e FHC).

37. Também, durante os demais, que, no essencial, cederam às pressões imperiais, não obstante terem tido, setorialmente, patriotas voltados para o desenvolvimento nacional.

38. Destaque-se, ademais, que eleições dependentes de dinheiro grosso e grande mídia levaram a desastres de origem parlamentar, inclusive a presente Constituição e emendas.

## **Cair na real – LRF e juros**

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 06 Outubro 2015 00:38*

1. O senador Cristovam Buarque divulgou mensagem em que manifesta preocupação com o risco de os gestores públicos, diante da crise e da queda da arrecadação, descumprirem a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

---

2. Referiu-se aos projetos de lei aprovados na Câmara e no Senado que acrescentavam despesas ao Orçamento da União. A presidente Dilma buscou impedir sua passagem, com 32 vetos, dos quais 26 foram mantidos pelo Congresso, mas seis foram rejeitados, o que elevará gastos.

3. Os que se preocupam com os déficits públicos alarmam-se com a situação, porquanto os déficits já vinham crescendo e, desse modo, tendem a aumentar ainda mais, também porque as receitas estão em baixa significativa.

4. Há que colocar os pingos nos is. A LRF não passa de instrumento destinado a acelerar o empobrecimento do Brasil, assegurando a perpetuação de sua condição de economia primarizada e de zona de extração de recursos naturais, para entregá-los a preço vil aos carteis transnacionais.

5. Trata-se de lei complementar, de maior hierarquia que as leis ordinárias, ditada pelo império anglo-americano, via FMI. Data de 2000, quando FHC reinava na satrápia chamada Brasil.

6. Essa lei dá total prioridade ao pagamento dos juros da dívida pública, tanto no âmbito federal, como no dos Estados e municípios, os quais, com a federalização da dívida (lei 9.496/1997), se tornaram vassallos de absurdas taxas de juros e índices de correção monetária, que devem pagar à União. Esta ficou responsável pelo total das dívidas públicas.

7. As taxas de juros e os índices de correção monetária devidos pelos governos locais são semelhantes àqueles com os quais o governo federal provê estupenda acumulação de dinheiro em favor dos concentradores financeiros (banqueiros estrangeiros e locais, e demais rentistas, como as empresas transnacionais).

8. Desse modo, o Brasil tem perdido recursos que possibilitariam alçar sua taxa de investimentos produtivos (contando os do setor privado), a taxas de 35% do PIB, mesmo com proporcional crescimento do consumo.
9. Ora, se se endireitassem também as estruturas e infraestruturas, notadamente corrigindo a patológica desnacionalização da economia, não seria difícil progredir no ritmo observado na China dos últimos 30 anos.
10. Demonstremos, com base nas estatísticas do Tesouro Nacional, a quanto têm montado os recursos saqueados do Brasil, a título do “serviço da dívida pública”.
11. Somente de janeiro de 1995 - 1º ano após o plano Real, que proclamou a mentirosa estabilização monetária – até agosto de 2015, a dívida pública interna multiplicou-se 24 vezes, de R\$ 135,9 bilhões (contando então as dívidas de estados e municípios) para R\$ 3,83 trilhões. Isso significa que a dívida interna foi multiplicada por 28, no período.
12. Isso significa crescimento médio anual de 18,65% aa., decorrente da capitalização dos juros e da inflada correção monetária, ambos decretados pelo BACEN, para gáudio dos sistemas financeiros privados, mundial e local.
13. Desde a Constituição de 1988, os gastos com a dívida pública, atualizados monetariamente, superam em muito R\$ 20 trilhões.
14. Se os gastos com a dívida interna, cujo montante passa de R\$ 3,8 trilhões, continuarem crescendo com a taxa efetiva anual presente - aí nos 18% aa. – essa dívida subirá, em 30 anos, para 1/2 quatrilhão de reais. Um quatrilhão são mil trilhões: 1.000.000.000.000 x 1.000.
15. Na finança mundial, os derivativos voltaram a superar US\$ 600 trilhões, como nas proximidades do colapso financeiro de 2007/2008. Agora já passam de US\$ 1 quatrilhão.
16. Iludem-se grandemente os que acreditam nos bancos e em economistas das universidades famosas e das que as copiam, quando caem na conversa de que os juros são elevados para conter a inflação!
17. Ao contrário, o crescimento exponencial das dívidas, expressas em títulos, significa inflação ainda maior do que causaria a emissão de moeda, tão anatematizada pelos economistas “ortodoxos” (e pela opinião geral, por eles influenciada). Os títulos financeiros são dinheiro, como a moeda, e ainda turbinado pelos juros.
18. Um dia, a explosão da massa de títulos insuscetíveis de serem liquidados, leva a reformas monetárias. Então se consolida o poder absoluto dos concentradores, mesmo em relação aos cidadãos aparentemente abastados.
19. Imaginemos, num caso limite, que o patrimônio financeiro dos grandes concentradores atinja vários quatrilhões de dólares e que individualmente tenham, em média, ativos de 100 trilhões de dólares.
20. Ao acontecer o “saneamento”, a reforma monetária faz que um novo dólar valha um milhão dos antigos. Então, um oligarca que acumulou US\$ 100 trilhões, ficará com 100.000.000 (cem

milhões) de dólares novos. Já um empresário, dono de patrimônio de US\$ 100 milhões, ficará reduzido a 100 dólares novos. Que chance tem alguém com 100 unidades de moeda, diante de quem tem 100 milhões delas?

21. A reforma mostrará como o empresário empobrece, enquanto a composição dos juros e as demais jogadas do mercado financeiro fazem expandir os ativos dos banqueiros e demais concentradores.

22. Torna-se, assim, abissal a diferença de poder econômico entre estes e os demais mortais, mesmo os ricos, cuja maioria, como também a classe média, é convertida às ideologias de interesse dos concentradores e, assim, julga normais as manipulações de juros, câmbio e outras, praticadas pelo sistema financeiro.

23. No Brasil, esse sistema é criminosamente privilegiado pela fraude no artigo 166, § 3º, II, b), e pela sacralização suicida dos gastos com juros injustificados, assegurada pelo art. 164. Esse confere exclusividade ao Banco Central (BACEN), para emitir moeda – somente para servir os bancos – colocando o Tesouro Nacional à mercê destes.

24. Por lei, o BACEN está subordinado ao governo federal. Portanto, os governantes que se têm sucedido, deveriam explicar por que o BACEN age em favor da finança dos concentradores privados estrangeiros e locais e, em detrimento da economia e da sociedade.

25. Criaram um círculo vicioso: a dívida pública cresce devido a despesas financeiras, priorizadas pela LRF. A perspectiva de déficits orçamentários serve de desculpa para elevarem mais os juros. Daí minguem os investimentos produtivos e sociais da União e dos entes federativos.

26. É, pois, incrível que a LRF seja defendida como sagrada por tanta gente, até com o primarismo flagrante na mensagem de Cristovam: “a revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal é o mesmo que revogar as quatro operações aritméticas, é dizer que dois mais dois é igual a cinco.”

27. Para o senador, o brasileiro está acostumado a querer receber aposentadoria jovem, e a crise estrutural exige reforma da Previdência. Traduzindo o jargão da “esquerda” reacionária: “que assalariados e aposentados paguem a conta; não se toque nos trilhões de reais de juros para os bancos!” É de estarrecer.

28. Conquanto as despesas financeiras não sejam a causa única do subdesenvolvimento acelerado, o vulto delas comprova, de sobra, seu peso na ruína financeira do País. Acarretam também a miséria da estrutura produtiva e social, além de reforçarem a tirania dos oligarcas concentradores sobre o sistema político.

29. Há mais causas da degradingolada. A principal delas, inclusive por ser a fonte da dívida, é a desnacionalização da economia, com os carteis transnacionais subsidiados pela política econômica, aplicando preços absurdos aos consumidores, privando o País de tecnologias próprias, e transferindo quantias estratosféricas ao exterior.

30. Os déficits nas transações correntes com o exterior - mesmo com o País a exportar quantidades brutais e crescentes, via agronegócio e mineração - cresceram para valor próximo a US\$ 100 bilhões anuais, e não mostram sinais de cair muito, nem com a depressão e com o dólar a 4 reais.

## O que é estratégico?

*Adriano Benayon - Publicado em Segunda, 19 Outubro 2015 21:58*

1. Demonstrando abissal ignorância sobre o que é, ou não, estratégico, ou então desprezo pela segurança nacional, os falsos desenvolvimentistas, desde JK (1956-1960), consideraram que bastava ter sob comando nacional as telecomunicações, a energia, notadamente o petróleo, e a área nuclear.

---

2. Se olhassem com seriedade para a História, teriam percebido que nenhum país foi capaz de se defender, tendo entregado sua economia e suas finanças a controle estrangeiro. Isso se tornou cada vez mais nítido, à medida que a capacidade bélica foi ficando mais dependente da indústria e da tecnologia.

3. Mas, mesmo antes do século XVIII, quando a sorte nas armas se vinculou à mecânica pesada e às indústrias básicas - que lhe fornecem insumos -, as guerras, sempre foram movidas a dinheiro, tal como a política.

4. Revela-se, pois, enorme e múltipla a leviandade dos dirigentes do País, uma vez que o “modelo econômico brasileiro”, de JK aos governos militares, se caracterizou, não só pela dependência tecnológica, mas também pela dependência financeira.

5. Depois, isso continuou a agravar-se, culminando com as manipulações eleitorais que levaram às presidências de Collor e FHC, nas quais, além de tudo, as Forças Armadas foram deliberadamente debilitadas.

6. E por que isso foi possível? Porque quem monopoliza o dinheiro grosso e comanda a mídia submissa, determina as políticas. Claro que essas não foram as de interesse do País.

7. Acaso? Não, mas, sim, algo que se desenhou com o golpe de agosto de 1954, quando as decisões econômicas foram entregues a “técnicos” do agrado dos centros financeiros anglo-americanos.

8. Desde o final dos anos 50, o domínio dos carteis multinacionais sobre a economia resultou em enormes déficits de transações correntes: esses carteis transferiram ao exterior – principalmente como despesas - lucros de fato, decorrentes dos preços elevadíssimos, no mercado interno, dos bens aqui produzidos e dos importados, e preços baixos na exportação.

9. Daí derivou absurda dívida externa, inflada também com os juros e demais despesas decorrentes do financiamento externo de investimentos públicos e privados efetuados no País.

10. Afora os colossais pagamentos do serviço da dívida externa, ao exterior, ainda maiores nos anos seguintes à Constituição de 1988, parte dessa dívida foi transformada em interna, a qual passou a crescer exponencialmente, em função de juros e correção monetária absurdos - mais um sinal de que o País não tem autonomia política.
11. Montou-se, assim, a engrenagem viciosa, através da qual a dependência política alimenta o crescimento da dependência econômica, a qual acentua a submissão política, e assim por diante.
12. O conceito adotado por pró-imperiais assumidos e inconscientes, era que se deveria abrir às grandes transnacionais, com matrizes no exterior, as indústrias de transformação – consideradas não-estratégicas - como a de bens de consumo durável, inclusive veículos automotores, o ridículo carro-chefe da arrancada para o falso desenvolvimento.
13. Tão grande foi a irresponsabilidade para com o País e seu futuro, que - através das Instruções da SUMOC, a partir de janeiro de 1955 - propiciaram subsídios desmedidos para que os carteis industriais estrangeiros se assenhoreassem facilmente do mercado brasileiro, que nunca lhes esteve fechado.
14. Ademais, permaneceram abertas as brechas que permitiram crescente penetração do capital estrangeiro no sistema financeiro do País.
15. Sessenta anos depois, passados numerosos governos aparentemente diferentes, deu-se a desnacionalização praticamente completa, a causa da desindustrialização.
16. O balanço é o pior possível: a) a dívida interna, que continua crescendo exponencialmente, por efeito da capitalização de absurdos juros, já atingiu mais de R\$ 3,8 trilhões; b) boa parte dos títulos pertence a residentes no exterior; c) o passivo externo financeiro bruto – onde avultam os investimentos estrangeiros diretos (IEDs) - supera US\$ 1 trilhão.
17. Os IEDs acumularam-se principalmente com recursos estatais, subsídios governamentais e reinvestimento de lucros, o que denuncia a natureza autorretroatimentada do processo de desnacionalização.
18. Finaliza-se o processo, com o enfraquecimento e maior infiltração da própria Petrobrás por interesses forâneos, além de preparar-se luz verde a petroleiras transnacionais para apoderar-se das reservas descobertas pela estatal. Além disso, deterioraram-se e desnacionalizaram-se infra-estruturas essenciais, como as de energia, transportes e comunicações.
19. Não bastasse isso tudo, a engenharia, último ramo sobrevivente com tecnologia competitiva, está sob fogo interno, teleguiado do exterior, para que os mercados que conquistou no Brasil, e fora dele, também caiam sob controle de empresas estrangeiras.
20. O Brasil está inerme, com seus recursos terrestres, águas e subsolo, dotado de minerais preciosos e estratégicos, tudo aberto ao saqueio das corporações estrangeiras. Grande parte do território amazônico foi subtraído à jurisdição efetiva do País, sob o pretexto de demarcar terras supostamente indígenas.

21. Que aconteceria se mudasse de política? A violência das intervenções imperiais na Líbia, Iraque e Síria, entre outras, deveria alertar para reverter as políticas levianas aqui praticadas, há mais de 60 anos.

22. Mauro Santayana afirma que o Brasil talvez seja o país mais indefeso do mundo, e o pouco que ainda tem de empresas nacionais na indústria bélica está sendo adquirido por grupos estrangeiros, ou controlado por estes mediante associações, principalmente as firmas que desenvolveram tecnologia militar, nos últimos anos.

23. A vulnerabilidade decorre também do baixo conteúdo local das peças do equipamento de defesa, mesmo no caso de blindados ligeiros. Que dizer das carências em tecnologia eletrônica, até mesmo chips desenhados e fabricados no País?

24. Esse é o resultado da entrega, favorecida pelos governos, do controle do grosso da economia a empresas e grupos financeiros transnacionais. Era questão de tempo a entrega também dos setores ditos estratégicos.

25. Em vez de "lideranças" civis e militares cuidarem disso, ignoraram que o desenvolvimento econômico verdadeiro só se faz com capital nacional e tecnologia nacionais.

26. Além disso, tiveram a visão ofuscada pela crença que lhes foi inculcada, de que o inimigo estratégico seria o comunismo, termo em que foi abusivamente englobado tudo que desagradasse o império e seus adeptos locais.

27. Nas lideranças e cidadãos, em geral, foram inculcadas divergências ideológicas que se tornaram fossos intransponíveis, geradores de exclusões, perseguições e conflitos envenenados.

28. Assim, além da economia dominada, o que, mormente após a pseudo-democratização de 1988, levou os interesses antinacionais a controlarem o sistema e as decisões políticas, acelerando a desindustrialização e primarização da economia, a falência estratégica foi acentuada por outra: a falta de coesão nacional.

29. Para esta deficiência estratégica contribuiu a abertura ao arrasamento da cultura e dos valores éticos, através da permissividade das "autoridades" para com os meios de comunicação mundiais e locais, acompanhada da deformação dos fatos políticos e econômicos em todo o mundo.

30. Se é que o poder emana do povo, que poder emanaria de um povo submetido a processos de psicologia aplicada e a outras intervenções destinadas a apassivá-lo?

31. Machiavello ensinou que "*o poder emana do ouro e das armas.*" Nesta vertente, como o Brasil precisa ter poder para viver com dignidade, e até para sobreviver, impõe-se entender que:

a) o desenvolvimento econômico e *social* é indispensável para a defesa e segurança; b) ele depende de autonomia, tanto nas decisões governamentais como na das empresas.

# A desnacionalização e a concentração anulam a democracia

*Adriano Benayon - Publicado em Sexta, 20 Novembro 2015 23:00*

1. Numerosos e conceituados economistas das principais entidades acadêmicas, consultorias e institutos reconhecem a seriedade da presente crise e a relacionam a uma contradição que apontam na política governamental.

---

2. Essa contradição seria aplicar, ao mesmo tempo, políticas fiscais e monetárias – inclusive juros estupidamente altos, do agrado de banqueiros e rentistas – e políticas sociais distributivistas, além de manter gastos públicos para fomentar investimentos.

3. De fato, a aplicação conjunta dessas políticas gera crises recorrentes, e cada vez mais graves, inclusive porque os efeitos acumulados dessas políticas causam desequilíbrios cada vez maiores.

4. Mas, piores que a incongruência das medidas macroeconômicas são os colossais defeitos intrínsecos de algumas delas, como é o caso das taxas de juros – enganosamente justificadas como barreira à inflação, e, na verdade, fonte da inflação dos títulos públicos (elevação desmedida da dívida pública), sem qualquer contrapartida positiva para a economia produtiva.

5. Ao contrário, prejudicam-na crescentemente, à medida que os gastos financeiros abocanham percentual cada vez mais dominante das despesas públicas e privadas. Com isso já se entende o porquê da recorrência das crises e a natureza cada vez mais perversa delas.

6. Mas há algo que fere ainda mais agudamente a economia e a sanidade social do País. São os defeitos estruturais do “modelo brasileiro”: desnacionalização e dependência financeira e tecnológica. Eles conduzem à desindustrialização (reprimarização), e acarretam desemprego, miséria, além de mais ignorância e alienação.

7. Os próprios vícios e incongruências das políticas macroeconômicas são consequências dessas estruturas determinadas por interesses estranhos aos da sociedade em seu conjunto.

8. Poder-se-ia dizer que o tecido social está sendo atacado com efeitos não tão diferentes do que as potências imperiais produziram no Iraque, Líbia etc., por meio de mísseis e bombas. É a devastação sem necessidade dessas armas, tendo por instrumento a política econômica.

9. No ponto a que chegaram a desnacionalização e a concentração, não há condições de poder para adotar política macroeconômica conforme os princípios recomendados por Keynes, Kalecki, Minsky, ao gosto dos desenvolvimentistas, nem isso serviria de muito.

10. Ademais, essa política, por si só, não sanaria os desequilíbrios decorrentes dos oligopólios econômicos e financeiros, nem tampouco os ligados às deterioradas e mal concebidas infraestruturas físicas (transportes, energia, comunicações, insumos básicos) e sociais (educação, saúde, cultura).

11. Toda a estrutura produtiva e de mercados, bem como as infra-estruturas foram sendo formadas em função de interesses de grupos concentradores, principalmente sediados no exterior. Assim, os investimentos têm sido alocados sem atenção ao benefício que deveriam trazer à economia nacional em seu conjunto.

12. Como se sabe, o Brasil nunca chegou a formar entre os países desenvolvidos, embora tenha mostrado ter diversas das condições para isso e haver alcançado padrões elevados em algumas atividades.

13. Intervenções oriundas do exterior cassaram o requisito essencial para conquistar o desenvolvimento: a real autonomia política. De fato, ele se torna impossível se as coisas vão sendo arrumadas basicamente com o objetivo de proporcionar ganhos a grupos financeiros e econômicos.

14. O fato é que, em 2015, o descalabro patente na queda econômica e social torna mais difícil continuar mascarando as políticas de favorecimento a esses grupos, como se elas levassem, algum dia, ao desenvolvimento.

15. Grande parte da população revolta-se com a exposição de casos específicos e adrede selecionados de corrupção no sistema político. A ela, entretanto, é subtraído o conhecimento da corrupção intrínseca ao sistema, e que explica por que um país com o potencial do Brasil chegou ao presente estado de coisas.

16. É essa corrupção que torna inviável, sob as atuais instituições, até mesmo atenuar os defeitos da estrutura econômica e os da própria estrutura de poder. Que dizer da inescapável conclusão, para quem quer que não tenha ojeriza a encarar realidades desagradáveis? Ela é: O Brasil tem necessidade e urgência de reconstruir todas as suas estruturas sociais, econômicas e políticas, e é claro que isso não tem como ser feito no quadro da atual sistema político.

**Fonte:** Desenvolvimentistas.

## O Brasil precisa reviver como Nação

Adriano Benayon - Publicado em Domingo, 29 Novembro 2015 10:45

1. Ao longo da 1ª metade do Século XX, o Brasil fez notáveis progressos através da industrialização e do fortalecimento das instituições financeiras públicas. Também, na área social, com a decretação do salário mínimo (1930) e da legislação trabalhista (1932, consolidada em 1943). Economia e relações sociais são interdependentes.

---

2. Entretanto, esses avanços - interrompidos de 1946 a 1950, quando a política do País se submeteu facilmente ao império angloamericano e à polarização ideológica da Guerra Fria – não foram suficientemente retomados e atualizados, sequer com a volta de Getúlio Vargas à presidência da República em 1950, pelo voto direto do povo.

3. Isso porque, diante disso, a intervenção do poder mundial tornou-se maciça e sustentada por abundante corrupção, que penetrou em todos os campos estratégicos, com o objetivo de fazer abortar o surgimento de uma potência industrial no Hemisfério Sul.
4. Essa intervenção logrou derrubar o presidente e inaugurou uma era, que completou 61 anos, de sucessivas renúncias à autonomia econômica e política do Brasil.
5. A desnacionalização da indústria, política oficial desde janeiro de 1955, conduziu à desindustrialização e causou déficits externos, originadores da dívida externa e depois da dívida pública interna.
6. A política de destruição da Nação foi grandemente radicalizada por meio das três primeiras eleições diretas, sob a Constituição de 1988, regime de aparente democracia: a de Collor em 1989 e as duas de FHC, 1994 e 1998, que desencadearam verdadeiros tsunamis de entreguismo e institucionalizaram a devastação socioeconômica do País.
7. A corrupção, em todas suas acepções, já havia formado maioria folgada dos constituintes, para inserir na Lei Básica normas estratégicas contrárias aos interesses nacionais.
8. Os analistas viciados no engano de qualificar tudo sob o prisma ideológico esquerda/direita, definiram como “Centrão” os constituintes “centro-direita” favoráveis a essas normas, que poucos da “esquerda” combateram.
9. Nem um só parlamentar denunciou a aprovação do art. 164, nem a inserção no texto constitucional, por meio de fraude, de cláusula no inciso II, parágrafo 3º do art. 166, que elimina limites à aprovação de verbas para o serviço da dívida. O art. 164 põe o Tesouro Nacional à mercê dos bancos.
10. O peso do dinheiro concentrado e da mídia antibrasileira nas eleições continuou a eleger Congressos cada vez mais alheios aos interesses do País, a ponto de terem aprovado dezenas de emendas à Constituição, favoráveis aos concentradores financeiros estrangeiros e locais.
11. Ora, o processo de degradação econômica, política e cultural teve início nos anos 50, quando o Brasil não havia construído infraestruturas econômica e social de país desenvolvido.
12. Pior: a maioria das que se implantaram, após 1955, foi planejada em favor dos cartéis transnacionais aqui instalados para obter lucros ilimitados da extração dos abundantes recursos naturais e do controle do mercado consumidor.
13. A de transportes já era deficiente e não foi corrigida, ficando ainda mais lastimável, considerado o crescimento econômico, ainda expressivo até o final dos anos 70, graças a estes fatores: inércia da industrialização anterior; crescimento demográfico; os fabulosos recursos naturais do País; haver, até então, recursos de monta para investimentos públicos, pois as finanças do Estado ainda estavam em processo de serem arruinadas pelo modelo dependente, causador das exações referentes ao serviço da dívida.
14. Como lembrou o professor de tecnologia Weber Figueiredo, o presidente Vargas, em 1950, dada a insuficiência de trens em face da demanda de passageiros, mandara ampliar o sistema ferroviário. Havia 676 trens e transportavam-se mais de 500 mil passageiros/dia. Hoje são 450

mil e pouco mais de 100 trens, muitos daquela longínqua época. Numerosas conexões no interior foram suprimidas em São Paulo e outros Estados.

15. Os transportes no Brasil retratam a situação de um país ao qual foi negada permissão para desenvolver-se. Tudo serve aos carteis transnacionais do petróleo/indústria automotiva. Predominam as rodovias. Não há linhas de metrô que atendam minimamente a demanda das regiões metropolitanas. As principais ferrovias são de natureza colonial: transportam aos portos colossais quantidades de minérios: Belo Horizonte/Vitória; Carajás/São Luís.

16. Onde houve desenvolvimento, houve uso intenso das aquavias, como os cinco grandes lagos que ligam, nos EUA, Meio Oeste, Costa Leste e Canadá. Inglaterra, França, Alemanha construíram densas malhas de rios navegáveis e canais. Em 1900, já tinham boas ferrovias e ainda as estendem e aperfeiçoam. A China constrói ótimas ferrovias e trens de alta velocidade em todo seu extenso e acidentado território.

**Fonte:** Desenvolvimentistas.

## O Brasil precisa reviver como Nação - Parte II

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 08 Dezembro 2015 23:45*

17. As ferrovias para transportar matérias-primas minerais e agrárias remetem ao modelo econômico que não valoriza os recursos naturais do País nem os processa em indústrias de capital nacional, porque acabou com elas, ao entregar o mercado às transnacionais.

---

**Leia a primeira parte deste artigo aqui.**

18. Esse modelo causa mega-catástrofes irreparáveis, como a do rompimento das barragens de dejetos das minas, em Mariana, MG, operadas pela Samarco, controlada pela transnacional anglo-australiana Billiton, com participação da Vale.

19. Dada a corrupção e a obtusa mentalidade entreguista, nenhum dos poderes – a nível federal, estadual e local – exige reais controles de segurança, nem se mostra inclinado a acabar com os intoleráveis abusos. Chegam ao ridículo de participar de entrevistas midiáticas junto com executivos da transnacional transgressora.

20. O desastre econômico e ambiental remete, por sua vez, à privatização da portentosa Vale Rio Doce, em 1997, no esquema que entregou patrimônio de dezenas de trilhões de dólares, por 3 bilhões, “pagos” com títulos podres e compensados por créditos fiscais e outras benesses.

21. Da Serra de Carajás transportam-se diariamente 576 mil toneladas do melhor minério de ferro do mundo, com o que ela tende a acabar em 80 anos.

22. O saqueio mineral é subsidiado pela isenção tributária na exportação (Lei Kandir, LC 87, 13.09.1996, aplicável também ao agronegócio) e premiado por taxaçoão ínfima na extração.

23. A CFEM (Compensação Financeira pela Extração Mineral) - calculada sobre o líquido (a ETN arranja e superfatura despesas minimizar ofaturamento bruto) - cobra estas alíquotas: alumínio, manganês, sal-gema e potássio: 3%; ferro, fertilizantes e carvão: 2%; ouro: 1%; pedras preciosas, carbonados e metais nobres: 0,2%.

24. Foram extraídas, em 2013, das “nossas” minas de ferro 370 milhões de toneladas, 90% para exportação e 10% para o mercado interno. Com a acelerada desindustrialização, a dependência do exterior continua crescendo, e, mesmo com preços em queda, os minérios metalúrgicos respondem por 13% do valor total das exportações.

25. Na agricultura o quadro é semelhante: 55% das terras são usados para cultivar soja - metade da qual se destina à exportação – causando pauperização dos solos – e contaminação de aquíferos - decorrente do intenso uso de fertilizantes químicos, sementes transgênicas e pesticidas altamente tóxicos.

26. As exportações agrárias somaram, em 2014, US\$ 96,7 bilhões = 43% das exportações totais do País, de US\$ 225,1 bilhões, que equivalem a míseros 10% das exportações da China!

27. O caos agrário liga-se à miséria da energia, via setor sucroalcooleiro, formado por enormes usinas e plantations, a maioria já desnacionalizada, a exportar açúcar e álcool (6,1% das exportações totais), segundo o interesse dos patrões transnacionais.

28. Esse esquema prevalece contra a correta ideia original do programa do álcool (1974), que incluía agricultura familiar, descentralização, culturas alimentares combinadas e aproveitamento de óleos vegetais – como dendê, macaúba, pinhão manso etc. - para substituir o diesel do petróleo, além do erguimento da química do álcool e dos óleos vegetais.

29. Além de se fazer tudo errado no biodiesel, engodo para ocultar a mão pesada das transnacionais – governantes das poluidoras fontes fósseis - as “alternativas” preferidas têm sido as dependentes de tecnologia e equipamentos importados, como a eólica.

30. Ainda sobre a infraestrutura de energia, não é de omitir o devastação em curso, desde Collor e FHC, a qual desnacionalizou o grosso da geração e distribuição da hidroeletricidade, e instituiu um sistema de precificação, impossível de entender, para propiciar indecentes lucros aos beneficiários, que já elevaram as tarifas, em 150% acima da inflação. No processo, sugaram-se as estatais, a ponto de pôr a Eletrobrás em situação falimentar.

31. Concluir o resumo da infraestrutura, vai exigir a Parte III deste artigo.

**Fonte:** Desenvolvimentistas.

## **O Brasil precisa reviver como Nação – Parte III**

*Adriano Benayon - Publicado em Sexta, 11 Dezembro 2015 00:55*

31. Além dos aumentos de tarifas, que superam 150%, em termos reais, decorrentes do sistema elétrico corruptíssimo, adotado em seguida à privatização, para sobre a cabeça dos consumidores residenciais novo aumento na tarifa de eletricidade em 2016.

---

Antes leia a **Parte I** e **Parte II** deste artigo.

32. Foram eximidas, por decisão da Justiça (sic), as grandes empresas usuárias de energia, como ALCOA, Dow Chemical e outras transnacionais mineradoras e da indústria química, beneficiárias, há muitos decênios, de tarifas subsidiada

33. Esse é mais um exemplo daquilo com que topamos em toda a infraestrutura: o modelo montado para arrancar o solo, o subsolo e as águas do País, juntamente com nutrientes e minérios, a fim de exportar tudo, com subsídios governamentais, a preços ridiculamente baixos, e sem reparação pelos irreparáveis e colossais danos ambientais.

34. Em relação aos combustíveis líquidos, avulta a prevalência dos fósseis, não-renováveis, conforme a matriz ditada pelos carteis mundiais da energia – os mesmos que suscitam a devastação de países inteiros do Oriente Médio para dominar fontes de petróleo e gás natural, além das rotas marítimas e os dutos.

35. O petróleo penetrou também na geração elétrica, afora o carvão, e o Brasil quase estagnou na hidroeletricidade, em que dispõe de formidável vantagem natural, deixando de investir, a partir do final dos anos 70.

36. Por que? Porque o modelo econômico dependente causa penúria, devido aos preços altos dos bens e serviços, geradores de ganhos que não ficam no País: daí, escassez de divisas e crescimento das dívidas.

37. Além disso, na mentalidade dos subordinados aos concentradores financeiros mundiais, a infraestrutura não dispensa equipamentos importados, de elevado custo e pagos em dólar. Assim, foi abortado o desenvolvimento do excelente acervo tecnológico que se acumulava na engenharia de pequenas centrais hidrelétricas utilizadoras de bens de produção nacionais.

38. Quando, sob os últimos Executivos federais, se tentou recuperar parte do terreno perdido na hidroeletricidade, as usinas foram enormemente retardadas, encarecidas e prejudicadas em sua capacidade geradora, por causa de interferências de ONGs, fundações e governos estrangeiros, entidades como IBAMA, FUNAI e Ministério Público.

39. Ademais de subaproveitar as quedas, suprimiram-se e reduziram-se eclusas, com prejuízo também para os transportes fluviais.

40. Sempre em benefício dos carteis transnacionais foram instaladas centrais térmicas, a óleo combustível de petróleo, que elevam, brutalmente, os custos da eletricidade. Também, a gás, até para processar o da Bolívia, então controlado por Enron, Shell e BP (a Petrobrás pagando os dutos).

41. Uma das finalidades de superdimensionar a indústria automotiva transnacional - sugadora de subsídios federais, estaduais e municipais, e de sobrepreços abusivos - foi propiciar mercado para gasolina e diesel de petróleo.

42. Esses combustíveis deveriam ter sido substituídos pelo etanol (inclusive bagaço-de-cana) e pelos óleos vegetais, econômicos, limpos e eficientes para também para gerar eletricidade.

43. Eles são melhor alternativa que a energia eólica. Nesta investem-se dezenas de bilhões de reais no Brasil, enquanto nada para valer, nem correto, é aplicado em óleos vegetais: mais um indicativo de que o reinante modelo dependente pretere indústrias intensivas de mão-de-obra, em detrimento da criação de empregos, inviabiliza tecnologias nacionais e favorece o uso de equipamentos e tecnologias importados.

44. Nos transportes, intra e interestaduais, e urbanos, quase tudo é com veículos automotores: usuários condenados a ser extorquidos por sobrepreços pelas montadoras transnacionais; altos custos de combustíveis e lubrificantes; pedágios instalados em estradas construídas com dinheiro público; a rodar sobre asfalto deteriorado ou atolar-se nas estradas de terra.

45. Shanghai já passa de 500 km de linhas de metrô, e Londres tem 400 km. São Paulo, 80 km. Nem vale a pena falar das outras cidades brasileiras.

46. Collor, com desprezo ao Brasil, extinguiu a única companhia brasileira de navegação marítima. As companhias nacionais de navegação aérea foram eliminadas (Panair do Brasil, 1965). Nos anos 1990, com FHC, foram inviabilizadas VARIG, TRANSBRASIL e VASP.

47. Não há mais nenhuma de capital nacional. A CELMA, da VARIG, com valiosa tecnologia em motores e peças, foi entregue à transnacional GM.

48. A privatização foi desastrosa também nas telecomunicações: os brasileiros pagam as tarifas mais caras do mundo. Foi perdido até o estratégico controle, da ex-estatal EMBRATEL, para a MCI International, dos EUA.

## **Perspectivas da economia para 2016**

*Adriano Benayon - Publicado em Segunda, 18 Janeiro 2016 17:50*

1. Se bitolarmos o horizonte político dentro das regras constitucionais e legais presentes, as perspectivas da economia brasileira afiguram-se desfavoráveis, como acontece, há decênios, vitimada que está, por mais uma das crises recorrentes a que conduz o modelo dependente.

---

2. Isso é assim, do ponto de vista da grande maioria dos brasileiros, até dos jovens de classe média alta sem perspectiva de empregos condizentes com seu potencial, mesmo com este decaindo devido ao abaixamento do nível da instrução e da cultura.

3. Para que as coisas se mostrem promissoras são indispensáveis estruturas muito diversas das que se vêm formando em decorrência da desnacionalização, concentração e primarização da economia. O percentual da indústria, que chegara a 35% do PIB, está em 10%.

**4.** Não há como haver progresso sem mercados concorrenciais e sem que o Estado oriente o desenvolvimento segundo objetivos estratégicos, inclusive: a) carreando recursos financeiros para construir infraestruturas competitivas, adequadas aos recursos naturais do País; b) propiciando espaço no mercado a empresas nacionais com potencial de desenvolver tecnologia.

**5.** A moeda e o crédito têm de ser usados para esses fins por um poder federal soberano, o que implica, por exemplo, abolir o art. 164 da Constituição.

**6.** Este subordina o Tesouro Nacional aos banqueiros locais e internacionais, impedindo-o de emitir moeda, competência exclusiva dada ao Banco Central (BACEN), ao qual é vedado financiar o Tesouro Nacional e demais instituições do Estado.

**7.** Tampouco nos serve a Lei 4.595 (Sistema Financeiro), de 31.12.1964, recepcionada como Lei Complementar à Constituição de 1988. Essa e as normas instituídas pelo BACEN seguem os diktats dos mercados financeiros internacionais comandados por restrita oligarquia de bancos, principalmente anglo-americanos.

**8.** Eis importantes aspectos deletérios decorrentes dessa situação: a falta de controles de câmbio; o regime de taxas de câmbio flutuantes, ao sabor do sistema de poder financeiro mundial e a conseqüente elevação da taxa de juros internos do Brasil a níveis impeditivos, entre outros fatores, da competitividade do País e determinantes da concentração do poder financeiro nas mãos de bancos e transnacionais em operação do País.

**9.** De fato, essas empresas, com matrizes no exterior, controlam, em oligopólio, além de todos os grandes mercados, número crescente dos demais mercados.

**10.** Além disso, juntamente com os bancos - muitos destes também controlados do exterior - auferem receitas financeiras já em torno de 35% do PIB, cifra subestimada, pois boa parte dos rendimentos dos títulos do Tesouro é computada como correção monetária. Somente nesses títulos, contabilizaram-se R\$ 510,6 bilhões em doze meses, até setembro de 2015.

**11.** Eles formam verdadeira megabomba, pois a taxa efetiva do serviço da dívida interna, cujo grosso é pago pela emissão de novos títulos, elevaria o saldo devedor, mantido o ritmo atual, ao equivalente a duas vezes o PIB mundial, em 30 anos.

**12.** Que tenha havido forte desvalorização do câmbio em 2015, mesmo com juros na estratosfera, é um dos indicadores de que a economia brasileira não é sustentável sem cabal substituição das estruturas políticas e da estratégia econômica.

**13.** Para o 1º semestre de 2016, desenha-se a possibilidade, no cenário financeiro, de novo colapso, pior que o último, de 2007/8. Agora, o estoque de títulos derivativos é três ou quatro vezes maior que o de então, e, está quase todo com Tesouros nacionais ou bancos centrais.

**14.** No Brasil, os efeitos desse colapso seriam ainda mais devastadores, em face das pressões político-financeira externa e política interna, que o País tem sofrido no processo de desestabilização do Executivo federal, as quais já elevaram o spread do "risco Brasil" para mais de 4% aa.

**15.** Diante de tudo isso, o País está despreparado, com os poderes da República desviados de suas obrigações, sob interferências externas e sendo os interesses nacionais entregues às traças. De pouco adiantará ejetar o presente Executivo, pois os atuais pretendentes a substituí-lo estão claramente alinhados com o império anglo-americano.

## As diferentes armas do Império

*Adriano Benayon - Publicado em Sexta, 22 Janeiro 2016 22:00*

1. Neste final de ano **[1]**, temos, no planeta, cenário preocupante, tal como em nosso subcontinente sulamericano.

---

2. Quanto à economia resumimos, em artigo anterior, a raiz estrutural da crise, que se afigura profunda no Brasil e que se pode acentuar, em função dos reflexos de novo colapso financeiro mundial.

3. No mundo, há uma luz no fim do túnel, em virtude do ressurgimento do poder militar da Rússia e da ascensão da China ao status de superpotência em todos os terrenos.

4. Isso coloca elementos de equilíbrio na balança do poder mundial, o que sempre foi condição necessária à autonomia de países que, de outro modo, ficam à mercê da potência hegemônica.

5. Há mais de 350 anos, o centro capitalista (financeiro) principal têm sido a City de Londres, controlada por poucas famílias, entre as quais a família real britânica.

6. O fato de terem os EUA galgado à condição de maior potência econômica e militar do planeta não significou mudança significativa nesse quadro, uma vez que a oligarquia britânica logrou ter como associados os maiores capitalistas norte-americanos, desde os Rockefeller, no Século XIX, e manter o comando das bases da finança expatriada (offshore).

7. Em suma, o império americano recebeu o bastão do império britânico e ambos juntos continuaram fomentar conflitos divisivos em todos os continentes, inclusive as duas Guerras Mundiais do Século XX, como antes fazia sozinha a Grã-Bretanha.

8. Dessas guerras, inesperadamente, formaram-se bases de poder distintas, na União Soviética – URSS (1917) e China (1949). Esta apenas começava nessa data, enquanto aquela se fossilizava, a partir dos anos 60, mas ainda evoluía em campos como a ciência e a indústria de defesa.

9. De qualquer modo, no período da Guerra Fria (1945-1990), o poder soviético assegurou a independência de vários países, como Índia e outros da Ásia e do Norte da África.

10. Isso não funcionou no continente americano, onde o caso de Cuba, foi exceção, que não chegou a incomodar muito o império, além de servir-lhe como vitrine das deficiências do sistema socialista.

11. Em geral, prevaleceu a situação exemplificada pelo México: próximo demais dos EUA e, portanto, longe demais de Deus, como lamentam patriotas daquele país.

12. O pior é que, com o desenvolvimento das tecnologias dos transportes e das comunicações, isso ficou valendo também para o Brasil, objeto de constante intervenção do império angloamericano, não só através de golpes militares (1945, 1954 e 1964).

13. O quadro mundial agravou-se ainda mais de 1990 a 2015, quando o poder angloamericano se tornou absoluto, com a derrocada da União Soviética, de seu poder no Leste da Europa e de sua influência no Oriente.

14. Isso viabilizou os massacres genocidas - com bombas de urânio lançadas do ar e teleguiadas de mísseis - que devastaram Sérvia, Afeganistão, Iraque e Líbia. Ademais, servindo-se do Iraque, arranjam uma guerra contra o Irã, alvo até de armas químicas fornecidas pelos EUA, um dos pretextos para depois arrasar o Iraque.

15. Na Líbia, seu líder revolucionário realizara transformações que implicavam criar uma nação, onde antes havia somente tribos nômades e petróleo explorado pelas companhias ocidentais.

16. As divisas do petróleo passaram a ser empregadas no desenvolvimento humano e na infraestrutura do País, simbolizada pelo Grande Rio Artificial, base para o assentamento de povo em terras antes sáfaras.

17. Por isso e mais coisas, como a busca por liberar a Líbia da dependência ao dólar, Ghadafi tornou-se alvo de violenta agressão da França, EUA e demais "aliados" da OTAN, que destruiu completamente o país, tal como haviam feito no Iraque. Também, por ter confiado em negociações com os imperiais, renunciando a armamentos estratégicos.

18. Agora, a Rússia, graças a avanços tecnológicos aplicados à defesa, está evitando seja concluída a destruição da Síria, encetada há três anos, por meio de terroristas estipendiados pelos ocidentais e seus aliados como Turquia, Arábia Saudita e outros.

19. O desfecho desse embate será determinante para o futuro da humanidade.

20. No que nos diz respeito, continuamos sofrendo a pressão das armas, com a IV Frota estadunidense no Atlântico Sul e enorme número de bases militares em todas nossas fronteiras. Além disso, o estímulo a mitos como democracia e eleições livres, conspurcadas pela corrupção midiática e de outros tipos, inclusive a incidente sobre ocupantes dos poderes e instituições.

21. É sob esse fundo que se desenrola o conflito farsesco dos políticos no Congresso que se engalfinham por, tomando de assalto o governo, intermediar mais negócios antinacionais e embolsar as vantagens dessa vil corretagem.

## Finanças públicas – Expansão vs. Contração

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 26 Janeiro 2016 00:13*

1. Há um debate, mais que secular, entre economistas ligados ao sistema financeiro, partidários do controle monetário, e os que recomendam a expansão dos meios de pagamento e do crédito, em favor da produção e do emprego.

---

2. Tanto as políticas monetárias de contração como as expansivas podem ser reforçadas ou atenuadas por meio da política fiscal: redução de despesas públicas e elevação ou manutenção de impostos, versus o contrário disso.

3. A maioria manifesta-se em favor de políticas anticíclicas: se a economia está em crescimento e aparecem tendências inflacionárias, seria o momento de adotar política contracionista, e, em caso de retração na atividade econômica, conviria expandir a moeda e o crédito, aumentar a despesa pública etc.

4. Os “desenvolvimentistas” e keynesianos preocupam-se com os indicadores de interesse da economia produtiva, enquanto os monetaristas visam à estabilidade do valor da moeda, ponto essencial para os que aplicam dinheiro em títulos, especialmente os de renda fixa.

5. A discussão parece-me estéril, por girar em torno apenas dessas questões, de natureza macroeconômica. Prefiro o enfoque da economia nacional, atenta à estrutura de mercado: 1) se é concentrada, oligopolizada, cartelizada, ou se abre razoável espaço à concorrência, propiciando surgirem novas empresas e tecnologias; 2) se prevalece ou não o capital nacional.

7. No caso de descentralizada e de predominantemente nacional, há campo para atender as necessidades reais da população, em lugar de a economia, como vem ocorrendo, ser manipulada pelo marketing, pelo merchandising e mais técnicas de venda, e determinada a consumir (independentemente de o quê) e a ser mera geradora de faturamento para os carteis transnacionais.

8. Essa é a situação em quase todo o mundo ocidental, sendo que no Brasil os residentes são ainda mais saqueados, dada a desindustrialização dos últimos sessenta anos, e a desnacionalização, dois fatores da enorme desigualdade nas relações de troca do comércio mundial de bens e serviços, e também de transferência vultosa de recursos ao exterior.

9. Desse modo instituiu-se estrutura microeconômica infalível para resultar em subdesenvolvimento, e agravada pela infraestrutura do modelo dependente, que desaproveita os recursos naturais do País, com sistemas de energia, transportes e comunicações ineficientes e superfaturados.

10. Essa situação doentia acarretou mais uma moléstia: a dívida pública gigantesca, criada pela composição de juros, a taxas arbitrariamente elevadas, impeditiva de investimentos públicos e privados, na dimensão requerida pelo desenvolvimento.

11. De qualquer modo, com a estrutura de mercado existente, maior investimento que o atual traria poucos benefícios à economia do País, consideração amiúde ignorada na discussão entre keynesianos e monetaristas.

12. Estes pretendem combater a inflação por meio das políticas contracionistas, potenciadas pelas taxas de juros altíssimas, impingidas pelo Banco Central. Já os desenvolvimentistas, como José Carlos Assis, consideram imperioso dinamizar a economia, abalada por declínio na produção e no emprego.

13. Assis demonstra a irrelevância da argumentação de Marcos Lisboa, segundo a qual políticas fiscais expansivas não funcionam em países com dívidas elevadas, pouca ociosidade no sistema produtivo (erroneamente, diz Lisboa, sinalizada pela alta inflação e juros altos).

14. Com razão, Assis retorque que esses juros resultam da política arbitrária do BACEN: poderiam cair muito, o que, entretanto, exigiria autoridade do governo sobre o BACEN e mudanças na Constituição (autoridade ao Tesouro para emitir moeda).

15. Assis lembra também que a ociosidade é alta e se reflete na contração do PIB, enquanto a inflação decorreria do alto grau de indexação formal e informal dos preços, sobretudo das tarifas públicas. Aduzo que ela provém muito da estrutura oligopolizada dos mercados. De fato, a capacidade ocupada está baixa: 66%.

16. Acrescenta, ainda, Assis que na União Europeia houve bons resultados da política expansiva, mas, tendo sido essa revertida, a zona do euro voltou à estagnação e a ter agravadas as condições sociais.

17. No Brasil houve boas taxas de crescimento do PIB, com a política aplicada em 2009/2010, quando o Tesouro injetou R\$ 180 bilhões no BNDES, principalmente para a infraestrutura.

18. Diz, ainda, Assis, nunca ter apoiado a estúpida política de subsidiar a indústria automobilística e a linha branca, supostamente para preservar empregos, quando se estava, na realidade, subsidiando lucros remetidos para o exterior por multinacionais. E: “não se faz política fiscal micro: se tiver de funcionar, é no nível macro.”

19. Entendo que, com a presente estrutura de mercado, não há política macroeconômica alguma que possa dar certo.

## **Há como evitar o caos?**

*Adriano Benayon - Publicado em Segunda, 01 Fevereiro 2016 17:40*

1. Delfim Netto concedeu entrevista a Claudia Safatle, do Valor. Foi czar da economia em governos militares. No de Geisel, embaixador em Paris, voltando com Figueiredo.

---

2. Muito ligado a banqueiros, ingressou no governo pela mão do Bradesco. Favoreceu as transnacionais com enormes subsídios às exportações, que não evitaram o crescimento exponencial da dívida externa. Depois, deputado e conselheiro de presidentes na Nova República. Ninguém mais representativo do establishment.

3. Disse haver poucas chances de impeachment da presidente da República e que esta deveria, com urgência, assumir protagonismo, apresentando ao Congresso projetos de reforma constitucional e infraconstitucional.

4. Também, que o Congresso deve ser pressionado a aprová-los, sem o que o caos será inevitável e se materializará nos próximos anos.

5. Ele propõe quatro reformas: Previdência Social, desvinculação dos gastos orçamentários, desindexação e mercado de trabalho.

6. Ora, as duas primeiras foram objeto, por duas vezes, de reformas constitucionais, sob FHC e Lula, aprovadas em 1998 e 2003. A reforma do mercado de trabalho significa que a legislação trabalhista não prevalecerá sobre a “negociação”.

7. A desindexação foi decretada pelo Plano Cruzado em 1986 e pelo Plano Real em 1994. Delfim não indicou se os títulos da dívida pública serão ou não isentados da desindexação. Quando do Real foi trágico: a taxa SELIC acumulou 53% em 1995.

8. Em suma, as propostas consistem em aumentar a dose de medidas em uso há muito tempo e até hoje, que nada solucionaram. Não obstante, muitos as aclamarão como solução, pois consideram novidade tudo de que a TV não fala, desde há três meses.

9. Delfim não vê futuro nas propostas de Lula de reanimar a economia expandindo o crédito. Lembra: “Não há falta de crédito, Há falta de tomador. Não tem ninguém querendo crédito.”

10. Claro, a renda das pessoas caiu, suas dívidas cresceram. Aliás, não há necessidade de keynesianismo para entender que só surge retomada de investimentos e criação de empregos, se se crê que haverá mercado para o que se pretende produzir.

11. Mas, e a verdadeira solução? Delfim não a pode apontar. Membro de escol da pseudoelite, ele julga impensável alijar-se da “comunidade financeira internacional”, abrir mão dos ganhos fabulosos das aplicações financeiras, e aprova a globalização do sistema de poder mundial, deixando a economia produtiva sob o comando dos carteis transnacionais.

12. Teorias sofisticadas, voltadas para conservar o império da oligarquia concentradora, como o keynesianismo, embora rotulado como progressista, são uma espécie de ópio de economistas, inclusive ditos de esquerda.

13. Nessa linha, Delfim imagina vencer a crise, mudando as expectativas: “na economia as crenças são mais importantes do que os fatos.” Para ele, a eleição de Macri, na Argentina, fez o mundo crer que ela vai melhorar e já está melhor que o Brasil.

14. Claro que o império angloamericano vai tentar tornar isso verdade. Mas, mesmo que o consiga, a curto prazo, nas aparências, o resultado estrutural será afundar a Argentina no apartheid tecnológico.

15. Para Delfim, “o Brasil sofre de uma doença: não tem perspectiva.” Seu programa ganharia aplausos da grande mídia e dos muito endinheirados, os que têm meios para investir.

16. Se Dilma o adotar – aderindo integralmente a esses – como já faz, por exemplo, elevando os juros da dívida pública – o sistema de poder financeiro e transnacional fará o Congresso aprová-lo.

17. Dilma acenaria a possibilidade de recuperar empregos perdidos durante a paralisia, advinda dos diversos fatores da crise.

18. Mas, em função principalmente da estrutura do modelo dependente, não há como repor as perdas e nem sequer estancar os fatores de prosseguimento delas, agravadas pela inflação e pela desvalorização cambial.

19. Só os bancos têm aumentado sempre os lucros. A renda total, em queda, concentra-se ainda mais, excluindo a perspectiva de ressurgimento da procura, ademais devido ao tripé: juros altos para o mentiroso combate à inflação, meta de superávit primário e câmbio flutuante.

20. Então: como vão surgir os investimentos e as expectativas keynesianas favoráveis aos investimentos?

21. Nem com injeção de recursos do Tesouro para o crédito público, como fez Lula, e Dilma até 2013, política injustamente acoimada de errada em si mesma, como causadora do “desequilíbrio fiscal”.

22. Essa política, a proposta por Delfim, e também as duas combinadas, têm de dar errado, dadas estas realidades estruturais:

I) Financeirização, desnacionalização e concentração galopantes;

II) Infraestrutura que prioriza a extração e o cultivo predatórios de recursos naturais para exportar, e o faz de forma ineficiente e cara;

III) Despesa pública descomunal, decorrente da dívida interna - indexada e objeto de taxas de juros e spreads absurdos - a qual, para evitar déficit orçamentário muito alto, faz comprimir investimentos públicos;

IV) Déficits gigantes acumulados nas transações correntes com o exterior – que se aceleram quando a economia cresce - conducentes ao crescimento da dívida externa e à elevação do passivo externo, proveniente principalmente dos investimentos diretos estrangeiros;

V) Investimentos estrangeiros na dívida pública interna, cuja dimensão ameaça as reservas externas, em função do possível retorno ao exterior dessas aplicações, ao qual se juntariam saídas de capitais financeiros de residentes no País, eventualidade tanto mais destrutiva, quanto a pseudoelite não quer recorrer aos controles de câmbio e capitais.

23. Esses fatores de corrosão da economia brasileira retroalimentam-se entre si, constituindo um processo cumulativo.

24. Diante disso e dos conselhos dos economistas do sistema, vem à mente grande parte da medicina ocidental, que atacando sintomas e não, causas, agrava as doenças, intoxicando, ainda mais, com drogas químicas, pacientes intoxicados por alimentação e modos de vida inadequados.

## **Jogo pesado no poder mundial**

*Adriano Benayon - Publicado em Quarta, 10 Fevereiro 2016 16:35*

1. Há enorme descompasso entre o modo de operar das grandes potências, especialmente o das hegemônicas, e a capacidade de entendê-lo, por parte dos cidadãos dessas potências e pelos das que estão à mercê delas.

---

2. Os centros de formação de opinião, inclusive universidades cuidam, em geral, de manter inquestionada a suposta boa-fé dos dirigentes das ditas potências, cumpridores das diretivas dos potentados da oligarquia financeira, em busca do poder absoluto.

3. Além disso, a "informação", disponível na grande mídia, seleciona, ao gosto dos oligarcas, as notícias a ser divulgadas, e distorce as que não consegue ocultar por completo.

4. Não bastassem as adulterações da realidade, o sistema de poder trabalha, há mais de século, na adaptação dos públicos-alvos para recebê-las e incorporá-las acriticamente. Para tanto, abusam da psicologia aplicada e dos recursos tecnológicos aplicados sobre os órgãos sensores.

5. Não se exclui que disso faça parte inculcar o hábito dos jogos e mensagens eletrônicos, inculcado, pelo marketing, em crianças acima de dois anos (e até menos), fator de condicionamento tendente a tornar o ser humano (?) capaz de reações mentais ultra rápidas, mas pouco afeito aos raciocínios lógico e analítico.

6. Ademais, o envolvimento do indivíduo pelo universo virtual o isola do contato direto com outros, e ele só se comunica através dos aplicativos dos meios eletrônicos.

7. Já nos anos 1960, intelectuais franceses e de outros países assinalavam a despolitização da sociedade, então já inundada de marketing e de alienação. Atualmente é possível que mais gente se interesse por política, mas resta saber em que nível de compreensão.

8. O fato é que a concentração financeira e econômica continua a caminhar na direção do absurdo, inclusive nos principais países desenvolvidos, com a possível exceção da China, sem que as instituições ditas democráticas ofereçam chances às grandes majorias marginalizadas de sair dessa situação.

9. Joseph Stiglitz, Nobel e ex-presidente do Banco Mundial, escrevera, em 2011, que os Estados Unidos se tornavam um país “dos 1%, pelos 1% e para os 1%”. Então, esses já recebiam quase 25% da renda nacional e controlavam 40% da riqueza total do país. Essa concentração prossegue aumentando.
10. Conforme recente relatório do banco Crédit Suisse, essa tendência é a mesma no âmbito mundial, os do 1% mais ricos controlando 50% da riqueza total, algo inédito há um século.
11. Para uma ideia das transformações estruturais desfavoráveis ao emprego e à distribuição minimamente equilibrada da renda, dos anos 1950 aos tempos atuais, os lucros da indústria manufatureira caíram de 60% dos lucros totais para 20%, enquanto os do setor financeiro se elevaram de 10% para 30%.
12. O emprego na manufatura desceu de 30% para menos de 10%, e a finança permanece com 5% desde sempre. Ou seja: cada vez menos empregos qualificados na economia. O grosso está nos serviços de baixo componente tecnológico, e, nesse país símbolo da riqueza e do poder ocidentais, um sexto dos residentes passa fome.
13. Há indústrias que não sofrem recessão: a dos equipamentos e armas de guerra e as ligadas ao terrorismo de Estado, espionagem e ingerência em outros países.
14. Os EUA prosseguem intervindo militarmente em todos os continentes e promovendo agressões através de mercenários e terroristas, como na Síria, ultimamente.
15. A Rússia tem sido o único país que - embora prudentemente e só recentemente - se vem contrapondo com efetividade ao bullying mundial exercido pela potência hegemônica.
16. Por isso, a Rússia tem sido agredida diretamente e por satélites do império angloamericano (União Europeia, a Ucrânia e a Turquia), por sanções econômicas e atos de guerra, como a derrubada, pela última, de avião militar sobre o espaço aéreo fronteiriço com a Síria.
17. Além das ações bélicas, decisivas para conter os terroristas do Estado Islâmica, apoiados, por debaixo do pano, pelos EUA, Turquia, Arábia Saudita e outros, a Rússia tem exposto provas desse envolvimento.
18. No cenário das hostilidades, a Rússia acena com a exposição de fotos de satélite captadas quando da implosão das Torres Gêmeas de Nova York, em 2001.
19. De há muito, a Associação dos Arquitetos e Engenheiros pela Verdade e outras, cidadãos e cientistas e norte-americanos – enfrentando fortes censura e pressões oficiais – demonstram ter-se tratado de ato de terrorismo de Estado cometido para intensificar o Estado policial e “justificar” as devastadoras intervenções praticadas no Afeganistão, Iraque, Líbia e Síria.
20. Evidente e provado está que as estruturas de aço especiais daqueles prédios ruíram e pulverizaram-se, em poucos segundos, e isso só pode ocorrer com dezenas de toneladas de explosivos especiais introduzidos nessas estruturas. Terroristas da Al Qaeda (colaboradores dos serviços especiais angloamericanos), supostamente sequestrando aviões, fizeram parte da encenação.

21. Dado, porém, o acobertamento dos fatos, a iludir boa parte do público, a divulgação das fotos russas mostraria de forma contundente a real face do império e poderia ter consequências políticas no Ocidente.

22. Também no recente atentado em Paris, tudo aponta para mais uma operação de falsa bandeira, para “justificar” ataques aéreos franceses na Síria.

## Sair do caos

*Adriano Benayon - Publicado em Segunda, 15 Fevereiro 2016 15:39*

1. No artigo anterior, avaliei que as saídas não emergem das discussões entre economistas monetaristas, autointitulados liberais, versus keynesianos.

---

2. Quais são os problemas maiores? Desemprego, aperto financeiro e dívida pública imensa, em contraste com a abundância de recursos naturais e de gente querendo trabalhar e progredir na vida.

3. Há que tratar da produção e da finança em conjunto. Finança não é problema: cria-se crédito e emite-se moeda para realizar as produções necessárias ao desenvolvimento econômico e social.

4. Este deve ser assim definido: o progresso em atender as necessidades reais da população, inclusive defesa e segurança, por meio da produção de bens e serviços, realizada no País com tecnologia e capitais nacionais, sem deteriorar o ambiente, e até recuperá-lo.

5. Haveria que erguer os órgãos de planejamento, financiamento e promoção das empresas agentes dessa construção:

1) empresas privadas em competição, basicamente médias e pequenas, e cooperativas formadas por pequenas e micro;

2) estatais e mistas, nas indústrias de base e na infraestrutura, regidas sob estatuto orientado pelo mérito, admitidas demissões, se comprovado o descomprometimento com a elevação da qualidade e outros objetivos essenciais.

6. Tal composição pressupõe a criação de órgãos de defesa econômica aparelhados para assegurar concorrência legítima nos mercados, avaliar a administração das estatais e mistas, e influir nela. Há que vedar aquisições por empresa estrangeira e modificar o conceito desta na Constituição.

7. Conjuntos de empreendimentos formariam o setor produtivo em interação, desenvolvendo o mercado interno, em patamar superior de tecnologia, com conexões intersetoriais e apoio das estatais e mistas e da política econômica.

8. Estimular-se-iam, nesse patamar, indústrias baseadas em experiências anteriores à desindustrialização (a produção industrial, 35% do PIB nos anos 80, caiu a 10%). Também, novas produções de consumo para necessidades reais desatendidas (em lugar das artificiais criadas pelo marketing); e dos respectivos bens intermediários e de capital.

9. A infraestrutura tem de ser reorientada em função das interações no mercado interno, da lógica dos recursos naturais e posição geográfica deles e das regiões utilizadoras.

10. Indispensável fomentar indústrias de alta tecnologia, como aeronáutica/espacial; eletrônica e informação; nuclear; defesa; materiais estratégicos, como petróleo, terras raras, nióbio e quartzo e seu aproveitamento em bens intensivos de tecnologia.

11. Na infraestrutura: 1) ênfase na energia de biomassa, com produção descentralizada, combinando alimentos, etanol, óleos vegetais e seus subprodutos, bases de nova química; 2) energia hidroelétrica, eclusas e integração com os transportes aquaviários, sem ingerências pseudoambientalistas e indigenistas a serviço de potências imperiais; 3) desenvolvimento de linhas de transmissão; 4) estatizações no setor elétrico e supressão do escandaloso sistema tarifário atual; 5) proibição de novas termoelétricas; 6) substituição de importações dos equipamentos de energia solar e eólica, desenvolvendo-os em escalas menores e melhor tecnologia; 7) destinação do petróleo a usos mais nobres, à medida que a biomassa assegure o fornecimento de combustíveis líquidos; 8) nacionalização do petróleo e da petroquímica; 9) desenvolvimento de tecnologias de transportes interestaduais e urbanos de massa, trens de velocidade, metrô e mais meios econômicos e não poluentes; 10) fomento a empresas nacionais de transportes fluviais, marítimos, ferroviários e aeronáuticos; 11) constituição de empresas nacionais e estatais de telecomunicações estratégicas.

12. Na economia agrária, inclusive o programa da biomassa descentralizada, criação de empregos de qualidade, prioridade ao suprimento da demanda alimentar interna e de matérias-primas para a indústria nacional. Excluir sementes transgênicas e limitar fertilizantes químicos e agrotóxicos; preservar matas ciliares, nascentes e solos. Mineração com objetivos semelhantes.

13. Não haverá dificuldade de realizar os investimentos para esses empreendimentos, que poderão ter, em 5 a 10 anos, massa bastante para caracterizar um país em franco desenvolvimento.

14. De fato, este não surge tanto de dinheiro, como de realizações concretas, articuladas num conjunto de interações. Não há lógica em imaginar que possa ser de outro modo.

15. O Brasil precisa ganhar expressão tecnológica, antes de retomar maior volume de comércio externo. Ponto importante é abandonar o apego a manter o País em organizações internacionais que o atam a acordos inconvenientes, como os da OMC.

16. Cumpre revogar a Lei de Propriedade Industrial de 1996, que reforça as disposições leoninas dos Acordos da OMC (1994/1995), e promove o atraso tecnológico do Brasil.

17. Também as regras de comércio têm de ser objeto de revisão, inclusive reinstituindo a Lei de Valoração Aduaneira, suprimida pelos acordos do GATT.

18. Os acordos de comércio têm de ser celebrados com base no interesse dos contratantes. O TPP (TransPacific Partnership), promovido pelos EUA, nem merece consideração: visa a radicalizar um tipo de relações internacionais intolerável, chegando a submeter Estados nacionais a tribunais arbitrais das transnacionais.

19. Impõe-se expurgar da Constituição a Emenda Kandir, que isenta de tributos as exportações de produtos primários, ficando a mineração sujeita desprezível imposto sobre o faturamento da extração, estimulando as mineradoras a superfaturar despesas.

20. A hecatombe de Mariana ilustra a insana e corrupta privatização da Vale, em 1997, até hoje mantida sub judice, e salienta o despautério de incentivar a extração de minérios, destrutiva do solo, subsolo, águas e terras adjacentes.

21. A associação da Vale com a mineradora anglo-australiana BHP, na Samarco, exemplifica a regra: carteis transnacionais, liderados por gigantes britânicas, controlando os minérios estratégicos e preciosos, abuso que está sendo ampliado com a demarcação de imensas reservas indígenas e ambientais, na Amazônia, por pressões imperiais.

22. O favorecimento à devastação, sem retribuição, do solo e subsolo deve ser substituído pela exploração por empresas nacionais, tributada considerando a natureza não renovável dos recursos e serem eles indispensáveis à produção de bens de elevado valor agregado.

23. São outras fontes óbvias de arrecadação, sem falar na cobrança dos débitos fiscais: 1) tributar rendas financeiras, como dividendos e títulos de renda fixa, em nível, no mínimo, igual ao da alíquota mais alta do IRPF; 2) suprimir subsídios federais, estaduais e municipais em favor de montadoras de veículos automotores, entre outros feudos de carteis transnacionais.

24. Economistas pró-sistema de poder reinante condenam o governo por abrir mão de R\$ 264,3 bilhões em isenções ou reduções tributárias por ano, mas só aludem às que favorecem pequenas e micro empresas.

25. Sobram, pois, recursos financeiros para grande programa dos investimentos produtivos, sem necessidade de criar moeda e crédito, mormente eliminando gastos indevidos e improdutos, como o “serviço da dívida” pública interna, que cresce exponencialmente, sendo pago com novos títulos.

26. Convém desindexar os títulos da dívida interna e fixar para eles juros de nível mundial: isso implica reduzir-lhe o serviço de 17,5% para 3% aa. 14,5 pontos percentuais sobre R\$ 3 trilhões implica economia de R\$ 435 bilhões.

27. Maior economia, ainda, resultará da urgente auditoria da dívida pública externa e interna, nos moldes da realizada no Equador, de que participou a brasileira Maria Lucia Fattorelli.

28. Se tudo isso não bastasse, poder-se-ia, sem problema algum, custear os investimentos mediante emissão de moeda e/ou de crédito por bancos públicos (impondo-se acabar com o art. 164 da Constituição).

29. Aos que se escandalizam com déficits orçamentários, lembre-se que os EUA saíram da depressão econômica de 1929 a 1941, convocando 14 milhões para servir nas Forças Armadas e financiando investimentos de armas e equipamento industrial e militar.

30. Os déficits federais resultantes, nos anos 1942/44, foram mais de 100% do PIB, e nada de grave aconteceu com as finanças estadunidenses. Já os que programaram amarrar a Europa, submeteram-na, pelo Tratado da União Europeia, em 1992, ao déficit máximo de 3% do PIB.

31. Poderíamos mesmo importar técnicos e engenheiros - estrangeiros e brasileiros - para se fixar entre nós, e fazer investimentos pesados em segurança pública e na defesa. Convocar para o serviço militar, a curto prazo, um milhão de jovens, até para se educar na disciplina, alguns para colaborar em obras públicas. Além disso, engajar um milhão de professores em programas de educação em tempo integral.

## O golpe permanente

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 08 Março 2016 17:35*

1. Tenho assinalado que os processos de desnacionalização da economia, de desindustrialização e de desestruturação do Brasil foram desencadeados desde o golpe de Estado de agosto de 1954.

---

2. A corrupção na política e em instituições públicas e privadas, que viabilizou esse golpe, tornou-se uma constante ao longo de nossa história, desde então, ficando o País destituído de verdadeira autonomia.

3. Refiro-me à corrupção proveniente de fontes estrangeiras, no interesse do sistema financeiro e dos cartéis transnacionais, mais que à gerada internamente, da qual se faz grande alarde, como instrumento de mais intervenções contrárias aos interesses nacionais.

4. Em todas as intervenções políticas sofridas pelo País, desde 1954, tem estado subjacente, a ameaça de intervenção armada estrangeira, muitas vezes velada, salvo no próprio golpe de 1954 e no de março de 1964.

5. Ela faz parte do leque de instrumentos intervencionistas, em que tem sobressaído, cada vez mais, a corrupção sistêmica, por parte de fontes estrangeiras, valendo-se, pois, da Quinta Coluna, ampliada e desenvolvida dentro do País ao longo dos últimos 62 anos.

6. A desnacionalização da economia, a desindustrialização e a desestruturação - resultantes do modelo econômico implantado - produziram, entre outros efeitos perversos, minar as finanças do País, formando dívidas públicas imensas.

7. A seguir, transformaram essas dívidas em fonte adicional de empobrecimento, mediante a decretação de juros, correção monetária e outras taxas exorbitantes, cuja capitalização as fez crescer exponencialmente.

8. De fato, a dívida pública interna teve seu saldo multiplicado mais de 25 vezes, somente após a edição do Plano Real (1994), cujos mentores fraudulentamente o proclamaram como estabilizador da economia e da moeda, e eliminador da correção monetária.

9. A dimensão dessa mentira criminoso pode ser avaliada, compulsando a taxa SELIC acumulada no ano seguinte ao Plano Real (1995): 53% aa. Em 1994, já ultrapassara 12%.

10. Isso ilustra a cumulatividade do processo do processo de subdesenvolvimento, já que o enfraquecimento financeiro decorrente do serviço da dívida pública se soma ao proveniente das demais mazelas geradas pelo modelo econômico: déficits externos colossais advindos da desnacionalização da economia, superfaturamento escandaloso dos bens vendidos no Brasil pelas empresas e cartéis transnacionais, inclusive os das ex-estatais privatizadas, infraestrutura inadequada e geradora de custos altos.

11. Tem feito parte dessa cascata de consequências deletérias do modelo implantado desde 1954, debilitar as Forças Armadas, abaixar a qualidade cultural, o grau de identificação das pessoas com a Nação, o nível da educação em todos os graus, e causar o êxodo, por falta de oportunidades de trabalho, de residentes qualificados.

12. Tudo isso concorre para explicar por que, em todos os governos, tenham, no cômputo geral, prevalecido os interesses dos que saqueiam a economia do Brasil sobre os dos residentes.

13. Explica também por que as potências imperiais, que lideram esse saqueio, não precisaram recorrer a ameaças de intervenção armada explícita nas diversas sucessões presidenciais ocorridas desde 1967.

14. Há que ter presente que essas potências não costumam abster-se de tal tipo de intervenção, quando o julgam necessário, mesmo fora do Continente Americano, incluídas as ilhas e o Mar do Caribe, considerado um lago norte-americano, do ponto de vista real.

15. Atualmente, desde a participação da aviação e de mísseis da Rússia para deter a devastação da Síria (repetindo as do Iraque e Líbia, para citar só as mais recentes), o quadro do poder mundial pode estar tendo modificação após a situação de 1990 em diante, quando o império anglo-americano se viu de mãos livres para invadir direta ou indiretamente qualquer nação cuja liderança estivesse deixando de cumprir integralmente os ditames imperiais.

16. Notável é que, não só na grande mídia brasileira - que pratica, sem cerimônia, toda desinformação possível a serviço do império, inclusive distorções semânticas das palavras - também o grosso da mídia dos países ocidentais e Japão, entre outros, apoia sistematicamente a deformação das consciências, ocultando-lhes a realidade dos fatos e inculcando-lhes preconceitos e ideologias facilitadores da aceitação do governo mundial.

17. Exemplo impressionante disso é a cobertura da intervenção militar por meio de mercenários e terroristas, patrocinada pelos EUA e seus satélites da OTAN e regionais, por parte do jornal francês Le Monde.

18. Esse diário - que foi um dos mais acatados, mercê da qualidade e independência dos jornalistas, proprietários dele – foi recebendo participações de capital de grupos financeiros, até estes passarem a ditar a linha editorial.

19. Assim, o Le Monde refere-se como “*guerra civil*”, à brutal intervenção armada estrangeira na Síria - comandada pelo governo dos EUA, que resolveu proclamar que o presidente da Síria, Assad, tem de sair, e pronto. E só fala dos mercenários, terroristas e degoladores do ISIS (Estado Islâmico), como os “*rebeldes*”, como se fosse cidadãos locais em conflito com o respectivo governo .

## Dívida pública externa e interna

*Adriano Benayon - Publicado em Sexta, 11 Março 2016 06:35*

### I – O que é a dívida?

1. O povo brasileiro sofre demais, em função da dívida pública, cujo estoque passou de 4 trilhões de reais (em dezembro de 2015, R\$ 3,94 trilhões) e envolve despesa no orçamento federal, próxima a 1 trilhão de reais = 42% do total do orçamento.

---

2. Essa despesa equivale a 1/5 (um quinto ou 25%) do PIB, muito superior ao total dos investimentos públicos e privados realizados no País (14% do PIB). Se fosse eliminada, o Brasil poderia investir na economia e na infraestrutura econômica e social, percentual de 34% do PIB. Certamente, mais que isso, pois, antes não investia tão pouco como atualmente.

3. Essa dívida formou-se basicamente pela capitalização dos juros absurdamente altos que o cartel dos bancos exige do Banco Central para adquirir títulos do Tesouro: taxa SELIC mais margem, em torno de 3% aa., o que eleva a atual taxa efetiva para mais de 17% aa.

4. Assim, a dívida interna cresceu 30 vezes, de 1994 para cá. 1994 foi o ano do Plano Real, um conjunto de fraudes, entre as quais a de o “governo” de então proclamar que a moeda estava estabilizada e que dever-se-ia acabar com a correção monetária.

5. Em seguida, em 1995, as taxas SELIC, decretadas pelo Banco Central desse “governo” acumularam 53%. A dívida interna de R\$ 136 bilhões em dezembro de 1994, chegou agora a R\$ 4 trilhões.

6. A dívida externa voltou a subir e retornou a patamar muito alto (US\$ 545,4 bilhões em dezembro de 2015), devido aos enormes déficits de transações correntes com o exterior, que acumularam US\$ 337,9, de dezembro de 2010 ao final de 2015.

7. Além disso, o saldo dos investimentos diretos estrangeiros, US\$ 1 trilhão, mais os investimentos estrangeiros em carteira, cerca de US\$ 700 bilhões, elevam o passivo externo bruto a mais de US\$ 2,2 trilhões (equivalente a R\$ 8 trilhões, o dobro da dívida interna.)

8. A esse passivo externo ainda haveria que adicionar boa parte da dívida interna, detida por estrangeiros e brasileiros residentes no exterior. Diante disso, as reservas brasileiras (US\$ 356,35 bilhões) e os investimentos brasileiros no exterior, cerca de US\$ 400 bilhões (difíceis de retornar, em situações de crise) não significam situação confortável.

## **II – De onde vem a dívida pública brasileira?**

9. Se não identificarmos as causas das dívidas que nos estão sugando, de nada adiantaria acabar com elas, mesmo um milagre as extinguisse. Por que? Porque não se removendo as causas, se estaria formando, em pouco tempo, nova dívida tendente a crescer exponencialmente, como aconteceu com a atual.

10. A dívida externa foi a primeira a surgir e a gerar crises tremendas no País, agravadas por arrochos violentos sob a direção do FMI.

11. Houve muitas dessas crises, desde o ponto de viragem para o subdesenvolvimento, decorrente da deposição do presidente Vargas, em 1954. A primeira, ao final do mandato de J. Kubitschek, 1960/61.

12. Essa, como as seguintes recorrentes, resultou da desnacionalização da economia, com a entrega aos carteis transnacionais dos mercados industriais do País, desde janeiro de 1955. Então, foram baixadas as Instruções da SUMOC, que propiciaram subsídios inacreditáveis, para esses carteis, donos de grandes empresas em grande número de países se apoderarem de nosso mercado industrial.

13. Esse crime contra o Brasil foi cometido pelo governo egresso do golpe de 1954, por militares pró-EUA e políticos da UDN. São raríssimos os economistas que atribuem importância, a tais modificações na política industrial e de capitais estrangeiros, aplicadas com entusiasmo e ampliadas, por JK, enganosamente tido por desenvolvimentista.

14. Ele adotou o falso conceito da CEPAL (Comissão para a América Latina das Nações Unidas), segundo o qual o importante era industrializar-se, sem se importar com quem controla o capital e a tecnologia das indústrias.

15. Resultado: sob JK e sob os governos militares, o País teve altas taxas de crescimento do PIB, por algum tempo, mas crescia errado. Por isso, o Brasil pagou caro demais: décadas perdidas, desde a dos anos 80. A dívida externa subiu de menos de US\$ 1 bilhão em 1954, para US\$ 90 bilhões em 1982.

16. Os falsos desenvolvimentistas jactaram-se da industrialização, mas mentiam, ou ignoravam que o Brasil se industrializava na primeira metade do Século XX, sem aporte significativo de investimentos diretos estrangeiros.

17. O modelo de “desenvolvimento dependente” é uma contradição em termos, uma impossibilidade. Promovendo e subsidiando os “investimentos” estrangeiros, causou fabulosos

déficits externos, cujo financiamento, juntamente com os empréstimos públicos para apoiar esses “investimentos”, fez a dívida externa crescer exponencialmente.

18. A contradição foi defendida por FHC, no péssimo livro Dependência e Desenvolvimento na América Latina (coautoria com Enzo Faletto).

19. Por essas e outras provas de ser inimigo dos interesses nacionais, FHC foi conduzido pelo império anglo-americano à presidência da República, a fim de aprofundar o desastre da economia brasileira, com as privatizações, dando continuidade ao pacote de leis antinacionais que Collor fez o Congresso aprovar em menos de dois meses.

20. Diziam promover a industrialização e garantiram que o País se desindustrializasse, consequência natural da desnacionalização da economia, em razão de: a) empobrecimento do Brasil com os arrochos acarretados pelas crises de dívida externa; b) praticarem os carteis transnacionais preços absurdos (múltiplos de mais de 3 do real custo de produção) e transferirem os lucros para as matrizes, através de vários mecanismos; c) concentrarem nas matrizes a produção dos componentes de maior valor agregado e conteúdo tecnológico.

21. O resultado é a industrialização, não apenas por ter o produto industrial caído a menos de 10% do PIB, mas por ser constituído, cada vez mais, por bens intensivos de recursos naturais e decrescente conteúdo tecnológico.

22. São tendências terríveis e que se manifestam também em termos do emprego, que decai tanto quantitativamente como do ponto de vista da qualificação.

## **Hora de decisão**

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 22 Março 2016 00:58*

1. O Brasil está em momento que exige decisão. Precisa agir rápido para reverter o desastre estrutural implantado, desde há quase 62 anos, que se completam em 24 de agosto próximo, data do golpe de Estado de 1954, a partir do qual a desnacionalização da economia não cessou de aumentar.

---

2. Essa desnacionalização está na raiz da desindustrialização, da apartheid tecnológica de que o País padece crescentemente, da galopante dívida pública e do impressionante passivo externo bruto, de US\$ 2,2 trilhões (equivalente a R\$ 8 trilhões, o dobro da dívida interna e perto do dobro do PIB).

3. A perversidade do processo ilustrada por esses números pode ser visualizada de forma ainda mais contundente, ao se considerar que o brutal endividamento não decorreu de investimentos para melhorar alguma coisa no País. Ao contrário, o arruinamento financeiro aconteceu simultaneamente com a devastação do capital humano e a dos recursos não renováveis e dos renováveis.

4. No referente à destruição do meio-ambiente fala-se muito pouco do uso abusivo e poluidor das águas, praticado na agricultura do agronegócio, em numerosos setores da indústria e sobre tudo na exploração mineral. Tudo isso para realizar exportações muito mal pagas, como se verifica através dos 340 bilhões de dólares de déficits acumulados nos últimos cinco anos.

5. Igualmente ignorada, a destruição de seres humanos - não só através da violência, mas da miséria e da falta de perspectiva - deveria reclamar que se entendam, e desse modo, se eliminem as causas que a geram em números alarmantes e crescentes.

6. A longa estagnação do produto nacional bruto, desde as décadas perdidas, iniciadas nos anos 80 – de resto, indissociável das gestões dos governos anteriores a ela – transformou-se recentemente em queda continuada.

7. E, quando se noticia a taxa de crescimento negativa do PIB (produto interno bruto) de 3,8 % aa. , em 2015, deveria estar claro que o poder aquisitivo da classe média e dos mais pobres que esta, caiu muitíssimo mais que do que esses 3,8 % aa., a taxa do conjunto da economia.

8. De fato, no conjunto, tem peso cada vez maior o setor financeiro, em que avultam os grandes bancos (aumentos em 2015 : Banco do Brasil 28%, Itaú 15,4%, Bradesco 13,9%), além dos cartéis transnacionais e demais rentistas, cujos fabulosos lucros prosseguiram, em 2015, crescendo a taxa média próxima a 20% aa.

9. Bem, que a crise é muito grave está claro. O que precisa ser esclarecido é que suas causas principais são estruturais. Portanto, além de não haver como afastá-las mediante a desestabilização e destituição, em curso, da enfraquecida e insatisfatória presidente, é certo que elas seriam agravadas com a investidura de qualquer dos sucessores previstos pela Constituição.

10. Para remover as causas do desastre, é indispensável: 1) pelo menos, algumas pessoas capazes de exercer liderança, as entenderem; 2) essas pessoas ganharem poder para instituir regime dotado de autonomia nacional e independente de interesses especiais.

11. Vai em direção diametralmente oposta a essa o golpe de Estado, em curso, que visa a substituir a presidente da República e proceder à eliminação política de Lula, deixando o País sem alternativa alguma à radicalização do processo de desestruturação econômica, política e social.

12. Não que Lula e o PT sejam, ou sequer tivessem sido, alguma vez, alternativa real, pois pouco passaram de um recurso dos organizadores alienígenas da implantação do caos, quando estes frustraram - mediante fraudes, corrupção, injeção de dinheiro na política e na mídia - qualquer chance que ainda pudesse ter o trabalhismo liderado por Leonel Brizola.

13. De fato, a ditadura entreguista – mal disfarçada de democracia - vem sendo implantada passo a passo, cumprindo roteiro e planejamento baseados na lógica imperial, de acordo com a qual as concessões obtidas permitem ganhar terreno, proporcionando além de vantagens imediatas – a ocupação de espaço e poder para extorquir novas concessões.

14. As administrações petistas, apesar de adotarem muitas iniciativas e medidas dignas de apoio, basicamente deram continuidade à desestruturação entreguista e financeirista, vertiginosamente realizadas nos governos de Collor e FHC.

15. Mas a desestabilização do PT decorre de coisas como estas: 1) dos ganhos que os mentores do golpe pretendem auferir, atribuindo só à mais recente administração desgraças que decorrem principalmente de deformações estruturais gestadas ao longo dos últimos 62 anos; 2) ter feito investimentos em áreas estratégicas, como petróleo, defesa, apoiado empresas brasileiras em obras e no exterior e se aproximado dos BRICS.

## Tirar os antolhos

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 29 Março 2016 00:33*

1. Grande parte do povo brasileiro precisa livrar-se dos antolhos que o fazem enxergar somente o que lhes mostra a televisão e as revistas de “opinião” da grande mídia. Há também a visão monocular, que priva do sentido de profundidade.

---

2. Falo dos instrumentos limitantes da visão política, econômica e estratégica: a secular doutrinação ideológica e a massiva desinformação, por parte da mídia movida a dinheiro e dos que a retroalimentam.

3. Não desminto a responsabilidade da atual chefe do Executivo, nem a do ex-presidente Lula, em alguns dos fatos que têm sido difundidos e magnificados pelos mentores do processo de desestabilização daquela e de desmoralização deste.

4. Entretanto, não se deve ignorar que esse processo é patrocinado e teleguiado do exterior, e que seu objetivo está longe de ser o bem do País. Muito pelo contrário.

5. Ele ganha corpo, desde o mensalão, julgado no STF em 2012, e as manifestações de 2013, para as quais foram divulgados os abusos nas despesas superfaturadas e desnecessárias da construção de estádios e realização de obras para a Copa do Mundo de 2014.

6. Há corrupção em tudo isso, como também nas relações das empresas de engenharia com a Petrobrás. Mas isso ocorreu, em dimensões até maiores, em administrações do PSDB e outras, sem que fosse deblaterado pela mesma mídia que vergasta os petistas. Mais grave, ainda: sem que sofra repressão do Ministério Público, da Polícia Federal ou do Judiciário.

7. Exemplos de conduta condenável são as propinas de FHC para obter o apoio de deputados à emenda da reeleição, o mensalão mineiro do ex-governador Azeredo, o escandaloso superfaturamento de obras praticado por administrações do PSDB em São Paulo, como no anel rodoviário e no metrô. Não menos gritantes, os negócios escusos com a Petrobrás durante o governo FHC, o mais deletério que o País já teve.

8. Também as calamitosas negociatas do BANESTADO, em que foram desviados U\$ 150 bilhões ao exterior, nos anos 90, viabilizadas por regulamentação das contas CC5, pelo próprio Banco Central.
9. Veja-se a acusação das procuradoras Valquíria Nunes e Raquel Branquinho, ajuizada em dezembro de 2003: (<http://www.oficinainforma.com.br/textos/acaocivil.rtf>) em que pedem a condenação por crime de improbidade administrativa de Gustavo Loyola, Gustavo Franco, Ricardo Sérgio de Oliveira e mais 12 ex-dirigentes do Banco Central e de mais cinco bancos.
10. Que dizer das privatizações lesivas ao patrimônio público (dezenas de trilhões de dólares), cujas ilegalidades as fizeram ser impugnadas por decisões judiciais, cassadas em liminares injustificáveis, até hoje pendentes de julgamento?
11. Passando a coisas recentes, por que Eduardo Cunha permanece presidente da Câmara, embora acusado, com provas, de delitos gravíssimos, pelo procurador-geral da República?
12. Por que a grande mídia noticia tão pouco e distorce o que acontece na Operação Zelotes, a qual envolve sonegação de impostos de R\$ 600 bilhões? Será porque estão envolvidos Cunha e outros figurões, além de grande empresa midiática e concentradores econômicos?
13. Em suma, por que tão espantosa e inexplicável diferença de tratamento por parte da grande mídia, do MP, da PF e de instâncias judiciárias ?
14. A resposta parecer ser que o regime tem regra constitucional não-escrita, que dá liberdade de saquear e imunidade penal aos que prejudicam o interesse nacional.
15. Outra regra diz: *será perseguido aquele que, mesmo fazendo enormes concessões contrárias ao País, o favoreça em algum aspecto*. Daí provém o assédio sobre Lula. Não adianta jogar carne às feras: o apetite delas não diminui: muito pelo contrário.
16. O império, mesmo quando já obtém mais de 90% do que deseja, quer 100%. Além disso, não admite qualquer governante ou partido que se pretenda manter, por décadas, à frente do Executivo. Até Collor, que entregou tudo, foi deposto, porque almejava perpetuar-se, mercê de dinheiro e da compra de uma rede nacional de TV.
17. Em artigo de 15.03.2016 - *A Lavajato quer tirar Brasil do BRICS e CELAC* – Beto Almeida observa que os governos petistas retomaram políticas valiosas para a economia e a defesa nacionais, que remontam a medidas do presidente Geisel (1974-1978): apoio às empresas de engenharia nacionais, que – graças ao poder de compra de Petrobrás - desenvolveram capacidade competitiva em obras no exterior.
18. Recorde-se Henry Kissinger: *“Não podemos tolerar o surgimento de um novo Japão no Hemisfério Ocidental.”* O império assegurou seu objetivo, desde agosto de 1954, fazendo o Brasil entregar, com subsídios, às empresas transnacionais o grosso dos mercados da indústria, iniciando a desnacionalização da economia brasileira.
19. Atualmente, com a Lavajato, o império anglo-americano faz demolir as empresas nacionais que sobreviveram à inviabilização, pela política econômica, de atividades de elevado valor agregado.

# O Poder

*Adriano Benayon - Publicado em Quarta, 06 Abril 2016 19:40*

1. A política trata do poder. Como ensinou Maquiavel - o principal mestre da ciência política – a questão fundamental é conquistar e manter o poder.

---

2. O nome de Maquiavel ficou, para muitos, associado à crua violência e à falta de escrúpulos que ele descreve, ao avaliar o jogo político. Dizem e repetem que, para ele, os fins justificam os meios, e isso parece ser uma condenação definitiva.

3. Antes de apreciar se essa condenação é bem fundada, e o que está por trás dela, lembro que Maquiavel foi reverenciado por Spinoza, grande gênio da filosofia do Século XVII, quando, a meu ver, a filosofia atingiu seu cume.

4. Pode ter havido filósofos (não muitos) de valor intelectual comparável a Spinoza, mas nenhum de seu porte ético, o que é interessante em relação ao conceito que ele teve de Maquiavel.

5. Não há como ignorar ou desprezar os fatos. Eles recaem sobre as pessoas. Os povos e as nações têm sido vítimas de exploração, manipulações e violências inimagináveis, por parte de oligarquias e tiranos. Não é fácil conceber que se possam liberar de tais afrontas a suas vidas e à sua dignidade, sem recurso aos meios que viabilizam dispor de poder.

6. Na lição do próprio Maquiavel, esses meios são o ouro e as armas. No caso, entenda-se a palavra ouro representando a finança, incluindo os patrimônios transformáveis em dinheiro, e o controle dos meios físicos de produção, ou seja, o poder econômico, em seu todo.

7. Não admira que as oligarquias cuidem ciosamente de concentrar esse poder, bem como de manter todo tipo de armas sob seu comando e controle.

8. Diferencemos os termos oligarquia e elite. Isso é, não só importante, como, amiúde, deixado de lado. A oligarquia é um grupo de pessoas ou famílias que usam seu poder dominando e subjugando os povos e as nações.

9. Elite tem dois sentidos. Um, genérico, abrange também a oligarquia e também qualquer grupo que se destaque por seu valor, incluindo dotes como liderança, coragem, inteligência, know-how.

10. Este é a elite, propriamente dita, grupo dotado de valor, que tem por meta exercer o poder, assentado no consentimento e na participação da maioria do povo, que precisa fortalecer, educar e preparar, até para enfrentar a oligarquia.

11. Cabe, pois, à verdadeira elite, à qual devem ter acesso oriundos de estratos populares, ligar-se à respectiva nação e liderá-la na formulação de seus projetos de desenvolvimento econômico e social.

12. Maquiavel propugnava, para a Itália de seu tempo (transição do Século XIV para o XV), o comando de um príncipe capaz de unificar a nação, dividida em numerosos Estados e tendo regiões ocupadas por forças militares de potências estrangeiras. Para ele, os príncipes assentariam seu poder, tornando o povo contente.

13. Evidentemente, não havia como alcançar tais objetivos a não ser pelos meios que secularmente sustentam o poder: ouro e armas.

14. Nos tempos atuais, é o império angloamericano que recorre a esses meios em doses colossais, aos quais agrega mais recursos, derivados desses dois: manipulação da informação, pela grande mídia – que dispõe de recursos visuais e acústicos eletrônicos, técnicas de psicologia social aplicada etc. - e por institutos, entidades, universidades e outros centros formadores de opinião.

15. Ao mesmo tempo, concentra poder econômico, aumentando-o principalmente por meio da finança, controlada pela oligarquia banqueira, e faz na indústria de armamentos o grosso dos investimentos materiais.

16. Às nações é oferecido – para se iludirem, imaginando participar do poder – o simulacro de eleições, cada vez mais manipuladas. Grana distribuindo recursos para as campanhas eleitorais e dominando a grande mídia, principalmente a televisiva, de maior impacto.

17. Isso não tem bastado para assegurar, de modo completo, o aprofundamento da penetração imperial. Daí as “revoluções coloridas”, movidas por serviços secretos das potências imperiais e entidades a elas ligadas, ONGs etc., as quais promovem manifestações de rua, atentados etc..

18. Assim, realizam golpes institucionais, combinando a pretensa vontade de manifestantes com a infiltração em poderes do Estado, inclusive polícia federal e Ministério Público.

## A presente crise

*Adriano Benayon - Publicado em Sábado, 09 Abril 2016 22:10*

1. Muitos correspondentes perguntam como o Brasil poderia livrar-se da crise econômica e política.

---

2. Trata-se, como em toda crise, de sintomas agudos das perdas e da deterioração do organismo (no caso o País).

3. Iludem-se os que cogitam de que ela provém somente da tentativa keynesiana, na gestão de Mantega na Fazenda, de elevar o financiamento público para investimentos produtivos de grandes empresas.

4. A crise foi agravada com o término dessa política anticíclica, ao iniciar-se, em 2012, o segundo mandato da presidente da República, e ser adotada a brutal elevação dos juros, bem como cortes orçamentários, ambos danosos à economia e ao social, a pretexto de sanar o desequilíbrio financeiro.

5. De fato, as duas coisas convergem para deprimir ainda mais a economia e o emprego. E são contraditórias em relação ao pretenso objetivo, pois a elevação dos juros - na dimensão que teve, e incidindo sobre estoque de dívida interna de R\$ 4 trilhões - causa aumento da despesa pública muito superior ao corte de gastos.

6. Os efeitos não poderiam ser mais perversos. Significam violento ataque sobre um organismo fraco, e que já sofreu, ao longo dos anos, crises devidas ao crescimento errado e a sucessivas tentativas de correção, com danos adicionais ainda mais pesados.

7. Por que o organismo ficou fraco? Devido a causas estruturais, que acarretam as crises. A causa fundamental é desnacionalização, que conduz à desindustrialização e à concentração. As três coisas não cessaram de aumentar nestes 62 anos.

8. As doenças socioeconômicas têm sido exponenciadas pela deterioração das instituições políticas e pela profunda penetração política e cultural (anticultural) dos carteis transnacionais e de entidades internacionais e de potências estrangeiras.

9. Essas instâncias intervêm no País, não só através de pressões financeiras, atribuídas ao “mercado financeiro”, mas de pressões políticas, intensificando as causas estruturais da insanidade.

10. A cada momento, surgem mais sintomas desse quadro patológico. O Estadão noticia, em 28 do corrente:

“Só em São Paulo, 4.451 indústrias de transformação fecharam as portas em 2015, número 24% superior ao de 2014.”

“Muitos trabalhadores demitidos não receberam salários e rescisões. De acordo com o IBGE, entre novembro e janeiro, a indústria brasileira fechou 1,131 milhão de vagas, recorde para um trimestre.”

11. Não são só pequenas empresas. Em Guarulhos, há pouco, as metalúrgicas Eaton, Maxion e Randon encerraram suas atividades.

12. Nos implementos rodoviários houve retração de 50%. A têxtil Polyenka, de Americana (SP), que já tivera 2.000 empregados, deixou de produzir.

13. A MABE, linha branca, também com 2.000 empregados, pediu falência em fevereiro e fechou as fábricas de geladeiras Continental em Hortolândia e de fogões Dako em Campinas.

14. A grande empresa de autopeças Delphi fechou duas fábricas em 2015, em Mococa (SP) e Itabirito (MG), e este ano completa a transferência da unidade de Cotia para Piracicaba (SP). 1,7 mil trabalhadores perderam os empregos.

15. Antes da queda de 8,7%, em 12 meses até janeiro de 2016 (dado do IBGE), a indústria caíra de 35% (anos 80) de participação no PIB, para menos de 10%.
16. O País regride, em condições piores que as do início do Século XX, à condição de exportador de bens primários. Avultam desastres terríveis, como a lama tóxica da mina de ferro da SAMARCO (Vale desnacionalizada e a transnacional Billiton), que devasta grandes áreas e o Rio Doce, e até o mar. Há tragédias potenciais desse tipo.
17. Na agropecuária, desastre permanente de enormes dimensões, determinado pela subordinação da estrutura econômica e da infraestrutura às conveniências dos “mercados” importadores.
18. Veja-se: “O Brasil consome 20% dos agrotóxicos”. De longe, o maior do mundo no uso desses venenos. Ademais, usa 14 agrotóxicos proibidos em outros países. Ora, a incidência de câncer é três vezes superior à média em áreas contaminadas por agrotóxicos.
19. Em função do agronegócio, cujo objetivo é produzir para países industrializados, metade da área utilizada pela agricultura no Brasil é para a soja, quase toda transgênica.
20. Ademais, o cartel transnacional das sementes transgênicas e fertilizantes e pesticidas químicos impingiu a aceitação desses flagelos, que estragam solos, subsolos e águas, e intoxicam agricultores e consumidores.
21. Grande número de brasileiros come alimentos cozinhados com óleo de soja transgênica, sem informação para procurar nos rótulos o microscópico T, nem dinheiro para opções de oferta limitada.
22. O poder combinado das transnacionais e dos ruralistas, grandes doadores de recursos de campanha, explica o apoio oficial a grandes projetos mineradores e às fazendas industrializadas.
23. Os ruralistas têm quase a quase metade dos 594 parlamentares e tornaram inócuas as leis proibitivas de plantas geneticamente modificadas.
24. Respondendo à pergunta inicial: com a permanência da presidente ou sua derrubada, o cenário é péssimo, nada havendo a esperar de honesto nem de salvador por parte dos pretendentes. O moralismo, manchado pela seletividade, tem servido para intensificar a desnacionalização e a desindustrialização, queda da produção e o desmonte da Petrobrás e empresas de engenharia.
25. Não há saída sob o atual regime. Tampouco, sob um calcado nos governos de 1964 a 1984.

## Continuidade deletéria

*Adriano Benayon - Publicado em Terça, 12 Abril 2016 06:00*

1. Há pouco, publiquei artigo “O Golpe Permanente”, em que resumi como as lamentáveis estrutura e infraestrutura econômica e social do País são o resultado da continuidade, nos últimos 62 anos, de políticas determinadas por interesses vinculados às potências imperiais ou, no mínimo, capitulações diante de pressões dessas potências.

---

2. A continuidade, geralmente despercebida, tem prevalecido sob governos e regimes díspares, incluindo os militares e os eleitos pelo voto direto, e também os instalados através de eleições indiretas pelo Congresso “Nacional”.

3. Essa realidade prossegue sob a presente “ordem” constitucional, e perdurará, enquanto esta existir, como também sendo ela substituída por mais um regime incapaz de conduzir o Brasil ao desenvolvimento econômico e social.

4. Tenho enfatizado que a corrupção mais profunda é de natureza distinta da que costuma ser investigada pelas autoridades competentes e exposta ao público pelos meios de comunicação social.

5. Muitos brasileiros estão divididos entre, os que consideram que a preservação (?) do inexistente (mas oficialmente assim definido) regime democrático depende de rejeitar o pedido de impeachment contra a presidente da República, e os que julgam que esse regime somente sobreviverá se conseguirem defenestrar a primeira mandatária.

6. Não obstante a segunda “alternativa” afigurar-se a mais deletéria, com qualquer desses desfechos, o País terá agravados os desequilíbrios de que padece.

7. No deprimente espetáculo oferecido por políticos e partidos, o PMDB apresentou mais um número digno de seu passado de conchavos espúrios e deslavado fisiologismo, afastando-se do Executivo petista, de que fez parte desde o primeiro mandato de Lula.

8. De fato, por todo esse tempo, caciques peemedebistas, Temer, Cunha e outros, - além das cornucópias reservadas ao Legislativo, como as emendas ao orçamento – desfrutaram de cargos e feudos na área do Executivo.

9. E já o haviam feito nos oito anos de FHC (PSDB), cumpliciando-se em todos os atos de frontal desprezo aos interesses nacionais.

10. É manifesta a orfandade dos brasileiros no que dependa da representação política, cujas mazelas independem da dualidade esquerda (PT, PC doB ?) / direita (PSDB e aliados tradicionais, agora reforçados pelo PSB, em traição às memórias de seus fundadores).

11. Se a “direita”, é confessadamente alinhada às posições defendidas pelo império angloamericano e em favor de sua oligarquia financeira, os governos encabeçados pelo PT nunca deixaram de se acomodar com esta.

12. Isso vem desde antes da primeira posse de Lula, quando este fez acordo de “governabilidade”, no qual concordou em sufocar os movimentos que pleiteavam rever as grossas bandalheiras das privatizações, em que foi dilapidado o grosso do patrimônio público.

13. Recorde-se que o surgimento de Lula e do PT foi patrocinado durante governo militar, sob a direção de Golbery, ligado à CIA, a fim de dividir a esquerda que, à época ainda contava com figuras de expressão nacionalistas, notadamente Leonel Brizola e Miguel Arraes.

14. A escalada de Lula foi fomentada, não só pela ala pró-EUA do governo militar, mas também pela grande mídia, tradicional sustentáculo dos interesses dos carteis transnacionais, desde antes da derrubada do presidente Vargas em 1954.

15. O apoio externo ao sindicalista de resultados manifestou-se, de forma despercebida pelo público, por exemplo, em cenários ilusórios de perseguição contra Lula, para transformá-lo em suposta vítima do governo ditatorial, como o sobrevoo ameaçador de concentração de seguidores por helicópteros das FFAA.

16. Outro episódio marcante foram as fraudes contra Brizola para que Lula obtivesse, por pequena margem, o segundo lugar no 1º turno da fatídica eleição de 1989, que elevou Collor à presidência para, entre outras medidas devastadoras, fazer o Congresso aprovar, em menos de 60 dias, pacote de leis tão volumoso, como nocivo ao País.

17. Entretanto, fazendo justiça a Lula, lembre-se que ele, no primeiro mandato, tomou medidas favoráveis à economia e deteve temporariamente a destruição da Petrobrás, encetada por FHC, desde a Lei 9.478/1997 e a infiltração de agentes de interesses externos na ANP e na estatal.

18. Lula chegou a pôr em posições executivas da Petrobrás, técnicos, como Guilherme Estrella e Ildo Sauer, que dirigiram as descobertas das grandiosas reservas do pré-sal, além de ter conseguido aprovar a Lei que instituiu regime especial para a exploração dessas reservas.

19. Mas a qualidade das administrações da Petrobrás voltou a deteriorar-se sob Dilma, com Graça Foster e muito mais com o atual Bendine, que só parece pensar em liquidar a empresa.

20. Suas políticas são contraditórias e destrutivas, como comprova: 1) o balanço de 2015, em que foram enganosamente desvalorizados e subavaliados os ativos da empresa; 2) a açodada venda de parte substancial dos ativos.

21. Então, é desastrosa a atuação da presidente Dilma, em áreas cruciais como o petróleo e a eletricidade, em manteve o sistema de caos programado, instituído por FHC, e acabou tornando a Eletrobrás praticamente falida? Sim.

22. Entretanto, constatar esses fracassos não leva a concluir que a devastação do patrimônio do País não será ainda mais incrementada, se o Executivo for assumido por qualquer dos opositores.

23. No próximo artigo, deverei avaliar antecedentes históricos das mentirosas “alternativas” existentes no cenário político.

